



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Karina de Souza Borges Lima

Conflitos entre intérpretes e surdos: a “vilania” nos papéis em situações de interpretação

Florianópolis

2023

Karina de Souza Borges Lima

Conflitos entre intérpretes e surdos: a “vilania” nos papéis em situações de interpretação

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Tradução.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Monteiro Carvalho.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima, Karina de Souza Borges

Conflitos entre intérpretes e surdos : a "vilania" nos papéis em situações de interpretação / Karina de Souza Borges Lima ; orientadora, Márcia Monteiro Carvalho, 2023.
192 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Estudos da Tradução. 2. Interpretação de Língua de sinais/Libras-Português. 3. Conflito. 4. Linguística Sistêmico-Funcional: Metafunção Interpessoal-Sistema de Avaliatividade. I. Carvalho, Márcia Monteiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução. III. Título.

Karina de Souza Borges Lima

Conflitos entre intérpretes e surdos: a “vilania” nos papéis em situações de interpretação

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 13 de junho de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Silvana Nicoloso
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Profa. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz
Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Estudos da Tradução.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Márcia Monteiro Carvalho
Orientadora

Florianópolis, 2023.

Este trabalho é dedicado aos meus pais, que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a meu Pai Jeová pela dádiva da vida e pela oportunidade de concretizar meus planos através da força e dos conselhos que Ele me dá constantemente através da sua Palavra – a Bíblia. Ele conhece meu “assentar e o meu levantar [...] meus pensamentos e minhas andanças” (Salmo 139: 1-3). Tenho muita gratidão aos meus pais, João e Kátia, e ao meu irmão João Jr., que não só acreditaram em mim, como sempre me deram apoio em todos os meus projetos. Estiveram presentes mesmo à distância quando eu mesma não estava segura de que conseguiria terminar a pesquisa. Eles são parte da minha força-motriz e eu os amo muito.

Quero também registrar meu amor e gratidão ao meu esposo, companheiro e amigo, Moisés. Ele esteve comigo em cada momento de alegria e inquietação. Foi meu confidente, designer gráfico, revisor, conselheiro e companheiro de barzinho – quando nada mais funcionava. Que benção é ter você comigo!

Nessa caminhada, tive o apoio de muitos colegas e amigos que não posso nomear sob o pretexto de ser injusta e de esquecer de alguém. Alguns deram apenas uma dica e nunca mais os vi, e outros estiveram compartilhando as angústias e benéncias da pós-graduação comigo até o fim. Sou grata a todos, porque não há percurso que se faça totalmente sozinho. Não há construção sem o apoio de muitas mãos.

Agradeço à PGET/UFSC por abrir as portas para mim e pelos vários professores que no decorrer desse período me ensinaram e me propiciaram muito crescimento.

Também sou grata aos meus colegas intérpretes que participaram desta pesquisa, por confiarem em mim ao compartilhar suas experiências sensíveis e desafiadoras. Sem esses relatos, este trabalho não poderia ser construído.

Por fim, agradeço imensamente minha orientadora querida, Profa. Márcia. Ela foi um presente para mim por sua escuta atenciosa, orientação séria e abordagem humana. Se estou sendo bem-sucedida nessa empreitada com certeza é porque ela esteve comigo até aqui. Sempre serei grata.

“Somos espelhos refletindo espelhos, mostrando uns aos outros o que ainda não conseguimos ver” (GOTTLIEB, 2019).

“The real voyage of discovery consists not in seeking new landscapes, but in having new eyes” (PROUST, 1974).

RESUMO

Esta pesquisa em nível de mestrado na Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET/UFSC) tem como objetivo geral analisar, em porções de linguagem, como se manifestam os participantes (intérpretes de Libras-Português) em relação aos conflitos a partir de escolhas lexicogramaticais, especificamente relacionadas à Metafunção Interpessoal, bem como identificar o tipo de avaliação que emerge delas com base no Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), exclusivamente o Subsistema Atitude (afeto, julgamento e apreciação). Apresentamos os percursos históricos de surdos e intérpretes ouvintes de língua de sinais e as circunstâncias linguísticas, socioculturais e formativas sob as quais se desenrola o ato interpretativo que podem levar a intercorrências no momento de interpretação. Nesse contexto, intérpretes e surdos podem transitar em papéis antagônicos em situações de interpretação. Para isso, utilizamos como base teórica e metodológica a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY; HASSAN, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; FUZER; CABRAL, 2014; CARVALHO, 2020b). No percurso, abordamos as trajetórias de surdos e intérpretes (SANTOS, 2006; STROBEL, 2009; RAMOS, 2011; BRITO, 2013), os efeitos de modalidade de línguas na interpretação (PADDEN, 2000; LOURENÇO, 2015; RODRIGUES, 2018a), as expectativas dos participantes na interação (PLAZAS, 2000; EDWARDS, 2005; MARCON, 2012a), a conceituação de conflito (SIMMEL, 2005; BERCOVITCH; KREMENYUK; ZARTMAN, 2009; GIDDENS; SUTTON, 2016) e a aplicação deste nas relações entre intérpretes e surdos (GROSJEAN, 1982; BIENVENU, 1989; ROBINSON, SHENEMAN; HENNER, 2020). A metodologia de pesquisa é de abordagem quantiquantitativa e utilizou como método de coleta de dados um questionário aberto e fechado e entrevistas com grupos focais reflexivos. A análise de dados obtidos através do grupo focal reflexivo de intérpretes com três participantes revelou que as avaliações referentes às atitudes de maior recorrência estão ligadas a Julgamentos de Estima Social por Capacidade e Normalidade, ambos de dimensão negativa. As análises indicaram o âmbito educacional como o mais recorrente nos conflitos relatados. Também, que as relações entre clientes surdos e intérpretes apresentam desequilíbrios ligados principalmente à flutuação de poder entre os interactantes, e à falta de clareza dos papéis que cada um ocupa na interação. Além disso, manifestaram-se como dinâmicas de conflito: (a) Postura e atuação opressora antiética e coercitiva; (b) Interrupção da interpretação; (c) Abandono do ambiente frente às negativas, (d) Atitude reativa a fim de obter vantagem, e (e) *Feedback* negativo não assertivo. Em relação às causas dos conflitos foram identificadas: (a) Assimetrias de Poder; (b) Atitudes Opressoras; (c) Capacitismo Tóxico, e (d) Expectativas frustradas em relação aos papéis.

Palavras-chave: Interpretação de Língua de sinais/Libras-Português; Conflito; Linguística Sistêmico-Funcional: Metafunção Interpessoal-Sistema de Avaliatividade.

ABSTRACT

This research aims to analyze, in language portions, how participants (interpreters of Libras-Portuguese) manifest themselves in relation to conflicts from lexicogrammatical choices, specifically related to the Interpersonal Metafunction, as well as to identify the type of appraisal that emerges from them based on the Appraisal System (MARTIN; WHITE, 2005), exclusively the Attitude Subsystem (affect, judgment and appreciation). We present the historical paths of deaf and hearing sign language interpreters and the linguistic, sociocultural and formative circumstances under which the interpretative act unfolds that can lead to interferences at the moment of interpretation. In this context, interpreters and deaf people may transit in antagonistic roles in interpreting situations. To this end, we used as theoretical and methodological basis the Systemic Functional Linguistics (SFL) (HALLIDAY; HASSAN, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; FUZER; CABRAL, 2014; CARVALHO, 2020b). In the process, we address the trajectories of deaf people and interpreters (SANTOS, 2006; STROBEL, 2009; RAMOS, 2011; BRITO, 2013), the effects of language modality in interpreting (PADDEN, 2000; LOURENÇO, 2015; RODRIGUES, 2018a), the expectations of participants in the interaction (PLAZAS, 2000; EDWARDS, 2005; MARCON, 2012a), the conceptualization of conflict (SIMMEL, 2005; BERCOVITCH; KREMENYUK; ZARTMAN, 2009; GIDDENS; SUTTON, 2016), and its application in the relationships between interpreters and deaf people (GROSJEAN, 1982; BIENVENU, 1989; ROBINSON, SHENEMAN; HENNER, 2020). This research methodology is of a quanti-qualitative approach and used as data collection method an open and closed questionnaire and reflective focus group interviews. The analysis of data obtained through the reflective focus group of interpreters with three participants revealed that the appraisals referring to attitudes of greater recurrence are linked to Judgments of Social Esteem for Ability and Normality, both of negative dimension. The analyses indicated the educational sphere as the most recurrent in the reported conflicts. In addition, that the relationships between deaf clients and interpreters present imbalances linked mainly to the fluctuation of power between the individuals involved, and the lack of clarity of the roles each one occupies in the interaction. Moreover, the following conflict dynamics were manifested: (a) Unethical and coercive oppressive posture and behavior; (b) Interruption of interpretation; (c) Abandonment of the environment when faced with negatives, (d) Reactive attitude in order to gain advantage, and (e) Non-assertive negative feedback. Regarding the causes of conflicts, the following were identified: (a) Power Asymmetries; (b) Oppressive Attitudes; (c) Toxic Ableism, and (d) Frustrated expectations regarding the roles.

Keywords: Sign Language/Libras-Portuguese Interpretation; Conflict; Systemic Functional Linguistics: Interpersonal Metafunction-Appraisal System.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Esquema simplificado das Dimensões da Interpretação baseado em Pöchhacker (2004)	41
Figura 2 –	Esquema simplificado dos Modelos de Interpretação de Witter-Merithew (1986)	50
Figura 3 –	Triângulo de Ogden-Richards (1989)	56
Figura 4 –	Conceito denotativo de conflito adotado na pesquisa	58
Figura 5 –	Principais causas de conflitos entre intérpretes e surdos segundo revisão de literatura	69
Figura 6 –	Modelo de Estratificação	71
Figura 7 –	Variáveis de Contexto de Situação	72
Figura 8 –	Sistema de Estratificação com detalhamento	75
Figura 9 –	Metafunções e Sistemas Lexicogramaticais	76
Figura 10 –	Aspectos do gerenciamento interpessoal	79
Figura 11 –	Resumo do Sistema Modo	83
Figura 12 –	Sistemas interpessoais no Estrato Semântico-Discursivo	85
Figura 13 –	Sistema de Avaliatividade e seus Subsistemas	86
Figura 14 –	Subsistema de Atitude e suas categorias	88
Figura 15 –	Campo semântico do Afeto	88
Figura 16 –	Campo semântico do Julgamento	91
Figura 17 –	Campo semântico da Apreciação	94
Gráfico 1 –	Características esperadas na interpretação pelos clientes surdos	53
Gráfico 2 –	Tipos de Avaliações	144
Gráfico 3 –	Avaliações relacionadas ao Afeto	145
Gráfico 4 –	Avaliações relacionadas ao Julgamento	146
Gráfico 5 –	Avaliações relacionadas à Apreciação	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Acontecimentos históricos importantes nas trajetórias de surdos e intérpretes brasileiros	33
Quadro 2 – Acontecimentos relevantes para a emergência dos EI em Língua de Sinais no Brasil	42
Quadro 3 – Resumo dos possíveis papéis que podem ser assumidos na interpretação	51
Quadro 4 – Definição do verbete “conflito” em três dicionários	57
Quadro 5 – Detalhamento Variáveis de Contexto de Situação	73
Quadro 6 – Relação entre Variáveis de Contexto e Metafunções	74
Quadro 7 – Papéis e funções da fala desde um recorte interpessoal	80
Quadro 8 – Modalidade e Polaridade	82
Quadro 9 – Tipos de Afeto	89
Quadro 10 – Realizações de Afeto	90
Quadro 11 – Tipologia de Julgamento	93
Quadro 12 – Tipologia de Apreciação	95
Quadro 13 – Relação entre as temáticas dos encontros e as questões de pesquisa	100
Quadro 14 – Perfil dos Intérpretes do Grupo Focal Reflexivo	102
Quadro 15 – Contexto de Situação – O Questionário	103
Quadro 16 – Contexto de Situação – Grupo Focal Reflexivo	104
Quadro 17 – Abreviações dos tipos de atitude	106
Quadro 18 – Resumo com Dinâmicas e Causas dos Conflitos	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Ocorrências de Atitudes.....	143
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIPD	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
ASL	American Sign Language
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
DIPEBS	Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos
DNIF	Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS
EI	Estudos da Interpretação
ET	Estudos da Tradução
ETILS	Estudos da Interpretação de Língua de Sinais
FEBRAPILS	Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais
FENAPAS	Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos
FENEIDA	Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
NUPPES	Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE-PEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
RID	<i>Register of Interpreters for the Deaf</i>
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TILS	Tradutor e Intérprete de Libras
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WFD	<i>World Federation of the Deaf</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	TRAJETÓRIA PESSOAL E O ENCONTRO COM O TEMA DA PESQUISA	17
1.2	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	20
2	RESGATANDO TRAJETÓRIAS DE SURDOS E INTÉRPRETES.....	22
3	CONCEITOS NORTEADORES SOBRE A INTERPRETAÇÃO.....	37
3.1	EFEITOS DE MODALIDADE DAS LÍNGUAS DE SINAIS E SUAS IMPLICAÇÕES	43
3.2	PAPÉIS E EXPECTATIVAS NO MOMENTO DA INTERPRETAÇÃO	46
4	CONCEITUANDO CONFLITOS	56
4.1	CONFLITOS ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS – O QUE TEMOS DE REGISTROS	63
5	ENTENDENDO OS FENÔMENOS A PARTIR DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL.....	70
5.1	AS METAFUNÇÕES DA LINGUAGEM	75
5.1.1	A Metafunção Interpessoal e sua realização	77
5.1.1.1	<i>O Sistema Modo e o Sistema de Modalidade</i>	79
5.2	O SISTEMA DE AVALIATIVIDADE	83
5.2.1	Subsistema Atitude.....	87
6	PERCURSO METODOLÓGICO	96
6.1	COMITÊ DE ÉTICA.....	97
6.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	98
6.2.1	Instrumentos de pesquisa.....	98
6.2.1.1	<i>Questionários</i>	98
6.2.1.2	<i>Grupo Focal Reflexivo.....</i>	99
6.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	101
6.4	DAS COLETAS DE DADOS REALIZADAS	102
6.5	ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS	104
7	ANALISANDO CONFLITOS.....	108
7.1	ANÁLISE DOS RELATOS DE CONFLITO DO <i>PARTICIPANTE 01</i>	108
7.1.1	<i>Participante 01 – Relato 01: Faculdade</i>	108
7.1.2	Continuação de análise do <i>Participante 01</i> — Relato 02, parte A: <i>Sala de aula</i> .	114
7.1.3	Continuação de análise do <i>Participante 01</i> — Relato 02, parte B: <i>Universidade</i>	116

7.2	ANÁLISE DOS RELATOS DE CONFLITO DO <i>PARTICIPANTE 02</i>	124
7.2.1	<i>Participante 02 — Relato 01: Sala de aula</i>	124
7.2.2	<i>Participante 02 – Relato 02: Concurso público</i>	130
7.3	ANÁLISE DOS RELATOS DE CONFLITO DA <i>PARTICIPANTE 03</i>	136
7.3.1	<i>Participante 03 – Relato 01: Evento</i>	136
7.4	RESUMO DAS DINÂMICAS E CAUSAS DOS CONFLITOS.....	141
7.5	RESUMO DAS OCORRÊNCIAS DE ATITUDE.....	142
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	174
	APÊNDICE B – Transcrição dos dados	179
	APÊNDICE C – Questionário	186
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	189

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se atém ao processo de interpretação que envolve o par linguístico Libras-Português, ou seja, uma interpretação interlíngua e intermodal¹, e se concentra especificamente na interação ocorrida entre o intérprete e sua clientela surda. Nosso recorte se estabelece nas situações de interpretação que entendemos se referirem ao processo como um todo, desde o primeiro contato com o cliente surdo até o *feedback* após o término da interpretação propriamente dita (DEMERS, 2005), e tem como pressuposto que os conflitos podem existir nas interações entre intérpretes e clientes surdos.

Adotamos a nomenclatura de cliente surdo para surdos que utilizam serviços de interpretação a partir da ocorrência dessa nomenclatura na literatura internacional (MINDESS, 1999; WITTER-MERITHEW, 1999; LADD, 2003) como também a literatura nacional (CHAVEIRO; BARBOSA, 2005; PEREIRA, 2008b; CARNEIRO, 2017; PINHEIRO, 2020). O uso dessa nomenclatura pressupõe um distanciamento do modelo de interpretação assistencialista, compreendendo a relação entre intérprete e surdo como uma prestação de um serviço. Segundo Klimkiewicz (2021, p.02), as situações de interpretação podem ser caracterizadas “por uma natureza “trilógica”, já que envolvem três atores — o cliente, o agente e o intérprete”. Essa perspectiva também coaduna com nossa abordagem teórica, a Linguística Sistemática Funcional (LSF) que compreende que as relações interpessoais envolvem trocas, dentre elas, a troca de serviços (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014).

Entendemos o conceito de conflito sob uma perspectiva sociológica que pode ser observada desde uma ordem macro e microsociológica, em função dos fatos e razões históricas e no contato entre as pessoas em interações sociais respectivamente. Giddens e Sutton (2016, p. 311) conceituam o conflito como um momento de “tensões, discórdia e choque de interesses”.

O momento da interpretação é singular porque compreende o encontro entre um mediador linguístico e um cliente que pertencem geralmente a comunidades, culturas e línguas distintas num movimento em direção ao outro, em prol da compreensão e da acessibilidade. Para além de todas as características complexas do ato de interpretar e de ser interpretado, estão as relações humanas que se desenvolvem a partir desse encontro com o outro. Segundo

¹ Interlíngua porque ocorre entre línguas distintas, uma interpretação de signos verbais de uma língua para outra língua. Intermodal porque o processo interpretativo se dá entre línguas de modalidades distintas — vocal-auditivas (línguas orais) e gestual-visuais (línguas de sinais) (QUADROS; SEGALA, 2015).

Nascimento e Brait (2021, p. 727), “[...] o contato entre sujeitos sociais, históricos e ideológicos permite a aparição de novos fenômenos de linguagem gerados pelo encontro, tensão, entrelaçamento e dispersão das línguas e culturas”.

Embora existam contextos em que o intérprete detém distanciamento (inclusive físico) e nenhum ou praticamente nenhum contato com sua audiência, há inúmeras outros em que há mais proximidade entre o intérprete e o cliente – principalmente no âmbito da interpretação comunitária (HALE, 2007; PÖLLABAUER, 2013; RODRIGUES; SANTOS, 2018; ORIGUELLA, 2021). As diferentes trajetórias históricas, as circunstâncias linguísticas, socioculturais e formativas sob as quais se desenrola o ato interpretativo, além dos papéis e expectativas (funções de fala) que se desenham nesse momento, podem levar a intercorrências no momento da interpretação. Nesse contexto, o intérprete, que geralmente é figura bem-quista para a comunidade surda por ser mediador linguístico e cultural, e o cliente surdo, que é imprescindível para o trabalho de um intérprete, podem estabelecer relações conflituosas.

Além disso, delineamos no título dessa pesquisa a chamada “Vilania” nos papéis em situações de interpretação. Segundo alguns dicionários², o termo remete às características de quem é “vilão”. Dentre as acepções encontradas para o termo “vilania” e “vilão”, destacamos que nosso olhar se detém ao sentido de: afrontar, antagonizar, deter responsabilidade por um problema, ofender. A escolha do termo foi realizada estritamente para instigar a reflexão e desmistificar as relações de intérpretes e clientes surdos que têm sido vistas sob uma ótica assistencialista e beatificada há muito tempo.

Esse ponto de partida é fruto de minha própria trajetória profissional como intérprete de língua de sinais (doravante ILS), bem como do contato com colegas que atuam em diversos contextos, uma vez que pude perceber que muitos conflitos podem ocorrer durante a interpretação e que, além de inesperados, tais conflitos geram dúvidas sobre a atuação. Porém, os conflitos não são unilaterais, podem acontecer não somente da parte do surdo em relação ao intérprete, como também do intérprete em relação ao surdo.

A partir desse ponto de vista, estruturamos nosso objetivo geral, que consiste em analisar, em porções de linguagem, como se manifestam os interlocutores (intérpretes de Libras-Português) em relação aos conflitos, a partir das escolhas semânticas que realizam,

² Consultamos os dicionários Caldas Aulete, Priberam e Michaelis. As acepções para o termo *vilania* e *vilão* podem ser encontradas nos links a seguir: <https://www.aulete.com.br/vilania>; <https://dicionario.priberam.org/VILANIA/>; <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/VILANIA/>; <https://www.aulete.com.br/vil%C3%A3o/>; <https://dicionario.priberam.org/VIL%C3%83O/>; <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vil%C3%A3o/>. Acesso em: 4 jul. 23.

especificamente relacionadas à Metafunção Interpessoal, com base no Sistema de Avaliatividade, exclusivamente o subsistema da atitude (Afeto, Julgamento e Apreciação).

Decorrentes do objetivo geral, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o Contexto de Situação das entrevistas transcritas e traduzidas (da Libras para o Português) com base na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF);
- b) Analisar as escolhas semânticas nos recortes das entrevistas transcritas de intérpretes em que apontam quais conflitos pode haver no momento da interpretação com base no Sistema de Avaliatividade, mais exclusivamente o Subsistema da atitude: o afeto, o julgamento e a apreciação;
- c) Identificar o tipo de avaliação que emerge das escolhas supracitadas, com base no Sistema de Avaliatividade, exclusivamente o subsistema da atitude (Afeto, Julgamento e Apreciação).
- d) Identificar as avaliações dos interlocutores intérpretes acerca das relações estabelecidas em situações de interpretação por meio do Sistema já mencionado;
- e) Verificar em quais âmbitos de interpretação os conflitos acontecem mais frequentemente e;
- f) Identificar as causas desses conflitos que emergiram em situações de interpretação.

A fim de conseguirmos alcançar os objetivos traçados, utilizamos o aporte teórico dos Estudos da Interpretação (EI) (PÖCHHACKER; SCHLESINGER, 2002; PÖCHHACKER, 2004, 2010, 2016; GILE, 2004), a fim de compreender o que envolve o processo de interpretação. Como base teórica e metodológica para coleta e análise de dados, faremos uso da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY; HASSAN, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014; VIVAN, 2010; FUZER; CABRAL, 2014; CARVALHO, 2020a, 2020b), com o intuito de entender quais são os movimentos interativos entre surdos e intérpretes de Libras-Português que provocam conflitos e quais os tipos de conflitos ocorrem nesse processo de interação, tendo em vista o papel dos interlocutores. Para isso faremos uso da Metafunção Interpessoal e, mais especificamente, da Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005; VIAN JR, 2009; ALMEIDA, 2010a; CRUZ; 2012; GOMES, 2020; FLOREK; CABRAL, 2021) no Subsistema Atitude, como base de análise e compreensão dos dados.

Como principais questões de pesquisa, buscamos investigar:

- a) O que as escolhas semânticas feitas pelos interlocutores em termos de Metafunção Interpessoal, com base no Sistema de Avaliatividade, mais exclusivamente o

Subsistema Atitude, revelam sobre o tipo de conflitos que emergem das relações entre surdos e intérpretes de Libras-Português?

- b) Como os interlocutores avaliam as relações que estabelecem uns com os outros em situações de interpretação?
- c) Em quais contextos de interpretação os conflitos manifestam-se mais frequentemente na avaliação dos interlocutores?
- d) O que os interlocutores avaliam como causas dos conflitos que emergem em situações de interpretação?

1.1 TRAJETÓRIA PESSOAL E O ENCONTRO COM O TEMA DA PESQUISA

Meu contato com a Libras se deu em 1995, quando eu tinha apenas nove anos. Conheci uma amiga surda que me ensinou o alfabeto digital, os primeiros sinais e que me fez entender que uma língua podia se manifestar em diferentes modalidades. Ela se mudou e somente voltei a ter contato com a língua de sinais em 2006, quando fui convidada a aprender a Libras para atuar no âmbito religioso. O aprendizado se deu em contato com a comunidade surda da cidade de Laguna, em Santa Catarina, onde eu residia, e foi a partir daí que me tornei intérprete na cidade, atuando em vários contextos mesmo sem instrução formal, uma vez que, na época, eram escassos os cursos na região.

Em 2008, prestei vestibular e fui aprovada para o curso de Letras Libras na modalidade Bacharelado, que viria a ser o primeiro curso brasileiro de Graduação focado em formar intérpretes de Libras-Português para atuação no nível superior. Durante esse período de formação, na capital Florianópolis, pude conviver com uma comunidade surda diversa, fluente em Libras e esclarecida – algo que faltava para a comunidade surda lagunense que há muito estava dispersa, sem organização de uma associação e sem acesso inclusive à Libras (BEZ BATTI, 2021).

Foi nesse contato nos encontros presenciais, cursando disciplinas com os alunos surdos da Graduação de Letras Libras modalidade Licenciatura, que percebi que a relação estabelecida entre surdos e intérpretes não era necessariamente pacífica, cômoda e sem intercorrências. Havia em comentários feitos pelos surdos e também pelos intérpretes do curso e meus colegas, relatos de desacordos, desconfortos e insatisfações de ambas as partes por inúmeras causas. Esse cenário me provocou a pesquisa.

Em 2009, pesquisei sobre conflitos entre intérpretes e surdos de forma muito preliminar e apresentei esse trabalho no X Encontro Nacional de Tradutores e IV Encontro

Internacional de Tradutores em Ouro Preto³. A pesquisa trouxe à tona que os conflitos existiam e que poderiam ser de inúmeras ordens. Porém, percebi que a temática merecia ser mais explorada, com aprofundamento e nível de suporte teórico metodológico mais pungente — algo que eu não tinha acesso como recém graduada.

Ao terminar o curso, deixei de lado os estudos acadêmicos, voltando-me para atividade religiosa e, por conta disso, fui viver no Chile por quatro anos. Lá, atuando como professora de Português para Estrangeiros, ainda me provocava a questão de como as diferenças culturais impactam nos relacionamentos que desenvolvemos diariamente – mesmo nos contatos mais rápidos e sem vínculo emocional. Afinal, a diferença cultural e linguística impõe marcas e barreiras.

Voltando ao Brasil e retomando a carreira como tradutora e intérprete de língua de sinais, passei a atuar como professora formadora, como tutora em cursos bilíngues e como assessora textual para surdos. Realizei uma Especialização em Libras, porém ainda desejava ter a oportunidade de desenvolver uma pesquisa em nível de Mestrado sobre o tema que havia me despertado sete anos antes para a pesquisa acadêmica.

Em 2021, ano em que ainda estávamos na pandemia de COVID-19, tive a possibilidade de ingressar como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), cursando as disciplinas remotamente no Ceará. Ao apresentar minha ideia de projeto de pesquisa na disciplina que estava cursando, em que havia intérpretes e surdos cursistas, fiquei animada por perceber que muitos se manifestaram ratificando que já haviam passado por situações conflituosas ao interpretar ou ao receber a interpretação. Para mim, foi uma oportunidade única que reavivou o desejo de pesquisar o tema.

Ingressei no programa como aluna regular em agosto do mesmo ano e, desde então, realizei minha pesquisa partindo da indagação do porquê esse tema era justificável. Entendi que a lacuna de pesquisa existia a partir de um breve levantamento de como o campo dos Estudos da Interpretação de Língua de Sinais (ETILS) estava configurado atualmente e de qual era o principal foco das pesquisas.

Segundo uma revisão preliminar, a maior parte dos trabalhos acadêmicos apresentados durante os últimos anos, em programas de Pós-graduação ou em congressos focados na interpretação de língua de sinais, como o notório Congresso Nacional de Pesquisas em

³ A página oficial do evento (www.nastrilhasdatraducao.ufop.br) encontrava-se indisponível no momento da redação dessa dissertação. O catálogo que contém o caderno de resumos do evento pode ser acessado em: <https://livrozilla.com/doc/495401/caderno-de-resumos---nas-trilhas-da-tradu%C3%A7%C3%A3o>.

Tradução e Interpretação de Sinais⁴, tem se voltado para temas que visam delimitar, legitimar e endossar os processos cognitivos, as estratégias tradutórias e o papel profissional do intérprete nos mais variados contextos, dentre outros temas.

O levantamento realizado por Pereira (2010) e por Santos (2013) nas teses e dissertações produzidas até 2009 e de 1990-2010, respectivamente, revelou como temas recorrentes nos estudos apresentados: a identidade e formação do intérprete de Libras, sua atuação dentro do contexto escolar, as implicações decorrentes desse processo, os papéis desempenhados ao interpretar, questões tradutórias e de linguística aplicada. Em 2016, em novo levantamento realizado por Santos, Costa e Galdino (2016), dessa vez com base nos artigos publicados em revistas da área de tradução e interpretação nacionais, no período de 1990-2014, foram arrolados apenas 36 trabalhos voltados para o par linguístico Libras-Português.

As autoras esclarecem que a maioria dos temas das publicações circundou a tradução literária e seus processos, a afiliação teórica dos ETILS aos Estudos da Tradução (ET), e processos de interpretação da Libras para a Língua Portuguesa. Ao final da pesquisa, sinalizaram algumas necessidades prementes na área e entre elas:

[...] um diálogo mais incisivo, no campo da prática e seu fazer tradutório, entre profissionais da tradução em geral e tradutores e intérpretes de Português-Libras. A articulação desses profissionais, examinando os efeitos de modalidade, os elementos que fazem parte do fazer tradutório, as aproximações e distanciamentos desses profissionais e seus pares linguísticos, pode fomentar a necessidade de formação acadêmica e ampliação do mercado de trabalho (SANTOS; COSTA; GALDINO, 2016, p. 17).

Pensando no que as autoras chamaram de “aproximações e distanciamentos” entre os profissionais e seus pares, entendemos a importância de pesquisas que são realizadas por profissionais intérpretes no sentido de permitir sistematizar, embasar e registrar experiências de colegas de profissão que muitas vezes já foram vivenciadas por quem pesquisa.

Sem pretensão de uma revisão sistemática ou de uma bibliometria, realizamos uma busca preliminar nos principais periódicos que versam sobre interpretação no âmbito nacional e internacional (*Cadernos de Tradução*, *Belas infieis*, *Benjamins Translation*, *Routledge Taylor and Francis Group*) como também na plataforma *Google Acadêmico*. Utilizamos um recorte temporal distinto ao das pesquisas de revisão citadas anteriormente. O objetivo das buscas foi arrolar referências de livros, teses, artigos ou capítulos de livro que tivessem como foco os relacionamentos entre intérpretes enquanto classe profissional e, principalmente, os

⁴ Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

relacionamentos entre intérpretes e clientes surdos. O resultado nos fez perceber que o tema foi mais explorado em publicações internacionais do que no âmbito acadêmico brasileiro, assunto que detalharemos mais adiante na sexta seção desta dissertação.

Dessa maneira, essa pesquisa se insere no intento de ampliar o escopo dos objetos de pesquisa, ao focar nos aspectos humanos interativos no processo interpretativo, refletindo sobre características intrínsecas a essa modalidade de interpretação, nas questões socioculturais e linguísticas que permeiam esse processo, em como se estabelecem os papéis na interação durante a interpretação, quais são as expectativas dos envolvidos e os possíveis complicadores nessa relação de interação. Ensejamos contribuir nesse âmbito com a área, aprofundando essas questões, a fim de embasar melhorias na: i) formação de intérpretes; ii) área das políticas linguísticas para surdos; iii) condição do serviço que é ofertado, impactando também na qualidade de vida da comunidade surda; e, a curto prazo, iv) na prática, identificando estratégias a fim de minorizar tais intercorrências interativas no momento da interpretação. A seguir, apresentamos como a dissertação está organizada internamente.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em oito seções, a começar pela Introdução. A segunda seção, nomeada “Resgatando trajetórias”, auxilia o leitor a se situar historicamente em como a comunidade surda e os intérpretes de Libras foram se constituindo ao longo do tempo. Além disso, traz a discussão acerca da formação de intérpretes de línguas de sinais e quais são as políticas linguísticas oferecidas para a comunidade surda atualmente. A seção “Conceitos Norteadores” almeja brindar o leitor, com base nos estudos da interpretação, com o entendimento de conceitos-base sobre a interpretação, quais os efeitos que a modalidade da interpretação em línguas de sinais impõe ao ato interpretativo e quais são os papéis e expectativas dos participantes dessa interação no momento da interpretação.

Na quarta seção, “Conceituando o conflito”, descrevemos do ponto de vista dos estudos sociais como os conflitos se estabelecem, concatenando as ideias de diversos autores que já versaram sobre os conflitos emergentes de interações linguístico-culturais. Também apresentamos o que algumas publicações versam sobre os conflitos que surgem das relações entre surdos e intérpretes. Na seção cinco, intitulada “Entendendo os fenômenos sob a lente da Linguística Sistemico-Funcional (LSF)”, familiarizamos o leitor com os conceitos dessa abordagem teórico-metodológica. Conceituamos a partir dessa teoria a língua, a cultura e os papéis sociais que desempenhamos ao interagirmos uns com os outros.

A seção seis está centrada em apresentar o “Procedimento Metodológico” utilizado para coletar os dados, apontando as duas etapas da pesquisa: os questionários semiestruturados e as entrevistas. Na sétima seção, “Analisando conflitos”, apresentamos a análise de dados, descrevemos as informações levantadas através dos questionários semiestruturados e entrevistas nos grupos focais reflexivos, discutindo o que revelam os dados acerca das interações e dos conflitos existentes entre surdos e intérpretes no momento da interpretação. Por fim, nas Considerações Finais, pontuamos quais objetivos iniciais da pesquisa foram alcançados, refletindo acerca das implicações dos resultados da pesquisa para a área de formação de intérpretes, traçando caminhos para pesquisas futuras.

Os gráficos, imagens, quadros e tabelas que elaboramos foram feitos em tons de azul por esta ser a cor eleita pelo Povo Surdo como símbolo da memória de surdos assassinados durante o Nazismo e, hoje, se estende como marca do movimento surdo contra a opressão e a violência linguística. Segundo Neigrames (2019, p. 42), “o azul representaria muito bem o Ser Surdo, nesse movimento de superação [...] e defender seus interesses, como a Língua de Sinais, Identidade e Cultura Surda”. Assim, honrando a trajetória das pessoas para as quais prestamos serviços, como intérpretes, optamos por usar essa cor na tecitura desta pesquisa.

A seguir, apresentamos as trajetórias históricas do povo surdo e dos intérpretes de Libras como categoria profissional, entendendo que esse resgate é indispensável para compreendermos melhor as raízes históricas e identitárias que constituem e influenciam na emergência de conflitos.

2 RESGATANDO TRAJETÓRIAS DE SURDOS E INTÉRPRETES

A explanação sobre os conflitos em situações de interpretação não deve ser um recorte descolado do contexto sócio-histórico-cultural do povo surdo e da categoria profissional dos intérpretes. Neste capítulo, seguimos a diferenciação de conceitos realizada por Strobel (2006) e Campello (2014) de “povo surdo” e “comunidade surda”. Como povo surdo compreendemos o “conjunto de sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, tais como a cultura surda, usam a língua de sinais, têm costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado” (STROBEL, 2006, p. 6). E como comunidade surda, entendemos se tratar “[...] de fato, não só de sujeitos Surdos, há também sujeitos não-Surdos – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham os mesmos interesses em uma determinada localização” (CAMPELLO, 2014, p. 96). Para diferenciar as trajetórias dos surdos e intérpretes, usamos povo surdo brasileiro para nos referirmos aos surdos especificamente. Utilizamos o termo comunidade surda quando o acontecimento em questão impactou a vida de todos ligados aos surdos (inclusive os intérpretes) de forma mais evidente.

É importante compreender como a história desses atores sociais se desenvolveu e qual foi seu efeito na construção de suas identidades e nas relações que estabelecem entre si. Entendemos que essas questões podem trazer luz sobre a emergência de conflitos nas relações que se estabelecem em situações de interpretação. Para tanto, apresentaremos a seguir um resgate histórico das trajetórias do povo surdo brasileiro, bem como dos intérpretes de língua de sinais enquanto categoria.

Embora existam alguns trabalhos que pontuem datas relevantes de acontecimentos históricos da vida do povo surdo, mundial e nacionalmente, é interessante frisar que esses acontecimentos estão vinculados às mudanças na educação e não são necessariamente resgates históricos da vida cotidiana dos surdos. Existem poucos registros históricos das vidas surdas acerca de seus costumes, percepções e lutas⁵. De acordo com Supalla (2006, p. 23):

[...] na pesquisa histórica em língua de sinais, os variados padrões de experiências de indivíduos surdos lutando para modelar suas vidas na sociedade ainda permanecem desconhecidos à comunidade científica. [...] Dessa forma, a história da interação entre pessoas surdas e ouvintes é fragmentada, sendo presumida ao invés de documentada [...].

⁵ Indicamos a leitura de alguns trabalhos realizados por pesquisadores surdos que resgatam a história cotidiana e das línguas de sinais das comunidades surdas em diferentes localidades brasileiras: Bez Batti (2021), Rangel (2004), Schmitt (2008, 2013) e Vilhalva (2009).

Ainda mais notável é perceber que grande parte dos registros existentes são feitos por ouvintes e não por narradores surdos. Sá (2002) expõe esse fato ao dizer

[...] a história dos surdos, contada pelos não surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram descobertos pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem educados e afinal conseguem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (SÁ, 2002, p. 3).

Em conformidade com essa ideia, Strobel (2004, p. 3) explica

A forma parcial dos registros dos vários pesquisadores mostra-nos sua preocupação em nos apresentar a história de surdos numa visão limitada que focalizam, na maior parte, os esforços de tornar os sujeitos surdos de acordo com os modelos ouvintes oferecendo — curas para as suas — audições danificadas.

É incontestável que muito da história do povo surdo não está registrada e que o que temos são alguns recortes de movimentos institucionalizados, da História da Educação de Surdos, de ações governamentais relacionadas aos surdos e de perspectivas várias sobre os acontecimentos de um ponto de vista majoritariamente ouvinte. Isto posto, registraremos alguns acontecimentos marcantes acerca da história do povo surdo e, embora não pretendamos nos ater a acontecimentos internacionais, entendemos ser importante destacar alguns que impactaram na forma com que o governo e a sociedade em geral viam o povo surdo e, automaticamente, como isso impactou a vida de profissionais da interpretação e na vida das pessoas surdas no Brasil atualmente.

Entre os séculos XVII e XVIII, construiu-se um longo embate acerca da educação de surdos advinda da contraposição entre o Oralismo e o uso de sinais. Ainda que houvesse essa dicotomia em relação à melhor Concepção de Ensino de como educar surdos, esse período foi prolífero para a abertura de escolas que ensinavam surdos não só usando línguas de sinais, como também empregando professores surdos para o ensino. Esse momento da história surda é denominado de período da Revelação Cultural por Strobel (2009) e de época áurea por Sacks (1998). Esse período é entendido como um momento na história do povo surdo em que não havia problemas com a educação de surdos nem com o acesso à língua de sinais. Foi um período profícuo em que havia “escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos” (STROBEL, 2009, p. 12).

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, a partir das ideias de Charles Michel de L’Epée, o francês E. Huet⁶, em parceria com Dom Pedro II, criou o Instituto Imperial

⁶ Professor surdo francês que acreditava no uso da língua de sinais como a metodologia mais efetiva para a educação de surdos.

de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos — INES) em 1857. Esse foi um ponto de partida para a institucionalização da educação de surdos no país. Porém, pouco tempo depois, ocorreu o Congresso de Milão, em 1880, que marcaria a história das comunidades surdas internacionalmente. Desse momento em diante, o ensino passou a ser totalmente oralista, focado na reabilitação auditiva e no treino de leitura orofacial (DUARTE *et al.*, 2013).

Segundo Skliar (2016), uma das consequências desse Congresso foi a demissão de professores surdos e sua eliminação como educadores, uma forma de impedir que pudessem ter qualquer tipo de força e organizar manifestações contra o Oralismo. Tem início a época do chamado Isolamento cultural, em que os surdos foram impedidos em instituições de ensino de utilizarem a língua de sinais e de serem ensinados através dela (STROBEL, 2009).

No Brasil, o impacto dessa decisão foi sentido na forma como a Educação de Surdos passou a ser vista. Com as trocas de diretorias e intervenções inclusive do próprio governo, a metodologia de ensino para surdos oscilou entre o uso de sinais e de treinamento oral. Nesse período, segundo Rocha (1997), a forma como os surdos eram vistos perante o governo também sofreu uma mudança influenciada pelos ventos internacionais: de deficientes “inválidos” passaram a ser vistos como pessoas que poderiam ser treinadas a fim de serem úteis.

Em 1911, o governo publicou o Decreto n. 9198 que ordenou que o método oral fosse adotado em todas as disciplinas no INES. Com uma metodologia imposta pelo próprio governo, o Instituto foi aos poucos perdendo a abordagem humana que permitia o respeito, o ensino e a interação em língua de sinais. Em 1947, foi publicada por professores do Instituto a cartilha “Vamos falar” refletindo claramente a direção que estava sendo tomada na Educação de Surdos. Essa descaracterização levaria ao fracasso escolar dos alunos (em 1914, 60% deles não alcançaram um nível satisfatório de escolarização) como também à marginalização do instituto, que passa a ser transformado por algumas gestões e nomeado na época de “casarão do silêncio”, “asilo de infelizes”, “casa de pensão” (ROCHA, 2007, p. 14-15). Durante décadas e com as constantes mudanças de direção, o Instituto foi alternando seus métodos e o público atendido, porém somente na década de 1980 a língua de sinais passa a fazer parte do projeto político pedagógico novamente⁷.

⁷ Para um resgate detalhado da história do INES e da educação de surdos no Brasil, indicamos dois trabalhos da professora Solange Rocha: “INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos” (1997) e “O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos” (2007).

Durante essa fase de isolamento cultural, em que a língua de sinais foi preterida e em que a principal referência em Educação de Surdos no país também havia sido solapada pelo Oralismo, foram as associações que se tornaram núcleos de resistência, cultura e difusão da língua de sinais. De 1930 a 1959, temos registros de várias associações sendo criadas em diferentes localidades no Brasil, como pontos de fortalecimento do povo surdo.

Em meados de 1960, com o fracasso do Oralismo em efetivamente desenvolver a linguagem em pessoas surdas, surge a filosofia educacional da Comunicação Total. Segundo Capovilla (2000), a Comunicação Total defendia o uso de todo e qualquer meio que pudesse facilitar a comunicação com e dos surdos (fala sinalizada, gestos, sistemas artificiais e até os sinais). Essa filosofia surgiria concomitantemente às pesquisas de Willian Stokoe, nos anos 60, que sedimentaram a linguística das línguas de sinais a partir da comparação da ASL (Língua Americana de Sinais) com o inglês. Referindo-se a Stokoe, Ramos (2004, p. 4) informa que

Sua primeira publicação, *Language Structure: An outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*, de 1960, é tida como marco, como “prova” da importância lingüística das Línguas de Sinais. Em 1965 ele publica, em co-autoria com D. Casterline e C. Cronoberg, o primeiro dicionário de Língua de Sinais (*A Dictionary of American Sign Language*), inserindo definitivamente o estudo das Línguas de Sinais na ciência linguística [sic].

As pesquisas em línguas de sinais impulsionaram a Comunicação Total por um tempo, porém, com o passar do tempo alguns problemas começaram a se manifestar. Embora a comunicação entre crianças surdas e a comunidade ouvinte tivesse melhorado, “as habilidades de leitura e escrita ainda continuavam limitadas” (CAPOVILLA, 2000, p.109).

O avanço dos estudos acadêmicos voltados para a língua de sinais coincide com uma mudança de postura dos próprios surdos. É nessa fase que acontece o chamado Despertar cultural, “uma nova fase para o renascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após muitos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos” (STROBEL, 2009, p. 12). Muitas discussões surgiram em prol da Educação de Surdos e culminariam em um novo olhar sobre a comunidade surda, desencadeando o Bilinguismo⁸ como método mais assertivo para a educação de surdos.

A década de 80 é cenário de grandes mudanças e do fortalecimento do povo surdo brasileiro em relação a sua identidade e papel na luta pelos seus direitos. É também nessa época que ocorre um despertar dos estudos acadêmicos sobre a surdez. No cenário político-social, o

⁸ “O Bilinguismo é a educação em que a Libras e a modalidade escrita do Português sejam línguas de instrução” (VIEIRA, 2014, p. 182).

Brasil estava vivendo uma expansão de movimentos sociais e, sob a égide do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (ONU, 1981), começaram a se organizar as primeiras manifestações surdas, reivindicando direitos sociais, acessibilidade e comunicação (BRITO, 2013, 2016). Porém, ainda não havia clareza em relação ao papel da língua de sinais como forma de identidade e emancipação cultural.

Esse amadurecimento sobre o papel da língua de sinais enquanto questão nevrálgica para alcançar a igualdade se deu aos poucos e foi eliciado também pelo entrelaçamento de vários acontecimentos como: a Fundação da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos (1983); o fechamento da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA) e a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) em 1987, em que os próprios surdos trazem para si a liderança da entidade; e a promulgação da Constituição Federal (1988).

A Constituição Federal reiterava a égide da igualdade de direitos abrindo espaço para uma educação que respeitasse a diferença cultural e foi nesse ínterim que surge a abertura de um dos primeiros programas de pesquisa voltados para os surdos, denominado Estudos Surdos pelo pesquisador Carlos Skliar (1988), e os estudos sobre o Bilinguismo organizados pela professora Ferreira-Brito (BRITO, 1989). O panorama que se desenhava tornava favorável em vários âmbitos o fortalecimento da alteridade surda, o que propiciou a partir da década de 90 uma mudança nas proposições da comunidade.

Segundo o estudo de Brito (2013), a crescente organização dos surdos em busca de seus direitos, inclusive de garantir intérpretes nos serviços públicos, ainda estava vinculada à igualdade e não necessariamente ao reconhecimento de sua organização cultural identitária e linguística distinta da maioria ouvinte. Brito chama de “guinada discursiva” quando, em um documento produzido pela FENEIS em 1993, a comunidade reivindica expressa e nominalmente seus *direitos linguísticos*.

Nesse ínterim, no cenário internacional e nacional, algumas declarações e leis são publicadas, fortalecendo a ideia do respeito: às minorias (a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas – ONU, 1992), às particularidades dos educandos (Declaração de Salamanca, 1994), ao direito linguístico (Declaração dos Universal dos Direitos Linguísticos – UNESCO, 1996), e à igualdade de oportunidades no processo educacional (Lei n. 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – BRASIL, 1996). Ganham mais força os estudos linguísticos acerca da Libras, e citamos os trabalhos importantes das professoras Eulália Fernandes (MENEZES; FEITOSA,

2015) e Tanya Amara Felipe (BRITO, 2013) que difundiram a educação de surdos e o Bilinguismo para surdos.

Essa crescente movimentação culminaria, em 2000, na publicação da Lei de Acessibilidade (Lei n. 10.098), em 2002, na publicação da conhecida Lei Libras (Lei n. 10.436) e, em 2005, no Decreto 5.626 que regulamentaria a referida Lei que dispõe sobre a Libras e o artigo 18 da Lei de Acessibilidade (Lei n. 10.098). Esses dois últimos documentos (a Lei Libras e o Decreto) são entendidos como marcos em termos de políticas linguísticas para a comunidade surda brasileira (RODRIGUES, 2014).

Os debates proeminentes acerca da garantia de direitos e do respeito à diversidade das minorias nos anos 1990 levam também a um movimento de demanda por intérpretes de Libras no âmbito educacional. Em 2008, essa demanda se ratifica com o lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI), que preconizava que alunos surdos deveriam ter intérpretes que os atendessem em sala de aula. (SOUZA; SOUZA, 2020).

Pensamos ser importante resgatar alguns pontos relevantes sobre a trajetória dos intérpretes de Libras no Brasil. Ao pensar nesse texto, a princípio, acreditávamos ser possível separar a história dos surdos da dos intérpretes de Libras. Porém, é inegável que são histórias que se constroem conjuntamente e que possuem acontecimentos que impactaram as vidas de ambos de forma concomitante. Entre eles há uma relação intrínseca de interação e participação em diferentes situações na sociedade. E são esses papéis assumidos que impactam na construção de suas relações. No caso dos intérpretes de línguas de sinais, é intrigante perceber que, assim como no caso do povo surdo, há pouco da história da categoria registrada e a maioria dos trabalhos que pontua a história é atrelada à atuação educacional (PEREIRA, 2010). Segundo Santos (2006), há um apagamento desse registro.

Precisar a data e o lugar dos primeiros ILS se constitui em uma tarefa difícil de ser realizada. Por um lado, essa dificuldade se dá pelos raros documentos escritos que tratam sobre a história dos ILS. Por outro lado, antigamente, a atividade de interpretar não era reconhecida enquanto profissão, dificultando saber quem eram essas pessoas (SANTOS, 2006, p. 46).

Assim, a escassez de reconhecimento, a marginalização da atividade, como também a falta de recursos tecnológicos que propiciassem o registro das atuações de intérpretes, convergiram para dificultar o resgate histórico da categoria. Porém precisamos pontuar iniciativas valiosas de intérpretes que têm registrado através de dissertações, artigos e projetos de extensão as histórias orais dos intérpretes de Libras como forma de resgatar os relatos desses

profissionais⁹. O percurso dos intérpretes brasileiros pode ser levantado a partir da década de 1980.

As travessias que historicizam este profissional estão demarcadas juntamente às lutas das comunidades surdas e aos primeiros estudos linguísticos em Libras, que datam nessa mesma década (1980). Estes movimentos advêm principalmente dos ambientes religiosos, que foram os primeiros a popularizar a língua das pessoas surdas como veículo de comunicação, expressão, educação e evangelização social, trazendo a polêmica da identidade linguística destes sujeitos, promovendo o direito à autonomia dessas pessoas como seres de expressão política, social e cultural (SANTOS, 2012, p. 6).

A origem dos intérpretes no Brasil remete a contextos religiosos e assistencialistas e, em sua maioria, sem formação adequada. Santos (2006, p. 58) comenta que nesses espaços “não era investido na formação desse profissional” e que a base da atuação era o voluntariado. Além dos intérpretes de origem religiosa, havia os “intérpretes” filhos ou familiares de surdos com algum conhecimento da língua de sinais. A origem religiosa/assistencial dos intérpretes os vestiu diante da sociedade de forma geral, e da comunidade surda durante um tempo, como pessoas benevolentes e compassivas (SANTOS, 2006). A formação e a perspectiva de profissionalização certamente não eram a prerrogativa das origens assistencialistas desses profissionais. Haveriam de buscá-las por outros caminhos.

A procura por profissionalização e união como categoria foi se delineando aos poucos. O I Encontro dos Intérpretes de Libras, promovido pela FENEIS em 1988, é uma marca importante porque desvelou a necessidade de discussões específicas pertinentes à atuação dos intérpretes. A FENEIS, à época, possuía um departamento que cuidava especificamente de questões ligadas a intérpretes de Libras, o Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS (DNIF) (PIRES; NOBRE, 2004).

O amadurecimento dos surdos em relação às suas necessidades e o melhor delineamento de quais eram suas bandeiras tiveram impacto no fomento à capacitação de intérpretes, com um perfil distinto ao das origens assistencialistas. Esse perfil deveria ser alinhado ao acesso dos surdos a outros espaços que exigiriam conhecimento, preparo e especialização, ou seja, formação e profissionalização dos intérpretes enquanto categoria. A criação de um departamento focado nos intérpretes dentro da FENEIS mostrou que havia essa preocupação por parte dos surdos. Para Santos (2006), a oficialização da profissão dos

⁹ Cf. “O intérprete de LIBRAS: um olhar sobre a prática profissional” (COUTINHO; SANDER; PIRES, 2000), “Trajetórias de intérpretes de Libras-português no Brasil: alteridade constitutiva da profissão” (JUNG, 2022) e o projeto de extensão “Rodas de Conversas entre TILS”, de Ricardo Sander, Geralda Ferreira e Ana Paula Jung. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CEkB3a9PaNE&ab_channel=RicSander. Acesso em: 23 set. 2022.

intérpretes fazia parte, inclusive, de um projeto de Lei enviado ao Congresso pela FENEIS, ratificando o interesse em que a categoria fosse regulamentada.

A iniciativa em prol de formação e profissionalização também foi se desenvolvendo internamente nos grupos de intérpretes, mais encontros para discutir a interpretação começaram a ser organizados em vários estados e a necessidade de capacitação formal passou a ser ainda mais urgente diante das demandas que foram aumentando e se especializando. A Lei de Libras foi publicada em 2002 e, a partir de então, algumas iniciativas de veicular informação específica para tradutores e intérpretes começaram a se desenvolver.

Por exemplo, em 2004, acontece a publicação do livro *Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e de Língua Portuguesa*, de Ronice Quadros em parceria com o MEC. Esse livro foi importante para a época na caracterização dos aspectos atitudinais e procedimentais do profissional tradutor e intérprete e na diferenciação entre o profissional intérprete e o profissional instrutor e professor de Libras.

Foi também em 2004 que a Deputada Maria do Rosário tentou conseguir o reconhecimento da profissão de intérprete de Libras a partir do Projeto de Lei n. 4.673, que seria aprovado somente em 2010 através da Lei n. 12.319 (DOS SANTOS, 2020). Em 2005, com a publicação do Decreto n. 5.626, a formação do intérprete veio novamente à tona, dessa vez com implicações mais perenes. Segundo o autor, o Decreto estipulava que os intérpretes teriam:

[...] duas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho: (i) por meio da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa no curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005), o que foi cumprido apenas em 2012, com a primeira turma de Bacharelado, que se iniciou em 2008 na UFSC (Art. 17); (ii) por meio da aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, ProLibras (Art. 19-20) (DOS SANTOS, 2020, p. 84).

O Decreto evidenciava duas questões: a proposição da formação no ensino superior e um exame anual realizado pelo governo em parceria com instituições de ensino superior que serviria como uma certificação, até que a formação superior estivesse operante com turmas de profissionais formados. O exame do ProLibras¹⁰ teve sua primeira edição em 2005 (com sete edições, a última em 2015). Em 2006, o curso Letras-Libras Licenciatura foi lançado pela UFSC e prioritariamente surdos seriam aceitos para receber formação de professores de Libras. A modalidade Letras-Libras Bacharelado foi aberta somente em 2008, com o objetivo de formar

¹⁰ Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras-Língua Portuguesa.

tradutores e intérpretes de Libras (DALL'ALBA; SARTURI, 2014). O movimento pela profissionalização ganhou mais força com a fundação no mesmo ano da Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS).

Quando, por fim, a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) é publicada através da Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), ocorreu algo curioso. Nessa lei, a formação em nível superior não é mencionada e como formação prevista para os TILS são citados

- I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (BRASIL, 2010).

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146) é publicada e nela a formação sugerida para intérpretes é

- I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;
- II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras (BRASIL, 2015).

O descompasso entre o Decreto e as Leis subsequentes criou uma falta de direção clara com respeito à formação e gerou alguns desdobramentos. Por exemplo, o avanço da demanda por intérpretes impulsionado pelo Decreto, pelo modelo inclusivo de educação e pelo ingresso de surdos no ensino superior criou concomitantemente uma grande oferta de cursos de formação privados. Esse aumento vem gerando notadamente um sucateamento da formação, uma vez que nem todos os cursos oferecidos são de qualidade.

Essa problemática não parece ter em seu horizonte uma resolução premente, em primeiro lugar, por conta da falta de clareza na legislação acerca dos critérios claros para a formação de intérpretes, como também pela falta de equidade na oferta dos cursos em nível superior de Letras-Libras, uma vez que não estão disponíveis em todos os estados brasileiros (RODRIGUES, 2018b). A situação é ainda mais gritante no interior do país, gerando uma procura por qualquer tipo de formação que seja possível, o que não necessariamente significa a melhor formação que o profissional pode obter.

Consequentemente, temos um outro desdobramento em Estados e municípios que, ao formularem seus editais de contratação, frequentemente assumem o ProLibras como critério de

contratação para vagas de TILS, ainda que, como comentamos anteriormente, esse exame não tenha caráter formador, apenas certificador. Em alguns editais, cursos de graduação somados a uma extensão universitária ou a cursos de Libras de baixa carga horária são contemplados como requisitos de formação no lugar do curso de Bacharelado Letras-Libras.

Os problemas com a formação e com o que as instituições pontuam como requisitos em seus editais de contratação geram uma oferta de interpretação que oscila em termos de competências. Diante desse quadro, os surdos atualmente podem ser atendidos mesmo em instituições de ensino superior por intérpretes que não necessariamente têm formação especializada para tal atuação. Esse abismo se ampliou significativamente em 2019 com o Decreto n. 10.185, que extinguiu cargos efetivos vagos e vetou a abertura de concursos públicos para tradutores e intérpretes (BRASIL, 2019).

Em decorrência disso, com o crescente ingresso de surdos nas instituições públicas de ensino, o que se vê agora são as dificuldades enfrentadas por equipes de tradução e de interpretação de Libras e português diante da quantidade de demandas que precisam atender, o que implica diretamente a qualidade da educação de surdos em todos os níveis (WITCHS, 2021, p. 150).

Além do aumento da demanda para os intérpretes já contratados, pontuamos novamente a possível falta de critérios de contratação diante do ingresso da terceirização para preencher as lacunas, com custo diminuído e sem tanto rigor quanto em certames institucionalizados, impactando na qualidade do serviço ofertado. Witchs (2021) também traz à tona um outro problema ocorrido em 2019:

[...] em 2019, também foi criado o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o que tornou oportuna a possibilidade de contratação de intérpretes de língua de sinais voluntários. Essa questão, por sua vez, abre precedentes para que as conquistas trabalhistas da categoria de tradutores e intérpretes de língua de sinais sofram sequelas (WITCHS, 2021, p. 150).

O intenso esforço dos últimos quarenta anos com vistas à profissionalização, formação e delineamento de atuação sofre um ataque sério ao reduzir uma categoria ao voluntariado. Não somente a maior parte das vagas em instituições federais se dão atualmente pela terceirização como também, mesmo em espaços institucionalizados, os intérpretes são pressionados a interpretar voluntariamente, em momentos que não são laborais. Esse movimento impacta negativamente no progresso que a categoria havia realizado até então, gerando precarização das condições de trabalho.

O povo surdo brasileiro também vem sofrendo impactos importantes desde a implantação do modelo inclusivo nas escolas. O primeiro golpe foi a tentativa do fechamento

do INES, em 2011, sob a acusação de segregacionismo, o que levaria a um levante da comunidade não só em prol do não fechamento, como também pela defesa da criação das Escolas Bilíngues. Essa luta levaria à inclusão do texto que cita esse direito no Plano Nacional de Educação (PNE)¹¹.

Após essa conquista, em 2019, foi criada dentro do MEC através do Decreto n. 9.465 e inserida na Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS). Dentre as atribuições da Diretoria está a criação de escolas bilíngues de surdos, objetivo que esbarrou na localização legal da educação de surdos dentro da pasta da Educação Especial. Em palestra sobre a atuação da DIPEBS¹², a diretora da época, Crisiane Bez Batti, explicou que, embora houvesse algumas leis que amparassem os surdos e seu direito linguístico, enquanto a Educação Bilíngue de Surdos não constasse como modalidade específica de educação na Lei da LDB, haveria muita dificuldade em lançar um programa de escolas bilíngues de fato.

Após intensa movimentação da comunidade surda, da FENEIS e da DIPEBS, foi aprovada a alteração na LDB inserindo a Educação Bilíngue de Surdos por meio da Lei n. 14.191 de 2021 como uma modalidade de ensino independente (BRASIL, 2021). Essa alteração é importante e representa um progresso que pode abrir caminhos para mudar uma realidade bastante comum entre os surdos brasileiros – o contato tardio com a língua de sinais e a dificuldade com a aprendizagem do português como segunda língua.

Nota-se uma realidade que é resultado direto de modelos educacionais defasados, falta de metodologia adequada, profissionais não capacitados e na maioria das vezes não fluentes em Libras, entre outras questões que inviabilizam o aprendizado pleno da língua de sinais e do português como segunda língua, impactando diretamente no desenvolvimento e no acesso de pessoas surdas. No Quadro 1, reunimos os acontecimentos históricos das trajetórias da comunidade surda e da categoria de intérpretes de Libras registrados até o momento.

¹¹ “4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas [...]” (BRASIL, 2014).

¹² Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=z3FJ0HfUhoI&list=PL_IK849AugUeKUUhXi8eJBYWGnlX2856HV&index=36&ab_channel=F%C3%B3rumBil%C3%ADngueGO. Acesso em: 28 ago. 2022.

Quadro 1 – Acontecimentos históricos importantes nas trajetórias de surdos e intérpretes brasileiros

DATA	ACONTECIMENTO
1855	O educador francês E. Huet, especializado em ensino de surdos, chega ao Brasil.
1857	Fundação do Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atual INES), criado por D. Pedro II em parceria com E. Huet.
1880	Congresso de Milão institui o Oralismo.
1911	O governo publica o Decreto n. 9.198 que ordena que o método oral fosse adotado em todas as disciplinas no Instituto (atual INES) (BRASIL, 1911).
1930	Associação Brasileira de Surdos-Mudos foi fundada no Rio de Janeiro e desativada pouco tempo depois.
1951	Fundação da <i>World Federation of the Deaf – WFD</i> (Federação Mundial de Surdos).
1960	Estudos de Stokoe sobre as línguas de sinais são divulgados.
1975	Ocorre um Congresso em Washington, Estados Unidos. Na ocasião, os presentes concordaram que o Oralismo tinha prejudicado toda a comunidade Surda durante quase 100 anos. Esse pensamento acarretou em uma nova era para a condução da formação e desenvolvimento educacional dos surdos: o Bilinguismo.
1981	Promulgação pela Organização das Nações Unidas (ONU) do ano de 1981 como Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), com o objetivo de promover a participação plena destes em igualdade de condições.
1983	Fundação da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos.
1986	Publicação de artigo da professora Lucinda Ferreira-Brito sobre o Bilinguismo para surdos.
1987	Em uma Assembleia geral na qual se votou o fechamento da FENEIDA, um grupo de surdos propôs a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).
1988	Carlos Skliar organiza um programa de pesquisa baseado na perspectiva da Educação, ao qual chamou de Estudos Surdos, cuja proposta era a de abordar as culturas e as comunidades surdas pela chave da diferença e do reconhecimento político.
1988	É Promulgada a Constituição Federal (BRASIL, 1988).
1988	Acontece o I Encontro Nacional do Intérprete de Libras, promovido pela FENEIS.
1990	Ocorre a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtein, Tailândia.
1992	Publicada a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (ONU, 1992).
1992	II Encontro Nacional do Intérprete de Libras, promovido pela FENEIS.
1993	É elaborado e publicado o documento “As comunidades surdas reivindicam os seus direitos linguísticos” pela FENEIS, marcando o uso do nome Língua Brasileira de Sinais/Libras para se referir à língua de sinais da comunidade surda brasileira.
1994	Publicada a Declaração de Salamanca (ESPAÑA, 1994), que trata dos princípios, política e prática em educação especial.
1994	Acontece a passeata realizada no Rio de Janeiro pelo grupo Surdos Venceremos, liderado por Nelson Pimenta, surdo e ativista, reivindicando direitos para os surdos.
1996	A FENEIS e a Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos (FENAPAS) apresentam um projeto de lei pelo reconhecimento da Libras como a língua da comunidade surda no Senado.
1996	Publicada a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996).
1996	Publicada a Lei n. 9.394 (LDB). Os artigos 4, 58, 59 e 60 garantem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional (BRASIL, 1996).
1997	Lançada a primeira edição da formação de agentes multiplicadores de Libras, projeto Libras em Contexto, parceria entre MEC/Feneis.
1999	Ocorre a Passeata em Porto Alegre que se encerra com a entrega do documento “A Educação que nós surdos queremos” (FENEIS, 2018), que reivindica o direito a uma Educação Bilíngue.

1999	Ocorre o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos – NUPPES e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
2000	Publicada a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000).
2001	Acontece a I Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo.
2002	É lançada a Lei n. 10.436 (Lei Libras), reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação da comunidade surda (BRASIL, 2002).
2004	Acontece a publicação do livro <i>Tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e de Língua Portuguesa</i> , de Ronice Quadros em parceria com o MEC.
2005	O Decreto n. 5.626 é publicado regulamentando a Lei Libras (BRASIL, 2005).
2005	O exame ProLibras passa a ser ofertado nacionalmente para certificar professores de Libras e intérpretes.
2006	O curso Letras-Libras modalidade Licenciatura, com o objetivo de formar professores prioritariamente surdos, é lançado pela UFSC em parceria com nove polos no Brasil.
2008	É lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
2008	É fundada a Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS).
2008	O Curso Letras-Libras modalidade Bacharelado é oferecido pela UFSC com o objetivo de formar tradutores intérpretes de Libras.
2009	É publicado o Decreto n. 6.949, que promulga a Convenção das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009).
2010	É publicada a Lei n. 12.319, que regulamenta a profissão de intérprete (BRASIL, 2010).
2010	Tentativa de fechamento do INES.
2013	É criada uma linha de pesquisa específica em Estudos da Interpretação contemplando também a interpretação de língua de sinais no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução/PGET-UFSC.
2014	A Lei que aprova o Plano Nacional de Educação é aprovada, ratificando o direito a escolas e classes bilíngues.
2015	É publicada a Lei n. 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão) (BRASIL, 2015).
2019	O Decreto Federal n. 10.185, que passou a vetar concursos para intérpretes de língua de sinais, é publicado (BRASIL, 2019).
2019	Lançado o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, que impacta negativamente a categoria de profissionais tradutores intérpretes.
2021	A Lei n. 14.191 insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como uma modalidade de ensino independente (BRASIL, 2021).

Fonte: elaborado pela autora.

O detalhamento dessas trajetórias evidencia que foram necessários muitos anos de luta para que os espaços sociais de educação de pessoas surdas e do reconhecimento e valorização da profissionalização da categoria de intérpretes de Libras fossem alcançados. É notório que o povo surdo teve seus direitos furtados durante muitos anos. Foram impedidos de exercer sua cidadania de maneira plena pela falta de acesso em diferentes âmbitos, pela demora no reconhecimento da língua de sinais e no seu uso como direito, na outorga de seus direitos trabalhistas, entre outras limitações que lhes foram impostas.

Os reflexos desse processo de reconhecimento gradual tiveram implicações não só sobre os surdos como também na atuação dos profissionais intérpretes, uma vez que a categoria realizou um caminho paralelo ao dos surdos, dependendo das conquistas e do reconhecimento cultural e linguístico das pessoas surdas para que a categoria pudesse se firmar e se desenvolver profissionalmente.

Diante do panorama histórico apresentado até aqui, interação em situações de interpretação dois participantes com identidades construídas pelos respectivos grupos que os precederam e que representam. Por um lado, temos um cliente surdo, advindo de uma comunidade que trabalha para lidar com questões antigas, como a opressão dos modelos ouvintistas, a exposição à vulnerabilidade linguística, uma grande lacuna de formulação de políticas linguísticas que a atendessem (SKLIAR, 1998) e, em contrapartida, uma organização política recente (STROBEL, 2009; RAMOS, 2004a). É por conta desse histórico que encontramos muitos surdos que aprenderam a língua de sinais tardiamente, impactando em sua fluência e compreensão nas interações com intérpretes e comprometendo seu aprendizado de português escrito.

Porém, a comunidade também se defronta com outras questões emergentes: a implementação de novas políticas de educação bilíngue que podem propiciar a abertura de escolas bilíngues e, com isso, a possibilidade de mais surdos terem contato precoce com a língua de sinais, o aumento no ingresso de surdos no ensino superior e a necessidade de formação bilíngue nas diversas áreas de conhecimento, contribuindo com a criação de glossários, dando suporte à atuação dos intérpretes e a consequente ampliação das perspectivas de profissionalização dos surdos. Ou seja, a identidade surda atual, enquanto grupo, carrega vozes do passado, mas também se move com novas possibilidades.

No outro lado da interação, temos o intérprete, que teve uma identidade profissional constituída lentamente e com muita dificuldade separada do assistencialismo, e que como categoria, por conta da construção histórica, encontra uma grande heterogeneidade de formação. Além disso, os intérpretes atualmente se deparam com múltiplas questões emergentes: demandas cada vez maiores de interpretação especializada em diversos âmbitos; confusão de critérios em relação à formação nas contratações (DOS SANTOS, 2020); e questões ligadas à falta de confiança na atuação em áreas especializadas de conhecimento por falta de formação específica, afetando sua atuação e tomada de decisões (SOLER, 2015); dificuldades de atuação em áreas mais especializadas por conta do lento processo de desenvolvimento de glossários de sinais específicos (SANTOS, 2016); baixa valorização da profissão e falta de perspectiva de progressão em carreiras institucionais públicas por conta de

extinção de concursos (WITCHS, 2021); consequente submissão à terceirização e precarização do trabalho (TARGINO *et al.*, 2021; LEMOS, 2019); pressão ao retorno do voluntariado regredindo em anos de conquistas e o delineamento de sua atuação profissional (WITCHS, 2021).

Diante da complexidade das construções identitárias que foram se elaborando no decorrer das trajetórias históricas de surdos e intérpretes, não é de admirar que em situações de interpretação em que ambos interagem com diferentes papéis, objetivos e em âmbitos distintos, possam ocorrer conflitos. Porém para compreendê-los é importante esclarecer o que entendemos como Interpretação e quais são as complexidades deste processo. São essas questões que discutiremos na próxima seção.

3 CONCEITOS NORTEADORES SOBRE A INTERPRETAÇÃO

A interpretação é uma das mais antigas atividades humanas, a julgar pela necessidade intrínseca de comunicação que nos caracteriza e pela variedade de línguas e culturas que existem há milênios (PAGURA, 2003; POCHHACKER, 2004). Porém, curiosamente, foi a tradução que avançou primeiro em termos de *status*, registro histórico e área de pesquisa institucionalizada (GILE, 2004).

Desde então, a tradução passou a ser entendida de duas formas distintas: como *hiperônimo* que abarca todos os estudos e atividades envolvendo a translação de uma língua para a outra, como também enquanto *processo* específico¹³. Nesse contexto, embora a interpretação seja uma atividade mais antiga, teve seus primeiros delineamentos e localização dentro do grande campo dos Estudos da Tradução (ET) como um tipo especializado de tradução. Aludida por Holmes (1972) em seu famoso mapeamento dos ET como “tradução oral”, foi relativamente há pouco tempo, em 1992, que passou a dar os primeiros acenos em direção ao *status* de área autônoma dos ET como Estudos da Interpretação (EI), quando Daniel Gile assim a nomeou em uma palestra da Universidade de Viena (PÖCHHACKER, 2004, 2010, 2016). Em 1993, Heidemarie Salevsky utiliza pela primeira vez o termo “Estudos da Interpretação” em uma grande publicação internacional (PÖCHHACKER, 2010, 2016). O mapeamento de Williams e Chesterman (2002) para os ET não somente cita a interpretação como área alocada nos estudos tradutórios, como também menciona a interpretação de língua de sinais e a interpretação para surdos como um tipo especial de interpretação (BARTHOLAMEI JUNIOR; VASCONCELLOS, 2008; RODRIGUES; BEER, 2015). Segundo o levantamento realizado por Rodrigues e Beer (2015), é a publicação do *Reader* de EI por Franz Pöchhacker e Miriam Schlesinger em 2002¹⁴ que marca de forma contundente a afirmação dos EI como um campo disciplinar específico.

A autonomia de um campo específico de estudo voltado para a interpretação se deu pelo entendimento de que existe uma diferença entre o *processo* de tradução e o de interpretação. Há muitas perspectivas distintas com respeito a essa diferenciação, as quais são apresentadas incansavelmente em livros de referência e em pesquisas acadêmicas (ESTANISLAO, 2021). Trazemos aqui alguns autores que consideramos relevantes para

¹³ Geralmente a palavra tradução é grafada como “Tradução” quando nos referimos ao campo de estudos/área acadêmica e grafada como “tradução” quando nos referimos à atividade e/ou processo.

¹⁴ PÖCHHACKER, F., SHLESINGER, M. (Ed.). *The Interpreting Studies Reader*. London: Routledge, 2002.

delinearmos algumas diferenças entre esses processos. O conceito de Kade (1968) é um interessante ponto de partida, uma vez que, para o autor, a interpretação é um processo no qual

o texto no idioma de origem é apresentado apenas uma vez e, portanto, não pode ser revisado ou reproduzido, e o texto no idioma alvo é produzido sob pressão de tempo, com poucas chances de correção e revisão¹⁵ (KADE, 1968 *apud* PÖCHHACKER, 2004, p. 10)¹⁶.

Pöchhacker (2004) reformula o pensamento de Kade acerca do imediatismo do processamento da informação na atividade de interpretação definindo que “a interpretação é uma forma de tradução em que uma **primeira e última versão em outro idioma** é produzida com base em uma **apresentação única** de um enunciado em um idioma de origem” (PÖCHHACKER, 2004, p. 11, grifo do autor)¹⁷. Acerca da diferenciação entre a interpretação e outros tipos de atividades de tradução, Pöchhacker (2016) explica

Dentro da estrutura conceitual da Tradução, a interpretação pode ser distinguida de outros tipos de atividade de tradução mais sucintamente por seu imediatismo: a princípio, a interpretação é realizada “aqui e agora” para o benefício de pessoas que desejam se envolver na comunicação através das barreiras de linguagem e cultura¹⁸ (PÖCHHACKER, 2016, p. 10).

A discussão trazida por Pöchhacker (2004) é ampliada por Gile (2004, p. 11) quanto às características particulares da interpretação, ao que ele denomina como uma “re-expressão não escrita de um texto-fonte não escrito”. O autor esclarece que tanto a tradução como a interpretação são processos de reformulação de um texto-fonte (escrito, falado ou sinalizado) para um texto-alvo (escrito, falado ou sinalizado). Ambas as atividades envolvem lidar com problemas interlinguísticos e interculturais. Porém o tradutor tem mais tempo para desenvolver o processo, podendo consultar várias fontes de informação e tendo liberdade de revisar seu trabalho caso seja necessário. O trabalho do intérprete é distinto, porque envolve a pressão do tempo e conseqüentemente uma demanda cognitiva aumentada, uma carga de estresse maior inerente ao contexto interpretativo e a responsabilidade envolvida, considerando o contato com um texto-fonte que não pode ser revisto, a produção de um texto-alvo geralmente sem a

¹⁵ “The source-language text is presented only once and thus cannot be reviewed or replayed, and the target-language text is produced under time pressure, with little chance for correction and revision” (KADE, 1968 *apud* PÖCHHACKER, 2004, p. 10).

¹⁶ Todas as traduções foram feitas pela autora, logo dispensa a referência ao longo do texto.

¹⁷ “Interpreting is a form of Translation in which a **first and final rendition in another language** is produced on the basis of a **one-time presentation** of an utterance in a source language” (PÖCHHACKER, 2004, p. 11).

¹⁸ “Within the conceptual structure of Translation, interpreting can be distinguished from other types of translational activity most succinctly by its immediacy: in principle, interpreting is performed ‘here and now’ for the benefit of people who want to engage in communication across barriers of language and culture” (PÖCHHACKER, 2016, p. 10).

possibilidade de correção e/ou revisão e o fato de que ao menos um dos textos com os quais o intérprete tem contato está na modalidade oral da língua (texto não escrito ou não registrado sob alguma forma, no caso das línguas sinalizadas) (GILE, 2004).

Pöchhacker (2004), sistematiza os domínios da interpretação e suas características estipulando oito dimensões distintas de categorização do processo de interpretação: meio (*medium*); configurações (*settings*); modo (*mode*); línguas (*languages*); discurso (*discourse*); participantes (*participants*), intérprete (*interpreter*) e problema (*problem*). A dimensão meio (*medium*) diz respeito a se a interpretação será realizada por uma pessoa ou se será realizada de forma automática através de tecnologia. A dimensão configurações (*settings*) retrata os contextos em que o intérprete pode atuar. Pöchhacker (2004) divide em contextos intersociais/internacionais e intrassociais, sendo que o primeiro retrata principalmente o âmbito de conferência e o segundo se refere à interpretação comumente chamada de comunitária, realizada em ambientes jurídicos e de tribunal, educacionais, midiáticos, de saúde, entre outros. Aqui cabe ressaltar que essa categorização não é unânime entre os pesquisadores, nem em relação à nomenclatura, nem em relação aos contextos que abarca. Pöchhacker (1999) esclarece que uma delimitação conceitual, circunscrevendo a abrangência de atuação da interpretação comunitária, por exemplo, é uma tarefa difícil devido à amplitude de situações possíveis em um campo tão diverso.

Estanislao (2021) comenta que o aprofundamento das pesquisas e dos conhecimentos advindos da prática tem permitido que algumas áreas que se encontravam alocadas dentro do contexto intrassocial ou comunitário passem a ganhar *status* de campo próprio, como é o caso, por exemplo, da interpretação na área da saúde, da interpretação judicial e da interpretação educacional. O âmbito da interpretação também pode definir, a princípio, se a oferta do serviço se configurará de forma monológica ou de forma dialógica. Geralmente no contexto de conferências, a interpretação tende a ser monológica, onde um bloco de informação sem diálogos é interpretado. Já em contextos intrassociais, sob a égide da interpretação comunitária, “a atuação principal tem caráter dialógico, já que o profissional realiza certa mediação social em interações face a face de falantes de distintas línguas” (RODRIGUES; SANTOS, 2018, p. 5).

A dimensão modo (*mode*) compreende a forma como a interpretação será transmitida para os consumidores. Se esta será realizada de forma simultânea, ou seja, ao mesmo tempo em que o texto-fonte está sendo produzido, ou se será realizada de forma consecutiva, em que o texto-fonte é produzido total ou parcialmente, e o intérprete toma notas para depois interpretá-

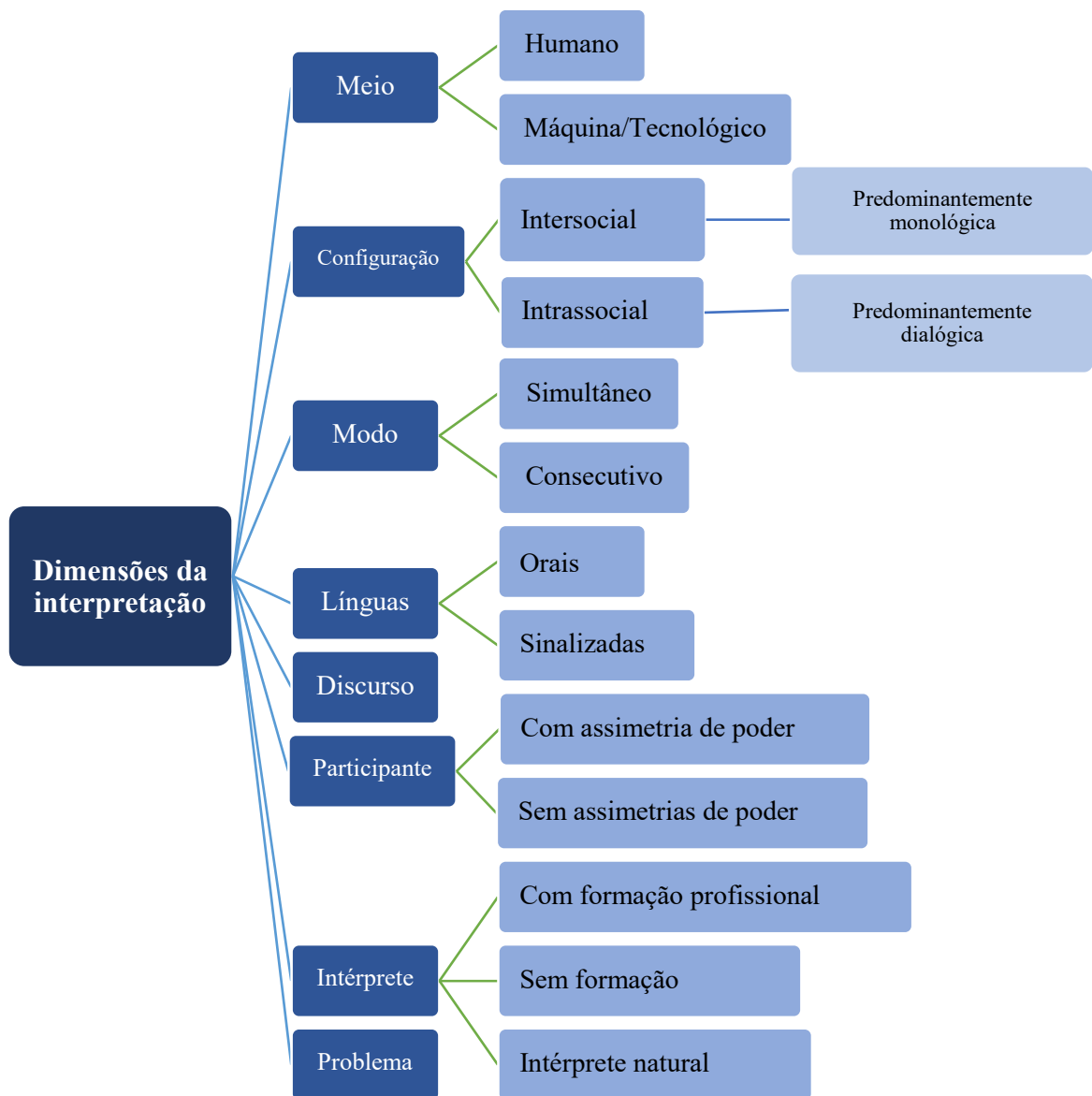
lo aos consumidores. O esquema original de Pöchhacker (2004) traz outras formas especializadas de interpretação simultânea como a interpretação sussurrada, à prima vista.

Na categoria línguas (*languages*), o autor postula que a interpretação pode envolver línguas orais e línguas sinalizadas. Além disso, acrescenta que baixo as dimensões de discurso (*discourse*) e de participantes (*participants*), podemos pensar no tipo de produção que será interpretada, um debate, um discurso, um diálogo face a face, etc., e que dependendo também dessa informação podemos pensar nos participantes da interação. Se a interação acontece entre participantes que detêm papéis sociais similares, de mesmo poder ou se a interação prevê assimetrias de poder entre eles. Fatores que, segundo a LSF, influenciam diretamente nas escolhas linguísticas que realizamos para cumprir com os papéis que assumimos nas interações.

Como últimas dimensões, Pöchhacker (2004) menciona a de intérprete (*interpreter*) e a de problemas (*problems*). A primeira caracteriza se o intérprete tem formação profissional, se detém algum tipo de formação primária ou se é intérprete “natural” (pessoas que por conviverem em ambientes familiares bilíngues acabaram atuando como intérpretes). A segunda dimensão nos brinda com o entendimento de que o processo de interpretação pode deter algumas intercorrências, envolvendo estresse, carga cognitiva aumentada, como também problemas de delimitação de papéis.

Pesquisas como a de Pöchhacker e Schlesinger (2002), Pöchhacker (2004) e Gile (2004), por exemplo, ajudaram a desenhar algumas facetas envolvidas na atividade de interpretação, como também alimentaram os estudos e interesses da área de EI. Essas pesquisas não somente contribuíram para a expansão dos estudos envolvendo línguas orais, mas promoveram um amadurecimento gradual da área, permitindo que, segundo Rodrigues (2012, p. 94), surgissem pesquisas que trouxessem o processo de interpretação de línguas de sinais como “uma vertente específica de estudos”.

Figura 1 – Esquema simplificado das Dimensões da Interpretação baseado em Pöchhacker (2004)



Fonte: elaborado pela autora.

Nesse contexto histórico, o campo disciplinar de Estudos da Tradução e da Interpretação (ETILS) é bastante emergente. Circunscrito ao campo dos ET e EI, começou a receber seus primeiros delineamentos há relativamente pouco tempo. No contexto nacional, começa a se movimentar principalmente através de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em Educação (PEREIRA, 2010; SANTOS, 2010, 2013), migrando depois para programas em Linguística Aplicada e Estudos da Tradução, evidenciando um maior amadurecimento da área. Se a grande área dos ETILS que une os dois campos de estudo em línguas de sinais é recente, pode-se imaginar que os estudos focados exclusivamente na interpretação em línguas de sinais são mais ainda.

Podemos pontuar a pesquisa realizada por Pires (1999) registrada em sua dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como um dos primeiros trabalhos brasileiros voltados para a interpretação de línguas de sinais. A pesquisa, realizada antes do delineamento formal dos EI, aponta que o tema já despertava o interesse de alguns pesquisadores no Brasil.

Outro acontecimento importante para a emergência dos EI em língua de sinais é a criação do curso Letras-Libras modalidade Bacharelado em 2008, como uma iniciativa da UFSC em parceria com vários polos no Brasil. O curso foi criado com o objetivo de formar profissionais tradutores e intérpretes de Libras e certamente abriu possibilidades de pesquisas e espaço de discussão para questões relacionadas à interpretação. Por fim, destacamos a criação de uma linha de pesquisa específica em Estudos da Interpretação contemplando também a interpretação de língua de sinais no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da UFSC (PGET, 2013), pioneiro nesta iniciativa. A constituição desses cursos é vital, principalmente ao se tratar das especificidades intrínsecas da interpretação quando esta envolve uma língua sinalizada. Denominamos essas especificidades de efeitos de modalidade, algo que trataremos na subseção seguinte.

Quadro 2 – Acontecimentos relevantes para a emergência dos EI em Língua de Sinais no Brasil

ANO	AUTOR/INSTITUIÇÃO	ACONTECIMENTO
1972	Holmes	Em seu mapeamento sobre os Estudos da Tradução, alude à interpretação como “tradução oral”.
1992	Gile	Cita os Estudos da Interpretação pela primeira vez em uma palestra na Universidade de Viena.
1993	Salevsky	Utiliza pela primeira vez o termo “Estudos da Interpretação” em uma grande publicação internacional.
1999	Pires	Apresenta dissertação que se torna um dos primeiros trabalhos brasileiros realizados em nível de Pós-Graduação voltados para a interpretação de línguas de sinais. A temática trabalhada pela autora envolveu as questões de fidelidade na interpretação em língua de sinais.
2002	William e Chesterman	Publicam um mapeamento localizando os EI como subárea dos ET e mencionam a interpretação para surdos como um tipo especial de interpretação.
2002	Pöchhacker e Schlesinger	Publicam um <i>Reader</i> de Estudos da Interpretação marcando a afirmação de um campo disciplinar específico.

2008	UFSC	Criação do Curso Letras-Libras modalidade Bacharelado voltado para a formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais.
2013	PGET	Criação de uma linha de pesquisa específica em Estudos da Interpretação contemplando também a interpretação de língua de sinais no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET-UFSC).

Fonte: elaborado pela autora.

3.1 EFEITOS DE MODALIDADE DAS LÍNGUAS DE SINAIS E SUAS IMPLICAÇÕES

A interpretação que envolve línguas de sinais é bastante singular por se tratar de um processo que geralmente ocorre entre línguas de modalidades distintas.

A “modalidade” de uma língua pode ser definida como os sistemas físicos ou biológicos de transmissão nos quais a fonética de uma língua se baseia. Há sistemas separados para a produção e para a percepção. Para as línguas orais, a produção depende do sistema vocal, enquanto a percepção depende do sistema auditivo. As línguas orais podem ser categorizadas, então, como sendo expressas na modalidade vocal-auditiva. As línguas de sinais, por outro lado, contam com o sistema gestual para produção e o sistema visual para percepção. Assim, as línguas de sinais são expressas na modalidade gestual-visual.¹⁹ (MCBURNEY, 2004, p. 351).

Assim, a interpretação entre o português e a língua de sinais, respectivamente uma língua oral (vocal-auditiva) e uma língua de sinais (gestual-visual), se configura como intermodal (ISHAM, 1995; PADDEN, 2000; RODRIGUES, 2018a). As modalidades envolvidas no processo interpretativo trazem consequências para o momento da interpretação. Padden (2000, p. 179)²⁰, esclarece que “línguas de diferentes modalidades, organizam tempo, prosódia e estrutura silábica de maneira diferente, mesmo que o conteúdo linguístico seja semelhante”, segundo as pesquisas realizadas por Klima e Bellugi (1979), Isham (1995) e Wilbur e Petersen (1998). As pesquisas realizadas por Rodrigues (2013, 2018a), aprofundam a discussão sobre os efeitos da modalidade assinalando a necessidade de que o intérprete esteja bem apercebido das questões linguísticas que envolvem a intermodalidade. Ao abordar as línguas de sinais e as propriedades visuais, gestuais e espaciais que as caracterizam, o autor pontua que estas:

¹⁹ “The ‘modality’ of a language can be defined as the physical or biological systems of transmission on which the phonetics of a language relies. There are separate systems for production and perception. For spoken languages, production relies upon the vocal system, while perception relies on the auditory system. Spoken languages can be categorized, then, as being expressed in the vocal-auditory modality. Signed languages, on the other hand, rely on the gesture system for production and the visual system for perception. As such, signed languages are expressed in the visual-gestural modality” (MCBURNEY, 2004, p. 351).

²⁰ “[...] languages of different modalities organize timing, prosody and syllable structure differently even if linguistic content is similar” (PADDEN, 2000, p. 179).

interferem em sua estruturação fonológica e morfológica (marcadamente gestual), em sua organização sintática (acima de tudo espacial), em seu sistema pronominal e em sua concordância verbal (RODRIGUES, 2018a, p. 305).

Segundo Rodrigues (2013), as línguas de sinais e línguas orais

[...] distinguem-se no que tange ao seu modo de produção e recepção, o que traz algumas implicações tais como o fato de as línguas de sinais serem bem mais simultâneas que as orais, mais sintéticas e possuírem *dispositivos linguísticos específicos* (expressões faciais gramaticais, classificadores, possibilidade de os sinais incorporarem informações etc.) (RODRIGUES, 2013, p. 114, grifos do autor).

A simultaneidade das línguas de sinais é um aspecto bastante marcante que as diferenciam das línguas orais. Enquanto as línguas de sinais veiculam informações quadridimensionalmente, as línguas orais são lineares na produção de um fluxo de fala (LOURENÇO, 2015). Essas diferenças de estrutura e produção favorecem as línguas de sinais para que sejam mais compactas, o que faz com que “um sinal possa exigir muitas palavras para ser traduzido e, inversamente, uma palavra possa não precisar de muitos sinais para traduzi-la” (PADDEN, 2000, p. 176)²¹ característica da Libras também apontada por Quadros (2004). Rodrigues (2018a) concorda que essas diferenças linguísticas impactam na “performance corporal-visual” do intérprete, que precisa entender como as informações de uma língua oral encontram pouso em uma língua sinalizada, levando em consideração as estruturas linguísticas usadas, o conteúdo semântico e pragmático e as escolhas lexicais mais adequadas. Esse grande salto translativo, envolvendo canais distintos e dispositivos linguísticos próprios, traz fortes implicações operacionais e, conseqüentemente, carga cognitiva aumentada sobre a interpretação (RODRIGUES, 2018c).

Os efeitos da modalidade abordados pelas pesquisas citadas até aqui²² estão focados em como as características sintáticas, fonológicas e morfológicas da língua de sinais afetam o processo de interpretação. Porém pensar em língua é sobretudo considerar a manifestação da cultura e da interação social. Pereira (2008, p. 136) pontua que pensar na interpretação interlíngua (entre Libras e português) é mais do que uma digressão sobre o processo linguístico, mas sim, abordar a interpretação como um processo de “interação entre sujeitos e culturas”. Assim, para além dos efeitos de modalidade causados pela estrutura da língua, há que se refletir

²¹ “A sign might require many words to translate it, and conversely, a word might not need very many signs to translate it” (PADDEN, 2000, p. 176).

²² Para mais informações sobre os efeitos de modalidade na interpretação de língua de sinais em nível linguístico e de processo, ver Rodrigues (2012, 2013, 2018a).

em como a cultura surda e o fato de ela estar calcada na visualidade afeta o processo de interpretação na forma como estabelece as relações entre o intérprete e seu cliente surdo.

Mindess (1999) explica que a interpretação que envolve línguas de sinais é uma atividade interativa dinâmica. E grande parte desse dinamismo se deve ao fato de que, diferentemente de interpretações entre línguas orais em que muitas vezes o intérprete não necessita ser visto, nas interpretações em línguas de sinais existe a necessidade da presença física do intérprete diante dos surdos. Obviamente há alguns contextos em que os surdos não têm contato com os intérpretes que estão atuando, porém na grande maioria dos contextos, sobretudo nos âmbitos ligados à interpretação comunitária, surdos e intérpretes guardam proximidade física no momento da interpretação. Inclusive em algumas configurações, o contato entre surdos e intérpretes antes das interações é bem-visto para facilitar as mediações (DEMERS, 2005).

A dinâmica em momentos de interpretação, por conta da cultura surda, também envolve *feedbacks* espontâneos através do olhar e das expressões faciais, que para o intérprete podem servir de pistas acerca de como sua interpretação está fluindo ou se algo não está sendo compreendido. Desempenham um papel duplo de válvulas de alívio ou de estresse. Como o foco de atenção da audiência surda²³ precisa estar no intérprete para que nenhuma informação seja perdida (JACOBSEN, 2009), sobretudo no caso de interpretações simultâneas, é criada uma bolha linguística em que intérpretes e surdos se relacionam, conectados visualmente (BRUNSON; LAWRENCE, 2002), permitindo inclusive que os surdos façam “*feedback*, comentários e indagações durante a interpretação sem interferência direta no discurso do falante” (QUADROS, 2004, p. 68) e que interpelem os intérpretes (ROSA, 2008).

Assim, os efeitos de modalidade perpassam aspectos sociolinguísticos, culturais e interacionais. Entendendo que a interpretação de línguas sinalizadas parece pressupor uma forma de interação bastante especializada entre intérprete e cliente, é vital que, além do desenvolvimento de competências linguísticas e técnicas, o intérprete se aprofunde em sua competência bicultural. É o conhecimento advindo da apreciação das experiências, valores, e das diferenças entre os utentes da língua fonte e da língua alvo que permitirão interações mais bem-sucedidas, uma vez que, inegavelmente, maior interação pressupõe maior probabilidade de conflitos (MICKELSON; O’HARA, 2014). Além dos delineamentos da interpretação

²³ É importante salientar aqui que ao usarmos o termo audiência surda não estamos nos referindo apenas a contextos em que existe um público surdo considerável sendo atendido, como em situações de eventos e conferências. O termo audiência surda é genérico e se trata de qualquer clientela surda – estando em grande quantidade ou sendo apenas um indivíduo.

intermodal e dos efeitos específicos que marcam esta interação, é necessário compreendermos os papéis e as expectativas desempenhados pelo intérprete e sua audiência surda e como essas atribuições também são catalizadoras de desequilíbrios de interação no momento da interpretação, haja vista que influenciam suas escolhas linguísticas e o comportamento diante dos papéis assumidos.

3.2 PAPÉIS E EXPECTATIVAS NO MOMENTO DA INTERPRETAÇÃO

O entendimento sobre os papéis do intérprete advém da compreensão de como a relação entre o intérprete e a comunidade surda se alterou com o passar do tempo influenciada pelas mudanças histórico-sociais e de como as características do âmbito de atuação influenciam na escolha do seu papel. Essa discussão encontra lugar em várias publicações internacionais, uma vez que o desenvolvimento das comunidades surdas e da classe profissional de intérpretes nos EUA e na Europa, por exemplo, se desenrolou com anos de adiantamento em relação ao panorama brasileiro. Nos EUA, antes de 1970, a interpretação era vista como uma atividade voluntária e de cunho caritativo.

Geralmente familiares e amigos de surdos, ministros religiosos e alguns outros profissionais que interagiam com a comunidade surda tomavam para si a tarefa de “auxiliar” os surdos na interpretação. Segundo Fant (1990), nessa época, a comunidade surda julgava quem poderia interpretar a partir da fluência e da confiança que tinham nesses intérpretes e como agiriam nos interesses comunicativos para o surdo. Não havia uma preocupação específica com a competência e habilidade técnica de interpretar. A atividade não era remunerada e a interpretação era vista como uma contribuição pessoal a uma causa maior. Fant (1990) compartilha o depoimento de um intérprete da época.

Não esperávamos ser pagos, não pedimos para ser pagos, porque não o fizemos pelo dinheiro. Sentimos que era nossa obrigação, nosso dever fazê-lo e se não o fizéssemos, o surdo sofreria e nos sentiríamos responsáveis (FANT, 1990, p. 10).

Witter-Merithew (1986) chama o papel desempenhado pelos intérpretes nessa época de “*Modelo de Ajudante*”. Ao assumir esse papel, os intérpretes detinham o poder para si, porque ele se baseava na crença de que as pessoas surdas eram impotentes, e de certa forma incapazes de conseguir o que necessitavam por conta própria. De certa maneira, os surdos estavam na dependência de um intérprete e, muitas vezes, os intérpretes diziam o que os surdos deveriam fazer (MCINTIRE; SANDERSON, 1995).

A partir do estabelecimento do *Register of Interpreters for the Deaf* (RID)²⁴, em 1964, houve um esforço para romper com o modelo anterior de atuação baseado não só na imagem de cuidador, como também de galgar uma posição mais profissional e padronizada enquanto categoria. Para atuar com princípios éticos como objetividade, discrição e confidencialidade, o RID definiu uma atuação bastante rígida, instituindo o chamado “*Modelo de Máquina*”. Nesse modelo, o intérprete não somente se exime de questões de poder, como também se fixa em transmitir a mensagem da forma mais automática possível, tentando invisibilizar sua presença na interação.

A definição estreita e rígida do papel e da responsabilidade do intérprete como Conduíte foi projetada para proteger os interesses dos surdos, impedindo que os intérpretes abusassem da posição dos intérpretes e retornassem à abordagem paternalista do cuidador benevolente²⁵ (WITTER-MERITHEW, 1999, p. 2).

Esse distanciamento social dos intérpretes em relação aos surdos foi uma mudança recebida de forma negativa naquela época. A comunidade surda, que historicamente havia sido oprimida durante anos por diversas classes profissionais, se sentiu traída com o efeito da profissionalização nos intérpretes que até àquela altura eram concebidos como amigos da comunidade (COKELY, 2009). Witter-Merithew (1999) descreve os sentimentos da comunidade surda

[...] as pessoas surdas geralmente percebiam os intérpretes como desapegados, frios, indiferentes, desinteressados ou excessivamente alinhados com as pessoas ouvintes que os oprimiam há muito tempo [...] isso resultou em uma quebra de confiança entre intérpretes e pessoas surdas que ainda está sendo reconstruída hoje²⁶ (WITTER-MERITHEW, 1999, p. 2).

Além disso, a mudança de um papel caritativo para um papel de máquina gerou dificuldades e sentimentos encontrados também para os intérpretes. A postura exigida de distanciamento era contrária à realidade diária dos profissionais (MCINTIRE; SANDERSON, 1995). O estranhamento e as tensões entre esse modelo de interpretação e a comunidade surda abriu caminhos para uma nova abordagem, o “*Modelo de Facilitador de Comunicação*” (WITTER-MERITHEW, 1986).

²⁴ Registro de Intérpretes para Surdos, órgão que avalia intérpretes fornecendo um registro após a avaliação para atuarem com os surdos na área de Inglês-ASL (Língua de Sinais Americana) (QUADROS, 2004).

²⁵ “The narrow and rigid definition of role and responsibility of the Interpreter as Conduit was designed to protect the interests of deaf people by preventing the potential by interpreters to abuse the position of interpreters and return to the paternalistic approach of the benevolent caretaker” (WITTER-MERITHEW, 1999, p. 2).

²⁶ “[...] deaf people often perceived interpreters as detached, cold, aloof, disinterested, or overly aligned with the hearing people who had long oppressed them [...] this resulted in a breach of trust between interpreters and deaf people that is still being rebuilt today” (WITTER-MERITHEW, 1999, p. 2).

Nesse papel, o intérprete entende que possui responsabilidades na interação, e inclusive que o êxito da comunicação pode recair sobre ele. Na busca por tornar a interação mais confortável, os intérpretes passaram a se reunir com os clientes surdos antes, e pensar em questões de posição, vocabulário, entre outras considerações que poderiam melhorar a interação e gerar mais conforto no momento da interpretação (WITTER-MERITHEW, 1995).

O contínuo processo de manutenção das práticas interpretativas, das relações com os clientes surdos e a expansão dos estudos acadêmicos sobre a língua americana de sinais (ASL), moldou o que se transformaria no modelo de interpretação seguinte, o “*Modelo Bilingue Bicultural ou BI-BI*”. Nesse modelo, o intérprete assume o papel de mediador, gerenciando e negociando entre as partes do evento comunicativo, levando em conta as culturas envolvidas. O objetivo nesse papel é alcançar a equivalência semântica, necessitando para isso de conhecimento das partes envolvidas no processo, sua formação, cultura e identidade (WITTER-MERITHEW, 1999). A definição dada por Witter-Merithew de intérprete BI-BI nos remete à Cecilia Wadensjö (1992, 1998), que também toca no papel do intérprete enquanto coparticipante da interação e como coordenador, entendendo os papéis desempenhados por cada participante e gerenciando-os.

A partir dos anos 1990, advindo do amadurecimento da comunidade surda, dos estudos acadêmicos e da classe profissional dos intérpretes, surge o “*Modelo Aliado*”. Witter-Merithew (1999) esclarece que o diferencial desse modelo é a preocupação em contribuir para a comunidade surda enquanto movimento social, entendendo os desequilíbrios de poder aos quais os surdos estão diariamente submetidos e atuando para diminuí-los. Nesse modelo, os intérpretes não estão distantes em relação aos surdos como pessoas, mas sim aceitam seus laços pessoais e profissionais com a comunidade, equilibrando-os com o papel consciente de interpretar levando em conta a competência bilíngue e bicultural. A autora esclarece a principal diferença do papel desempenhado pelo intérprete como aliado em relação aos outros modelos de interpretação

O intérprete que é um aliado respeita o direito de escolha dos clientes surdos. A principal diferença entre o Intérprete Aliado e os outros modelos de interpretação aqui abordados é a atitude que eles têm sobre quem são os surdos e qual é e qual deve ser seu status na sociedade. A atitude de um intérprete aliado baseia-se em uma visão sociolinguística dos surdos, versus a visão patológica dos surdos²⁷ (WITTER-MERITHEW, 1999, p. 4).

²⁷ “The interpreter who is an ally respects the right of deaf clients to have choice. The primary difference between the Ally Interpreter and the other models of interpreting addressed here, is the attitude they hold about who deaf people are and what their status in society is and should be. The attitude of an Ally interpreter is based in a sociolinguistic view of deaf people, versus the pathological view of deaf people. Other factors to be considered are the goals of the clients involved, the purpose of the interaction, the topic being addressed, the level of

A definição dos modelos por Witter-Merithew (1999) aclara bem como as mudanças sócio-históricas e as relações entre comunidades podem influenciar a formação de modelos e papéis de atuação dos intérpretes. Pereira (2008) pontua que os cinco modelos encontram pouso na realidade brasileira. A autora os nomeia como: *intérprete caritativo*, *intérprete-telefone*, *facilitador da comunicação*, *intérprete bilíngue e bicultural* e *intérprete aliado*. Pereira (2008) acrescenta

Embora relatados no passado, como um resgate histórico, não são necessariamente classificados pela ordem de seu surgimento, pois ainda convivemos com ILS que aderem a comportamentos e ideologias considerados ultrapassados (PEREIRA, 2008, p. 39).

É interessante perceber que dentro da comunidade surda ainda encontramos comportamentos de surdos e de intérpretes que, por não se moverem na direção de papéis mais coerentes, acabam perpetuando práticas que não contribuem para o desenvolvimento nem da comunidade surda, nem da classe profissional dos intérpretes. Além dos modelos de interpretação que geraram papéis específicos para os intérpretes e para seus clientes surdos, moldando também as relações de poder imbricadas na interação, outros autores trouxeram ideias de papéis relacionados ao contexto de atuação. Como mencionamos anteriormente, a interpretação comunitária e a interpretação de conferência guardam diferenças entre si.

A interpretação comunitária, de caráter dialógico, com ampla gama de âmbitos possíveis e maior interação entre cliente e intérprete, se tornou um campo mais profícuo para se pensar em relações e papéis na interpretação. Mesmo com a variedade de contextos, foi possível refletir sobre papéis, porque esses cenários apresentam alguns fatores semelhantes entre si. Por exemplo, a importância do encontro, da presença física (excetuando-se situações de interpretação por vídeo) e a temática bastante íntima – que adentra a vida do cliente de alguma forma. Leanza (2005), pesquisador da interpretação em contextos de saúde, define quatro papéis distintos que o intérprete pode assumir em relação ao seu cliente: *agente do sistema*, *agente comunitário*, *agente de integração* e *agente linguístico*. Cada papel apresenta um foco distinto na interação. O intérprete que assume o papel de *agente do sistema* tem o objetivo de transmitir as informações, valores do discurso dominante para o cliente sem necessariamente se atentar às diferenças culturais.

familiarity the clients have with one another, and the type of interaction being interpreted” (WITTER-MERITHEW, 1999, p. 4).

O papel de *agente comunitário* pressupõe atenção aos valores linguístico culturais do cliente, reconhecendo as diferenças e auxiliando o cliente inclusive fora do momento da interpretação. O papel de *agente da integração* tem como objetivo principal, encontrar recursos para facilitar as interações, fazendo com que o agente que representa a sociedade de língua majoritária e o cliente consigam se compreender. Por último, o *agente linguístico* busca ser o mais imparcial possível, intervindo apenas em nível linguístico na interação. Para o autor, todos os papéis são possíveis e o intérprete precisa decidir diante da situação com a qual se depara qual função assumir.

Figura 2 – Esquema simplificado dos Modelos de Interpretação de Witter-Merithew (1986)



Fonte: releitura da autora baseada em McIntire e Sanderson (1999, p. 1995).

Hale (2008), pesquisadora do âmbito legal/jurídico traz algumas definições de papéis, mas em contrapartida frisa a necessidade de ter responsabilidade e refletir sobre os desdobramentos de uma escolha equivocada. A autora define como papéis: advogado do cliente de língua minoritária; advogado da instituição ou prestador de serviços; *gatekeeper*²⁸,

²⁸ Segundo o dicionário Cambridge, se refere a: “(1) uma pessoa cujo trabalho é abrir e fechar um portão e impedir que as pessoas entrem sem permissão (porteiro); (2) uma pessoa ou organização que controla se as pessoas

controlando informações e escolhendo o que reforçar e o que excluir como desnecessário; facilitador da comunicação trazendo para si a responsabilidade de uma interação bem-sucedida; e, por fim, processador “fiel” das declarações dos envolvidos, o que parece compreender uma posição distanciada de outras questões. Além disso, frisa que em ambientes legais, o último papel seria o mais adequado, com o objetivo de que mesmo limitados por questões humanas, o intérprete seja o mais preciso possível.

Quadro 3 – Resumo dos possíveis papéis que podem ser assumidos na interpretação

Witter-Merithew (1986)	Pereira (2008)	Leanza (2005)	Hale (2008)
Intérprete ajudante	Intérprete caritativo	Agente do sistema	Advogado do cliente
Intérprete Máquina	Intérprete-telefone	Agente comunitário	Advogado da instituição
Intérprete Facilitador da Comunicação	Intérprete Facilitador da Comunicação	Agente da integração	<i>Gatekeeper</i>
Intérprete Bilíngue e Bicultural	Intérprete Bilíngue e Bicultural	Agente linguístico	Facilitador da Comunicação
Intérprete Aliado	Intérprete Aliado	-	Processador fiel das declarações

Fonte: elaborado pela autora.

A exposição que fizemos até aqui, apresentando o que alguns autores dizem sobre os papéis que podem ser assumidos em uma interpretação e de como eles mudaram com o tempo, teve o objetivo de pontuar que a atuação do intérprete, assim como da clientela, não é invariável, plana e regular. Os papéis do intérprete variam e, com isso, os da clientela também. Além do mais, dos papéis assumidos advêm as expectativas que os participantes têm em relação uns aos outros.

As expectativas dos clientes em relação aos seus intérpretes variam de acordo com o contexto em que a interação acontece. As pesquisas de Moser (1996), Edwards, Temple e Alexander (2005), Napier e Barker (2003) e Kurz e Langer (2004) lançam luz sobre esse aspecto. Moser (1996) pesquisou quais as expectativas de clientes ouvintes no contexto de conferência em relação à interpretação. A pesquisa revelou que eles desejavam que os intérpretes fossem fiéis à mensagem que estão transmitindo, que a interpretação fosse realizada sem pausas, acompanhando o ritmo do palestrante, e que a prosódia do palestrante fosse trazida para a interpretação.

podem ter ou usar um determinado serviço” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2022, tradução nossa). Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/gatekeeper>. Acesso em: 23 nov. 2022.

A pesquisa realizada no Reino Unido por Edwards, Temple e Alexander (2005), sobre as expectativas de clientes advindos de comunidades estrangeiras (chineses, curdos, grupos étnicos minoritários indianos, polacos e oriundos de Bangladesh) como também dos que necessitavam constantemente de intérpretes de seus idiomas maternos para o inglês e vice-versa, chegou à conclusão que os usuários de serviços de interpretação desejavam que seus intérpretes tivessem conhecimento da cultura de sua clientela, que fossem proficientes no idioma, empáticos, éticos e que soubessem se adaptar às múltiplas circunstâncias interpretativas.

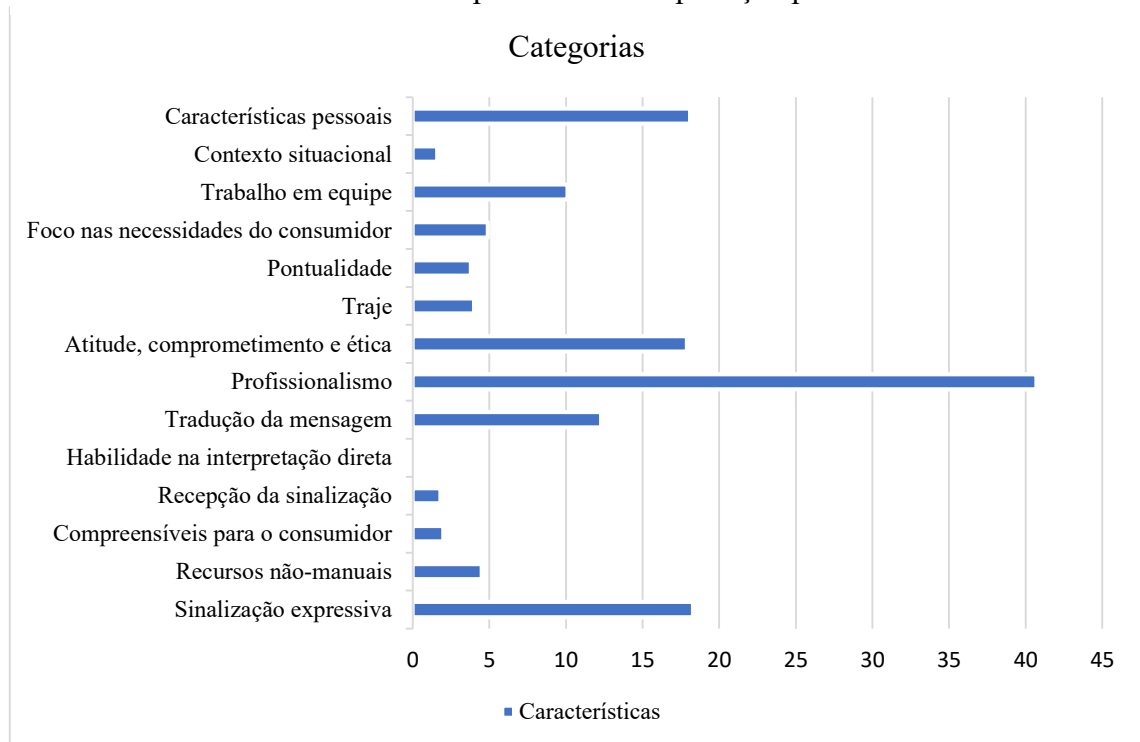
Para estes consumidores, em vez de precisão e fidelidade, o caráter pessoal e a confiança são mais importantes e podem compensar as preocupações sobre a competência bilíngue dos intérpretes. Napier e Barker (2003) realizaram pesquisa com surdos universitários e obtiveram como resultado a expectativa de que os intérpretes não só interpretassem o sentido das mensagens de forma mais livre, mas que também tivessem a capacidade de serem literais quando a estrutura da língua oral fosse importante no contexto interpretativo. Para esses consumidores, a adaptabilidade era um fator importante na interpretação que desejavam receber.

Kurz e Langer (2004) pediram para que estudantes surdos fornecessem uma “lista de desejos” com características desejáveis em intérpretes baseadas em suas experiências acadêmicas até então. Entre os itens fornecidos, os estudantes surdos destacaram a importância de o intérprete não interferir na educação da pessoa surda, deixando a seu cargo as próprias decisões e espaço pessoal. Para esses estudantes, questões atitudinais e respeito foram de maior destaque em suas expectativas como consumidores.

As pesquisas citadas figuram entre muitas que já foram realizadas sobre as expectativas dos consumidores em relação à interpretação e contemplam clientelas ouvintes e surdas. Porém gostaríamos de destacar o trabalho de Napier e Rohan (2007), que realizaram um estudo considerável com 31 consumidores surdos sobre suas expectativas na interpretação. Como resultado, os consumidores trouxeram 14 características que esperam de um intérprete quando necessitam de seus serviços: (1) *Sinalização expressiva* – o intérprete produz clara e corretamente os sinais; (2) *Recursos não-manuais* – o intérprete utiliza bem os classificadores e as expressões faciais; (3) *Compreensíveis para o consumidor* – sua sinalização é facilmente compreendida pelo cliente; (4) *Recepção da sinalização* – conseguem compreender a sinalização dos consumidores surdos; (5) *Habilidade na interpretação direta* – ao interpretar a sinalização do surdo para a língua oral o faz com calma e precisão; (6) *Tradução da mensagem* – a tradução do que é dito é feita de forma precisa em ambas direções; (7) *Profissionalismo*; (8)

Atitude, comprometimento e ética; (9) *Traje* – o intérprete se veste adequadamente; (10) *Pontualidade* – o intérprete chega a tempo nas atribuições; (11) *Foco nas necessidades do consumidor* – o intérprete é adaptável ao contexto e ao que o cliente necessita; (12) *Trabalho em equipe* – o intérprete sabe trabalhar com outros colegas sem conflitos; (13) *Contexto situacional* – o intérprete está familiarizado com os diversos contextos e respectivos conteúdos em que vai atuar; (14) *Características pessoais* – o intérprete é agradável, tem bom humor e é amigável (NAPIER; ROHAN, 2007). A seguir, compartilhamos através do Gráfico 1 o quanto cada categoria foi citada.

Gráfico 1 – Características esperadas na interpretação pelos clientes surdos



Fonte: Napier e Rohan (2007, adaptado).

As características citadas pela clientela surda como sendo mais importantes foram: *Profissionalismo*, *Sinalização expressiva* e *Atitude pessoal*. É notável que entre os entrevistados não houve menção à habilidade na interpretação direta. Esse resultado nos leva a inferir que embora os surdos entrevistados compreendessem a importância da habilidade direta, parece ser mais relevante a compreensão deles sobre o que acontece ao seu redor do que propriamente se o que sinalizam está sendo corretamente interpretado. Talvez essa postura tenha a ver com o longo histórico dos surdos como receptores de informações e não como protagonistas de seus discursos. É positivo perceber que essa realidade vem mudando gradativamente.

Os resultados advindos da pesquisa de Napier e Rohan (2007) encontram paralelismo nos estudos de Witter-Merithew e Johnson (2005) que buscavam definir quais as competências necessárias para que os intérpretes atuassem de acordo com as expectativas da clientela surda. A pesquisa trouxe como resposta, dentre as competências e habilidades técnicas, linguísticas e o profissionalismo, a importância da competência interpessoal e do desenvolvimento das relações humanas no momento da interpretação. De acordo com a pesquisadora surda Angela Stratiy (2005), o intérprete necessita desenvolver uma sensibilidade cultural que “geralmente está acima das habilidades de interpretação em termos do que os consumidores surdos se sentem à vontade” (STRATIY, 2005, p. 234)²⁹.

No Brasil, as expectativas da comunidade surda em relação a atitude do intérprete foram contempladas através de recomendações contidas no *Código de Ética* para atuação do tradutor-intérprete produzido pela FENEIS (QUADROS, 2004) como também no *Código de Conduta e Ética* organizado pela FEBRAPILS (2014), que discorrem sobre os valores éticos do profissional, o respeito à pessoa surda, à sua cultura, o sigilo e discrição quanto à informação recebida, a imparcialidade e exatidão nos conteúdos traduzidos, a postura e conduta nos ambientes em que precisar atuar.

Embora a literatura mencione com grande recorrência as expectativas dos consumidores, pouco se fala sobre as expectativas dos próprios intérpretes como participantes na interação. Janzen (2005) discorre brevemente sobre a expectativa que os intérpretes têm de conseguir realizar uma interpretação bem-sucedida – dita perfeita – e de como essa parece ser uma expectativa desarrazoada diante da multiplicidade de variáveis as quais o intérprete se submete ao interpretar. A pesquisa realizada por Borges (2009) também trouxe à tona que estes profissionais esperam que os usuários de seus serviços tenham um nível de proficiência linguística mínimo para que a interpretação flua suavemente, ainda que, segundo Demers (2005) destaca, se deparar com um espectro linguístico amplo é uma realidade intrínseca ao trabalho do intérprete.

De fato, a interpretação é um processo linguístico, cognitivo, social e cultural bastante complexo. Envolve a interação entre pessoas de comunidades, culturas e vivências distintas, atuando em papéis que nem sempre são claros, com expectativas envolvidas na obtenção de acessibilidade, em que os participantes têm longo histórico de luta por reconhecimento em suas alteridades. É a partir dessas características, que tornam as situações de interpretação mais complexas, que emergem os conflitos. Na seção seguinte, abordaremos a conceituação desses

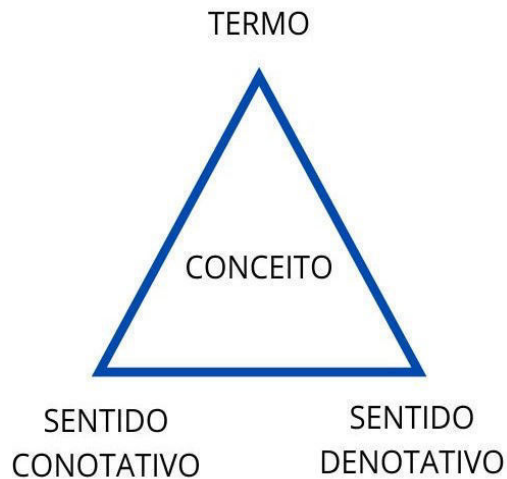
²⁹ “[...] often ranks higher than interpreting skills in terms of what Deaf consumers are comfortable with” (STRATIY, 2005, p. 234).

conflitos com base nos estudos sociais, aplicando-a às interações estabelecidas entre intérpretes e surdos.

4 CONCEITUANDO CONFLITOS

Para adentrarmos na compreensão de como os conflitos emergem nas relações entre intérpretes e surdos, é necessário delimitarmos conceitualmente a que tipo de conflitos nos referimos. Para realizarmos essa conceituação, utilizaremos o alinhamento convencional por Ogden e Richards (1989) que pressupõe que um conceito é formado por uma tríade: o termo (um rótulo linguístico composto de uma ou algumas palavras), o fenômeno a ser definido (denotações de um conceito) e as características, propriedades e contexto que definem o fenômeno (a conotação de um conceito). A conceituação ancorada nesses três aspectos ficou conhecida como o triângulo de Ogden-Richards, conforme representado na Figura 3.

Figura 3 – Triângulo de Ogden-Richards (1989)



Fonte: Gerring (2001, p. 41, adaptado).

Assim, uma vez que já definimos o termo como sendo “conflito”, partimos para a apresentação do sentido denotativo do termo. A seguir, enquadraremos as definições de três dicionários da língua portuguesa que nos dão um ponto de partida interessante para reflexão.

Quadro 4 – Definição do verbete “conflito” em três dicionários

DICIONÁRIO	DEFINIÇÕES DE CONFLITO
CALDAS AULETE	<p>1. Luta, guerra (conflito internacional). [+ com, entre: conflito de um povo com outro: conflito entre nações vizinhas.]</p> <p>2. Oposição de ideias, sentimentos ou interesses: conflito de gerações. [+ entre: conflito entre socialistas e liberais.]</p> <p>3. Manifestação mútua e agressiva (sem violência física) de discordância, antipatia, ódio; esp.: discussão forte, altercação.</p> <p>4. Psiq. Estado mental em que a pessoa se encontra hesitante ou insegura entre alternativas excludentes, ou em que tem sentimentos que parecem opostos.</p> <p>5. Teat. Elemento básico da ação dramática, representado pelo protagonista e pelo antagonista, e a partir do qual ocorre a progressão narrativa.</p> <p>6. Liter. Oposição entre duas forças ou personagens, em geral entre o protagonista e uma força externa, como a natureza, a família, a sociedade ou outra personagem, e a partir da qual se organiza a ação.</p>
PRIBERAM	<p>1. Altercação, desordem; 2. Pendência; 3. Choque; 4. Embate; 5. Luta, oposição, disputa.</p>
MICHAELIS	<p>1. Falta de entendimento grave ou oposição violenta entre duas ou mais partes.</p> <p>2. Encontro violento entre dois ou mais corpos; choque, colisão.</p> <p>3. Discussão veemente ou acalorada; altercação.</p> <p>4. Encontro de coisas que se opõem ou divergem.</p> <p>5. Luta armada entre potências ou nações; guerra.</p> <p>6. Conforme a teoria behaviorista, estado provocado pela coexistência de dois estímulos que desencadeiam reações que se excluem mutuamente.</p> <p>7. No drama, elemento determinante da ação que consiste na oposição de forças entre duas ou mais personagens ou, às vezes, entre o protagonista e as forças da natureza.</p>

Fonte: elaborado pela autora³⁰.

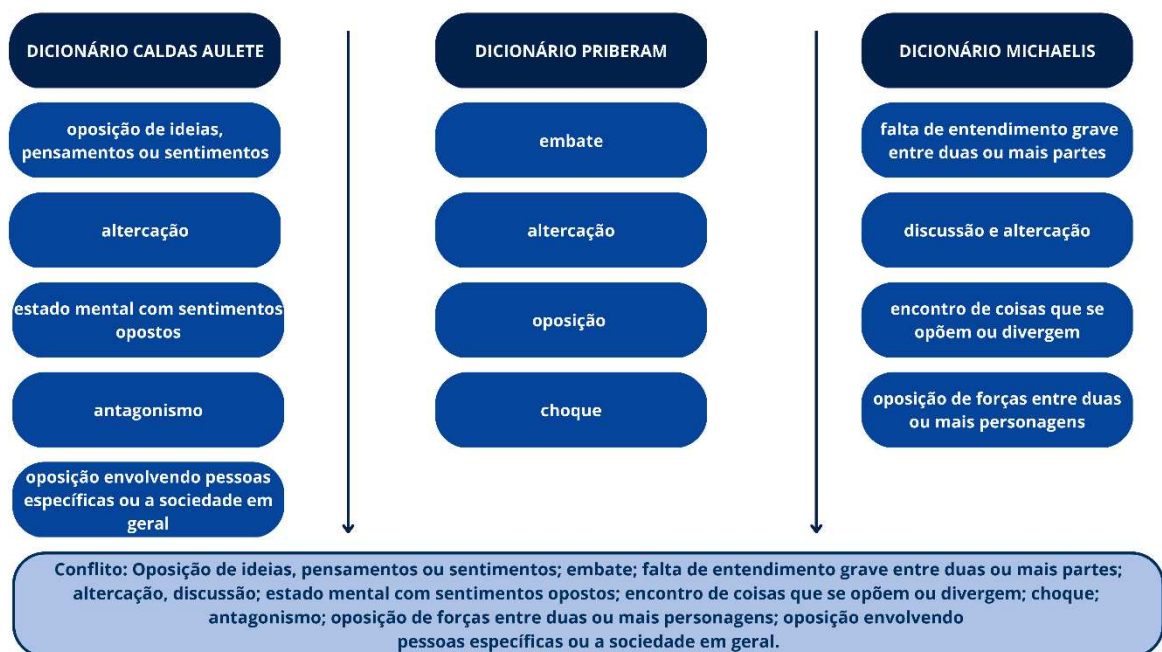
Dentre as definições do Dicionário Caldas Aulete que se enquadram no conceito de conflito que entendemos ocorrer entre surdos e intérpretes, estão as definições dos itens: 2 – oposição de ideias, pensamentos ou sentimentos; 3 – altercação; 4 – estado mental com sentimentos opostos; 5 – antagonismo; e 6 – oposição envolvendo pessoas específicas ou a sociedade em geral. No Dicionário Priberam, as definições dos itens: 1 – Altercação; 3 –

³⁰ Fonte: Dicionário Caldas Aulete: <https://www.aulete.com.br/conflito>. Acesso em: 27 set. 2022. Dicionário Priberam: <https://dicionario.priberam.org/conflito>. Acesso em: 27 set. 2022. Dicionário Michaelis: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conflito/>. Acesso em: 27 set. 2022.

Choque; 4 – Embate; e 5 – Oposição, embora bastante sintéticas, também são consonantes com nosso conceito.

Por fim, o Dicionário Michaelis traz definições bastante interessantes para conflito, presentes nos itens: 1 – Falta de entendimento grave entre duas ou mais partes; 3 – Discussão, alteração; 4 – Encontro de coisas que se opõem ou divergem; e 7 - Oposição de forças entre duas ou mais personagens. As definições denotativas trazidas aqui abrem um caminho para a compreensão de situações de conflito que podem ocorrer e que têm em seu cerne manifestações e causas distintas. É possível perceber através do conceito denotativo de conflito que cabem reações internas (alterações no estado mental) ou externas (alterações, discussões), assim como também cabem causas internas (sentimentos encontrados) ou externas (oposição, antagonismo, divergência).

Figura 4 – Conceito denotativo de conflito adotado na pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Partindo para o terceiro passo da conceituação de conflito, o sentido conotativo do termo, entendemos ser necessário situá-lo no contexto e perspectiva assumidos nessa pesquisa para obtermos seu sentido ampliado. Adotamos o conceito de conflito dentro dos estudos sociais. Esse caminho foi tomado a partir do entendimento que, embora os Estudos da Interpretação tenham interface com inúmeras áreas do conhecimento, nos últimos 50 anos os pesquisadores têm apontado para a grande convergência entre a interpretação e abordagens de base social.

David Gerver (1976), estudioso reconhecido da Interpretação dentro de uma abordagem psicológica, esclarece que quando falamos sobre essa atividade, fatores “linguísticos, motivacionais e situacionais não podem ser ignorados” (GERVER, 1976, p. 167)³¹. Wadensjö, em 1993, sinalizou no encerramento de um dos seus artigos a necessidade de ampliar o horizonte da interpretação para outros fatores que estão imbricados na atuação que vão além do processo cognitivo em si mesmo. A autora apela para uma virada microssociológica nos Estudos da Interpretação.

Assim, entendendo a interpretação como um encontro mediado no social, em que a língua e a cultura se entremeiam, e adotando uma perspectiva teórico metodológica (LSF) também de cunho social, se justifica apresentarmos a conceituação do conflito tendo como base os estudos sociais. Utilizaremos nessa discussão principalmente as acepções dos autores: Giddens e Sutton (2016), Simmel (2005), Grimshaw (1981), Bercovitch, Kremenyuk e Zartman (2009), Posner (1993), Montanari (2013), Sandole *et al.* (2009) e Oliveira (2008).

Giddens e Sutton (2016, p. 361) localizam o conflito no contexto da luta entre grupos sociais, o que pode envolver “tensões, discórdia e choque de interesses”. Os autores esclarecem que os conflitos entre esses grupos têm múltiplas camadas, que podem incluir questões linguísticas, políticas e até motivações pessoais. Simmel (2005) e Grimshaw (1981) detalham que o desencadeamento do conflito pode ser influenciado por fatores advindos da esfera macrossocial, como também da esfera microssocial. Grimshaw (1981) estabelece em seus estudos sociolinguísticos que podemos perceber os reflexos da estrutura social nas interações linguísticas e que, em um nível macrossocial, as características históricas e estruturais das comunidades que estão em contato influenciam os resultados em situações de conflito. Em um nível microssocial, cada pessoa, em sua individualidade, é afetada pela necessidade de preservar sua autonomia, suas peculiaridades, seu direito de ser e estar no mundo, inclusive linguisticamente, fazendo frente a um sistema de herança histórico-cultural e às forças sociais que já estão há muito tempo postas (SIMMEL, 2005).

Aprofundando a questão do conflito entre comunidades linguísticas, trazemos aqui as reflexões de Bercovitch, Kremenyuk e Zartman (2009), que realizaram uma análise voltada para resoluções de conflitos. Para os autores, o cerne do conflito está na incompatibilidade de posições e no papel coercitivo que uma pessoa ou comunidade pode impor à outra. Esse papel envolve assimetrias de poder, mas também diferentes formas de enxergar uma mesma questão. As partes que estão envolvidas em um conflito podem também divergir sobre o que é de fato o

³¹ “[...] linguistic, motivational, situational, and a host of other factors cannot be ignored” (GERVER, 1976, p. 167).

conflito – entendendo a situação por ângulos totalmente distintos. Para um lado da questão, um conflito pode estar ligado apenas à autodeterminação, às escolhas divergentes. Mas para o lado contrário, questões de segurança e de sobrevivência podem estar implicadas (BERCOVITCH; KREMENYUK; ZARTMAN, 2009).

Posner (1993) adiciona à questão das assimetrias de poder e das diferentes percepções entre comunidades linguísticas os problemas que podem ocorrer quando acontecem mobilidades sociais entre as comunidades. A autora cita como exemplo quando um membro da comunidade minoritária deseja se inserir na comunidade dominante, o que pode levar a questões de ressentimento entre os membros da comunidade minoritária. Nesse caso, ampliamos a percepção da autora para uma questão mais consonante com nosso contexto, a saber, quando um membro da comunidade majoritária deseja se inserir na comunidade minoritária – o que presenciamos sempre que um intérprete adentra à comunidade surda.

Montanari (2013) atribui ao conceito de conflito a dimensão das identidades. Para o autor, o conflito sempre está motivado pelo desejo de reconhecimento e pela frustração de não obter reciprocidade das relações com outras pessoas e/ou comunidades. O autor frisa que o pano de fundo de relações em conflito sempre serão as diferenças de poder implicadas, que vão na direção de decidir quem tem legitimidade de controlar os significados e informações no interior de uma cultura ou contexto cultural. Sandole *et al.* (2009) explicam porque as identidades têm alta implicação em questões de conflito.

A identidade desempenha um papel vital no conflito social, pois é fundamental em como os indivíduos e as coletividades se veem e se entendem no conflito. As identidades delineiam quem somos “nós” e quem são “eles”, mobilizando indivíduos e coletivos e fornecendo legitimidade e justificativa para aspirações individuais e grupais. As próprias identidades são criadas e transformadas em processos de luta social³² (SANDOLE *et al.*, 2009, p. 19).

Assim, são as percepções entre as comunidades, de como suas histórias foram construídas e conseqüentemente de como suas identidades foram formadas, que levam às ocasiões de conflito uma carga ainda mais complexa, endereçando as questões levantadas a um longo histórico de formação e não somente a uma discordância pontual. Sandole *et al.* (2009) ainda acrescenta que o processo de opressão que pode ocorrer entre comunidades resulta em um trauma que é passado oralmente, geração pós geração, se tornando parte das identidades construídas – grupal e individualmente. E, geralmente, o escalamento dos conflitos acontece

³² “Identity plays a vital role in social conflict, as it is fundamental to how individuals and collectivities see and understand themselves in conflict. Identities delineate who is “us” and who is “them,” mobilizing individuals and collectives, and providing legitimacy and justification for individual and group aspirations. Identities are themselves created and transformed in processes of social struggle” (SANDOLE *et al.*, 2009, p. 19).

quando a comunidade desempoderada procura corrigir as queixas contra a parte mais poderosa. Oliveira (2008) acrescenta que no conflito existe também o fator das violações.

(1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro (OLIVEIRA, 2008, p. 136).

Nesse sentido, o conflito está também ligado ao que o autor chama de “dimensão dos sentimentos”, à consideração/desconsideração, ao reconhecimento/não-reconhecimento, ao respeito/desrespeito, à atenção/desatenção. O autor afirma que, para um dos lados do conflito, a falta de reciprocidade pode ser lida como uma agressão à dignidade, como uma “negação de uma obrigação moral” e que uma simples obediência a uma norma legal não é o suficiente para satisfazer as demandas de uma das partes por reconhecimento (OLIVEIRA, 2008, p. 137).

O conflito é inerente à existência humana, está na base da construção das sociedades e é um instrumento importante que desvela o estado das relações (JACQUEMET, 1999; MONTANARI, 2013). Consequentemente, a noção de que é possível eliminá-lo totalmente é irrealista. O que pode ser idealizada é a expressão de conflito sem violência (BERCOVITCH, KREMENYUK; ZARTMAN, 2009). Por possuírem múltiplas dimensões, como discutimos até aqui, os conflitos podem ter funções negativas e positivas, destrutivas ou construtivas (KALYVA; AGALLOTIS, 2011). Entre as funções negativas que podem estar presentes em uma situação de conflito, podemos pensar na privação de direitos, na propulsão de emoções nocivas como a raiva, a frustração e o ressentimento, além da sensação de desempoderamento.

Jacquemet (1999) reflete que mesmo que os conflitos gerem rupturas nas interações sociais momentaneamente, eles também fornecem a força central para a constituição de novas relações. Simmel (2005) acrescenta que, se encararmos os conflitos como um meio para alcançar um maior equilíbrio nas relações, entenderemos que estes não são um término, mas sim um ponto de partida, porque obrigam cada um dos lados a se reconhecerem – mesmo que em posições opostas. É a emergência dos conflitos, o momento de crise entre as comunidades, que permite observar as origens, o desenvolvimento, e os fatores que levam à escalada e à diminuição do conflito, bem como compreender quais são as atitudes, comportamentos, situações, objetivos e valores que os influenciam (SANDOLE *et al.*, 2009). São os momentos de conflito e ruptura que eliciam os momentos de transformação, não só entre comunidades, mas também em subculturas dentro das comunidades (MONTANARI, 2013).

Deutsch, Coleman e Marcus (2000) explicam que o conflito entre comunidades que estão constantemente em contato, seja por questões ideológicas, culturais ou políticas propicia a oportunidade de rever os padrões de relacionamento. Os autores esclarecem que para isso é

necessário entender as diferenças culturais básicas, as necessidades e anseios envolvidos, as expectativas referentes aos papéis que cada comunidade tem quando em contato, e quais são as normas e comportamentos aceitáveis à medida em que interagem. Bercovitch, Kremenyuk e Zartman (2009) acrescentam

Se as partes do conflito pudessem de alguma forma ser persuadidas a definir suas questões sobre os interesses, em vez da dimensão de valores, uma base significativa e viável para a cooperação poderia ser criada³³ (BERCOVITCH; KREMENYUK; ZARTMAN, 2009, p. vi).

Segundo os autores, as medidas práticas do que interessa a cada comunidade, ao invés de um jogo de comparação de valores (o que provavelmente seria uma discussão interminável, dadas as diferenças culturais e formativas), poderiam criar um ambiente propício para resoluções e novos acordos implícitos ou explícitos. A manutenção de conflitos é constante, dado que novos conflitos podem surgir e que o reconhecimento das diferenças é algo que necessita ser

[...] permanentemente cultivado e que as demandas a ele associadas não podem jamais ser contempladas de forma definitiva. Mesmo quando elas são plenamente satisfeitas em um determinado momento, não há garantia de que o problema não possa reaparecer no futuro (OLIVEIRA, 2008, p. 138).

Consequentemente, se faz verdadeiro o entendimento que os conflitos não cessam nos corações das comunidades e na base das interações humanas. E que são os desequilíbrios que podem levar a novos equilíbrios, desde que exista abertura social para que isso ocorra entre as comunidades envolvidas, ou que exista um movimento de coerção social suficiente para que a parte mais afetada e desempoderada consiga fazer valer seus interesses.

A conceituação de conflito trazida até aqui através desses autores nos instrumentaliza para entender com mais clareza as emergências de conflito no contexto de nossa pesquisa, que realiza o recorte da interação entre intérpretes e surdos em situações de interpretação. Nessa conjuntura, temos a presença de membros de comunidades distintas linguística e culturalmente, onde o intérprete advém de uma comunidade majoritária linguisticamente, e dominante em termos de poder.

Em contrapartida, temos uma comunidade minoritária surda, que detém um histórico de luta para que seus direitos sejam reconhecidos e concedidos, mas, para além de uma concessão de direitos, desejam reconhecimento de sua identidade e cultura. O intérprete se

³³ “If conflict parties could somehow be persuaded to define their issues on the interests, rather than the values dimension, a meaningful and viable basis for cooperation could be created” (BERCOVITCH; KREMENYUK; ZARTMAN, 2009, p. vi).

move socialmente quando adentra à comunidade surda e se utiliza da língua, mas segue sendo um membro da comunidade ouvinte, transitando no caminho do meio, porém, ainda sendo para muitos da comunidade surda um representante de uma comunidade majoritária que em muitos aspectos é opressora e limitante.

Ainda que as identidades não sejam estáticas e que os intérpretes e surdos diariamente possam fazer escolhas que permitam construções de relações mais respeitadas e dignas, não se pode ignorar que por detrás de cada um deles há uma construção histórica e cultural presente que pode ressurgir em momentos de tensão em que as relações deixaram de preencher as expectativas. O fato que os surdos sejam membros de uma comunidade minoritária e de menor poder diante da maioria ouvinte não é sinônimo de legitimidade em todos os conflitos iniciados por eles. Assim como os intérpretes podem encetar conflitos sem que suas demandas sejam de fato legítimas.

Porém a questão principal não é um juízo de valor sobre os conflitos ou quem está com a razão quando existe uma discordância, porque quando falamos de culturas em contato, existem múltiplos referenciais para uma mesma questão. O que se levanta aqui a partir do conceito de conflito e de resolução de conflitos é encontrar um caminho em que as duas culturas em contato possam mediar suas visões e negociar sua convivência gerando relações mais harmônicas. O primeiro passo para que isso ocorra, como mencionamos anteriormente, é conhecer quais são as demandas e as visões de cada grupo. Para tanto, na próxima seção, abordaremos com base na literatura existente quais são alguns dos principais fatores de queixa de conflito para intérpretes e surdos.

4.1 CONFLITOS ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS – O QUE TEMOS DE REGISTROS

A gênese do conflito entre surdos e intérpretes se situa na convergência de duas questões específicas: o fato de serem membros de comunidades distintas cultural e linguisticamente, com assimetrias de poder em desfavor dos surdos (GROSJEAN, 1982; PLAZAS, 2000; PASSOS, 2010), e do que envolve o processo de interpretação em relação às expectativas dos consumidores, papéis, divergências culturais e de objetivos na interação (JANZEN; KORPINISKI, 2005; KENT; POTTER, 2008; MICKELSON; O’HARA, 2014; HALL, 2018). Santos (2006) esclarece:

Alguns dos ILS parecem conhecer “intimamente” os dois espaços, de surdos e de ouvintes, mas não pertencem, “completamente” a eles e sim transitam por eles. Não são surdos, mas aproximam-se deles e, ao mesmo tempo, são ouvintes que

desenvolveram características diferenciadas da maioria da população que ouve. Enfim, os ILS são Outros, em que outra identidade imergiu (SANTOS, 2006, p. 36).

Segundo Grosjean (1982), o fato de intérpretes e surdos advirem de comunidades linguísticas distintas, em que uma é majoritária em relação a outra, cria para os surdos sentimentos de opressão e estereótipos de inferioridade. O autor explica que, em uma comunidade linguística, há que se pensar na língua como um conjunto de valores, atitudes e identidades incorporando a história da comunidade em relação às comunidades de maior prestígio. E em situações como essa, a forma como as partes envolvidas enxergarão o conflito está ligada a que comunidade pertencem (BACKHAUS, 2006).

Em relação às implicações da interpretação nesse contexto, Hall (2018) esclarece que geralmente envolvem práticas em que as expectativas dos clientes surdos e dos intérpretes são distintas para a mesma tarefa, e que intérpretes podem ter a noção de que estão se apegando às normas éticas enquanto seus clientes podem sentir que alguma norma cultural está sendo violada. Por isso, de acordo com Wadensjö (1998), uma visão mais holística dos conflitos que surgem dentro da interpretação só pode ser alcançada quando os significados e expectativas de cada participante da interação ficam claros, levando a uma compreensão ampliada das implicações das ações de um sobre o outro.

Diante desse contexto, o primeiro tipo de conflito citado majoritariamente pelos autores está ligado à *desconfiança* latente, advinda da *assimetria de poder entre comunidades*, que surdos carregam em relação aos ouvintes, e por extensão aos intérpretes que são dessa comunidade (MASUTTI, 2007). Passos (2010, p. 39) elucida que, em sua trajetória como intérprete, percebeu que “nem sempre a relação entre surdos e ILSs é harmoniosa, e, [...] a dificuldade começa com o fato do ILS ser um não-surdo e carregar esta imagem no ato tradutório”. A complexidade da tarefa do intérprete é imensa porque, segundo Dorziat (2009, p. 72), este precisa lidar com “as contradições e conflitos oriundos de suas representações ouvintes” e ao mesmo tempo lidar com as representações que os surdos têm de si mesmos e dos intérpretes.

Mindess (1999) acrescenta que ainda que o intérprete compartilhe algum fator de identidade em comum com o cliente surdo (racial, religioso ou mesmo político), o intérprete nunca será surdo, nem tampouco visto como um. E é por conta disso que não existe um sentimento de confiança automático na relação entre ambos. É dessa *desconfiança* que emergem os conflitos em relação a se o conteúdo interpretado é de fato o que está sendo dito, se existe alguma informação sendo ocultada, ou ainda se o que o surdo sinalizou está sendo corretamente interpretado para a língua oral.

O segundo conflito citado pelos autores está ligado ao primeiro, porque emerge quando os intérpretes perpetuam através de suas ações, ainda que inconscientemente, *atitudes opressoras* e paternalistas em relação aos surdos (ROBINSON; SHENEMAN; HENNER, 2019). Desta maneira, “a aceitabilidade dos ILSs está relacionada com os discursos políticos que os mesmos possuem frente à cultura surda” (PASSOS, 2010, p. 39). Baker-Shenk e Kyle (1990) discorrem sobre como esses comportamentos estão impregnados nos profissionais que atuam junto às pessoas surdas. Para os autores, existe uma atitude preponderante, mas velada, de que os surdos necessitam desses profissionais, porque na ausência deles não conseguiriam se desenvolver por si mesmos. É uma postura assistencialista, mas também é opressora, à medida que coloca pesquisadores, professores e intérpretes em uma posição de salvadores de surdos em posição de subserviência.

As Atitudes Opressoras, alimentam o que Robinson, Sheneman e Henner (2019), pesquisadores surdos, chamam de *capacitismo*³⁴ *tóxico*. Argumentam que o intérprete, consciente ou inconscientemente, absorve o conceito de que os surdos precisam de ajuda para poderem viver em um mundo ouvinte, que necessitam de pessoas que deem o que eles não possuem. Essa postura reforça estereótipos e coloca os intérpretes em uma posição de poder aumentada, que já existe por serem ouvintes. Os pesquisadores citam como problemas sérios a necessidade que os intérpretes têm de receberem gratidão pelo seu trabalho, a resposta emocional e negativa aos *feedbacks* surdos ao seu trabalho de interpretação, e ainda a resistência a sinalizar, optando por falar em ambientes em que surdos estão presentes.

A barganha por gratidão é especialmente prejudicial nas relações entre intérpretes e surdos não somente pelo caráter narcísico dessa atitude, mas principalmente porque aumenta o esforço emocional que surdos marginalizados precisam fazer para conseguir acesso. É uma barreira a mais imposta na obtenção de um serviço mais humano e afasta os surdos do desejo de fornecer *feedbacks* de atuação e por temerem sofrer algum tipo de retaliação ou até mesmo de questionarem a interpretação ao fazerem perguntas (BIENVENU, 1989; ROBINSON; SHENEMAN; HENNER, 2019; KUSHALNAGAR, 2005).

Esses relacionamentos interpessoais que são forjados em uma dinâmica de poder opressiva operam sobre a lógica que a formação (de intérpretes) é mais valorizada que o conhecimento empírico e as vivências (de surdos). Teske (2015) pontua algo interessante que vem ocorrendo no interior das comunidades surdas como resultado destas relações. O autor afirma que é possível encontrar “lideranças surdas que reproduzem os mesmos discursos e

³⁴ “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que as define como menos capazes” (VENDRAMIN, 2019, p. 16).

práticas dos ouvintes dominadores” (TESKE, 2015, p. 27), tratando ouvintes da comunidade (intérpretes, entre outros) e surdos como operários, monopolizando decisões e conhecimentos para uma pequena elite surda. Esses desdobramentos podem ser um reflexo de uma opressão vivida por muito tempo e que agora é reverberada também dentro da comunidade quando há relações de poder envolvidas. Infelizmente as opressões vindas de ouvintes para surdos interculturalmente e de surdos para ouvintes nas relações estabelecidas dentro da comunidade surda reforçam disputas binárias e dicotomias que não contribuem para a negociação das relações.

Como um desdobramento das atitudes opressivas e do capacitismo tóxico que podem estar presentes em algumas atuações de intérpretes está a atitude de assumir um protagonismo, que é o lugar dos surdos, apropriando-se do controle não somente das situações de interpretação, como também dos discursos surdos. No primeiro caso, os intérpretes podem assumir total controle da situação de interpretação, tomando decisões sem consultar o cliente surdo – desde questões de posicionamento, a ritmo de interpretação e papel desempenhado na interação (MINDESS, 1999; HALL, 2018).

A apropriação dos discursos surdos ocorre quando os intérpretes usam sua posição para terem atenção para si, buscando fama e ascensão financeira, o que Hall (2018) chama de intérprete “*rock-star*”. Ao invés de direcionar a atenção para o povo surdo, permitindo que este fale sobre seus conhecimentos e se posicione socialmente, o intérprete assume esses discursos como seus. Campello (2014) chama essa atitude de usurpação, usando a língua de sinais para proveito próprio. Nesse sentido, os autores falam não somente de autopromoção como de foco nos ganhos financeiros.

Esse tipo de comportamento gera conflito na relação interpessoal e profissional entre surdos e intérpretes, pois os surdos entendem que compartilharam sua língua e cultura para receberem em troca um pedido de pagamento de uma conta. Os surdos parecem se ressentir de intérpretes que cobram por cada interpretação realizada, porque subentendem que para além do profissionalismo, estão sendo mercenários, não devolvendo à comunidade surda nada do que lhes foi dado sem receber por isso. A questão não parece ser a remuneração de serviços de interpretação, mas sim, que os intérpretes não possam realizar nenhuma interpretação sem cobrar os surdos por isso (BIENVENU, 1989). Para os clientes surdos, segundo Bienvenu (1989), uma pesquisadora surda, interessa saber se os intérpretes os respeitam e se importam de fato. E essa característica não é difícil de ser identificada por eles, uma vez que geralmente, ao longo dos anos, os surdos experienciaram opressão e desrespeito em muitos dos espaços que frequentaram, tornando-se habilidosos em identificar quando são desconsiderados.

Também relacionado à atitude e postura de intérprete está o que Colonomos (2013) denomina “coração-surdo”. A autora se refere a um conjunto de práticas empáticas em que o intérprete se preocupa de fato com o bem-estar das pessoas surdas para as quais interpreta. Esse senso de humanidade leva o intérprete a monitorar sua postura, atitudes e escolhas interpretativas, buscando o *feedback* dos surdos para melhores práticas. Infelizmente, como comentamos no capítulo anterior, os múltiplos modelos pelos quais os intérpretes foram passando em direção à profissionalização acabaram por trazer a errônea impressão de que ser profissional em uma interpretação implica em não se envolver com as pessoas para as quais interpreta. Essa mudança gradual observada em muitos intérpretes tem causado conflitos nas relações, porque muitos surdos enxergam o profissionalismo de um intérprete como sinônimo de distância e frieza (MINDESS, 1999).

É interessante perceber que, para consumidores surdos, aspectos como a sensibilidade do intérprete às normas culturais, uma relação amigável, um comportamento honesto e humano é mais citado como vitais nas interpretações que propriamente as habilidades interpretativas. Intérpretes que ainda aderem a um modelo de interpretação distante dos surdos podem gerar desconfiança, como mencionado anteriormente, que os intérpretes estão mais interessados com sua *performance* do que com as pessoas envolvidas na interação. Brunson e Lawrence (2002) inclusive salientam que o humor e a postura corporal do intérprete são facilmente absorvidos pelos surdos, tendo uma grande influência interpessoal. Por conta desses fatores, Mindess (1999) afirma a necessidade de que, apesar do progresso em modelos de interpretação, processos e códigos de atuação, que os intérpretes não abandonem as raízes humanistas da profissão, pois delas dependem em grande parte o conforto e a confiança necessários para que a interação se estabeleça.

Embora as áreas em que o intérprete atua possam variar significativamente e que suas configurações imponham a escolha de certos modelos e papéis de interpretação, há de fato muitos conflitos que advêm da frustração dos surdos em relação aos papéis escolhidos pelos intérpretes. E esses desencontros podem ocorrer por falta de informação do surdo acerca da dinâmica correspondente àquela interação específica, mas também pela escolha equivocada do papel assumido pelo intérprete, gerando *expectativas frustradas*. O modelo aliado parece ser o que menos gera conflitos, uma vez que os surdos não se sentem tão sozinhos na situação interpretativa, e sabem que podem contar com um intérprete que está ativamente preocupado com os fatores linguísticos e culturais envolvidos (BIENVENU, 1989).

Turner (2001) menciona que a compreensão cultural não deve ser uma via de mão única. O autor esclarece que, apesar de que o intérprete seja um forasteiro entre culturas, um

estrangeiro ou viajante, que precisa compreender a cultura surda, ele ainda detém o direito à sua própria individualidade e cultura. É uma das formas de evitar conflitos advindos de expectativas frustradas é a compreensão por parte de surdos de que é saudável estabelecer certos limites nas relações interpessoais e profissionais, havendo respeito ao espaço, identidade e individualidade dos intérpretes. Esse parece ser um ponto sensível, porque o que está em jogo aqui é a capacidade de negociação entre culturas, reconhecendo suas diferenças. Pese a necessidade de o intérprete entender a cultura, a língua e as questões históricas surdas, inclusive desenvolvendo o chamado “coração-surdo”, ele continuará sendo um ouvinte e também necessita que os surdos o compreendam nesse contexto.

Teske (2015) salienta que ao chegar em outro país o viajante sabe que precisará dialogar com outra sociedade, mas que ele não abandona todos os traços culturais e linguísticos construídos até ali. Acontece o mesmo com ouvintes e surdos. Há que negociar a equidade, com respeito às necessidades e expectativas de cada grupo, levando em conta suas formações e construções socioculturais. Isso se faz necessário, uma vez que a reconstrução do estado social que promova equidade se dá em conjunto (TESKE, 2015).

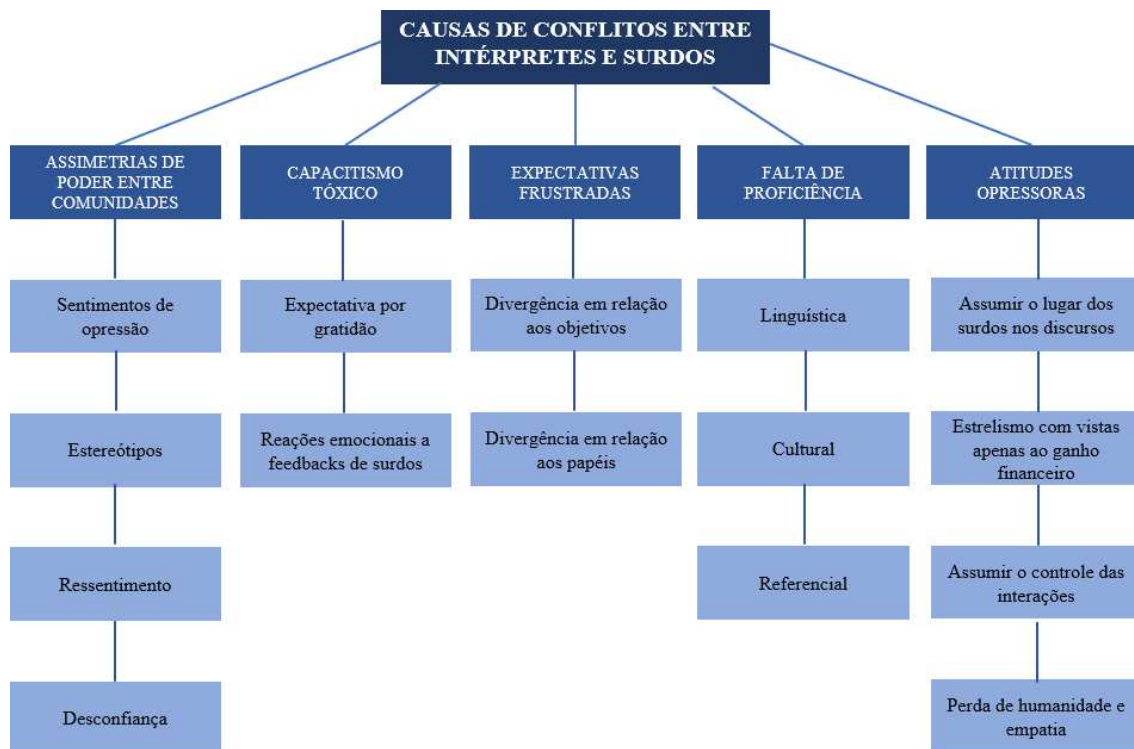
Como última causa de conflito proposto, encontra-se a *falta de proficiência* linguística, referencial e cultural de muitos intérpretes, gerando interpretações malfeitas e incompreensíveis. O intérprete precisa estar a par de questões linguísticas, mas também culturais dos consumidores. Isso é indispensável para que melhores escolhas interpretativas sejam realizadas a fim de que a compreensão flua de forma eficiente para os surdos. Sponchiado e Toso (2012) apontam que a falta de preparo tem ocasionado a falta de confiança nos intérpretes, a ponto de alguns surdos selecionarem intérpretes particulares para não correrem o risco de lidar com uma situação em que haverá interpretações mal realizadas ou de serem mal interpretados na direção direta (Libras-Português) em situações em que se pronunciam. Essa atitude evidencia a fragilidade da relação interpessoal e a falta de confiança profissional que alguns surdos sentem em relação aos intérpretes. A iniciativa desta pesquisa é justamente identificar estes conflitos, lançando base para a sugestão de estratégias que possam melhorar essa interação interpessoal e profissional entre surdos e intérpretes.

A competência referencial também é importante, a fim de que os intérpretes não aceitem atribuições em contextos que desconhecem, ou com os quais não tem afinidade. Muitos profissionais, por aceitarem trabalhos em qualquer âmbito, mesmo nos que não se sentem confortáveis, acabam produzindo interpretações de baixa qualidade e influenciam negativamente com sua atitude os surdos que estão nesse ambiente (SILVA, 2013). Quando os intérpretes dão pouca atenção às questões linguísticas, culturais e referenciais, premissas

importantes de uma boa entrega, estão aumentando o desrespeito e agindo com falta de ética com o povo surdo (CAMPELLO, 2014).

Diante desse panorama, é possível apontar que os conflitos entre intérpretes e surdos se relacionam às *Assimetrias de Poder*, às *Atitudes Opressoras*, ao *Capacitismo Tóxico*, às *Expectativas Frustradas* em relação aos papéis e à *Falta de Proficiência* linguística, cultural e referencial na interpretação.

Figura 5 – Principais causas de conflitos entre intérpretes e surdos segundo revisão de literatura



Fonte: elaborado pela autora.

Nesta seção, procuramos apresentar a conceituação sociocultural de conflito, contextualizando os conceitos nas interações entre surdos e intérpretes com base em uma breve revisão de literatura. Na próxima seção, traremos o ponto de vista teórico e metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional, mais especificamente da Metafunção Interpessoal (HALLIDAY; HASSAN, 1985; HALLIDAY, MATTHIESSEN, 2004; CARVALHO, 2020b; FUZER; CABRAL, 2014) e do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) como aportes relevantes para entendermos como nossas interações sociais e os papéis que desempenhamos nas relações influenciam nossas escolhas linguísticas e as avaliações que fazemos uns dos outros.

5 ENTENDENDO OS FENÔMENOS A PARTIR DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Dentre as abordagens que trazem a interpretação para uma discussão de cunho sociolinguístico, está a teoria proposta pela Linguística Sistêmico Funcional – LSF (PÖCHHACKER, 2010). A perspectiva teórica e metodológica da LSF adotada nesta pesquisa (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; CARVALHO, 2020b; FUZER; CABRAL, 2014) entende a linguagem como uma atividade social, interativa – propondo um enfoque em seus usos e funções em diferentes contextos (CARVALHO, 2020b). Nesse sentido, as situações de interpretação se alocam como circunstâncias em que textos são produzidos, com propósitos específicos, em que intérpretes e clientes interagem linguisticamente mediante papéis determinados.

Para Halliday e Matthiessen (2004), a linguagem deve ser encarada através de uma perspectiva sistêmica como também funcional. Segundo Carvalho (2020b), é entendida como sistêmica por conta de uma rede de sistemas que estão à disposição dos falantes/sinalizantes a fim de construir significados e funcional porque a construção da linguagem é orientada por propósitos – funções específicas. Dentro dessa perspectiva, ao nos comunicarmos, utilizamos de uma série de escolhas (base sistêmica) orientadas por funções (base funcional) a fim de produzir significados (nível semântico) que são realizados respectivamente através dos sistemas lexicogramatical e fonológico/grafológico. Porém, é importante destacar que a produção linguística sempre é “um recurso para fazer e trocar significados, utilizada no meio social de modo que o indivíduo possa desempenhar papéis sociais” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 21). Assim, os três pilares que sedimentam a construção da linguagem são: o *uso* (em relação ao sistema); o *significado* (em relação à forma); e o *social* (em relação ao indivíduo). Santos (2014) detalha o conceito de escolhas em diversos sistemas que advém do sentido sistêmico da linguagem.

A noção de teoria “sistêmica” consiste, então, justamente no fato de uma teoria de significados enquanto escolhas. A gramática de uma língua é uma rede de escolhas significativas interrelacionadas e que estão à disposição do falante, que dependendo do contexto situacional e cultural faz escolhas particulares nos sistemas da língua (SANTOS, 2014, p. 168).

Dessa forma, existe um sistema à disposição do falante que pode realizar escolhas específicas, com uma função determinada, ancoradas ao contexto em que está inserido, em situações de comunicação particulares, levando em consideração quais são os participantes desse contexto. Assim, são preponderantes no evento comunicativo, e influenciam as escolhas

do falante, o contexto social e cultural em que os significados são negociados e escolhidos e o contexto situacional em que a interação ocorre (EGGINS, 2004). O texto dentro da LSF pode abranger “qualquer instância da linguagem, em qualquer meio, que faz sentido para alguém que a compreende” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 3). Heberle (2005, p. 211), afirma que a comunicação pode ocorrer através de inúmeros recursos semióticos que abarcam os modos: sonoro, gestual/sinalizado, verbal, imagético, entre outros. Porém, não importando o modo como o texto se estabelece, ele é sempre encarado como um evento intersubjetivo na medida em que é realização de significados, em um contexto de situação específico, envolvendo os interagentes (WEBSTER, 2009). Considerando a linguagem como um sistema dessa natureza – semiótico e com várias funções concomitantes, Halliday e Matthiessen (2004) desenvolveram o princípio da Estratificação.

Figura 6 – Modelo de Estratificação



Fonte: elaborado pela autora.

O modelo de Estratificação sistematiza visualmente os fenômenos que ocorrem quando nos comunicamos. Os estratos de Contexto de Cultura e Contexto de Situação se situam na parte superior do Sistema de Estratificação porque, de fato, são os que têm maior impacto sobre os textos que são produzidos e suas possíveis variações (SANTOS, 2014). Estes influenciam os estratos subsequentes, como o estrato semântico-discursivo, lexicogramatical e fonológico-grafológico. No modelo de Estratificação, os níveis superiores se realizam nos níveis subsequentes e os níveis inferiores são influenciados pelos níveis superiores.

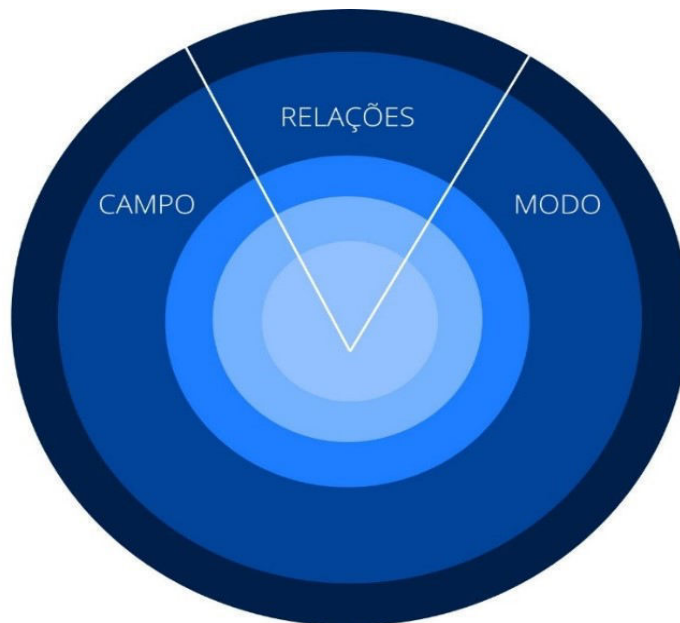
As escolhas no estrato grafo-fonológico são a realização das escolhas do estrato lexicogramatical. Estas, por seu turno, estão realizando escolhas no estrato semântico-discursivo, sendo que tais escolhas ocorrem em contextos de cultura e de situações distintos (VIAN JR.; MENDES, 2015, p. 164).

Thompson (2013) aponta que há uma relação entre os elementos contextuais e os significados que são realizados pela língua. Por isso o Contexto de Situação pode se dividir em três dimensões.

Há três dimensões principais de variação que caracterizam qualquer registro: o que está sendo falado e o papel da linguagem na atividade que está acontecendo (isto é chamado de '**campo**'); as relações entre as pessoas envolvidas na comunicação, tanto em geral como de momento a momento (as '**relações**'); e como a língua está funcionando na interação – por exemplo, se é escrita ou falada (o '**modo**') (THOMPSON, 2013, p. 39, grifo nosso).³⁵

Demonstramos na Figura 7 como essas variáveis podem ser localizadas no estrato do Contexto de Situação.

Figura 7 – Variáveis de Contexto de Situação



Fonte: elaborado pela autora.

O componente **campo** se refere à atividade que está sendo desenvolvida, à ação que está se desenrolando com um propósito específico, no que os participantes da interação estão

³⁵ “There are three main dimensions of variation that characterize any register: what is being talked about and the role of language in the activity that is going on (this is called the ‘field’); the relationships between the people involved in the communication, both in general and moment-by-moment (the ‘tenor’); and how the language is functioning in the interaction – e.g. whether it is written or spoken (the ‘mode’)” (THOMPSON, 2013, p. 39).

envolvidos. O componente **relações** se ocupa dos participantes da interação, quais são seus papéis sociais, que relações sociais e de poder estão imbricadas no momento da produção do texto, qual é distância social e o grau de formalidade entre eles. Por fim, o componente **modo** abarca especificamente qual a forma utilizada para veicular o texto produzido e quais as funções que este tem na situação em que é formado (CARVALHO, 2020b). Segundo Fuzer e Cabral (2014), com base no componente **modo** podemos analisar se o papel da linguagem é constitutivo ou auxiliar; se os participantes interagem monológica ou dialogicamente; se o canal utilizado é gráfico ou fônico ou ainda por qual meio a interação se estabelece (oral, escrito ou não-verbal). São esses três elementos que poderão ser analisados a fim de localizar no texto os distintos significados que são produzidos, auxiliando, inclusive, a identificar o contexto de situação em que foram criados.

Quadro 5 – Detalhamento Variáveis de Contexto de Situação

CAMPO	RELAÇÕES	MODO
Atividades	Participantes da situação Quem fala/sinaliza ou escreve Quem ouve/vê ou lê	Linguagem constitutiva ou auxiliar
Objetivos	Participantes no texto	Meio oral, escrito ou não verbal
Finalidades	Distância social	Canal fônico, visual/gestual, gráfico

Fonte: elaborado pela autora a partir de Fuzer e Cabral (2014, p. 30).

Cada variável contextual está ligada a uma função que a língua realiza. Há, segundo Halliday e Matthiessen (2004), pelo menos três funcionalidades que se realizam concomitantemente na linguagem e se entremeiam formando os textos.

Poderíamos tê-las chamado simplesmente de “funções”; no entanto, há uma longa tradição de falar sobre as funções da linguagem em contextos onde ‘função’ significa simplesmente propósito ou modo de usar a linguagem, e não tem importância para a análise da própria linguagem. Mas a análise sistêmica mostra que a funcionalidade é intrínseca à linguagem: isto é, toda a arquitetura da linguagem é organizada segundo linhas funcionais. A Linguagem é da forma como é por causa das funções pelas quais evoluiu a espécie humana. O termo “metafunção” foi adotado para sugerir que a função era um componente integral dentro da teoria geral³⁶ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 30-31).

³⁶ “We could have called them simply ‘functions’; however, there is a long tradition of talking about the functions of language in contexts where ‘function’ simply means purpose or way of using language, and has no significance for the analysis of language itself. But the systemic analysis shows that functionality is intrinsic to language: that is to say, the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species. The term ‘metafunction’ was adopted to suggest that function was an integral component within the overall theory” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 30-31).

Não há como desassociar essas funcionalidades do processo de formação da linguagem e, conseqüentemente, dos textos que realizamos. Por conta disso, essas funções são denominadas metafunções. Thompson (2013) esclarece que significados de diferentes tipos (ideacionais, interpessoais e textuais) se integram para formar a tessitura da linguagem. E que esses significados metafuncionais estão relacionados diretamente com as variáveis de contexto.

O fato de existirem três áreas não é acidental, pois cada uma delas corresponde a uma das metafunções: o campo determina e é interpretado principalmente por significados experienciais que são expressos; as relações determinam e são interpretadas principalmente, por significados interpessoais; e o modo determina e é interpretado principalmente, por significados textuais³⁷ (THOMPSON, 2013, p. 39).

O Quadro 6 apresenta as relações que se estabelecem entre as variáveis de contexto e as Metafunções³⁸, de acordo com o autor.

Quadro 6 – Relação entre Variáveis de Contexto e Metafunções

VARIÁVEIS DE CONTEXTO	METAFUNÇÕES
Campo	Ideacional
Relações	Interpessoal
Modo	Textual

Fonte: elaborado pela autora.

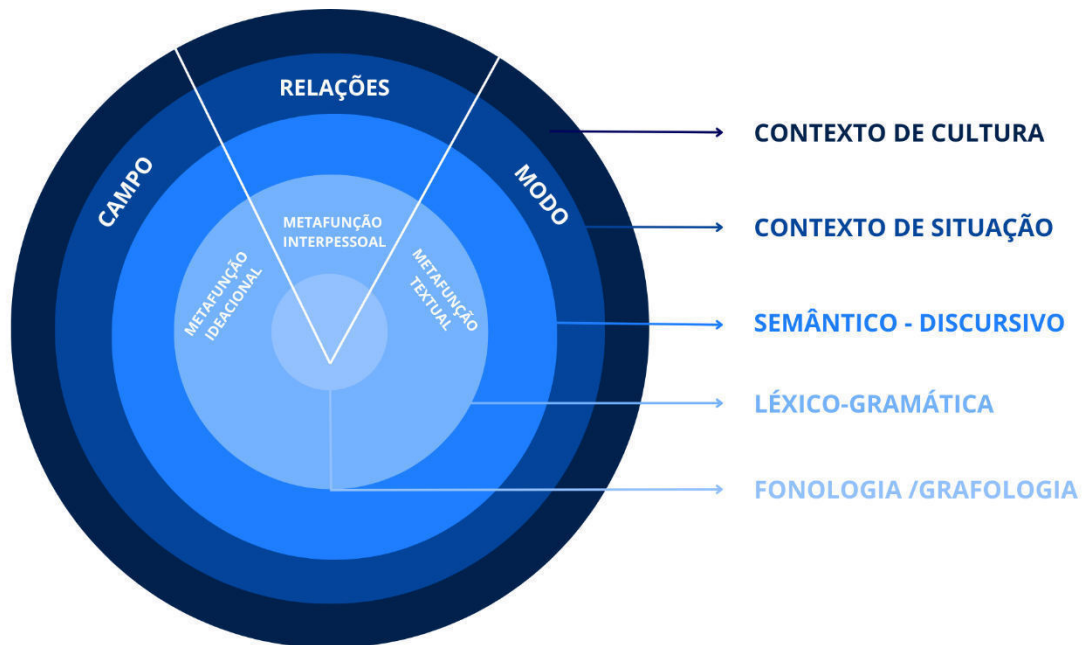
Dadas essas relações, podemos apresentar o Sistema de Estratificação³⁹ da seguinte forma (Figura 8):

³⁷ “The fact that there are three areas is not accidental, since each of them corresponds to one of the metafunctions: the field mainly determines, and is construed by, the experiential meanings that are expressed; the tenor mainly determines, and is construed by, the interpersonal meanings; and the mode mainly determines, and is construed by, the textual meanings” (THOMPSON, 2013, p. 39).

³⁸ Para mais informações acerca das Variáveis de Contexto e Metafunções, vide CARVALHO (2020b).

³⁹ Para uma explicação mais pormenorizada sobre o Sistema de Estratificação, indicamos o trabalho de Fuzer e Cabral (2014).

Figura 8 – Sistema de Estratificação com detalhamento



Fonte: elaborado pela autora.

A seguir, detalharemos as metafunções da linguagem, seu sistema de realização e categorias, com ênfase na **Metafunção Interpessoal**, considerando o recorte desta pesquisa.

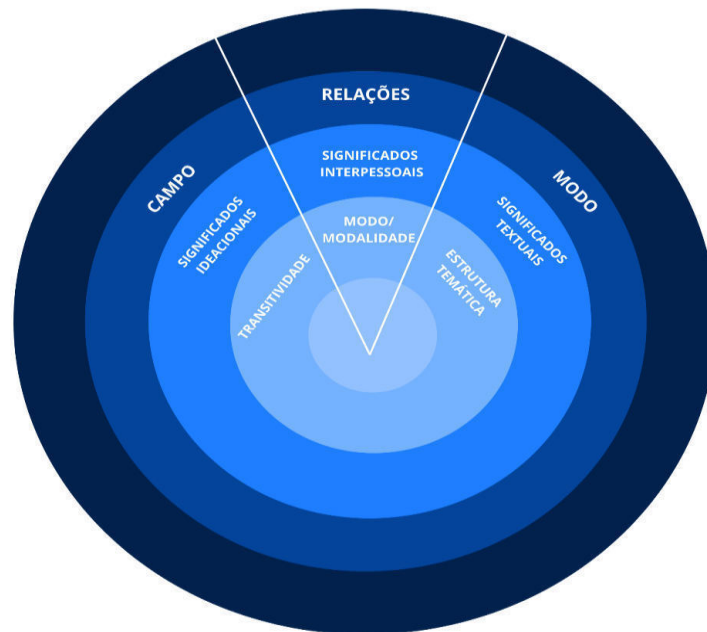
5.1 AS METAFUNÇÕES DA LINGUAGEM

Segundo Barbara e Macêdo (2009), as metafunções da linguagem têm um papel importante em permitir o entendimento da situação em que o texto é produzido através das informações sobre quem produz o texto, para quem este é direcionado e como é produzido.

Metafunções são as manifestações, no sistema linguístico, dos propósitos que estão subjacentes a todos os usos da língua: compreender o meio (ideacional), relacionar-se com os outros (interpessoal) e organizar a informação (textual) (FUZER; CABRAL, 2014, p. 32).

Na LSF, as orações são formas de representação do indivíduo sobre os fenômenos que vivencia no mundo, são formas de se relacionar com outras pessoas e se organizam através de formas específicas, sendo produzidas por canais próprios. Assim, são as metafunções ideacional, interpessoal e textual que darão conta de organizar estes diferentes propósitos quando nos comunicamos. As metafunções são realizadas ou materializadas nos textos através do estrato lexicogramatical e para cada metafunção há um sistema de realização próprio dentro deste estrato (CARVALHO, 2020b).

Figura 9 – Metafunções e Sistemas Lexicogramaticais



Fonte: elaborado pela autora a partir de Fuzer e Cabral (2014, p. 33).

A **Metafunção Ideacional** é responsável pela construção das representações de mundo do falante, suas experiências, internas e externas e é usada “para descrever eventos, estados e entidades envolvidas nessas experiências” (HEBERLE, 2018, p. 92). É materializada no estrato lexicogramatical através do sistema de transitividade. Quando observamos um texto sob o prisma desta metafunção nos preocupamos em perceber nas orações os processos, os participantes e as circunstâncias, ou seja, como são retratados no texto o tipo de atividade que está sendo realizada, os participantes da atividade, e o que está acontecendo do ponto de vista de quem fala (CABRAL; BARBARA, 2018).

Esta metafunção se compõe de dois elementos: o experiencial e o lógico. De acordo com Barbara e Macêdo (2009), a função experiencial estabelece o conteúdo interno de uma oração, qual será sua estrutura, a transitividade. O segundo componente da Metafunção Ideacional, o lógico, é o que nos torna capazes de organizar grupos verbais e nominais. Também é o subcomponente lógico que nos permite encadear e sequenciar essas representações que fazemos das nossas experiências, formando complexos oracionais, impactando na coesão textual (BARBARA; MACÊDO, 2009).

A **Metafunção Textual** realiza a organização textual, ou seja, permite a tessitura das metafunções anteriores (BARBARA; MACÊDO, 2009). Esta Metafunção determina o modo do discurso, ou seja, qual canal será utilizado para a comunicação (textos orais, escritos, sinalizados), como também a estrutura que o texto terá a fim de que seja coerente para o

interlocutor (HALLIDAY, 1994). O falante decide como distribuir as informações no texto que produz, escolhendo que componentes serão tema/rema (tópico principal e informações adicionais relacionadas) e quais serão dado/novo (informações já conhecidas e informações novas). Segundo Carmo (2012), é esse propósito que conecta a metafunção textual ao modo do contexto situacional e ao sistema de estrutura temática que a realiza no estrato lexicogramatical.

Mediante essa breve exposição de alguns conceitos base da LSF, entendemos que: o contexto de cultura e o contexto de situação instanciam o texto e nos auxiliam a entender as circunstâncias de sua produção; a linguagem, e mais propriamente os textos, são produzidos através de um constructo metafuncional (Ideacional, Interpessoal e Textual); e os significados metafuncionais influenciados pelos contextos de cultura e situação são materializados em linguagem/texto através de sistemas próprios alocados no estrato lexicogramatical.

Levando em consideração que esta pesquisa realiza um recorte específico nos significados interpessoais, ligados à **Metafunção Interpessoal**, aprofundaremos a explanação acerca dessa, apresentando também o **Sistema de Avaliatividade**, instrumento escolhido para a análise de dados.

5.1.1 A Metafunção Interpessoal e sua realização

A **Metafunção Interpessoal**, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), se refere às relações do discurso, a perceber como essas relações se estabelecem através da análise dos participantes, da atividade e dos papéis que desempenham. Thompson (2013) elucida

Dizemos coisas a outras pessoas com um propósito: podemos querer influenciar suas atitudes ou comportamento, ou fornecer informações que sabemos que elas não têm, ou para explicar nossas próprias atitudes ou comportamentos, ou conseguir que elas nos forneçam informações, e assim por diante. [...] Portanto, o fato de que a interação – ter um propósito de dizer coisas para as outras pessoas – é uma parte inerente do uso da linguagem significa que haverá aspectos da gramática que podem ser identificados como capazes de nos permitir interagir por meio da linguagem⁴⁰ (THOMPSON, 2013, p. 45).

Dessa maneira, é através dos significados que essa Metafunção realiza que o falante pode expressar seus julgamentos, opiniões e atitudes, permitindo o estabelecimento e a manutenção das relações e interações sociais através da linguagem (SANTOS, 2014).

⁴⁰ “We tell other people things for a purpose: we may want to influence their attitudes or behaviour, or to provide information that we know they do not have, or to explain our own attitudes or behaviour, or to get them to provide us with information, and so on. [...] Therefore, the fact that interaction – having a purpose for saying things to other people – is an inherent part of language use means that there will be aspects of the grammar that can be identified as enabling us to interact by means of language” (THOMPSON, 2013, p. 45).

[...] é através da Metafunção Interpessoal que se manifesta a interação entre os participantes da situação e deles com a sociedade, como interagem, o grau de distância/proximidade ou de poder/solidariedade existente entre eles, a responsabilidade que assumem quanto à mensagem que transmitem, se o fazem de maneira assertiva/categórica, ou não (BARBARA; MACÊDO, 2009, p. 100).

Os significados materializados pela Metafunção Interpessoal se realizam a partir dos sistemas denominados Modo e Modalidade na lexicogramática (FUZER; CABRAL, 2014; CARVALHO, 2020b). A Metafunção Interpessoal está ligada à como usamos a linguagem para nos relacionar com outros. Os textos que produzimos em nossas interações estão relacionados a quem somos, onde estamos, com quem nos relacionamos naquele momento e com que propósito o fazemos. É nas interações linguísticas que estabelecemos com outras pessoas que forjamos nosso lugar no mundo, nossos papéis sociais, e imprimimos nossos julgamentos, avaliações e perspectivas sobre o outro.

O diálogo é o meio que a linguagem nos oferece para expressar significados interpessoais sobre papéis e atitudes. Poder participar do diálogo significa, então, ser capaz de negociar a troca de significados interpessoais, sendo capaz de realizar relações sociais com outros usuários da língua. [...] Estabelecemos essa relação ao nos revezarmos para falar. À medida que nos revezamos, assumimos diferentes papéis de fala na troca⁴¹ (EGGINS, 2004, p. 144).

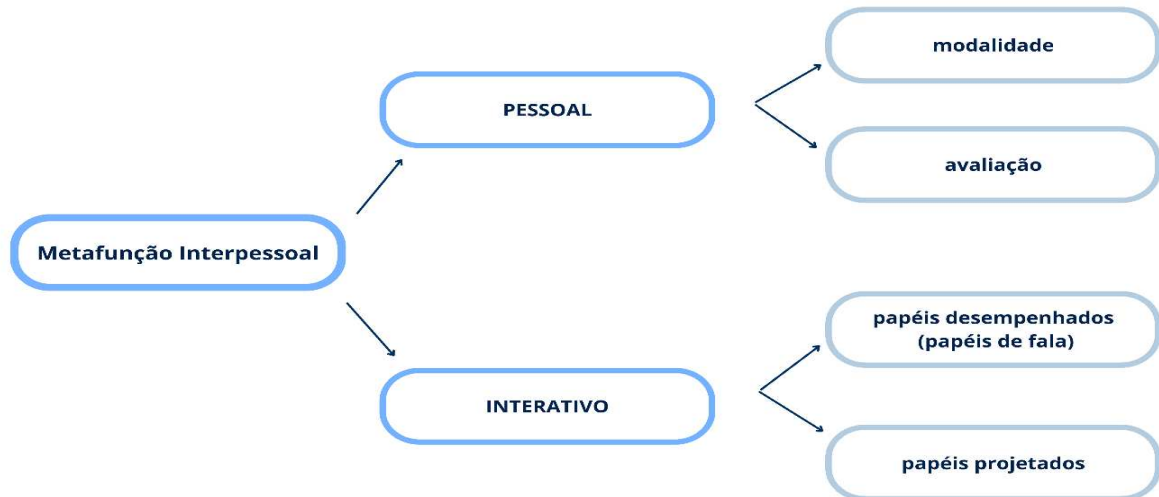
É também nesse jogo relacional que negociamos nossa própria forma de pensar, ao passo que nos relacionamos com os outros e somos moldados linguisticamente por essas interações. Segundo Vivan (2010, p. 50), por meio das escolhas lexicogramaticais é possível “[...] mostrar como as relações são construídas e estabelecidas entre autor e leitor e como se dá essa interação, ou como o autor se posiciona frente à sua mensagem e ao seu interlocutor”. Dessa forma, através da análise da materialização dos significados interpessoais podemos apreender o papel assumido pelos interlocutores quando se relacionam como também a natureza da relação. De acordo com Halliday (1994), quando nos comunicamos com alguém, assumimos um papel específico na situação e atribuímos ao outro um papel complementar, e o contrário também acontece.

Conforme Thompson (2013), os significados interpessoais se dividem em duas áreas específicas: a pessoal, envolvendo a modalidade e avaliação, uma vez que estas esboçam perspectivas particulares do falante/sinalizante, e a interativa, que abarca os papéis

⁴¹ “Dialogue is the means language gives us for expressing interpersonal meanings about roles and attitudes. Being able to take part in dialogue, then, means being able to negotiate the exchange of interpersonal meanings, being able to realize social relationships with other language users. [...] To establish this relationship we take turns at speaking. As we take turns, we take on different speech roles in the exchange” (EGGINS, 2004, p. 144).

desempenhados e projetados pelos interactantes. Na Figura 10 apresentamos visualmente seus aspectos.

Figura 10 – Aspectos do gerenciamento interpessoal



Fonte: Macêdo (2001, p. 139).

5.1.1.1 O Sistema Modo e o Sistema de Modalidade

Nesta pesquisa, estamos voltadas para as perspectivas individuais emergidas dos relacionamentos construídos entre surdos e intérpretes. Nosso recorte é voltado para o componente **Avaliação**, que pode ser analisado pelo **Sistema de Avaliatividade**. Porém entendemos ser importante explicar brevemente como a Metafunção Interpessoal se apresenta na interatividade através do **Sistema Modo** e nas intervenções particulares do falante/sinalizante através do **Sistema de Modalidade**.

Nas interações que estabelecemos com outros, segundo Halliday (1994), trocamos principalmente dois valores fundamentais: informações ou bens/serviços. Ou seja, existe uma realização para o falante/sinalizante, mas também algum tipo de demanda para o interlocutor.

Os tipos mais fundamentais de papel da fala, que estão por trás de todos os papéis mais específicos que eventualmente poderemos reconhecer, são apenas dois: (i) dar, e (ii) exigir. Ou o falante está dando algo ao ouvinte (uma informação, por exemplo) ou está exigindo algo dele. Mesmo estas categorias elementares já envolvem noções complexas: dar significa “convidar a receber”, e exigir significa “convidar a dar”. O falante não está apenas fazendo algo por si mesmo; ele também está exigindo algo do ouvinte. Tipicamente, portanto, um “ato” de fala é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de “interação”: é uma troca, na qual dar implica receber e exigir implica em dar como resposta⁴² (HALLIDAY, 1994, p. 68).

⁴² “The most fundamental types of speech role, which lie behind all the more specific types that we may eventually be able to recognize, are just two: (i) giving, and (ii) demanding. Either the speaker is giving something to the listener {a piece of information, for example} or he is demanding something from him. Even these elementary

Sob essa perspectiva, na troca de informação, aquilo que é trocado é a própria linguagem. É solicitado ao interlocutor para desempenhar um papel verbal – afirmar, negar ou fornecer informação ausente (HALLIDAY, 1994). Fuzer e Cabral (2014, p. 105) explicam

A expectativa do falante, nesse caso é que o interlocutor tome conhecimento do que é enunciado ou responda à pergunta feita. Na troca de bens e serviços, o indivíduo usa a linguagem para influenciar o comportamento de alguém. É nesse sentido que a linguagem é instituída como instrumento de ação. A expectativa do falante é que o interlocutor faça aquilo que é enunciado.

Quando trocamos informações ou bens/serviços, comumente desempenhamos dois papéis, o de dar ou o de solicitar, realizando quatro funções primárias da fala: oferta, comando, declaração e pergunta. No nível oracional essas funções se organizam de modo interrogativo, declarativo ou imperativo. As trocas que realizamos podem receber respostas dos interlocutores, esperadas ou não. O Quadro 7 sintetiza as ideias que apresentamos até aqui.

Quadro 7 – Papéis e funções da fala desde um recorte interpessoal

PAPEL NA TROCA	AÇÃO	TIPO DE ENUNCIADO	RESPOSTA POSSÍVEL	FUNÇÃO SEMÂNTICA
DAR INFORMAÇÃO	Declaração	Enunciado declarativo	Confirmação ou contradição	Proposição
DAR BENS E SERVIÇOS	Oferta	Enunciado interrogativo	Aceitação ou rejeição	Proposta
PEDIR INFORMAÇÃO	Pergunta	Enunciado interrogativo	Resposta ou recusa	Proposição
PEDIR BENS E SERVIÇOS	Comando	Enunciado imperativo	Cumprimento ou recusa	Proposta

Fonte: elaborado pela autora a partir de Vivan (2010, p. 58).

Dado que a Metafunção Interpessoal se realiza através do estrato lexicogramatical pelo Sistema Modo, que aponta as relações estabelecidas entre os participantes, e pelo Sistema de Modalidade, que manifesta as intenções e avaliações dos participantes, partiremos para uma breve exposição de como essas materializações se tornam aparentes nos textos, mais propriamente nas orações. Segundo Vivan (2010), o Sistema Modo organiza uma oração em duas partes distintas: o Modo oracional e o Resíduo. A partir daí, podemos sistematizar os elementos que compõem ambas as partes. O Modo oracional, por exemplo, é composto por dois

categories already involve complex notions: giving means ‘inviting to receive’, and demanding means ‘inviting to give’. The speaker is not only doing something himself; he is also requiring something of the listener. Typically, therefore, an ‘act’ of speaking is something that might more appropriately be called an ‘interact’: it is an exchange, in which giving implies receiving and demanding implies giving in response” (HALLIDAY, 1994, p. 68).

elementos: “(1) o Sujeito, que é o grupo nominal, a quem a responsabilidade pela proposição é atribuída; e (2) o Operador Finito, que é parte do grupo verbal, responsável pelas relações temporais e modais da proposição” (VIVAN, 2010, p. 53). O Sujeito carrega a validação da proposição negociada na oração. Alterando-se o sujeito, uma nova mensagem é formada. É geralmente apresentado no modo oracional através de pronomes pessoais e demonstrativos. O finito é a parte da oração que carrega o grupo verbal, entregando os significados da proposição realizada em termos de polaridade (positiva ou negativa), tempo e modalidade (julgamento do falante em diferentes graus) (VIVAN, 2010; FUZER; CABRAL, 2014).

A polaridade na oração pode se apresentar através de dois extremos: uma construção verbal positiva ou negativa. Pode haver um elemento explícito de negação, assim como algumas outras partículas que indicam significados negativos sem, contudo, serem categorizadas como advérbios de negação (CRUZ, 2012). É justamente entre esses polos que podemos encontrar as realizações concernentes ao Sistema de Modalidade. É entre os extremos que os enunciados podem apresentar possibilidades, alternativas que se apresentam no modo oracional como modalizadores das proposições (THOMPSON, 2013).

Se a mercadoria sendo trocada é informação, podemos nos referir ao enunciado como uma proposição. Nesses casos, a modalidade refere-se a quão válida a informação é apresentada em termos de probabilidade (quão provável que seja verdade) ou usualidade (com que frequência é verdadeira). [...] Se, por outro lado, a mercadoria são bens e serviços, podemos chamar o enunciado de proposta; e então a modalidade refere-se a quão confiante o falante pode parecer no eventual sucesso da troca. Nos comandos, trata-se do grau de obrigação da outra pessoa de executar o comando [...], enquanto nas ofertas, trata-se do grau de disposição ou inclinação do falante para cumprir a oferta (o falante pode sinalizar: capacidade/vontade/determinação)⁴³ (THOMPSON, 2013, p. 70-71).

O Sistema de Modalidade apresenta um desdobramento a depender do tipo de troca existente na interação

[...] nas trocas de informação (conhecimento), portanto, *proposição*, a modalidade é epistêmica, pois se liga ao comprometimento com a verdade. Já nas trocas de bens de serviço (atividade), isto é, *proposta*, a modalidade é deontica, uma vez que se refere ao comprometimento com a obrigatoriedade ou com a necessidade. O uso de Modalidade depende da situação em que o indivíduo se encontra, dos participantes da interação e do grau de interação que existe entre eles (SERRA, 2017, p. 50).

⁴³ “If the commodity being exchanged is information, we can refer to the utterance as a proposition. In such cases, the modality relates to how valid the information is being presented as in terms of probability (how likely it is to be true) or usuality (how frequently it is true). [...] If, on the other hand, the commodity is goods-&-services, we can call the utterance a proposal; and then the modality relates to how confident the speaker can appear to be in the eventual success of the exchange. In commands, this concerns the degree of obligation on the other person to carry out the command [...], while in offers it concerns the degree of willingness or inclination of the speaker to fulfil the offer (the speaker may signal: ability/willingness/determination)” (THOMPSON, 2013, p. 70-71).

Dessa forma, no caso de proposições, ao apresentarem diferentes graus de probabilidade, há modalização; no caso de propostas, ao apresentarem diferentes graus de obrigação, há modulação. A modalização se apresenta com verbos e adjuntos modais, grupos adverbiais e expressões, e a modulação através de verbos e adjuntos modais e expressões (FUZER; CABRAL, 2014).

Quadro 8 – Modalidade e Polaridade

POLO POSITIVO (POLARIDADE)			
MODALIZAÇÃO MODALIDADE EPISTÊMICA		MODULAÇÃO MODALIDADE DEÔNICA	
PROBABILIDADE	USUALIDADE	OBRIGAÇÃO	INCLINAÇÃO
Certo	Sempre	Necessário	Determinado
Provável	Usualmente	Aceitável	Desejoso
Possível	Às vezes	Permitido	Inclinado
POLO NEGATIVO (POLARIDADE)			

Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 116, adaptado).

Após essa explanação sobre a primeira parte do Sistema Modo, o modo oracional, nos ateremos a segunda parte que o compõe: o Resíduo. Este é composto por três elementos: “[...] o Predicador (processo que envolve o Sujeito); o Complemento (potencial de sujeito, mas não o é) e o Adjunto (grupo adverbial ou preposicional, que indica circunstância)” (SERRA, 2017, p. 47). Segundo Halliday (1994), a função do predicador é caracterizar o processo (seu aspecto ou fases), determinar se a voz da oração é ativa ou passiva, e explicitar o tipo de processo relacionado ao sujeito. É geralmente “realizado por um grupo verbal menos o operador modal ou temporal” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 110). O Complemento é realizado, normalmente, por um grupo nominal que pode ser o sujeito da oração na voz passiva (VIVAN, 2010). Por último, o adjunto se apresenta comumente através de grupos adverbiais ou sintagmas preposicionais, com informações adicionais que indicam circunstância, sendo não essenciais. É importante destacar que nem sempre o predicador, o complemento e o adjunto aparecerão concomitantemente na oração (FUZER; CABRAL, 2014). Na Figura 11 reunimos a organização do Sistema Modo e seus elementos.

Figura 11 – Resumo do Sistema Modo



Fonte: elaborado pela autora com base em Fuzer e Cabral (2014, p. 110) e Serra (2017, p. 48).

Tratamos até aqui das realizações interpessoais ligadas ao Sistema Modo que visam as interações. A partir da próxima seção, explanaremos especificamente sobre o **Sistema de Avaliatividade**, que está focado nos significados interpessoais ligados aos julgamentos e avaliações particulares dos interlocutores acerca das circunstâncias, pessoas e situações, e que será a base para as análises de dados com base na coleta de dados com os participantes da pesquisa.

5.2 O SISTEMA DE AVALIATIVIDADE

Ao observarmos os fenômenos ao nosso redor e ao interagirmos com outras pessoas, imprimimos em nossos textos, através de escolhas lexicogramaticais, nossas avaliações acerca do que apreendemos do mundo e de nossas relações. Segundo Vian Jr. (2009), é através dessas avaliações que expressamos quais são nossas atitudes, posicionamentos e a força de nossos sentimentos em relação ao que estamos falando. Além disso, Cruz (2012, p. 40) menciona que as avaliações também incluem “[...] aspectos relacionados a poder, *status*, afeto, julgamento em relação a outros interlocutores, assim como à negociação e busca de solidariedade” com o objetivo final de compreensão e aceitação.

A compreensão de que as avaliações estão presentes nos textos que produzimos e que elaboram em nível lexicogramatical significados interpessoais conduziu à teorização do Sistema de Avaliatividade. De acordo com Vian Jr. (2009), embora este Sistema tenha sido apresentado no decorrer do tempo por autores como Martin (2000, 2002, 2003), Eggins e Slade

(1997) e White (2004a, 2004b), foi na publicação de Martin e White (2005) que realmente se consolidou. O **Sistema de Avaliatividade** proposto por Martin e White (2005) tem o intuito de categorizar os recursos interpessoais disponíveis no estrato semântico-discursivo que se materializam nos textos como veículos de avaliação (FLOREK; CABRAL, 2021).

Dentro do estrato semântico-discursivo da língua, estão presentes, segundo Almeida e Vian Jr. (2018), seis sistemas semântico-discursivos que permeiam o texto. São eles: Avaliatividade, Negociação, Ideação, Conjunção, Identificação e Periodicidade.

Avaliatividade: trata dos recursos utilizados para realizar as avaliações na linguagem [...] **Negociação:** refere-se à interação como troca entre os falantes, isto é, como os interactantes assumem e atribuem papéis. [...]

Negociação: refere-se à interação como troca entre os falantes, isto é, como os interactantes assumem e atribuem papéis. A negociação tem o papel de construir as relações sociais de poder e de solidariedade no contexto social, bem como os modos como os turnos são organizados em trocas de bens e serviços e de informações;

Ideação: refere-se ao conteúdo do discurso, [...] trata-se dos tipos de significados ideacionais que são realizados no texto;

Conjunção: ocupa-se das interconexões entre as atividades reformulando-as, sequenciando-as, adicionando-as, etc. [...]

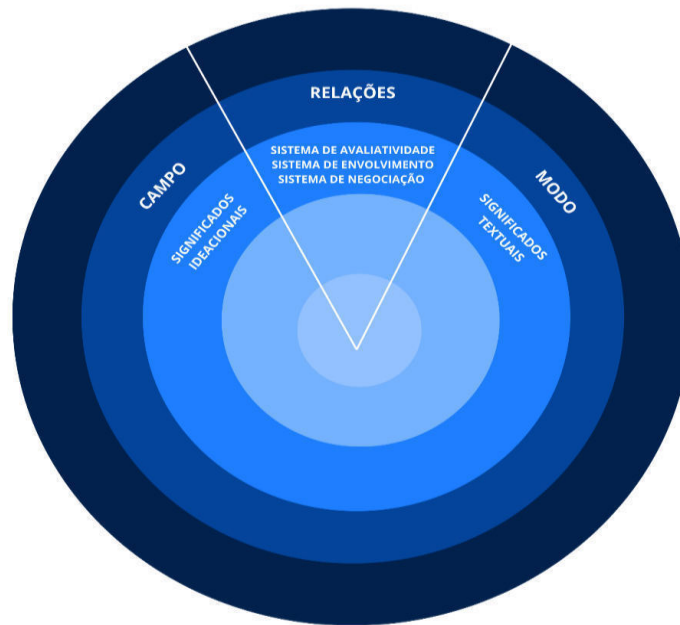
Identificação: abrange questões de como as pessoas, lugares e coisas são introduzidas no texto. [...]

Periodicidade: consiste no ritmo do discurso, as camadas de previsões que sinalizam ao leitor o que pode acontecer, as camadas que consolidam o significado (ALMEIDA; VIAN JR., 2018, p. 275-276).

Especificamente no recorte dos significados interpessoais estão os Sistemas de Avaliatividade, Envolvimento e Negociação (MARTIN; WHITE, 2005)⁴⁴. Embora, os Sistemas contidos nesse recorte guardem relações entre si, o Sistema de Avaliatividade é o único que tem como foco explorar os aspectos avaliativos da língua e, portanto, é o sistema que nos permite compreender como se posicionam intérpretes e surdos em suas relações através das avaliações que emitem (VIAN JR., 2009). Observemos a Figura 12, que retrata o estrato Semântico-Discursivo.

⁴⁴ Martin e White (2005, p. 9) citam como Sistemas alocados no Estrato Semântico-Discursivo: a Avaliatividade, a Negociação, a Ideação, a Conjunção, a Identificação e a Periodicidade. Mas, na página 33 da mesma publicação, os autores categorizam como Sistemas de significados interpessoais a Avaliatividade, o Envolvimento e a Negociação. Vale destacar que o Sistema Envolvimento não é citado junto aos outros Sistemas, apenas no recorte interpessoal.

Figura 12 – Sistemas interpessoais no Estrato Semântico-Discursivo



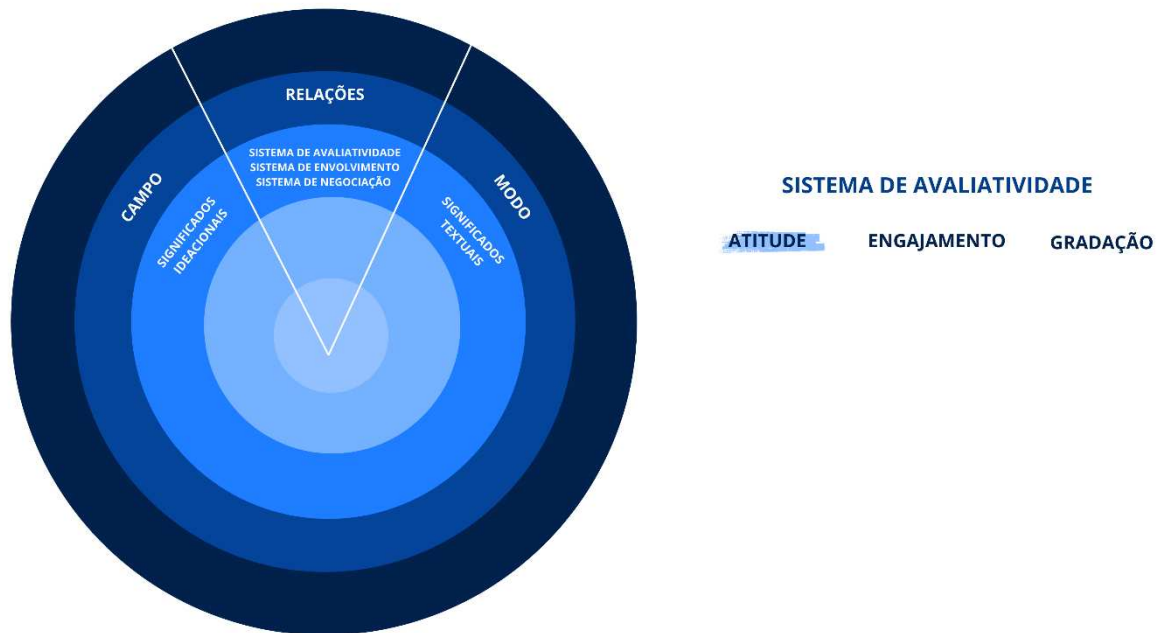
Fonte: Martin e White (2005, p. 34, adaptado).

O Sistema de Avaliatividade é realizado através de três Subsistemas: a **Atitude**, o **Engajamento** e a **Gradação**. Vejamos categoricamente cada um deles.

O subsistema atitude está voltado para as avaliações relacionadas às emoções, aos comportamentos, e à apreciação das coisas. O engajamento está voltado para o sujeito, o seu discurso e a polifonia presente em sua construção discursiva. A gradação está voltada para a intensidade aplicada aos sentimentos (GOMES, 2020, p. 39).

Esta pesquisa se desenvolve no recorte do **Subsistema Atitude**. Por conta disso, exploraremos rapidamente os outros dois Subsistemas, Engajamento e Gradação, para depois nos aprofundarmos naquele que é instrumento de nossa análise, a Atitude.

Figura 13 – Sistema de Avaliatividade e seus Subsistemas



Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro subsistema que vamos apresentar é o **Subsistema Engajamento**, que torna possível analisar a tomada de posição de um interlocutor em um texto e os efeitos retóricos consequentes dessa posição. Segundo Florek e Cabral (2021, p. 9), esse Sistema pode revelar “como o autor compromete-se ou exime-se da mensagem expressa ou polariza as informações veiculadas”. O Engajamento pode indicar se o interlocutor tem uma postura monoglóssica, ou seja, que não admite uma interação dialógica, uma vez que o falante enuncia algo de forma absoluta, assertiva; ou uma postura heteroglóssica, em que o interlocutor assume a diversidade de vozes e posições em seu discurso (CRUZ, 2012).

O **Subsistema Gradação** permite observar a intensificação ou atenuação dos significados realizados através dos Sistemas de Avaliatividade e de Engajamento. De acordo com Martin e White (2005), é possível categorizar essa escala de gradação em força e foco. A força classifica a intensificação das qualidades e/ou processos ou a quantificação de entidades em relação à quantidade, volume e extensão. Para Florek e Cabral (2005), a categoria foco classifica a “prototipicidade” ou ainda, como aponta Cruz (2012, p. 55), “expressa significados não precisamente escalares, sendo mais difusos” com o objetivo de atenuar ou acentuar o grau de algo que a princípio não poderia sofrer gradação. A seguir, apresentamos mais detalhadamente o **Subsistema Atitude** que subsidia a análise desta pesquisa.

5.2.1 Subsistema Atitude

O Subsistema Atitude é responsável por expressar linguisticamente as avaliações positivas ou negativas do falante. Segundo Martin e White (2005, p. 35)⁴⁵, o discurso produzido pela atitude está relacionado “com nossos sentimentos, incluindo reações emocionais, julgamentos de comportamento e avaliação das coisas”. O Subsistema Atitude abrange três regiões semânticas, respectivamente: a emoção, a ética e a estética (MARTIN; WHITE, 2005). As avaliações realizadas podem ser implícitas, ou seja, depender da interpretação do receptor do texto, ou explícitas, podendo ser intensificadas para mais ou para menos. Almeida (2010, p. 99) relaciona os elementos pelos quais o Subsistema Atitude pode se materializar no nível lexicogramatical

– um atributo na oração relacional:

(1) Depois que aprendi a ler e comecei a ler os jornais, comecei a ficar **triste**.

– um epíteto no grupo nominal:

(2) São memórias **fantásticas**. Quer ler um pedacinho?

– uma qualidade nominalizada no grupo nominal:

(3) Tia Anastácia, essa é uma **ignorância** em pessoa.

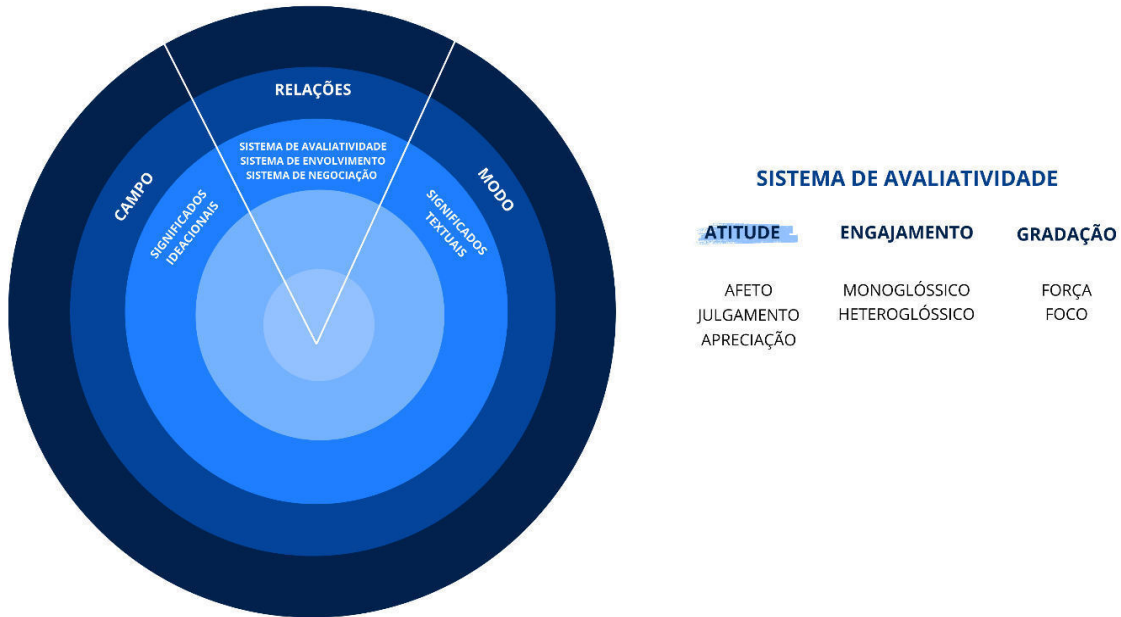
– um processo com significado atitudinal:

(4) Lá por dentro **gosto** ainda mais dela do que dos seus afamados bolinhos.

São os atributos, epítetos, qualidades nominalizadas e/ou processos atitudinais que articulam os três campos semânticos, ou subtipos de Atitude denominados: **Afeto, Julgamento e Apreciação**, como visto na Figura 14.

⁴⁵ “Attitude is concerned with our feelings, including emotional reactions, judgements of behaviour and evaluation of things” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 35).

Figura 14 – Subsistema de Atitude e suas categorias



Fonte: elaborado pela autora.

Segundo Martin e White (2005, p. 35), o campo semântico do **Afeto** “lida com recursos para a construção reações emocionais”⁴⁶, propiciando ao falante recursos para “registrar sentimentos positivos ou negativos”⁴⁷ (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42), indicando como este se sente e quais são suas emoções frente às pessoas, aos fenômenos ou às coisas, podendo ser manifestados de forma implícita ou explícita. Na Figura 15, apresentamos de forma resumida as categorias de **Afeto** e suas principais características.

Figura 15 – Campo semântico do Afeto



Fonte: Martin e Rose (2007, p. 32, adaptado).

⁴⁶ “[...] deals with resources for construing emotional reactions” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 35).

⁴⁷ “[...] is concerned with registering positive and negative feelings” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42).

Florek e Cabral (2021, p. 5) detalham:

O afeto reflete emoções de: i) in/felicidade: relacionadas ao coração, ao gostar ou não gostar (tristeza, felicidade, ódio e amor); ii) in/segurança: concernentes ao bem-estar social (ansiedade, temor, confiança em relação ao ambiente e às pessoas); ou iii) in/satisfação: referentes ao sentimento de alcance dos objetivos ou de frustração (tédio, desprazer, curiosidade, respeito).

Quando expressamos através de nossas avaliações, nossas emoções, não só estamos ativamente marcando nossa atitude acerca de um determinado tema como também posicionamos as pessoas com as quais interagimos a realizarem suas próprias avaliações (MARTIN; ROSE, 2005). O Quadro 9 sintetiza os tipos de Afeto.

Quadro 9 – Tipos de Afeto

EMOÇÕES	EQUIVALENTES
(in)Felicidade	Amor, ódio, tristeza e felicidade
(in)Satisfação	Ansiedade, medo e confiança
(in)Segurança	Tédio, desprazer, curiosidade, respeito

Fonte: baseado em Martin e White (2005, p. 49).

As realizações do Afeto podem modificar os participantes, os processos e os adjuntos quando os qualificam. Segundo Almeida (2010), podemos observar essas realizações através: (a) da expressão de uma qualidade, em que os participantes são qualificados por meio de epítetos; b) da atribuição de qualidades aos participantes por meio de atributos; c) da qualificação da forma como os processos ocorrem através de adjuntos de circunstância; d) através de processos comportamentais; e) através de processos mentais ou relacionais e, f) através de comentários desiderativos. No Quadro 10 reproduzimos exemplos mencionados por Cruz (2012) e acrescentamos a que classes gramaticais no nível das orações essas realizações correspondem.

Quadro 10 – Realizações de Afeto

REALIZAÇÕES DE AFETO	CONCEITO	EXEMPLO	REALIZAÇÃO GRAMATICAL
Como qualidade	Descrição dos Participantes	Um capitão triste .	Epíteto
Como qualidade	Atributo dos Participantes	O capitão estava triste .	Atributo
Como qualidade	Circunstância do Processo	O capitão saiu tristemente .	Circunstância
Como processo	Afetivo Mental	Sua saída o entristeceu .	Processo
Como processo	Afetivo Comportamental	O capitão chorou .	Processo
Como comentário	Desiderativo	Tristemente , ele teve que ir.	Adjunto Modal

Fonte: Cruz (2012, p. 44, adaptado).

O campo semântico do **Julgamento**, de acordo com Martin e Rose (2007, p. 67),

[...] pode ser pensado como a institucionalização do sentimento, no contexto de propostas (normas sobre como as pessoas devem e não devem se comportar). Assim como o afeto, ele tem uma dimensão positiva e negativa correspondente a julgamentos positivos e negativos sobre comportamento⁴⁸.

De acordo com Gomes (2020), o **Julgamento** se relaciona com avaliações acerca do comportamento das pessoas, de um ponto de vista que parte de regras morais, leis, convenções sociais e crenças de determinados grupos sociais.

Ele traduz a maneira pela qual as pessoas fazem avaliações sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade sempre determinados pela cultura na qual vivem e pelas experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais moldado por uma cultura particular e uma situação ideológica. Nessa perspectiva, o julgamento tem a ver com questões de “ética”, uma análise normativa do comportamento humano baseado em regras ou convenções de comportamento (ALMEIDA, 2010, p. 106).

O **Julgamento** pode ser realizado gramaticalmente através de epítetos e atributos. Levando em conta os diferentes tipos de avaliações relacionadas ao **Julgamento**, Martin e White (2005) as subdividem em duas categorias distintas: as avaliações de estima social e as avaliações de sanção social. A **categoria de estima social** envolve atitudes avaliativas que não têm implicações legais, que podem se apresentar como admiração quando o **Julgamento** é positivo ou como crítica quando o **Julgamento** é negativo. Já a **categoria de sanção social** se

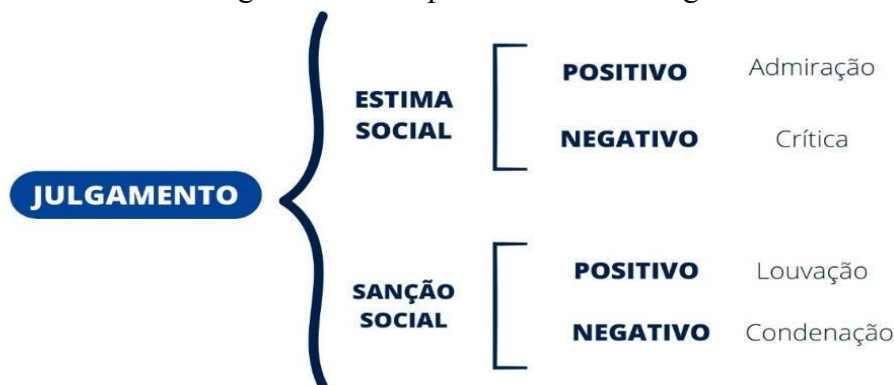
⁴⁸ “Judgement can be thought of as the institutionalization of feeling, in the context of proposals (norms about how people should and shouldn’t behave). Like affect, it has a positive and negative dimension corresponding to positive and negative judgements about behaviour” (MARTIN; ROSE, 2007, p. 67).

apresenta através de avaliações mais estritas, vinculadas às leis, regulamentos, ao “crime e ao pecado” e por conta disso podem implicar em louvor ou condenação (CRUZ, 2012, p. 46). Ambas as categorias se diferenciam também pelo meio em que são constituídas. Martin e White (2005, p. 52) esclarecem:

A estima social tende a ser policiada na cultura oral, por meio de bate-papo, fofoca, piadas e histórias de vários tipos – com o humor muitas vezes desempenhando um papel crítico (Eggins & Slade, 1997). Compartilhar valores nesta área é fundamental a formação de redes sociais (família, amigos, colegas, etc.). As sanções sociais, por outro lado, são mais frequentemente codificadas por escrito, como editais, decretos, regras, regulamentos e leis sobre como se comportar de acordo com a igreja e o estado – com penalidades e punições como instrumentos contra aqueles que não cumprem o código. Compartilhar valores nesta área sustenta o dever cívico e as observâncias religiosas⁴⁹.

Na Figura 16 apresentamos de forma resumida as categorias de **Julgamento** e suas principais características.

Figura 16 – Campo semântico do Julgamento



Fonte: elaborado pela autora a partir de Martin e Rose (2007, p. 34).

Segundo Martin e White (2005), os julgamentos realizados na **categoria de estima social** podem se dividir em três modalidades: **normalidade**, **capacidade** e **tenacidade**. Nesse caso, ao analisarmos esse tipo de julgamento, podemos nos questionar: o comportamento informado “é pouco usual, especial ou comum?” (normalidade); “o indivíduo é capaz, competente?” (capacidade); “o indivíduo é confiável, pode-se contar com ele?” (tenacidade) (ALMEIDA, 2010, p. 107). As respostas às perguntas nos permitem compreender o sentido do julgamento realizado. Em relação aos julgamentos realizados na **categoria de sanção social**,

⁴⁹ “Social esteem tends to be policed in the oral culture, through chat, gossip, jokes and stories of various kinds – with humour often having a critical role to play (Eggins & Slade 1997). Sharing values in this area is critical to the formation of social networks (family, friends, colleagues, etc.). Social sanction on the other hand is more often codified in writing, as edicts, decrees, rules, regulations and laws about how to behave as surveilled by church and state – with penalties and punishments as levers against those not complying with the code. Sharing values in this area underpins civic duty and religious observances” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52).

podemos categorizá-los a partir da **veracidade** e da **propriedade**. Para Cruz (2012, p. 46) no caso desses dois campos analisa-se: “quão verdadeiro ou confiável um indivíduo é?” (veracidade) e “quão ética uma pessoa é?”.

As modalidades relacionadas ao julgamento geralmente são realizadas gramaticalmente através de epítetos e atributos. White (2004a) chama atenção para outras possibilidades através do uso de modalizadores, algo já mencionado na teoria hallidiana

No modelo de Halliday, os valores modais podem ser realizados de forma congruente (não-metafórica) através de auxiliares modais (*pode, deve, poderia etc.*) e adjuntos modais (*talvez, possivelmente, certamente*), e metaforicamente através de formulações mais lexicais como “É possível que...”, “É necessário que...”, “Eu acho que...”, etc. É possível construir uma série de realizações para os valores modais ‘epistêmicos’ de probabilidade, frequência e capacidade começando de forma congruente (através de formulações ‘gramaticais’), passando por formulações metafóricas (mais lexicalizadas), até chegar a um léxico de natureza claramente valorativa. Dessa forma, modalizações de probabilidade podem ser relacionadas a julgamentos lexicalizados de Veracidade (WHITE, 2004a, p. 189).

Assim, além de adjetivação, no caso de julgamentos de veracidade podem ser utilizados outros recursos que atuam como modalizadores de probabilidade. No Quadro 11 compartilhamos as categorias de **Julgamento**, as modalidades correspondentes e nos atemos a alguns exemplos de epítetos e atributos que podem ser utilizados em julgamentos positivos ou negativos.

Quadro 11 – Tipologia de Julgamento

Categories de Julgamento	Modalidades	Conceito	Julgamento positivo	Julgamento negativo
Estima Social	Normalidade	Refere-se à normalidade dos comportamentos, o quanto são usuais, habituais, corriqueiros.	engraçado, vaidoso	infeliz, maluco
Estima Social	Capacidade	Refere-se à competência de alguém para realizar algo ou alguma atividade.	esperta, inteligente	boba, ignorante, burra
Estima Social	Tenacidade	Refere-se ao julgamento relativo a boas intenções ou atitudes que inspirem confiança	valente, corajosa	indecisa, covarde
Sanção Social	Veracidade	Refere-se à verdade, honestidade.	inocente, sério	falsa, desonesta
Sanção Social	Propriedade	Refere-se à ética, a quão reprovável (ou não) o comportamento humano pode ser.	respeitador, excelente	imoral

Fonte: elaborado a partir de Almeida (2010, p. 108) e Cruz (2012, p. 45-46).

O último campo semântico relativo à **Atitude** é a **Apreciação**. Esta diz respeito a nossas avaliações acerca do valor dos objetos e dos fenômenos. Martin e White (2005, p. 56) esclarecem:

Com apreciação, nos voltamos para os significados que constroem nossas avaliações das “coisas”, especialmente das coisas que fazemos e das performances que realizamos, mas também incluindo fenômenos naturais – o que tais coisas valem (como as valorizamos)⁵⁰.

Diferentemente do campo semântico **Julgamento**, que está ligado a nossos julgamentos relacionados às pessoas e suas atitudes, a **Apreciação** é voltada para a estética, ao permitir a avaliação positiva ou negativa de objetos, artefatos, processos, estados de coisas, como também das características estéticas dos seres humanos (CABRAL, 2007), como resumido na Figura 17.

⁵⁰ “With appreciation we turn to meanings construing our evaluations of ‘things’, especially things we make and performances we give, but also including natural phenomena – what such things are worth (how we value them)” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 56).

Figura 17 – Campo semântico da Apreciação



Fonte: elaborado pela autora a partir de Martin e Rose (2003, p. 43).

A **Apreciação** pode ser dividida em três categorias: **Reação**, **Valoração** e **Composição**. **Reação** corresponde às reações que as coisas, fenômenos e processos provocam nas pessoas. Esta categoria se subdivide em duas: **Impacto e Qualidade**. A primeira condiz com o impacto que objetos provocam nas pessoas, e a segunda diz respeito à qualidade dos objetos. Segundo Almeida (2010, p. 110), a fim de encontrar reações de impacto e reações de qualidade podemos perguntar respectivamente: “Isso lhe cativou?” e “Isso lhe agradou?”.

A segunda categoria contida no campo **Apreciação** é a **Composição**. Esta se relaciona aos sentimentos ligados à organização, à elaboração, e à forma pela qual as coisas foram construídas, está voltada para a percepção (ALMEIDA, 2010; CRUZ, 2012). Pode ser subdividida em **Proporção e Complexidade**. A Proporção se refere ao equilíbrio das coisas e a Complexidade avalia o nível da complexidade dos objetos, dos fenômenos observados. A **Valoração**, última categoria de **Apreciação**, corresponde ao valor que é atribuído aos objetos, às coisas. Para além disso, envolve como avaliamos a significação social do texto/processo. Pode ser percebida nos textos através da pergunta: “Isso tem valor, autenticidade?” (CRUZ, 2012, p. 47). O campo semântico de **Apreciação** pode ser realizado através de orações completas, como também por itens lexicais. No nível gramatical, se realiza por processos mentais de cognição ou também por epítetos. Usando frases de um texto literário, Almeida (2010) traz a descrição dos elementos lexicogramaticais que podem ser utilizados para materializar a **Apreciação**:

(1) Nominalização = transformação de epítetos descritivos em objetos ou coisas. Expressar a apreciação pelos nomes permite um significado atitudinal mais intenso,

visto que as nominalizações aumentam a densidade lexical do texto. Quando o epíteto é nominalizado é possível fazer, outra avaliação mais intensa:

— Antes de pingar o ponto final quero que saibam que é uma grande **mentira** o que anda escrito a respeito do meu coração.

(2) Adjuntos de circunstância = os significados atitudinais podem ser utilizados para descrever como as ações ou acontecimentos são realizados:

— **Perfeitamente**, Visconde! Isso é que é o importante.

(3) Processos = significados descritivos podem ser realizados pelo predicador como parte lexical do grupo verbal:

— Tenho sim, um lindo coração – só que não é de banana. Coisinhas à-toa não o **impressionam**; mas ele **dói** quando vê uma injustiça. (ALMEIDA, 2010, p. 109).

Conforme a autora destaca, há alguns recursos possíveis para realizar gramaticalmente a **Apreciação**. Porém, no Quadro 12, focamos em apresentar as adjetivações disponíveis para cada categoria de **Apreciação**, a partir de Martin e White (2005).

Quadro 12 – Tipologia de Apreciação

CATEGORIA	POSITIVO	NEGATIVO
Reação (Impacto)	fascinante, comovente, excitante	monótono, tedioso, previsível
Reação (Qualidade)	esplêndido, bom, encantador	ruim, repulsivo, horrível
Composição (Equilíbrio)	simétrico, harmonioso, consistente	desorganizado, contraditório, irregular
Composição (Complexidade)	detalhado, preciso, claro	simplificado, imperfeito, extravagante
Valoração	original, único, profundo	superficial, insignificante, reacionário

Fonte: Martin e White (2005, p. 56, adaptado).

Os subtipos de **Atitude** (Afeto, Julgamento e Apreciação) detalhados até aqui estão ligados porque envolvem sentimentos. Conforme Cabral (2007), as diferenças residem nos objetos das avaliações e se estas são institucionalizadas ou não.

No Afeto, a ação da emoção é indicada de forma direta — os sentimentos são apresentados como reações incidentais e personalizadas de sujeitos humanos a algum estímulo. Mas no que diz respeito tanto ao Julgamento quanto à Apreciação, esses sentimentos são de alguma forma institucionalizados e reapresentados como qualidades inerentes ao fenômeno avaliado em si. (WHITE, 2004a, p. 183).

Nesta pesquisa, o recorte avaliativo realizado pela **Atitude** nos serve bem porque permite que enxerguemos através dos sentimentos esboçados a partir do **Afeto**, dos **Julgamentos** particulares ou institucionalizados acerca das atitudes alheias e da **Apreciação** estética das pessoas e fenômenos, como se posicionam intérpretes e surdos em suas relações entre si. Após essa exposição do aporte teórico, daremos continuidade à apresentação de como a pesquisa foi construída através da seção Percurso Metodológico.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se situa dentro de uma perspectiva quantiquantitativa (mista), utilizando como subsídio teórico-referencial o uso complementar de duas abordagens de pesquisa. A partir das bases metodológicas explanadas por Gil (1999) e Marconi e Lakatos (2003), enquadraremos a investigação como uma pesquisa exploratória e descritiva no tratamento dos dados.

A abordagem mista é uma boa opção metodológica porque podemos fazer uma leitura mais ampla, não restrita a dados estatísticos. Ainda que no passado houvesse uma certa desconfiança acerca de abordagens mistas, “a partir do final da década de 1960, muitos cientistas sociais e pesquisadores têm trabalhado para superar esta contraposição, sem renunciar a evidenciar as características e as contribuições de cada abordagem” (SERAPIONI, 2000, p. 188). A fusão de abordagens pode ser positiva para a pesquisa, pois “os métodos mistos apresentam potencialidades que podem agregar maior acurácia às interpretações/inferências das pesquisas sobre o seu escopo, ou seja, o cuidado nas diferentes perspectivas” (OLIVEIRA, MAGALHÃES; MISUEMATSUDA, 2018, p. 3).

Primeiramente, estabelecemos como ação necessária antes da construção do *corpus* da pesquisa a realização de uma revisão de literatura direcionada ao tema, através de uma busca preliminar nos principais periódicos que versam sobre interpretação de forma geral no âmbito nacional e internacional (Cadernos de Tradução, *Belas Infiéis*, *Benjamins Translation*, *Routledge Taylor and Francis Group*), como também na plataforma *Google Acadêmico*. Nesta pesquisa, nos centramos em catalogar referências de livros, teses, artigos ou capítulos de livro que tivessem como foco os relacionamentos entre intérpretes de Libras-Português⁵¹ e clientes surdos e os conflitos que poderiam emergir dessas relações. Usamos a combinação de uma ou mais das seguintes palavras-chave⁵²: conflitos, tensões, relacionamentos, surdos, intérpretes, interpessoal, problemas. A janela temporal que estabelecemos abarcou os últimos 50 anos.

Desde este ponto de partida, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa, analisar em porções de linguagem, como se manifestam os interlocutores (intérpretes de Libras-Português) em relação aos conflitos, a partir das escolhas semânticas que realizam, especificamente relacionadas à Metafunção Interpessoal, com base no Sistema de Avaliatividade, exclusivamente o subsistema da atitude (Afeto, Julgamento e Apreciação).

⁵¹ Neste capítulo, ao nos referirmos a intérpretes sempre estaremos nos remetendo aos profissionais que atuam no par linguístico Libras-Português. Não nomearemos o par linguístico em todas as ocorrências para evitar prolixidade.

⁵² Realizamos a busca utilizando as mesmas palavras em inglês.

Decorrentes do objetivo geral, a pesquisa se desdobrará nos seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o Contexto de Situação das entrevistas transcritas e traduzidas (da Libras para o Português) com base na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF);
- e) Analisar as escolhas semânticas nos recortes das entrevistas transcritas de intérpretes em que apontam quais conflitos pode haver no momento da interpretação com base no Sistema de Avaliatividade, mais exclusivamente o Subsistema da atitude: o afeto, o julgamento e a apreciação;
- f) Identificar o tipo de avaliação que emerge das escolhas supracitadas, com base no Sistema de Avaliatividade, exclusivamente o subsistema da atitude (Afeto, Julgamento e Apreciação).
- g) Identificar as avaliações dos interlocutores intérpretes acerca das relações estabelecidas em situações de interpretação por meio do Sistema já mencionado;
- h) Verificar em quais âmbitos de interpretação os conflitos acontecem mais frequentemente e;
- i) Identificar as causas desses conflitos que emergiram em situações de interpretação.

Esta pesquisa preliminar foi um ponto de partida importante, pois nos direcionou não só em relação ao recorte do tema de pesquisa que se situa nos tipos de conflitos que podemos encontrar, mas também porque nos auxilia a direcionar as discussões com os participantes para colher informações que ainda não estão devidamente discutidas na literatura conhecida. Posto isso, a seguir apresentamos os procedimentos adotados para a coleta de dados.

6.1 COMITÊ DE ÉTICA

O Projeto para esta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), órgão colegiado vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina por meio do CAAE: 56239322.2.0000.0121⁵³. O CEPSH defende os interesses dos participantes da pesquisa a fim de assegurar que o processo da pesquisa se dê de forma ética, sem ferir os direitos dos envolvidos.

Os participantes da pesquisa receberam a versão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em Português⁵⁴ para que tivessem ciência e compreensão de todas as informações necessárias sobre a pesquisa, a metodologia, bem como questões para proteção de

⁵³ Documento disponibilizado no Anexo A.

⁵⁴ No Apêndice A disponibilizamos o TCLE em português.

dados e privacidade, esclarecendo que poderiam desistir de sua participação se assim o desejassem.

6.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Dentro do paradigma qualitativo, optamos por realizar uma pesquisa empírica com coleta de dados diretamente com participantes com base na Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday, com um grupo de 3 (três) participantes, intérpretes de Libras-Português.

6.2.1 Instrumentos de pesquisa

Para a construção do *corpus* da pesquisa foram necessárias duas etapas distintas e complementares: o uso de um questionário e o grupo focal reflexivo. A seguir, especificamos os procedimentos realizados com cada instrumento de pesquisa.

6.2.1.1 Questionários

Na primeira fase, utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário aberto e fechado aplicado aos intérpretes (em Português escrito). De acordo com Gil (1999), o uso do questionário enquanto instrumento de coleta de dados apresenta aspectos positivos porque:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (GIL, 1999, p. 128-129).

Nesta pesquisa, o questionário é desenhado para ser um instrumento que nos auxiliará a traçar o perfil de participantes (aqueles que já haviam vivenciado alguma situação de conflito em ambiente de interpretação) para a próxima etapa de coleta de dados, o grupo focal reflexivo (no qual relataram estas situações).

6.2.1.2 Grupo Focal Reflexivo

O grupo focal reflexivo é descrito por Ressel *et al.* (2008, p. 780), como “grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate”. Albres (2014, p. 141) também sinaliza que uma característica importante dos grupos focais reflexivos é que os participantes apresentam “alguma característica em comum e se dispõem a participar da discussão sugerida pelo pesquisador/participante do Grupo”. É uma técnica de coleta de dados com características específicas, porque envolve “interação grupal” e onde os dados emergem a partir das trocas entre os participantes, ainda que os debates sejam eliciados a partir do pesquisador através de perguntas específicas. De acordo com Ressel *et al.* (2008, p. 780), essa metodologia:

[...] proporciona descontração para os participantes responderem as questões em grupo, em vez de individualmente. Essa técnica facilita a formação de ideias novas e originais. Gera possibilidades contextualizadas pelo próprio grupo de estudo. Oportuniza a interpretação de crenças, valores, conceitos, conflitos, confrontos e pontos de vista. E ainda possibilita entender o estreitamento em relação ao tema, no cotidiano. Cabe enfatizar que o GF [Grupo Focal] permite ao pesquisador não só examinar as diferentes análises das pessoas em relação a um tema. Ele também proporciona explorar como os fatos são articulados, censurados, confrontados e alterados por meio da interação grupal e, ainda, como isto se relaciona à comunicação de pares e às normas grupais.

De acordo com a perspectiva da LSF, em que as pessoas interagem e se comunicam com propósitos específicos e visando seus papéis na interação, entendemos que a participação da pesquisadora no grupo focal reflexivo não se dá como se esta estivesse apenas enxergando um fenômeno à distância, mas que ela o faz como integrante do grupo, como participante ativa das discussões. Segundo Albres (2014, p. 142), em um grupo focal reflexivo “o pesquisador faz parte do grupo, não podendo ser alheio aos acontecimentos, pois influencia e é influenciado pelos discursos proferidos no grupo”, apontando assim o papel ativo do pesquisador.

As entrevistas nos grupos focais permitem uma visão mais ampla dos conflitos experienciados pelos intérpretes e pelos surdos, porque as interações que acontecem entre os participantes permitem que várias questões, muitas vezes não imaginadas, emergjam. Nosso objetivo foi a organização de 01 (um) grupo focal reflexivo com 03 (três) participantes intérpretes.

Definimos 01 (um) encontro *on-line* por grupo através da Plataforma Zoom⁵⁵ com a duração de 02 (duas) horas. O encontro tem uma temática específica porque visa responder às

⁵⁵ Plataforma de Videoconferência.

questões de pesquisa: a primeira metade se preocupa com os *tipos, dinâmicas e âmbitos de conflitos*, e a segunda com as causas e os desdobramentos para as relações. No Quadro 13 apresentamos as questões do questionário e do grupo focal reflexivo da pesquisa.

Quadro 13 – Relação entre as temáticas dos encontros e as questões de pesquisa

PERGUNTAS DE PESQUISA	TEMÁTICA DO ENCONTRO	QUESTÕES PARA OGRUPO FOCAL REFLEXIVO
<p>- Qual o tipo de conflitos que emergem das relações entre surdos e intérpretes de Libras-Português?</p> <p>- Em quais âmbitos de interpretação os conflitos emergem mais frequentemente na avaliação dos interlocutores?</p>	Tipos, dinâmicas e âmbitos de conflitos.	<p>1) Como aconteceu o conflito que você vivenciou?</p> <p>2) Como seu interlocutor reagiu? Como você reagiu?</p> <p>3) Qual foi o âmbito de interpretação em que houve o conflito?</p> <p>4) Você acredita que o âmbito teve alguma implicação no conflito?</p>
<p>- Como os interlocutores avaliam as relações que estabelecem uns com os outros em situações de interpretação?</p> <p>- O que os interlocutores avaliam como causas dos conflitos que emergem em situações de interpretação?</p>	Causas e desdobramentos que os conflitos trazem para as relações.	<p>1) Como você enxerga a dinâmica da sua relação com o interlocutor em questão?</p> <p>2) Como você vê a relação que tem com intérpretes/clientes surdos?</p> <p>3) Por que você acha que aconteceu a situação de conflito?</p> <p>4) Ao que você atribui as tensões nas relações entre intérpretes e surdos?</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados que emergiram do primeiro encontro do grupo focal reflexivo com os intérpretes, em Português, foram transcritos⁵⁶. Para fins didáticos, não traremos no corpo da dissertação a transcrição na íntegra dos encontros⁵⁷. Realizamos recortes dos pontos principais que apontem para as discussões e experiências que respondam as perguntas de pesquisa e nos possibilitem analisar as avaliações, à luz da Linguística Sistêmico-Funcional, em especial o Sistema de Avaliatividade, a partir dos relatos das interações conflituosas que os interlocutores intérpretes tiveram ou presenciaram com clientes surdos em contextos de interpretação.

⁵⁶ Realizamos nessa pesquisa, a chamada transcrição naturalista que “corresponde à transcrição minuciosa do que é dito e exatamente como é dito e preconiza a preservação dos diferentes elementos da entrevista para além do conteúdo verbal, tais como a linguagem não-verbal, aspectos contextuais e de interação entre o entrevistador e o entrevistado” (AZEVEDO *et al.*, 2017, p.163).

⁵⁷ As transcrições de onde os recortes foram retirados estarão disponibilizadas no Apêndice B.

6.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A fim de traçar o perfil dos participantes, optamos pelo questionário como primeira etapa da coleta de dados. Esse instrumento nos permitiu realizar um recorte daqueles que iriam participar da pesquisa, como também escolher para a segunda fase apenas quem havia experienciado conflitos. Para alcançar este objetivo, fizemos perguntas diretas (idade, formação) e se a pessoa já havia experienciado situações de conflito⁵⁸.

A partir dos dados, realizamos uma triagem de intérpretes que tinham formação universitária no curso Letras-Libras, na Pós-Graduação, que estivessem atuando como intérpretes e que tivessem vivenciado conflitos como uma oportunidade de aprofundar as discussões. Aqueles que não atendiam a este perfil foram desconsiderados.

Das 55 (cinquenta e cinco) pessoas que inicialmente participaram do questionário, selecionamos 19 (dezenove) intérpretes que apresentavam o perfil que desejávamos e enviamos convites por *e-mail* para a participação nos grupos focais reflexivos. A tentativa por *e-mail* foi frustrante, pois apenas 02 (dois) intérpretes responderam ao convite para a segunda fase da pesquisa. Foi necessário repensar uma estratégia que pudesse nos fornecer mais participantes para prosseguirmos. É possível que o pouco engajamento para a participação da segunda fase tenha ocorrido por conta do pouco tempo que as pessoas têm para se dedicar às pesquisas que requerem encontros, ainda que estes sejam virtuais e curtos. Geralmente preferem participar de pesquisas rápidas, em que não precisem comprometer tanto tempo.

Como alternativa, tentamos uma abordagem diferente, convidando diretamente intérpretes a participarem da pesquisa através das informações já fornecidas pelo questionário (utilizando os nomes nos *e-mails* cadastrados para ver qual deles tínhamos o número de telefone ou alguém próximo que pudéssemos entrar em contato) e nossa rede de relações pessoais e profissionais: alunos, colegas de mestrado e de trabalho para publicizar a pesquisa por meio de mensagem no *WhatsApp*. Em resumo, na primeira fase da pesquisa tivemos a participação de 69 pessoas. A partir desse convite, conseguimos a resposta de 06 (seis) participantes que haviam experienciado conflitos e que se somaram aos 02 (dois) primeiros aceites que já tínhamos, totalizando 08 (oito) intérpretes e destes, selecionamos 03 (três) para a formação do grupo focal⁵⁹. Durante a análise, os nomes dos participantes não foram registrados, utilizamos

⁵⁸ O questionário completo pode ser encontrado no Apêndice C.

⁵⁹ Embora mais pessoas tenham realizado o questionário e se mostrado dispostas a participar da segunda fase da pesquisa, nem todas tiveram disponibilidade de tempo para se reunir no mesmo horário da maioria dos participantes. A princípio pensamos na possibilidade de realizar um segundo grupo focal, porém, no transcorrer

números para identificá-los e foram retiradas informações nos trechos apresentados que os identificassem. No Quadro 14, compartilhamos os perfis dos participantes intérpretes.

Quadro 14 – Perfil dos Intérpretes do Grupo Focal Reflexivo

PARTICIPANTE	01	02	03
Idade	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 31 a 40 anos
Identificação de Gênero	Masculino	Masculino	Feminino
Grau de Instrução	Pós-graduação completa ou em andamento	Pós-graduação completa ou em andamento	Pós-graduação completa ou em andamento
Formação para atuar como intérprete	Curso de Pós-graduação em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais. Curso de formação em Associações de Surdos ou de Tradutores/ Intérpretes de Libras.	Formação não é específica em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais. Aprendeu a profissão atuando empiricamente.	Curso de nível médio em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais.

Fonte: elaborado pela autora.

6.4 DAS COLETAS DE DADOS REALIZADAS

Foram necessárias duas etapas distintas para a realização da coleta de dados: a primeira diz respeito ao questionário com um total de 69 (sessenta e nove) pessoas. A segunda corresponde à coleta, por meio de 01 (um) encontro com o grupo Focal Reflexivo. Ao todo participaram 03 (três) pessoas selecionadas a partir dos questionários e contatos via *WhatsApp*. No Quadro 15, apresentamos a descrição do Contexto de situação da primeira fase da coleta de dados, o questionário.

do primeiro encontro, percebemos que a quantidade de dados já era suficiente para cumprirmos com os objetivos da pesquisa.

Quadro 15 – Contexto de Situação – O Questionário

CONTEXTO DE SITUAÇÃO	
Campo	Perguntas relacionadas ao perfil geral do participante e se este já havia vivenciado conflitos em situações de interpretação.
Relações	Os participantes na situação: a pesquisadora e os intérpretes de Libras-Português. A interação ocorreu por meio de uma relação assíncrona via <i>e-mail</i> , grupos de <i>WhatsApp</i> e sem contato presencial. Há uma certa distância social que reside entre a pesquisadora e os participantes em que mantiveram uma relação de colaboratividade.
Modo	Realização de um questionário <i>on-line</i> , e em Português, através da Plataforma <i>Google Forms</i> , a fim de traçar o perfil dos participantes. Os participantes interagiram com a Plataforma <i>Google Forms</i> no momento de preenchimento dos dados. Canal Português-gráfico (visual e verbal) explicativo de acordo com a gramática normativa. Meio: escrito/digital.

Fonte: elaborado pela autora.

Como apresentado em síntese no Quadro 15, o questionário foi realizado através da plataforma *Google Forms*. O link do questionário gerado pela plataforma foi enviado em grupos de *WhatsApp* de Associações de Intérpretes, de estudantes de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET/UFSC) e para colegas intérpretes e surdos, a fim de conseguir um maior número de participações. No cabeçalho do questionário havia informações da pesquisa com base no TCLE esclarecendo as motivações de realização do estudo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), é importante que a pessoa que foi contatada esteja ciente de como pode contribuir na pesquisa esclarecendo questões éticas. Nesta primeira fase, os intérpretes receberam os questionários em Português escrito (Apêndice C).

No Quadro 16, apresentamos o contexto de situação da segunda fase da pesquisa, mais especificamente da coleta realizada com o Grupo Focal Reflexivo com intérpretes.

Quadro 16 – Contexto de Situação – Grupo Focal Reflexivo

CONTEXTO DE SITUAÇÃO	
Campo	A temática da interação foram os conflitos vivenciados pelos interactantes em situações de interpretação, suas reações e opiniões acerca destas experiências.
Relações	A relação entre a pesquisadora e os participantes foi por meio de uma reunião síncrona. Nos encontros, a relação foi de proximidade, embora existisse um certo distanciamento social entre o participante, objeto da pesquisa, e a pesquisadora, que se colocou como parte ao expor suas experiências, dialogando com o grupo.
Modo	Realização de um encontro em grupo, através da plataforma <i>online Zoom</i> em que a pesquisadora e 03 intérpretes de Libras-Português dialogaram sobre questões eliciadas pela pesquisadora. Teve a duração de 2h. O canal utilizado foi o do Português fônico. E o meio foi falado.

Fonte: elaborado pela autora.

A intenção do grupo focal reflexivo foi discutir a temática do dia, com um roteiro para eliciar discussões com uma duração relativamente curta (1 hora no máximo) para que fosse mais dinâmico e para que os participantes não se desestimulassem a contribuir com a pesquisa. Os dados emergidos do Grupo Focal Reflexivo de intérpretes em Português, foram transcritos e os recortes serão apresentados na seção 7 – Analisando conflitos.

6.5 ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi realizada através dos procedimentos metodológicos de análise de conteúdo (BARDIN, 1979) e da LSF, de acordo com o Sistema de Avaliatividade. Bardin (1979) estipula três etapas para organizar a análise dos dados coletados em uma pesquisa: a pré-análise; a descrição analítica e a interpretação referencial.

A primeira fase se constituiu da leitura dos textos produzidos através das transcrições do primeiro encontro com o grupo focal reflexivo de intérpretes. O objetivo nesse primeiro momento é estabelecer semelhanças nos relatos, a fim de conseguir organizá-los nas etapas posteriores. Na segunda etapa, de descrição analítica, organizamos os dados em unidades menores, a fim de apresentá-los para o leitor de forma congruente de maneira que as perguntas de pesquisa fossem contempladas.

Para tanto, ordenamos os recortes por participante e de acordo com o mesmo relato de forma sequencial, a fim de que o leitor conseguisse conhecer a experiência vivenciada na totalidade em que foi compartilhada. Para isso, os recortes dos relatos foram dispostos na

seguinte ordem: 1) a *Dinâmica* (tipo de conflito) e o *Contexto do Conflito*; 2) os *Desdobramentos*; e 3) a *Causa do Conflito* na perspectiva do interlocutor, principais indagações desta pesquisa.

Apresentamos os trechos dos relatos dos 03 (três) participantes do Grupo Focal Reflexivo. Para fins de conforto e clareza na leitura, os relatos que ocorreram em sua totalidade em um mesmo ambiente serão alocados, cada um, em uma subseção. Aqueles que apresentaram um relato que se desenvolveu em ambientes distintos foram particionados em duas subseções.

A terceira etapa, proposta por Bardin (1979) envolveu a interpretação referencial dos dados. Nessa fase, interpretamos as informações trazidas nas entrevistas tendo como base analítica a LSF e o Sistema de Avaliatividade, realizando concomitantemente enlaces com os aspectos teóricos revistos na literatura, registrados nos capítulos teóricos desta pesquisa. Através da comparação dos relatos, foi possível categorizá-los, com base nos seguintes fundamentos:

- Homogeneidade, quando as categorias reúnem elementos relacionados a um mesmo princípio ou aspecto do objeto analisado;
- Exclusão mútua, nesse caso os dados brutos devem ser reunidos, conforme seu significado comum, imperativamente em uma única categoria, evitando, se criar categorias imprecisas, onde o mesmo dado possa ser integrado a mais de uma categoria;
- Pertinência, nesse sentido as categorias devem ser estabelecidas de acordo com o material disponível, para que não sejam criadas categorias relativas a temas que não foram abordados pelos sujeitos investigados;
- Objetividade, pois a descrição dos procedimentos deve ser clara, para que outros pesquisadores possam chegar a resultados similares através dos mesmos procedimentos. É o que garante a fidedignidade da análise;
- Exaustão, ao ter como meta esgotar todos os assuntos pertinentes à pesquisa abordados pelos sujeitos (RIZZINI; CASTRO; SARTOR, 1999, p. 93).

A partir da organização dos dados em unidades menores, dispostas de forma a responder as indagações da pesquisa, pudemos perceber as informações que eram recorrentes entre eles, permitindo que organizássemos em categorias comuns (homogeneidade), que excluíssemos categorias que pudessem ser embutidas em outras (exclusão mútua), que criássemos categorias apenas a partir do que os dados nos informavam (não distorção), que a forma como a análise fosse feita ficasse clara para o leitor (compreensão e clareza) e por fim, que todos os dados trazidos pertinentes à pesquisa, tenham sido organizados e apresentados de forma coerente (exaustão).

Percorrendo esse caminho, em relação à *Dinâmica do Conflito* surgiram as seguintes categorias: (a) *Postura e atuação opressora antiética e coercitiva*; (b) *Interrupção da interpretação*; (c) *Abandono do ambiente frente a negativas*; (d) *Atitude reativa a fim de obter vantagem* e (e) *Feedback negativo não assertivo*. Em relação às *causas dos conflitos*, foram

identificadas: (a) *Assimetrias de poder*; (b) *Atitudes opressoras*; (c) *Capacitismo tóxico* e (d) *Expectativas frustradas* em relação aos papéis.

Nos trechos de seus relatos, pontuamos algumas notações que discriminamos a seguir:

- a) Os itens lexicais que expressam avaliação receberam marcação em **negrito**;
- b) Os participantes ou situações sobre os quais as avaliações são realizadas foram sublinhados;
- c) Os tipos de avaliação estão entre colchetes ([]);
- d) As observações da pesquisadora estão entre parênteses () com destaque em amarelo;
- e) Os itens que informam o âmbito em que o conflito acontece estão em *itálico*. No caso de citações diretas dentro do texto, como estas estão em itálico, o âmbito do conflito está não italicizado.

Após a análise de cada trecho das transcrições, apresentamos quais foram as maiores incidências de tipos de atitudes nos *corpora*, as quais estão dispostas no Quadro 17.

Quadro 17 – Abreviações dos tipos de atitude

TIPOS DE ATITUDE	ABREVIÇÕES
Atitude positiva	+
Atitude negativa	-
Afeto: felicidade	Felicidade
Afeto: infelicidade	Felicidade -
Afeto: segurança	Segurança
Afeto: insegurança	Segurança -
Afeto: satisfação	Satisfação
Afeto: insatisfação	Satisfação -
Julgamento: normalidade	Normalidade
Julgamento: capacidade	Capacidade
Julgamento: tenacidade	Tenacidade
Julgamento: veracidade	Veracidade
Julgamento: propriedade	Propriedade
Apreciação: reação	Reação
Reação-impacto	Impacto
Reação-qualidade	Qualidade
Apreciação: composição	Composição

Composição equilíbrio	Equilíbrio
Composição complexidade	Complexidade
Apreciação: valoração	Valoração

Fonte: Almeida e Santos (2021, p. 7-8).

Na seção seguinte, procedemos às análises dos trechos transcritos que correspondem às coletas realizadas com o Grupo Focal Reflexivo de intérpretes.

7 ANALISANDO CONFLITOS

Nesta seção apresentaremos as análises de algumas porções de linguagem advindas dos encontros do Grupo Focal com os intérpretes. A análise foi realizada com base no Sistema de Avaliabilidade (MARTIN; WHITE, 2005), mais especificamente do subsistema Atitude (Afeto, Julgamento e Apreciação). A seguir, apresentaremos os relatos de conflitos relatados por cada participante, nos quais identificaremos os tipos de *Avaliações*, a *Dinâmica* e *Causas dos Conflitos* vivenciados por eles. Iniciamos apresentando o primeiro recorte da transcrição do *Participante 01*.

7.1 ANÁLISE DOS RELATOS DE CONFLITO DO PARTICIPANTE 01

7.1.1 Participante 01 – Relato 01: Faculdade

O *Participante 01* (P01) lembrou uma vivência que o impactou profundamente. O conflito não ocorreu diretamente com ele, mas em seu entorno e foi relatado pelo impacto na vida pessoal e profissional por saber do conflito através do intérprete que participou da situação.

Teve uma surda que estava fazendo faculdade e aí ela tava lendo textos acadêmicos, ela estava com esse intérprete e ela se deparou com uma palavra que era... se não for essa palavra propriamente dita mas era alguma coisa que parecia com esnobe. E ela perguntou para o intérprete o que era esnobe. Aí ele falou assim:

— **É uma pessoa igual a você.** [Julgamento tenacidade-]

*E ela ficou assim... [Afeto segurança-] (**participante faz expressão facial de surpresa e não entendimento**). Sem saber o que dizer porque se você perguntou uma palavra em inglês, chinês e te dizem é alguém como você... Você não sabe se foi ofendido [Julgamento capacidade-, Afeto segurança -], você tá perguntando o que que é... Ela era uma **pessoa difícil** [Julgamento normalidade-], tinha umas questões de ser **muito teimosa**... [Julgamento tenacidade-]*

Mas esse intérprete falou isso:

— **É uma pessoa que nem você.** [Julgamento tenacidade-]. (P01).

O *Participante 01* iniciou o relato nos situando o ambiente *faculdade* e a situação em que o conflito aconteceu. Uma surda perguntou ao intérprete o que significava a palavra esnobe, que não compreendeu. “Esnobe”, segundo o dicionário⁶⁰, é aquela pessoa que demonstra arrogância e superioridade em suas atitudes, tratando com desprezo algumas pessoas que não considera possuir atributos dignos da sua atenção, ou seja, detém um significado negativo. O

⁶⁰ “Pessoa que se sente superior aos demais, desprezando o convívio com quem é humilde e, geralmente, copiando os hábitos dos que têm prestígio social ou dos que fazem parte da alta sociedade: os esnobes humilham o povo.” Disponível em: <https://www.dicio.com.br/esnobe/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

intérprete usou o sentido da palavra para qualificar a aluna. Ao dizer **é uma pessoa igual a você** utilizou um processo relacional e um complemento que se formou a partir de uma comparação através do uso de um epíteto **igual**. Este item lexical realizou um Julgamento de Estima Social por Tenacidade em uma dimensão negativa de atitude. O intérprete avaliou a reação da surda por meio do adjunto **assim**, que funciona no português em estrita conexão com os contextos, a prosódia e expressões faciais que manifestam emoção. É a partir desses indicadores que neste texto conseguimos atribuir que **assim** construiu um Afeto de Segurança em uma dimensão negativa, uma vez que a surda ficou sem compreender o que se passava, ficando confusa e sem reação.

O *Participante 01* refletiu que quando as pessoas são pegas de surpresa em uma situação como aquela, tão inesperada, fica difícil julgar de imediato se é a usual. Essa ideia se manifestou através das escolhas léxicas **não sabe se foi ofendido** por meio de polaridade negativa, um processo mental e material e um adjunto elaborando um Julgamento de Estima Social por Capacidade, em que a pessoa desconheceu a usualidade do que lhe ocorreu. Além disso, as estruturas utilizadas denotam Afeto de Insegurança, uma vez que a falta de compreensão do que se passa gera um sentimento de ansiedade e mal-estar social. Em seguida, o *Participante 01* tentou, de certa forma, justificar que a surda tinha algumas características negativas de personalidade, afirmando ser uma pessoa **difícil e muito teimosa**, com o uso de epítetos e adjunto de intensidade. No primeiro caso, realizando um Julgamento de Estima Social por Normalidade e, no segundo, um Julgamento de Estima Social por Tenacidade, ambos em uma dimensão negativa.

É importante notar que nesse trecho o *Participante 01*, ao relatar uma situação que foge à normalidade, tentou encontrar aspectos, mesmo que inconscientemente, para justificar o conflito com os quais as relações se desenvolveram. Dirigiu sua atenção para a personalidade da surda que desejava, em parte, justificar o julgamento antiético do intérprete. Porém, logo em seguida, o intérprete recobrou a gravidade da situação e, através de uma conjunção adversativa (mas), citou novamente a atitude do intérprete ao atribuir à surda as características de esnobe **é uma pessoa que nem você**, em um novo Julgamento de Estima Social por Tenacidade em uma dimensão negativa de atitude. Na continuação, o *Participante 01* explicou a postura que o intérprete teve. Vejamos a seguir.

*Para evitar o conflito [Julgamento capacidade -], ele que era concursado, pegou o crachá de dentro da mochila e colocou no pescoço. E ele disse assim:
— Um **funcionário público sendo ofendido** [Julgamento propriedade -] no exercício da sua função **é um crime**. [Julgamento propriedade -]*

Aí ele botou o crachá no pescoço [Julgamento propriedade -] e ela não perguntou [Julgamento Capacidade -] o que que era esse vocabulário. (P01).

O *Participante 01* julgou a atitude que o intérprete teve qualificando-a como uma forma de minorizar o embate **para evitar o conflito** por meio da preposição (para), um processo material e a nominalização fez um Julgamento de Estima Social por Capacidade, em que o intérprete se utilizou do fato de ser concursado para fugir de uma situação complicada por conta de sua atitude. Em **botou o crachá no pescoço**, um processo material seguido de um complemento formado pelo substantivo e de um adjunto, demonstra a clara intenção do intérprete de intimidar a surda, por lembrá-la de sua posição como funcionário público, sendo avaliado por seu colega através de um Julgamento de Sanção Social por Propriedade de dimensão negativa.

As manifestações **funcionário público sendo ofendido e é um crime** apresentam um autojulgamento de Sanção Social por Propriedade realizado pelo intérprete que relatou a história para o *Participante 01*. Na primeira estrutura temos um substantivo seguido de um epíteto e um processo relacional ligado a um processo material e, na segunda, o uso do processo relacional e de um substantivo que forma o complemento. Ambos os julgamentos impõem à surda uma pressão para se calar diante da conduta do intérprete, o que infelizmente ocorre. A surda **não perguntou**, expressão que é construída pela polaridade negativa somada ao processo verbal que elaboram um Julgamento de Estima Social por Capacidade de dimensão negativa pelo qual o *Participante 01* marcou a incapacidade da surda de responder ao momento de opressão.

A atitude do intérprete vai de encontro direto ao código de ética dos profissionais intérpretes. Segundo o código, “não é permitido assediar ou coagir Solicitantes e Beneficiários” (FEBRAPILS, 2014, p. 3). Assédio e coação descrevem bem a conduta do intérprete que se utilizou do “poder” linguístico e do poder institucional, cargo de funcionário público, para oprimir a aluna, retirando seu poder de questionamento por meio do silenciamento. Há o apagamento de um direito e o descumprimento da profissão que tem como base promover a acessibilidade linguística. Evidencia-se o impedimento do acesso à comunicação, uma ação específica de privação e cerceamento de direito, algo que, segundo Bercovitch, Kremenjuk e Zartman (2009), guarda uma ligação intrínseca com relações de conflito.

O *Participante 01* abordou como a situação o impactou enquanto pessoa e profissional, lançando luz sobre as divergências que aconteceram não só entre surdos e intérpretes, mas também dentro da própria categoria de intérpretes.

E como é que eu fiquei sabendo disso? A própria pessoa me disse. O intérprete me disse. Me disse na sala, contando vantagem [Julgamento tenacidade-] e eu fiquei com tanta raiva, com tanta raiva [Afeto Felicidade-] (participante se emociona) e... até hoje eu fico chateado [Afeto Satisfação-] com essa história. (P01).

O relato do ocorrido foi feito pelo intérprete que vivenciou o conflito com a surda para o *Participante 01*. A interação acontece na sala onde os intérpretes ficavam quando não estavam atuando. O *Participante 01* julgou a atitude do intérprete em **contando vantagem**, através do uso de um processo verbal e de um complemento que qualifica o modo, realizando um Julgamento de Estima Social por Tenacidade com dimensão negativa. A palavra “vantagem”, segundo o dicionário⁶¹, traz implicitamente uma atitude de superioridade de quem enuncia em relação ao outro, portanto, a atitude do intérprete de contar o episódio em que agiu de forma antiética e com orgulho elicia reações emocionais no *Participante 01*. Em **fiquei com tanta raiva, com tanta raiva** por meio de uma construção com processo material, advérbios de intensidade e epítetos que se repetem expressam o grau de emoção, realizando um Afeto de Felicidade com dimensão negativa. Em seguida, realizou a construção de Afeto, dessa vez por Satisfação de dimensão negativa, por meio do processo material e do epíteto **até hoje fico chateado**. Aqui se reitera a inconformidade do intérprete com a atitude do colega.

Na continuação do relato percebemos o motivo pelo qual a história gerou tanto impacto no *Participante 01*.

Depois de um tempo essa surda se matou e tal... e o intérprete disse assim: — Ah... era uma boa pessoa... [Julgamento tenacidade-] E eu fiquei... “Eu lembro do que você fez sabe?” (participante se emociona) Sei lá... na época eu me senti muito culpado [Julgamento tenacidade-]. Será que eu deveria ter denunciado [Julgamento propriedade-]? Fiquei muito chocado [Afeto Satisfação-] e com muita raiva [Afeto Felicidade-]. Ele tá na profissão errada [Julgamento Capacidade-]. Meu Deus do céu... e foi um dos marcos da minha vida [Apreciação Reação-impacto-]. (P01).

Na avaliação do *Participante 01* essa situação de opressão praticada pelo intérprete contra a surda contribuiu para que ela cometesse suicídio. Diante dessa situação, o *Participante 01* vê o intérprete elogiá-la **era uma boa pessoa** realizando um Julgamento de Estima Social por Tenacidade, com dimensão negativa. Nesse julgamento transparece o olhar de desprezo do *Participante 01* em relação ao interlocutor pelo discurso vazio que este enuncia. Deste evento traumático surgem outros conflitos internos. O *Participante 01* disse **me senti muito culpado**, realizando através de processo mental, adjunto intensificador e epíteto um autojulgamento de Estima Social por Tenacidade em que reprova sua própria atitude de ter permanecido calado

⁶¹ “Expressão de superioridade; privilégio atribuído a uma pessoa ou grupo, com exceção dos demais; gabar-se”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vantagem/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

frente à situação que veio ao seu conhecimento. Na sequência em **deveria ter denunciado**, o uso do processo material e de uma locução verbal composta pelo processo relacional ligado a processo material constroem um autojulgamento de Sanção Social por Propriedade, em que o *Participante 01* refletiu retoricamente nos pilares éticos da profissão e julgou a partir deles se deveria ter tomado uma ação mais incisiva, ligada ao código de conduta. O conceito de ética na profissão para além de códigos é uma elaboração atitudinal constante em que o intérprete reflete sobre como agir, em relação aos surdos e aos pares. Segundo Stratiy (2005), a sensibilidade cultural e a competência interpessoal estão acima de capacidades técnicas e podem ser encaradas como base para a construção da ética na interpretação.

O discurso do *Participante 01* seguiu apresentando Afetos de dimensão negativa, em **fiquei muito chocado**, o uso do processo material, adjunto intensificador e de epíteto elaboram um Afeto por Satisfação de dimensão negativa e em **com muita raiva**, a preposição e o adjunto intensificador seguido de um epíteto manifestam um Afeto por Infelicidade. O *Participante 01* concluiu que o colega **tá na profissão errada** realizando um Julgamento de Estima Social por Capacidade, indicando que o colega não reúne as características necessárias para atuar. Ao final deste relato, compartilhou que a situação vivenciada **foi um dos marcos da minha vida**. O uso do processo relacional e complemento qualifica a situação realizam uma Apreciação de Reação por Impacto negativo. A experiência vivenciada de conflito no seu entorno, em que atitudes opressoras por parte do colega restringiram a aluna surda, tiveram repercussão emocional e formativa para o intérprete. De acordo com Jacquemet (1999), ainda que os conflitos possam trazer rupturas intensas nas relações, também são eles que propiciam novas elaborações. Além disso, de acordo com Sandole (2009), são o ponto de partida para repensar nossas crenças e atitudes, alcançando maior equilíbrio.

No trecho a seguir, o *Participante 01* refletiu sobre a relação entre a morte da aluna surda e a atitude do intérprete.

*Ela se matou, teve relação com isso? Não sei... [Julgamento capacidade-] Claro que toda vez que acontece um desastre desse [Apreciação Reação-Impacto -] não foi uma coisa só... [Apreciação Comp-complexidade-] foi um conjunto de ações [Apreciação Comp-complexidade-].
Essa me marcou [Apreciação Reação-Impacto-] por outro lado, de me colocar no lugar do surdo e de saber da covardia [Apreciação Reação-qualidade-] que tem gente que faz. E que vai falar dessa supostamente [Apreciação Reação-qualidade -] “coragem” de deixar a pessoa sem ter como se defender [Apreciação Reação-qualidade-]. (P01).*

O *Participante 01* fez um autojulgamento de Capacidade de dimensão negativa, com o uso da polaridade negativa e do processo mental, manifestando seu desconhecimento quando

questionado se o suicídio teve relação direta com a morte da aluna em **não sei**. Em seguida, avaliou o ocorrido como **um desastre desse**, realizando através do uso de um grupo nominal uma qualificação, manifestando uma Apreciação de Reação por Impacto de dimensão negativa. Em **não foi uma coisa só**, ao empregar polaridade negativa, processo relacional e epíteto seguido do quantificador elaborou uma Apreciação de Composição por Complexidade de dimensão negativa. Esse tipo de avaliação se repetiu na sequência em **um conjunto de ações**, por meio locução formada por epíteto e qualificador. A reflexão do *Participante 01* conclui que em caso de suicídio, geralmente, são vários fatores envolvidos, porém, há uma modalização no relato, talvez para não se comprometer, e contradiz de alguma forma a sua certeza quanto a avaliação da atitude do intérprete quando disse: “**Eu lembro do que você fez sabe?**”, “**estar na profissão errada**”, que foi uma “**covardia**”, de ter “**coragem de deixar a pessoa sem se defender**” etc., em que julga a atitude do intérprete como tendo contribuído para tragédia.

Percebe-se o impacto que a situação teve na sua vida quando afirmou: **me marcou**, construindo a partir de um processo material uma qualificação para o episódio, resultando em uma Apreciação de Reação por Impacto negativo. Em seguida o *Participante 01* tipificou as ações de alguns em três ocorrências específicas: (a) **covardia** – através da utilização de uma nominalização, (b) **supostamente** – empregando o uso de um adjunto adverbial que modaliza o termo coragem e (c) **sem ter como se defender** – com o uso de uma preposição unida a um processo relacional, e de um adjunto que circunstancia o processo material que se segue. Nessas três situações o intérprete realizou uma Apreciação de Reação por Qualidade de dimensão negativa.

A seguir, o *Participante 01* julgou a atitude do colega com base nas ações que teve no episódio de conflito.

*Porque existe gente ruim, ruim [Julgamento tenacidade-]. Que vai fazer e vai contar e vai dizer: — eu fiz e pronto [Julgamento tenacidade-]. Foi uma das experiências que eu não vou esquecer assim (participante embarga a voz e se emociona) [Apreciação de Reação-Impacto-].
Tem gente que escolhe a profissão errada [Apreciação Reação-qualidade-]. Você tá lidando com vidas [Apreciação Valoração-]. (P01).*

No início do relato, a expressão **ruim, ruim** em que o epíteto se repete marca a intensidade do Julgamento de Estima Social por Tenacidade, em que a postura, intenções e atitudes da pessoa julgada não inspiram confiança (MARTIN; WHITE, 2005). A experiência negativa que o *Participante 01* vivenciou é qualificada em **não vou esquecer assim**, indicando polaridade negativa, por meio da locução verbal formada pelo processo material e mental modalizada pelo adjunto. Essas escolhas lexicais manifestam Apreciação de Reação-Impacto

de dimensão negativa. Além disso, qualificou a escolha de profissão do intérprete como **errada**, indicando uma Avaliação de Reação por Qualidade de dimensão negativa. Em seguida qualifica o processo em **lidando com vidas** através de um complemento formado por um processo material e um adjunto, realizando uma Avaliação por Valoração indicando que a escolha profissional não pode ser aleatória.

Embora o conflito não tenha ocorrido com o próprio *Participante 01*, podemos a partir do relato compartilhado realizar algumas reflexões sobre a dinâmica e possíveis causas de conflito. Como dinâmica do conflito apresenta-se uma Postura e Atuação opressora, antiética e coercitiva somada à negação da tarefa de interpretação. Em primeiro lugar, o intérprete oprimiu a aluna surda, além de tratá-la de forma antiética, e em segundo lugar se negou a prestar informações relacionadas à tarefa de interpretação. Como causa do conflito podemos avaliar que duas questões são concomitantes, a primeira relacionada à Assimetria de Poder, uma vez que o intérprete se colocou em uma posição acima da surda, e a segunda ligada às Atitudes Opressoras vinculadas a assumir o controle das interações e à perda de humanidade e empatia. Para Grosjean (1982), as Assimetrias de Poder são fatores preponderante para eliciar conflitos. O fato de os intérpretes advirem de uma comunidade majoritária já faz com que na relação que têm com surdos detenham mais poder. Porém, quando a atitude do intérprete é opressiva intencionalmente, não só a Assimetria de Poder se intensifica como os sentimentos negativos relacionados ao desempoderamento, estereótipos de inferioridade e desumanização se exacerbam substancialmente.

7.1.2 Continuação de análise do *Participante 01* — Relato 02, parte A: *Sala de aula*

Neste recorte, o *Participante 01* identificado por meio do pronome pessoal (eu), relatou sua experiência de conflito vivenciada com uma pessoa surda que foi identificada por meio do pronome pessoal (ela). Em seu relato, ao dizer em *sala de aula* é possível identificar o contexto educacional como o local onde ocorreu o conflito que vivenciou como intérprete.

Quando eu entrei como intérprete tinha uma surda que não gostava [Afeto felicidade -] de mim, por algum motivo ela tinha uma aversão [Afeto felicidade -], não gostava [Afeto felicidade-] e reclamava bastante... [Afeto satisfação -] isso durante a aula, ela fazia assim:

— **(participante sinaliza)** eu não entendi [Julgamento capacidade-] o sinal, eu não entendi [Julgamento capacidade-] o que você sinalizou.

*Como se o que sinalizasse não fizesse sentido nenhum [Julgamento capacidade-]. E isso foi se tornando recorrente [Julgamento normalidade-] em sala de aula, aquela coisa assim de parar e fazer assim: **(participante sinaliza)** não dá para entender [Julgamento capacidade-] o intérprete. (P01).*

Vejamos os tipos de atitude que surgiram da avaliação a partir deste conflito. O *Participante 01* relatou a avaliação de Afeto negativo feita pela surda através do uso de polaridade negativa acrescida ao processo mental em **não gostava**. Utilizou da nominalização realizada pelo complemento **aversão** reforçando a avaliação negativa através do processo mental novamente **não gostava** acrescido de um adjunto modal de intensidade **reclamava bastante**. A atitude de Afeto negativo indica o sentimento de infelicidade que o intérprete percebeu na surda em relação a ele. Este recorte nos sugere que a forma como a relação de afeto se deu entre o intérprete e a surda detém influência sobre como a interpretação deve ser recebida e percebida pela surda. Essa ideia parece ficar mais clara quando o intérprete avalia que os Afetos negativos demonstrados pela aluna surda a levavam a interromper a sua atuação.

O *Participante 01* citou que a surda dizia **não entender** o que ele sinalizava através da junção da polaridade negativa ao processo mental, o que mostrou uma avaliação por Julgamento de Estima social por Capacidade negativa que é direcionado ao intérprete, implicando em culpabilizá-lo pela possível falta de competência, uma vez que a surda alegou não o compreender. Podemos inferir que o julgamento recaiu sobre o intérprete e o fez realizar um autojulgamento sobre sua atuação. Neste caso, o uso da polaridade negativa na expressão **não fizesse sentido nenhum** expressa através das partículas **não** e **nenhum**, e do processo material **fizesse** a afirmação que a sinalização era impossível de ser compreendida e reforça o julgamento negativo por parte da surda sobre o trabalho do intérprete. A análise evidencia um percurso que se inicia com Afetos negativos e leva a Julgamentos de Estima Social que também detém uma avaliação negativa. Não é à toa que Martin e White (2005) citam que as emoções não somente funcionam como o coração dos julgamentos, como também que é delas que parte a fundamentação das normas que regem os comportamentos alheios e, conseqüentemente, nossas atitudes acerca deles. É por isso que os julgamentos podem deter uma dimensão de emoção positiva ou negativa.

Em seguida, o intérprete referiu-se ao momento em que a surda interrompe a interpretação para dizer **não dá para entender**, onde há novamente a polaridade negativa seguida de um processo mental **resultando** em um Julgamento de Estima Social por Capacidade realizado pela surda. Nesta porção de linguagem, o intérprete acrescenta o adjunto modal de frequência **recorrente** indicando que a dinâmica de conflito entre ambos foi repetida e sofreu um escalonamento. Parece também sugerir que os afetos negativos seguidos de processos mentais que explicitam Julgamentos de Estima Social impactam em primeiro lugar sobre a esfera pessoal do intérprete e, em seguida, incidem em sua prática profissional. No caso

da surda, envolvem afetos negativos, seguidos de uma ação de julgamento negativo por julgar não estar recebendo um produto de interpretação satisfatório que a impele a interromper o serviço de interpretação por meio de uma avaliação que provoca um sentimento de incapacidade profissional no intérprete.

7.1.3 Continuação de análise do *Participante 01* — Relato 02, parte B: *Universidade*

No recorte seguinte, apresentamos a explicação do *Participante 01*, que evidenciou o escalonamento do conflito mencionado na parte a do recorte, evoluindo para uma situação mais crítica e pública.

Aí teve um evento da Universidade, eu tava interpretando. Tinha um auditório e tinha um palanquezinho que eu ficava em cima interpretando perto daquela bancada de professores e eu logo ao lado e eu tava sinalizando assim... e aí eu vi um burburinho na plateia meio que perto de onde aquela pessoa estava sentada e aí em certo momento, o intérprete que era meu apoio, alguém cochicha no ouvido dele alguma coisa. Ai ele falou assim para mim: usando mouthing — (intérprete “fala” sem som apenas movendo os lábios imitando o que o intérprete de apoio fez)

Eu não entendi [Julgamento capacidade-]. querendo pegar o que ele queria falar para mim e ele fazia assim:

— (intérprete “fala” sem som apenas movendo os lábios imitando o que o intérprete de apoio fez).

Aí eu continuei sinalizando e não peguei [Julgamento capacidade-] o que ele queria dizer para mim e ele foi agachadinho até o palanque e fez assim para mim (intérprete sinaliza tirar a aliança) tira sua aliança. Ai eu... não entendi muito bem [Julgamento capacidade -], mas eu parei a sinalização e tirei a aliança e entreguei assim, tipo: Ahn? (P01).

O recorte acima nos reporta novamente ao local onde ocorreu o conflito, afirmando tratar-se de uma interpretação educacional/acadêmica, em que acontecia um evento da *Universidade* dentro de um auditório. Em seguida, o *Participante 01* deu informações de como a dinâmica do conflito ocorreu. Desta vez, a interrupção da tarefa de interpretação se deu aos poucos, envolvendo um colega de apoio que tentou repassar a informação para ele que era o intérprete de turno através de *mouthing*⁶² sem som. Esta atitude, que ele chamou de “burburinho”, se iniciou na plateia e se estendeu até o intérprete de apoio, que foi sem sucesso.

Analisando as escolhas lexicogramaticais, podemos perceber que a polaridade negativa se soma aos processos mentais em três ocorrências: **não entendi, não peguei, não entendi muito bem**. Na última, o *Participante 01* acrescenta o adjunto modal de intensidade imprimindo que houve algum entendimento de que algo errado estava acontecendo, mas não conseguiu identificar o que exatamente. O uso dessas estruturas realiza um Julgamento de

⁶² “Articulação oral das palavras, palavras visuais” (RODRIGUES; MEDEIROS, 2016, p. 1).

Estima Social por Capacidade negativa. Ao relatar que retirou a aliança, o *Participante 01* respondeu ao conflito eliciado no *auditório*, ainda que não compreendesse o que estava ocorrendo, agiu por reflexo a uma solicitação sem, contudo, refletir sobre qual foi a causa da interrupção.

A interpretação em línguas de sinais já prevê uma exposição maior do que a interpretação em línguas orais, uma vez que o intérprete precisa ser visto e não somente a sinalização como suas expressões corporais e faciais fazem parte da produção linguística. Como afirma Mindess (1999), em situações como a que estamos narrando, em que o intérprete está frente a um auditório, em um evento de nível acadêmico, o que sugere certo rigor e maior profundidade terminológica, as complexidades já estão presentes pela modalidade linguística e âmbito de atuação. Quando um conflito como o narrado se elicia, a posição do intérprete é de exposição, mas também de vulnerabilidade, uma vez que suas reações de afeto e julgamento, neste caso de incompreensão, ficam nítidas e não somente seu processo cognitivo de interpretação ao ser interpelado sem assertividade pelo intérprete de apoio que sofreu prejuízos, como consequência a paralisação da própria interpretação.

No trecho seguinte, o *Participante 01* revelou o desdobramento do conflito (que retornou para o ambiente de *sala de aula*, como visto no relato 02) parte B e como agiu diante da situação.

E aí quando a gente voltou, isso era no primeiro horário da noite, quando a gente voltou para a sala, ela tinha feito a cabeça de muita gente [Julgamento capacidade-] assim:

*— Olha **não dá para entender** [Julgamento capacidade-] ... intérprete **não pode usar** [Julgamento capacidade-] aliança. **Não dá para entender** [Julgamento capacidade-], tava **queimando meus olhos** [Apreciação reação impacto-]... quando eu olhava para você e sua aliança...*

*Gente, uma aliança normal [Apreciação reação qualidade-], **não tem assim nem brilhante, nada** [Apreciação reação qualidade-]. Uma aliança. E ela:*

*— Eu não consigo olhar [Apreciação reação impacto -] por que meus olhos estão assim **(intérprete repete os sinais usados pela surda – olhos ofuscados pelo brilho) ofuscando** [Apreciação reação impacto-]. (P01).*

Este recorte nos revela que o conflito iniciado no *auditório* da *Universidade* seguiu para outro ambiente, a *sala de aula*. O *Participante 01* se deparou com uma situação em que faz um julgamento negativo em **tinha feito a cabeça de muita gente** quando avalia a atitude da aluna surda como alguém com capacidade de convencer outros a concordarem com ela prejudicando assim sua tarefa de interpretação. As escolhas lexicogramaticais expressam essas ideias por meio do processo material **tinha** acrescido de um adjunto modal de intensidade **muita**, indicando que muitos alunos haviam dado razão para as queixas da aluna surda. Realiza aqui um Julgamento de Estima Social por Capacidade negativa.

A seguir, relatou o que a surda disse para convencer as outras pessoas como visto em **não dá para entender**, em que por meio do processo mental acompanhado de polaridade negativa e em **não pode usar**, em que a partícula de polaridade negativa está seguida do processo material, ambos indicando um Julgamento de Estima Social por Capacidade negativa realizado pela aluna. Este julgamento negativo por parte da aluna está explicitando que o uso da aliança pelo intérprete impactava diretamente a compreensão da sua tarefa de interpretação. Para reforçar o julgamento realizado, segundo o intérprete, a aluna utiliza o processo comportamental **queimando**, se referindo nesse caso a sua Apreciação do objeto aliança com uma Reação de Impacto negativo ao uso deste pelo intérprete. É interessante observar que o uso dos processos comportamental **queimando** e **ofuscando**, representando as reações físicas ao objeto, são em si processos que apresentam intensidade, o que nos leva a crer que era objetivo da aluna expressar o quanto o uso da aliança havia de fato impactado a sua espectação.

O *Participante 01* manifesta sua surpresa e avaliação da aliança por meio do epíteto **normal** como um objeto de uso comum e que suas características não parecem justificar a atitude e expressões de intensidade que a surda produziu. Além disso, utilizou atributos acompanhados de partículas que apresentam polaridade negativa em **não tem assim nem brilhante, nada** indicando a Apreciação de Reação de Qualidade negativa que confirmam sua atitude de diminuir a avaliação negativa da discente surda.

A estranheza do *Participante 01* e as avaliações distintas que ele e aluna surda fizeram do mesmo fenômeno, leva-o à continuação do episódio, em um posicionamento sobre o conflito.

Aí eu falei assim... ah não! Não, não, não é por aí não [Julgamento normalidade-; Apreciação valoração-]. *Aí assim, eu pedi licença à professora e aí eu falei assim: — Gente, eu sou intérprete da instituição [...] Eu sei que vocês têm opções e milhares de formas [Apreciação comp-complexidade+] que podem tornar a sinalização mais confortável [Apreciação reação impacto+], a visualização, a roupa, o fundo e etc. Uma aliança não dificulta [Apreciação reação impacto+] o entendimento. Quantos de vocês surdos não estão usando acessórios, ou brinco ou anel e tal, e ninguém deixa de ser entendido [Julgamento capacidade+] por isso. Então assim, eu uso aliança, sou casado [Julgamento normalidade +], e vocês vão se acostumar [Apreciação reação impacto+] com essa aliança. E aí quem que achar ruim (Apreciação reação impacto-; /Julgamento normalidade-) que não olhe para mim [Julgamento propriedade-]. (P01).*

No início de sua fala há várias partículas de negação seguidas de um processo relacional unido a um advérbio de lugar, que indica caminho ou direção: **ah não! Não, não, não é por aí não**, que explicita um Julgamento de Estima social por Normalidade, indicando que a forma como a surda atuou não foi a mais correta, mas também pode sugerir Apreciação de Valoração do fenômeno sucedido, apresentando uma avaliação negativa. Ou seja, o ocorrido

de forma geral não deveria transcorrer dessa maneira, haveria outros caminhos “mais usuais” e “mais positivos” para discordar ou solicitar alguma mudança relacionada ao intérprete.

Ao se dirigir aos surdos da classe, o *Participante 01* avaliou que há **opções e milhares de formas** apontando aqui para as diferentes possibilidades as quais a interpretação pode ocorrer, mas a escolha lexical que este realiza parece sugerir o foco na indumentária do intérprete e no ambiente em que este se insere para interpretar. Esta expressão **opções e milhares de formas** apresenta Apreciação de Composição por Complexidade, indicando as inúmeras possibilidades em termos concretos que podem fornecer à pessoa surda uma interpretação de qualidade. A seguir, o intérprete elenca algumas destas opções relacionadas à tarefa de interpretação. Este avalia que, dependendo das escolhas de vestimenta e aspectos ambientais técnicos, a interpretação pode ser **mais confortável**, ou seja, a atitude contida nesse epíteto aponta para uma Apreciação por Reação de Impacto positivo.

No transcorrer da fala, o *Participante 01* chamou a atenção dos surdos para o fato de que este não avalia que o uso da aliança causaria dificuldades para o entendimento, para isso escolhe uma partícula de polaridade negativa unida a um processo material **não dificulta** expressando Apreciação de Reação de impacto positivo em relação ao sujeito da oração, a aliança. Soma-se a essa avaliação o uso de uma partícula nominal negativa juntamente com uma locução verbal composta por um processo relacional e mental em **ninguém deixa de ser entendido**. O *Participante 01* emite um Julgamento de Estima Social por Capacidade, de cunho positivo, indicando que o uso de adereços não prejudica a tarefa de interpretação, uma vez que os próprios surdos utilizam esses ornamentos e conseguem se entender. Há posicionamento do *Participante 01* frente ao conflito no evento ao informar **sou casado**, o motivo pelo qual está de aliança se estabelece por meio da escolha lexicogramatical quando emprega um processo relacional somado a um epíteto indicando aqui que há um Julgamento de Estima Social por Normalidade.

O *Participante 01* se dirigiu aos surdos por meio do processo mental e da locução verbal **vão se acostumar** em que sugere que não está disposto a abandonar o uso da aliança para isso utiliza a expressão **vão se acostumar** em que imprime uma Apreciação com Reação de Impacto positivo. Também guarda em si uma certa imposição, indicando pouco interesse em deixar de usar a aliança, independente da reação dos surdos. Essa suposição se afirma por meio da escolha lexicogramatical **achar ruim** realizada pelo processo mental acrescido de um epíteto negativo. Esta expressão pode nos sugerir dois tipos de avaliações distintas, a primeira relacionada ao uso do objeto em si, gerando uma Apreciação de Reação de Impacto negativo e

um julgamento relacionado à postura do intérprete, indicando um Julgamento de Estima Social de normalidade com cunho negativo.

No encerramento de sua fala, o intérprete utiliza a expressão **que não olhe para mim**, em que o uso da partícula de polaridade negativa somada a um processo mental e um complemento indicam um Julgamento de Sanção Social por Propriedade. Napier e Rohan (2007) listam entre as 14 características que os surdos esperam de intérpretes a Atitude Ética e o Foco nas Necessidades do Consumidor. Sob essa perspectiva, não é possível para o surdo deixar de interagir visualmente com o intérprete sem prejuízo para si. De certa forma, o posicionamento emocional negativo do intérprete nesse quesito fere princípios de atuação ética. Faz parte da prática profissional checar se a informação está sendo recebida. Também, apesar do conflito, não é factível desfazer-se dessa responsabilidade impondo ao surdo uma escolha que, para ele, representa um prejuízo à acessibilidade. Concordamos com Campello (2014) ao afirmar que quando os intérpretes dão pouca atenção às questões linguísticas e culturais da comunidade surda, que são premissas importantes, estão aumentando o desrespeito e agindo com falta de ética com o povo surdo.

Assim como a avaliação está presente nas interações humanas desde cedo (MARTIN; WHITE, 2005), as relações de poder estão latentes nas relações entre intérpretes e surdos há muito tempo (WITTER-MERITHEW, 1999). Por conta disso, não é de admirar que nesse relato estejam presentes nas avaliações realizadas pelos surdos e pelo intérprete Assimetrias de Poder, em que o poder de avaliar, julgar e interferir flutuam da audiência surda que julga a interpretação de um intérprete e do intérprete que toma o turno de fala e se posiciona frente à classe que os surdos compõem. Parece ser coerente com o relato afirmar que uma pessoa surda realiza uma avaliação de uma interpretação e se empodera a partir da afiliação de outros a mesma perspectiva, direcionando o poder da avaliação para os surdos. Porém, ao mesmo tempo, quando o intérprete se nega a ceder nesse aspecto, impondo nesse quesito como o trabalho será realizado, é como se o controle da situação se movesse para o intérprete, mantendo as tensões, ou fazendo um dos lados desistirem do conflito, momentânea ou totalmente.

O *Participante 01* seguiu seu relato com suas reflexões sobre a pertinência do conflito eliciado pela surda.

*Porque você está lá visualizando e interagindo com o conteúdo em **tempo real** [Apreciação comp. complexidade+] e primeiro **você pensa que o problema tá com você** [Julgamento capacidade-]. Você pára, reflete, pede feedback. Pergunta se os colegas tiveram a mesma impressão que você. Ai depois de um tempo você pensa: não... o problema não tá em mim [Julgamento capacidade+]. **Não sou eu que tô fazendo uma coisa assim...** [Julgamento normalidade+] Ai nesse dia da aliança , a pessoa não tinha o que reclamar [Julgamento normalidade+; Apreciação reação-*

*impacto +], sabe? Eu tava **todo de preto** [Apreciação reação qualidade +], no **lugar adequado** [Apreciação reação qualidade+], com a **luz na frente, não muito chapada** [Apreciação reação qualidade+], com **luz adequada** [Apreciação reação qualidade+] ... **não tinha o que falar** [Apreciação reação qualidade +; Julgamento normalidade+] né? Por um tempo **eu** fiquei **pensativo** [Julgamento tenacidade-]. (P01).*

O intérprete inicia sua fala apontando para o fato de a interpretação ocorrer em **tempo real**. O epíteto **real** qualifica a forma como a interpretação aconteceu em função do tempo, indica Apreciação de Composição por Complexidade. De fato, o processo de interpretação tem o agravante de ocorrer ao mesmo tempo em que o discurso a ser interpretado é produzido, característica que, segundo Pöchhacker (2004), o diferencia do processo de tradução. Além disso, o processo de interpretação que envolve outras modalidades, como a língua de sinais, detém uma carga cognitiva aumentada, o que a torna um processo bastante complexo (RODRIGUES, 2018c). Assim, um conflito que ocorre enquanto esse processo se desenrola agrava o grau de complexidade que é pré-existente.

Em seguida, em: **pensa que o problema tá com você**, o uso de um processo mental **pensa**, seguido do complemento formado pelo substantivo **o problema**, do processo relacional **tá** e da preposição ligada ao pronome **com você** indica o autojulgamento de Estima Social por Capacidade em uma dimensão negativa. O *Participante 01* se refere a si (fazendo uma interlocução com a pesquisadora/participante) por meio do pronome pessoal **você** e faz um autojulgamento, esclarecendo que as situações de conflito geralmente fazem com que o intérprete avalie sua própria capacidade e competência. Refletir sobre o porquê de o conflito ocorrer leva o *Participante 01* a realizar um autojulgamento de Estima Social por Capacidade ao usar a polaridade negativa seguida do processo relacional somado ao adjunto **não tá em mim**. Diferentemente do recorte anterior em que o intérprete se autojulga como alguém que pode não ter competência, neste caso o autojulgamento tem uma dimensão positiva, quando as reflexões do profissional apontam para outras causas de conflito que não envolvem sua competência tradutória. O *Participante 01* parece se sentir mais seguro e de certa forma aliviado, uma vez que a competência tradutória, que inclui um especializado não só da língua, mas do processo técnico, é umas das bases principais da atuação (MICKELSON; O'HARA, 2014).

Na continuação, o uso do advérbio de polaridade negativa seguida de um processo existencial **não sou**, do uso de um processo material e de um atributo negativo **fazendo uma coisa assim** indicam que o intérprete realiza um autojulgamento de Estima Social por Normalidade. O atributo **uma coisa assim** tipifica que o olhar do intérprete sobre o que aconteceu é negativo já que o advérbio de modo **assim** teve uma conotação negativa. A ordem

de uso dos processos, primeiramente o existencial e depois o material, sugerem que a reflexão do intérprete passa primeiro por quem ele é – sua personalidade, identidade e depois pelo que faz – sua postura e competência profissionais. Seu autojulgamento implica na conclusão de que, por quem ele é e pelo tipo de atuação que realiza, este não é o responsável pelo conflito.

Há um reforço na defesa que o *Participante 01* realiza a seu favor, ao salientar que a queixa da aluna é injustificada. Para expressar esta ideia, utiliza a polaridade negativa, seguida de um processo relacional **não tinha** somado a um complemento e um processo verbal **o que reclamar**. Neste caso, a avaliação do intérprete em relação à surda pode ter duas facetas, a primeira se relaciona com o Julgamento de Estima Social por Normalidade, indicando que a postura do intérprete foi usual e não merecia repreensão. A segunda envolve a tarefa de interpretação e seus aspectos estéticos, por meio de uma Apreciação de Reação por Impacto, em que o ornamento aliança utilizado pelo *Participante 01* não impactava negativamente para a espectação.

Os elementos trazidos na continuação pelo intérprete reforçam a ideia anterior. Ele citou a vestimenta através de um epíteto **todo de preto**, avaliando o espaço físico em que sinalizou com outro epíteto **adequado** e, por fim, mencionou aspectos técnicos como a luz, qualificando-a primeiramente com uma partícula de polaridade, e depois com dois epítetos **não muito chapada, adequada**, com um intuito de afirmar que a aliança não se destacaria mesmo sob a luz do ambiente. Todos os epítetos citados indicam características que são adequadas para que a visualização da interpretação seja confortável para o surdo. Esses elementos realizam uma avaliação relacionada à Apreciação de Reação por Qualidade em uma dimensão positiva, uma vez que, na opinião do intérprete, todos os itens estavam adequados e, com isso, se reforça o fato de o conflito ser injustificado. Isto é ratificado pelo intérprete quando através do advérbio de polaridade negativa somada a um processo relacional e de um complemento ligado a um processo verbal **não tinha o que falar** afirma não haver motivos concretos para as queixas. A autorreflexão relacionada ao episódio leva o profissional a ficar **pensativo**. Nesse caso, ocorreu através deste epíteto, um autojulgamento de Estima Social por Tenacidade, em que o intérprete parece julgar o momento, através da introspecção, de forma negativa.

Quando perguntamos ao *Participante 01* qual seria a causa do conflito em sua perspectiva, ele respondeu concisamente:

Eu penso mais que são características pessoais [Julgamento normalidade-] do que do grupo [Julgamento normalidade +]. Porque pensar surdos são assim [Julgamento normalidade-], ou ouvintes são assim [Julgamento normalidade-], é meio problemático [Julgamento normalidade-]. (P01).

A primeira oração contém um adjunto adverbial de intensidade, mas também predileção **mais** informando que este conflito foi o que mais lhe impactou. Em **características pessoais** ocorre um Julgamento de Estima Social por Normalidade a partir da qualificação das características conflituosas através do uso do epíteto **pessoais**. Na continuação, qualificou as características através do epíteto **do grupo** em um novo Julgamento de Estima Social por Normalidade. Ao realizar ambos os julgamentos comparando as características pessoais com as que pertencem ao grupo, o *Participante 01* sinalizou um julgamento de dimensão negativa em relação às características pessoais, e de uma dimensão positiva em relação às do grupo, em uma ideia adversativa entre indivíduo e comunidade.

Esta ideia se reforça na oração final através da avaliação de surdos e ouvintes através de um processo existencial seguido do epíteto **são assim**. O advérbio de modo **assim**, corresponde ao papel de um qualificador, sugerindo uma carga negativa, que pode ser erroneamente relacionada à forma de existir e de se comportar dos ouvintes e surdos de forma geral, segundo o intérprete. A postura do intérprete em relação a generalizações fica evidente com o uso de um adjunto modal ao epíteto **meio problemático**, sugerindo que o intérprete não deseja ser intransigente ao avaliar as comunidades.

O conflito relatado pelo *Participante 01* emergiu como categoria relacionada à Dinâmicas de Conflito, o conflito que ocorre com a interrupção da interpretação. Em relação às Causas, é interessante notar que o intérprete não conseguiu discernir exatamente as motivações que levaram ao conflito, e por isso chama a causa de **características pessoais**. Neste caso, é válido lembrar que o que podemos chamar de características pessoais, de intérpretes ou surdos, podem ser, na verdade, uma leitura que realizamos das causas que ainda não nomeamos propriamente. Seriam questões de personalidade suficientes para interromper uma interpretação? O que leva um surdo a paralisar um trabalho que lhe garante acessibilidade? E, em relação ao intérprete, quando este é competente e os aspectos técnicos estão dentro da normalidade, o que poderia justificar a interrupção de seu processo?

Neste relato temos o ponto de vista do *Participante 01* sobre o evento, e as informações trazidas nos fazem perceber esse conflito tendo como Causa uma Atitude Opressora por parte da pessoa surda. Uma vez que a competência tradutória e os aspectos técnicos de forma geral estavam presentes, a crítica constante e o apego a detalhes mínimos podem revelar uma necessidade de controlar a interação e de reafirmar seu poder. A Atitude Opressora se reflete nos vários episódios de crítica e *feedback* não assertivo, levando ao escalonamento do conflito.

É certo que os surdos têm direito a darem *feedback* acerca do serviço que o intérprete realiza e a explicitarem quais são os pontos que podem ser melhorados. E os intérpretes

obviamente devem evitar o Capacitismo Tóxico com reações emocionais exacerbadas aos *feedbacks* que são realizados assertivamente. A questão que se levanta aqui é que um direito pode se transformar em uma imposição exagerada quando não permite que o profissional tenha uma certa flexibilidade de atuação, gerando a ideia de que a motivação por trás do conflito não está relacionada a uma causa legítima, mas sim a uma reafirmação de poder de surdos sobre intérpretes ouvintes que estão a seu serviço.

7.2 ANÁLISE DOS RELATOS DE CONFLITO DO PARTICIPANTE 02

Prosseguimos a análise com os recortes dos relatos do *Participante 02* (P02) no qual relatou dois conflitos em situações distintas. Iniciaremos compartilhando o primeiro conflito.

7.2.1 Participante 02 – Relato 01: Sala de aula

Neste primeiro recorte, o intérprete compartilhou como se iniciou o conflito que vivenciou em *sala de aula*.

O conflito surgiu, por exemplo, na sala de aula, era uma turma de 7º ano fundamental maior em que o aluno chegou para fazer a prova. Tinha uma prova para fazer e o aluno sentou e disse assim, olhou a prova...
 — Tô na dúvida entre essa alternativa e essa, o que tu acha?
Eu disse: — Tu estudou para a prova?
 — Estudei...
 — Pois é... a prova não é minha, eu não faço ideia [Julgamento capacidade-] do que tem aí. Eu vou interpretar para ti mas eu não faço ideia [Julgamento capacidade-], tu que tens que responder [Julgamento capacidade+] essa prova. (P02).

O conflito ocorreu conforme indicado pelo *Participante 02*, em *contexto educacional*, mais especificamente na educação básica, na *sala de aula*, uma turma de 7º ano Fundamental Maior. Em um contexto de prova, o aluno surdo solicitou a opinião do intérprete sobre qual seria a resposta correta. A forma como o *Participante 02* reagiu diante da pergunta revelou vários pontos de avaliação ligadas à atitude. Ao se referir à prova em **não faço ideia**, faz um autojulgamento de Estima Social por Capacidade ao usar a polaridade negativa por meio de uma locução verbal e um processo mental. Pode-se inferir que por uma questão ética e profissional, o intérprete não quer se responsabilizar pela realização da prova, pois essa é uma atividade que cabe ao aluno surdo, e para isso afirma não conhecer o conteúdo da prova, retirando de si qualquer responsabilidade.

Na continuação, o *Participante 02* transferiu o Julgamento de Estima Social por Capacidade para o aluno surdo, ao utilizar como predicador um processo relacional seguido de um processo material **tens que fazer**. O processo relacional utilizado aqui subentende um imperativo de obrigação, deixando claro ao aluno surdo que o papel de realizar a prova era dele, e não do intérprete. A expressão tem cunho positivo, porque também traz implicitamente a ideia de que o aluno é quem detém a capacidade de respondê-la. Segundo Witter-Merithew (1999), essa postura vai ao encontro do Modelo Aliado de Interpretação, bastante aceito atualmente, em que o intérprete tem uma visão sociolinguística do surdo, estando ali para apoiá-lo com o que necessita em termos de acessibilidade linguística deixando, contudo, as decisões nas mãos dele. Embora nenhum modelo de interpretação inclua como posicionamentos atitudes antiéticas, tomar o direito de decidir das mãos do surdo, ajudando-o incondicionalmente seria um retorno ao Modelo de Interpretação de Ajudante ou Caritativa, que está envolta em discursos de capacitismo tóxico (HALL, 2018).

A expressão **tens que fazer** marca o posicionamento do intérprete com relação a quem deve realizar a prova, atribuindo ao aluno a responsabilidade com sua formação. Podemos inferir também que havia proximidade na relação, quando o *Participante 02* tentou mostrar para o surdo a divisão de papéis, sem, contudo, usar expressões mais incisivas que poderiam transformar um Julgamento de Estima Social em um Julgamento de Sanção Social. Na continuação do recorte, observa-se a reação do aluno surdo à negativa do *Participante 02*:

E aí ele já não gostou muito [Afeto felicidade-]. A cada questão que foi se passando, ele insistia. [Julgamento tenacidade-] E chegou um momento que ele simplesmente levantou [Julgamento normalidade-], pegou a prova, jogou em cima da irmã e simplesmente foi embora [Julgamento normalidade-]. Saiu da sala chorando [Afeto felicidade-]. Chorando [Afeto felicidade-] porque ele não conseguiu [Julgamento capacidade-] fazer a prova. (P02).

Parece que o entendimento acerca dos papéis não ficou claro para o aluno surdo, uma vez que seus afetos negativos aparecem nas avaliações do *Participante 02*. Em **não gostou muito**, o uso de polaridade negativa, de um processo mental e de um adjunto modal (marcou intensidade) expressam Afeto de Infelicidade. Nesse caso, o *Participante 02* sinalizou que o surdo não gostou, pois esperava receber a resposta como se fizesse parte da tarefa de interpretação. A reação do surdo marcou uma avaliação negativa acerca do papel do intérprete por não dar as respostas apontando uma motivação de culpabilização como pano de fundo para o desdobramento do conflito.

Em seguida, o *Participante 02* relatou que o surdo tentou fazê-lo mudar de postura através do uso do processo material **insistia**. O processo utilizado subentende um Julgamento

de Estima Social por Tenacidade. O qualificador que o processo deixa implícito nesse contexto é o de teimosia, que aqui guarda uma dimensão negativa do ponto de vista do intérprete. A falta de entendimento entre as partes, no sentido de que a proposição realizada pelo surdo recebeu uma negativa do intérprete e, ainda assim, o surdo seguiu propositando, ocasionou a situação em que se evidenciou uma atitude de afeto negativo, que se somou à situação de embate.

Na próxima oração, há o clímax do conflito, em que o embate alimentado até o momento emerge através de ações mais incisivas por parte do surdo. O *Participante 02* usou o adjunto **simplesmente** junto aos processos materiais que seguem na frase, como **levantou, pegou a prova e jogou, foi embora**, indicando um Julgamento de Estima Social por Normalidade em uma dimensão negativa. O adjunto **simplesmente** expressou uma ideia de que nada mais se podia dizer, marcando assim uma certa surpresa pela falta de usualidade da situação, em que o surdo atuou de forma inesperada. Na oração em que o aluno saiu **chorando** evidencia-se a consequência do conflito em que são relatados os afetos envolvidos na atitude dele, indicados através do processo comportamental que está imbuído de Afeto de Infelicidade.

No relato **não conseguiu**, o *Participante 02* também interpretou o motivo do choro, ao usar a polaridade negativa ao processo material realizando um Julgamento de Estima Social por Capacidade em dimensão negativa. Neste caso, a frustração eliciada no começo da situação, quando o surdo recebeu a negativa e entendeu que a responsabilidade da execução da prova seria só dele, gerou sentimentos negativos quanto ao que ele esperava receber da tarefa de interpretação. O clímax do conflito ocorreu quando o aluno percebeu que estava incapacitado de realizar a prova e decidiu se retirar da sala responsabilizando o intérprete. No trecho a seguir, o intérprete se justificou informando qual foi o motivo do conflito.

— *O que aconteceu, o que aconteceu?*
Me perguntou uma das irmãs que dava aula para ele no colégio. Ele queria que eu desse as respostas da prova [Julgamento propriedade-]. E eu fiz o que tinha que ser feito [Julgamento capacidade +, Julgamento tenacidade +]. (P02).

O relato acima evidenciou que os conflitos gerados entre surdos e intérpretes repercutem entre outras pessoas que estavam presentes na situação. Neste caso, umas das irmãs (provavelmente tratamento equivalente à titulação religiosa de freira) questionou ao intérprete sobre o que aconteceu entre ele e o aluno surdo. O *Participante 02* deixou subentendido que o local em que ocorreu o conflito de interpretação é o *educacional* ao dizer *colégio*, provavelmente um *ambiente religioso*.

As escolhas lexicogramaticais em que o *Participante 02* fez uso do processo mental que inferiu as intenções do aluno somada ao complemento trazem a ideia de Julgamento de

Sanção Social por Propriedade com dimensão negativa em **queria que eu desse as respostas da prova**. Esta escolha não pareceu aleatória, afinal, o participante procurou fazer uma justificativa com base ética para salvaguardar sua face profissional que se viu envolvida em uma situação de conflito. Neste caso, o *Participante 02* apontou que o aluno desejava obter benefício na tarefa de interpretação que não condizia com a sua postura profissional.

O *Participante 02* fez uso de uma grande locução verbal através de um processo material, seguido de um relacional em **fiz o que tinha que ser feito**. Todos estes processos indicam um autojulgamento por Estima Social que pode envolver dois aspectos em uma dimensão positiva. A primeira ligada à capacidade – o *Participante 02* agiu porque tinha competência para tanto. E a segunda ligada à tenacidade. O negar-se a fazer algo que julgou ser antiético, ainda que pudesse gerar conflito, necessitou de tenacidade, ou seja, coragem para agir. O autojulgamento realizado também garantiu a explicação dada anteriormente para o conflito, pois o profissional entendeu que houve um pedido antiético e que agiu em conformidade com o que deveria ter sido feito. A seguir, o *Participante 02* relatou os desdobramentos do conflito entre ele e o aluno surdo

*E aí depois ele começou a querer se recusar a ter a minha interpretação [Julgamento normalidade-]. Na hora em que eu ia interpretar, em que era o meu momento, ele não queria, ele virava [Julgamento normalidade-]. **Fazia uma outra coisa, mudava de lugar** [Julgamento normalidade-], **queria fazer uma outra atividade** [Julgamento normalidade-]. (P02).*

Neste recorte podemos observar uma sequência de ações do aluno surdo relatadas pelo *Participante 02* que ressaltam um Julgamento de Estima Social por Normalidade em uma dimensão negativa. O uso dos diversos processos materiais **recusar**, **virava**, **fazia**, **mudava** e de polaridade negativa somada ao processo mental **não queria** indicam quebra no ritmo usual da tarefa de interpretação entre intérprete e surdo. Todos os processos indicam atitude de afeto negativo e parecem indicar uma reação de frustração e inconformidade do aluno surdo em relação ao *Participante 02*. Vejamos no recorte abaixo a avaliação que o *Participante 02* fez da situação de conflito instaurada no momento da tarefa de interpretação.

*Isso foi **muito perceptível** [Apreciação Reação-impacto-] na escola. E aí **foi preciso** [Apreciação Valoração+] **todo um trabalho**, toda uma situação porque eu acredito que foi um conflito que **se gerou por uma falha anterior** [Julgamento capacidade-]. (P02).*

A situação de conflito entre o surdo e o *Participante 2* ficou, na avaliação do interlocutor, **muito perceptível** por meio de um adjunto de intensidade e o epíteto, indicando Apreciação de Reação por Impacto. Neste caso, o impacto é alto porque se empregou um

adjunto de intensidade na negativa, visto que envolveu uma situação conflituosa. A apreciação cabe nesse contexto porque indica como avaliamos não somente os objetos, mas também as *performances* e os fenômenos ao nosso redor (MARTIN; WHITE, 2005). Ou seja, o conflito vivenciado pelo *Participante 02* e pelo surdo, bem como os desdobramentos do conflito, incluindo as reações do surdo ao *Participante 02* se tornaram um fenômeno visível aos espectadores. Quanto ao trabalho realizado para amenizar o conflito, o *Participante 02* realizou, em primeiro lugar, uma Apreciação de Valoração positiva através de um processo relacional e um epíteto **foi preciso**. A escolha lexical se referiu ao trabalho que foi realizado como imprescindível. Em seguida, utilizou o adjunto **todo um** que qualificou o trabalho realizado imprimindo um Julgamento de Estima Social por Capacidade.

A seguir o *Participante 02* forneceu pistas da Causa do Conflito, através da expressão **se gerou por uma falha anterior**. O uso do processo **se gerou** e de um epíteto **anterior** se referindo à falha expressam um Julgamento de Estima Social por Capacidade. Neste caso, o *Participante 02* julgou que o conflito surgiu novamente devido a um contexto pré-existente. Na continuação do relato, aprofundou o assunto da causa do conflito mais propriamente.

O colega do ano anterior ao invés de [Julgamento normalidade-] exercer a atividade como deveria [Julgamento normalidade-] exercer, era meio que [Julgamento normalidade-] um professor. E aí nessa investigação, no trabalho que a escola começou a fazer se descobriu que aquele colega era muito mais, estava ali muito mais na qualidade [Julgamento normalidade-] de um tutor dele. Estava fugindo da competência [Julgamento normalidade-] dentro de sala de aula. E isso gerou um problema para cá [Julgamento normalidade-]. (P02).

Observamos nesse trecho uma comparação entre a postura dos intérpretes em contexto de interpretação. O uso das expressões **ao invés de** e **como deveria** em detrimento de **era meio que** revelam Julgamentos de Estima Social por Normalidade. O adjunto modal seguido do verbo relacional **como deveria** revelou o grau de normalidade desejado para a atuação do profissional, que não foi alcançado, uma vez que este transitou entre professor e tutor e não atuou de fato como intérprete. O uso de **era meio que** revelou essa indefinição de papéis, através do processo relacional somado a um adjunto que o modaliza, causando um Julgamento de Estima Social por Normalidade de cunho negativo, uma vez que a atitude foge ao que era esperado. Nos trechos: **era muito mais**, com utilização de um processo relacional agregado a adjuntos modais de intensidade, e **muito mais na qualidade** com adjuntos modais de intensidade que qualificam o colega, percebemos um Julgamento de Estima Social por Normalidade. De forma geral, o *Participante 02* julgou negativamente a atitude do colega ao atuar junto ao surdo em um papel distinto do que deveria. De acordo com Pereira (2008), os

embates podem surgir quando em uma mesma categoria se encontram intérpretes que buscam a evolução nos papéis e outros que ainda aderem a atitudes e ideologias já antiquadas.

A dualidade presente em intérpretes que atuam em âmbitos educacionais sempre está presente, uma vez que não existe real consenso sobre seus limites durante a atuação. Alguns autores entendem que o intérprete é também um professor (SOUZA, 2007; MARTINS, 2013), outros assinalam a importância de não agregar a função pedagógica à interpretação (QUADROS, 2004), ou ainda, de repensar a formação básica do intérprete ampliando os olhares sobre o escopo da atividade (VIEIRA, 2007). A questão que se manifesta é a falta de congruência na atuação entre profissionais intérpretes que, ao alternarem seus papéis e competências, podem gerar frustração para os surdos e, por fim, conflitos nas relações.

O *Participante 02* concluiu o recorte usando escolhas lexicais que reiteram sua posição em relação ao colega que atuou antes dele. Avaliou que este estava **fugindo da competência** e que essa atitude **gerou um problema para cá**. Em ambas as orações temos um processo material e um substantivo que o complementa, indicando um Julgamento de Estima Social por Normalidade, uma vez que existe uma quebra do que era esperado do intérprete, da conduta profissional em que a avaliação da atitude do colega é negativa.

Este relato traz o ponto de vista do *Participante 02* sobre a situação de conflito, mas também compartilha informações que lançam luz sobre como o aluno surdo avaliou o que ocorreu. A dinâmica do conflito trouxe como consequência o abandono do ambiente frente as negativas. E em relação às Causas do Conflito conseguimos identificar melhor duas categorias que poderiam se alinhar com o ocorrido: o Capacitismo Tóxico e Expectativas Frustradas em relação aos papéis. Esta identificação foi possível porque percebemos o esforço consciente do *Participante 02* em compreender as causas, inclusive citando que houve uma investigação para perceber os motivos pelos quais a situação havia chegado no conflito.

É importante destacar que o que faz encarmos o relato tendo o Capacitismo Tóxico como uma das causas não é especificamente o fato de o colega do intérprete ter agregado papéis de professor e tutor ao da interpretação. O problema em questão é a postura do aluno ao se sentir confortável em perguntar qual era a resposta da prova para *Participante 02*, o que sugere que anteriormente havia uma relação de dependência. Esse tipo de abertura insinua que o intérprete anterior extrapolou a função ao adotar uma atitude capacitista. De acordo com Robinson, Sheneman e Henner (2020), o Capacitismo Tóxico influencia a forma como o próprio surdo se vê, e isso é palpável nas avaliações em que emergem os afetos negativos e frustrações do surdo por se sentir incapaz, consequência direta de relações assistencialistas.

No que se refere à segunda causa que entendemos estar ligada à primeira, Expectativas Frustradas em relação aos papéis, devemos considerar que é comum que nossas expectativas associadas às relações se estabeleçam a partir do repertório de experiências que possuímos. É comum que o surdo espelhe no intérprete atual expectativas relacionadas às experiências anteriores. Como profissionais da interpretação, é importante lembrarmos de esclarecer aos nossos clientes, inclusive quando estes estão transitando no papel de alunos, qual é nossa função naquele âmbito de interpretação e quais os limites que desejamos impor à relação profissional.

7.2.2 Participante 02 – Relato 02: Concurso público

O *Participante 02* lembrou mais uma experiência conflituosa que vivenciou em outro âmbito de interpretação. Ele descreveu qual foi a dinâmica do conflito.

*E no concurso foi **interessante** [Apreciação Reação-impacto +] porque quando o candidato chegou, naquele momento foi **meio delicado** [Apreciação Reação-impacto -], quando ele chegou, ele perguntou (participante sinaliza – você é o intérprete?) ai ele disse: — Ela é a fiscal?*

Ái eu disse: — sim.

— Ela sabe Libras [Julgamento capacidade +]?

Eu disse: — pergunta para ela.

E ai ele começou a sinalizar e a moça disse:

— Maninho me socorre que eu não estou entendendo nada [Julgamento capacidade -] do que ele tá dizendo.

Eu comeci a interpretar e ela disse:

*— **Não, eu não sei** [Julgamento capacidade -], eu não entendo nada nada [Julgamento capacidade -]. (P02).*

O intérprete identificou logo no início de seu relato o âmbito da tarefa de interpretação que se tratava de um *concurso público* e nos deu o contexto da interação que prototipicamente detém mais formalidade e distância social, uma vez que a falta de observância às regras desse contexto pode gerar sanções legais. O interlocutor se referiu a este momento como **interessante** e **meio delicado** realizando através de epítetos e de um adjunto de intensidade uma Apreciação de Reação por Impacto. É válido pontuar que os epítetos não estão alocados necessariamente em uma dimensão positiva, pois marcam a peculiaridade da situação, pendendo para uma quebra na usualidade do que era esperado para aquela configuração de contexto de interpretação.

O interlocutor também nos explicou que o candidato surdo, após identificá-lo como intérprete, questionou a capacidade da fiscal da sala através de um processo mental e de um complemento fazendo um Julgamento de Estima Social por Capacidade, como podemos ver em **sabe Libras**. O questionamento do candidato surdo indicou uma dúvida acerca da fiscal a fim

de se certificar se suas interações em Libras seriam compreendidas por mais alguém durante o concurso.

No momento em que o surdo interagiu com a fiscal, esta realizou um autojulgamento de Estima Social por Capacidade ao dizer **não estou entendendo nada**. Nesta descrição lexical, há polaridade negativa, um processo relacional agregado a um mental e um adjunto de intensidade empregados para confirmar a falta de entendimento. A fiscal explicou ao candidato surdo que não sabe Libras em **não, eu não sei e não entendo nada nada**. Estas escolhas são realizadas por meio de polaridade negativa, processos mentais que envolvem compreensão e adjunto de intensidade que explicitam o desejo da fiscal de deixar claro que ela não sabia Libras.

Essa articulação de Julgamento de Estima Social por Capacidade de dimensão negativa, encaminhava a demanda de comunicação do surdo apenas para o intérprete, retirando dela a responsabilidade de qualquer tentativa de interação. Infelizmente é comum que os surdos se deparem com pessoas que não sabem seu idioma e ao serem expostas à língua de sinais fiquem aflitas e se sintam incapazes de se comunicar. É interessante notar que este comportamento não é comum quando pessoas ouvintes monolíngues entram em contato com estrangeiros que não falam a sua língua, pois há, na maioria das vezes, a tentativa de comunicação. Este tipo de comportamento está claramente relacionado com o preconceito com as pessoas surdas, ou seja, é um fator histórico. Lamentavelmente esta responsabilidade de garantir a comunicação com o surdo recai somente sobre o intérprete (SILVA; GOMES, 2018).

Diante das negativas da fiscal em relação a saber Libras, o surdo se dirigiu ao intérprete como pode ser visto neste segundo recorte.

E ele virou assim:

— Ah... **(participante faz expressão de alívio e satisfação) tu sabes todo o sofrimento [Julgamento normalidade -] do surdo (participante faz um sinal de “papo furado”)** e **ele começou a vir com toda uma tese [Apreciação Valoração-] de uma vida sofrida, de opressão e discriminação, de falta de acesso à informação [Apreciação Reação-qualidade -]**.

— E **tu sabes, os intérpretes precisam ajudar os surdos [Julgamento normalidade +, capacidade +, tenacidade +]**. (P02).

Neste trecho é possível identificar a avaliação que o candidato surdo faz da condição de discriminação vivenciada pela comunidade surda. Para expressar essa ideia ele utilizou uma nominalização **sofrimento** que caracterizou a vivência do surdo indicando em primeiro lugar um Julgamento de Estima Social por normalidade com uma dimensão negativa, em que os surdos têm vivências estigmatizadas impostas pela sociedade, fugindo do que seria usual para qualquer ser humano. Qualifica a vida dos surdos a partir de um epíteto **sofrida**, com as nominalizações de **opressão e discriminação**, e por meio de processo material junto a um

complemento **falta de acesso à informação**. Estas estruturas avaliam como é a vida que a maioria dos surdos levam elaborando uma Apreciação de Composição por Qualidade com dimensão negativa.

O intérprete avaliou a atitude do surdo por meio de uma Apreciação de Valoração de dimensão negativa em que encarou o que foi dito como um discurso vazio, imbuído de vitimismo como vemos em **começou a vir com toda uma tese** através dos processos materiais seguidos de um complemento formado por um adjunto e um substantivo. Na sequência, o surdo conclui que por conta da vida sofrida que os surdos levam, os intérpretes **precisam ajudar os surdos**. Temos a presença de dois processos materiais e um complemento que produzem vários julgamentos. A expressão parece sugerir um Julgamento ligado à uma relação de normalidade, em que é comum surdos serem ajudados por intérpretes; parece também construir um Julgamento ligado à capacidade, indicando que os intérpretes têm essa competência uma vez que transitam entre as duas comunidades e, por fim, realiza também um Julgamento de tenacidade, em que os intérpretes devem ter a coragem de defender os surdos frente as dificuldades.

O discurso do surdo transmitiu valores que ainda são sustentados por muitos dentro da comunidade surda. Embora o papel do intérprete assistencialista tenha sido rechaçado pela classe profissional e substituído por outros modelos de trabalho, segundo Cokely (2009), alguns surdos ainda se sentem ligados ao modelo caritativo em que dependiam dos intérpretes.

Na sequência percebe-se que o *Participante 02* respondeu ao discurso de forma incisiva.

O que eu respondi para ele foi:

— Sabia que colar, receber ajuda auxílio em prova de concurso federal é crime [Julgamento propriedade-]? Vai nós dois presos [Julgamento propriedade-]. Vão os dois presos. Você sabia disso?

Aí ele ficou assim:

— Ai... (*participante reproduz expressão de surpresa e desconcerto*). (P02).

Percebemos que o *Participante 02* interpretou as expressões do candidato surdo como sendo um convite a auxiliar com as respostas na prova do concurso, com intenções antiéticas. Essa interpretação ficou evidente na resposta dada pelo intérprete quando ele usa a nominalização **crime** e o epíteto **presos** para se referir primeiro ao que o surdo implicitamente queria que ele fizesse e, segundo, para mencionar qual seria a consequência da ação errada. Em ambos os casos, o intérprete realiza um Julgamento de Sanção Social por Propriedade, em que fez menção das leis para intensificar o julgamento e expressar a gravidade da proposição realizada, ainda que implicitamente. A reação do interlocutor surdo ao que o intérprete falou,

sugere que de fato a intenção era essa, uma vez que não demonstrou indignação ou sentimento de injustiça com o Julgamento que o intérprete realizou sobre sua atitude. O *Participante 02* seguiu relatando os desdobramentos da situação de conflito.

E aí gerou conflito, ele ficou aborrecido [Afeto satisfação-] e perguntou: — Vão ter outros intérpretes?

— Olha, eu bem que queria... [Afeto satisfação-] infelizmente [Afeto felicidade-] vai ser só eu.

Ele já queria trocar o intérprete. E aí ele ficou assim... [Afeto satisfação-] (participante faz expressão de frustração). (P02).

O intérprete percebeu que se instaurou um conflito com as reações que o surdo demonstrou após discordarem de seus papéis. O surdo **ficou aborrecido**, uma expressão que denotou através do uso de um processo relacional e de um epíteto uma realização de Afeto de Satisfação negativa. Sua insatisfação se tornou concreta quando questionou se outros intérpretes iriam participar da interpretação, ao que o intérprete respondeu negativamente, usando duas construções que expressaram insatisfação e infelicidade. Na primeira, usou uma nominalização e um processo mental que indicou Afeto por Satisfação negativa, ou seja, o intérprete gostaria de trabalhar com outros, o que poderia representar inclusive uma carga menor de trabalho, porém isso não aconteceria, como sugere **bem que eu queria**. Em seguida, o uso de **infelizmente**, qualificando a expressão vai ser só eu, manifesta que o intérprete lamentou novamente que o encargo de interpretação em um concurso ficaria sob a sua responsabilidade.

Segundo o *Participante 02*, quando o surdo se deu conta de que teria que interagir toda a prova com ele, com quem teve um embate, usou de um processo comportamental seguido de um adjunto modal, indicando uma carga negativa em **ficou assim**. Essa interpretação é dada não somente pelo contexto, como também pelas expressões faciais realizadas pelo *Participante 02* ao relatar o episódio. Neste caso, o intérprete realizou uma avaliação de Afeto de Satisfação negativa. A seguir, o *Participante 02* descreve o que se sucedeu após sua fala incisiva.

O trabalho foi muito chato [Apreciação Reação-impacto-] porque eu interpretava a questão e aí ele dizia:

— Tem uma parte aí que tu fez que eu não entendi direito [Apreciação Reação-qualidade-].

Ele descrevia o que eu tinha falado e dizia:

— Eu não entendi, repete. [Apreciação Reação-qualidade-].

— Sim senhor... e eu repetia, repetia. E ele ficou fazendo isso assim como que “eu vou dar uma canseira nele, ele se chateia” [Afeto Satisfação-] é como se ele me forçasse a dar a resposta... [Julgamento propriedade-] mas a gente conseguiu lidar [Julgamento capacidade+]. (P02).

A insatisfação do surdo reverberou no comportamento que ele teve durante o restante da prova, tornando o trabalho do intérprete **muito chato**. O uso do adjunto intensificador e de

um epíteto manifestam uma Apreciação de Reação com Impacto negativo em que o que se esperava do trabalho não se realizou, tornando-o moroso e entediante para o intérprete. A seguir, o intérprete acrescentou informações sobre como o trabalho se desenrolou, explicando que o surdo passou a ter um comportamento estranho, usando **não entendi direito**, por meio de polaridade negativa, um processo mental e um epíteto para apresentar uma Apreciação de Reação por Qualidade, indicando que o que o intérprete sinalizava não estava compreensível.

A expressão **se chateia** indica, através do processo mental, uma realização de Afeto por Satisfação de dimensão negativa. Além disso, o intérprete julgou que o objetivo do surdo era que ele passasse as respostas da prova. Esse julgamento fica explícito em **me forçasse a dar a resposta**, oração que se constrói por dois processos materiais e um complemento manifestando um Julgamento de Sanção Social por propriedade, apontando para uma ação antiética. Apesar da situação que gerou afetos negativos, o intérprete conclui que **conseguiu lidar**, apresentando a partir de dois processos materiais um Julgamento de Estima Social por Capacidade, com dimensão positiva, explicitando a competência para lidar com intercorrências em situações de interpretação. Quando perguntado sobre o que considerava ter sido a causa do conflito, o *Participante 02* mencionou.

Assistencialismo de pessoas que estão na área [Julgamento capacidade-], mas que ainda tem uma carga de paternalismo [Julgamento tenacidade-]. Existe uma história muito grande desse movimento e inclusive a gente sempre discute. (...) os surdos elegiam aquela pessoa, que tinham mais proximidade [Julgamento tenacidade+] e aí acabava criando essa relação muito próxima [Apreciação Comp-complexidade-]. Havia essa proximidade muito grande [Apreciação Comp-complexidade-] e isso veio gerando essa situação de paternalismo [Apreciação Reação-qualidade-]. Essas situações já aconteceram há muitos anos [Apreciação Comp-complexidade-]. Mas se a gente for observar hoje, elas ainda são recorrentes [Apreciação Comp-complexidade-]. (P02).

Segundo o *Participante 02*, a causa do conflito é o Assistencialismo, realizado por **pessoas que estão na área**, a avaliação é feita pelo complemento que apresenta o participante, um processo relacional e um adjunto que marcam um Julgamento de Estima Social por Capacidade negativa. O complemento **ainda tem uma carga de paternalismo** realizado pelo adjunto modal e um verbo relacional somados à nominalização realiza um Julgamento de Estima Social por Tenacidade com dimensão negativa, ao explicitar uma avaliação negativa dos profissionais em relação a essa postura. Em ambos os julgamentos, o intérprete expressou sua frustração que pessoas pertencentes à categoria profissional, ao invés de romperem com atitudes assistencialistas, se mantenham perpetuando velhas práticas.

Em seguida, esclareceu como a construção de relações capacitistas se construiu entre surdos e intérpretes, a partir do momento que os surdos optavam por intérpretes **que tinham mais proximidade**. A oração qualificou os intérpretes escolhidos através de um verbo relacional, um adjunto de intensidade e uma nominalização, realizando um Julgamento de Tenacidade de dimensão positiva. Não aparece nesse primeiro momento um julgamento negativo em relação a ter proximidade entre surdos e intérpretes. Porém essa avaliação se altera para uma dimensão negativa na parte seguinte da oração, em que a relação entre esses surdos e intérpretes recebeu como qualificador a expressão **muito próxima**, e a proximidade entre eles é qualificada como **muito grande**. As duas expressões são construídas com adjuntos que intensificam os epítetos e passam a ideia negativa de que a proximidade se torna maior do que deveria ser. Estas orações demonstram uma Apreciação de Composição por Complexidade, uma vez que detêm a percepção do intérprete sobre a forma como essas relações se organizam.

O *Participante 02* encerrou avaliando que **a situação de paternalismo** foi gerada pela grande proximidade entre intérpretes e surdos. O uso de um substantivo agregado a um outro que o qualifica gerou uma Apreciação de Reação por Qualidade de dimensão negativa, uma vez que o paternalismo é visto como algo que prejudica a profissionalização da classe de intérpretes. Referindo-se às situações paternalistas, utilizou os léxicos **há muitos anos**. Nessa expressão, temos uso de um processo existencial somado a um adjunto que intensifica o substantivo. A seguir, o intérprete usa um novo adjunto, um processo relacional e um epíteto, **ainda são recorrentes**, para indicar a frequência com que estas situações ocorrem. Em ambos se produz uma Apreciação de Composição por Complexidade, indicando a percepção que o intérprete tem acerca das situações que não ficaram no passado.

A Dinâmica do Conflito apresentada, divergente das situações em que os surdos interrompem a interpretação, se apresenta através de uma atitude reativa por parte do surdo como subterfúgio para alcançar alguma vantagem. Em relação à Causa do Conflito, podemos mencionar o Capacitismo Tóxico que foi citado pelo intérprete de forma direta como Assistencialismo, que, de acordo com Baker-Shenk e Kyle (1990), é uma das principais causas da falta de desenvolvimento da autonomia por parte dos surdos. A questão não é deixar de estabelecer relações interpessoais com os surdos, mas conviver com autonomia e respeito em prol de objetivos em comum. Quando as relações causam dependência e são preenchidas por discursos que descapacitam o surdo evidencia-se o problema. Atuações capacitistas de intérpretes podem naturalizar para os surdos que precisam de apoio, que eles são incapazes e limitados, criando um padrão que estes levarão para suas relações com outros intérpretes. O que nos leva a uma segunda causa para o conflito, as Expectativas Frustradas que se dão quando o

surdo não entendeu qual é o papel do intérprete e os limites de sua atuação. Ao se deparar com a surpresa da falta de apoio, pode agir conflituosamente, a fim de conseguir o que acredita ser seu direito.

7.3 ANÁLISE DOS RELATOS DE CONFLITO DA PARTICIPANTE 03

7.3.1 Participante 03 – Relato 01: Evento

O conflito relatado pela *Participante 03* (P03) ocorreu assim que se mudou para outro Estado.

*Em um evento enorme [Apreciação Reação-impacto +], foi o primeiro [Apreciação Reação-impacto +] evento que eu estava aqui como intérprete... No final o surdo chegou para mim e disse:
— Não gostei [Afeto Satisfação-; Apreciação Reação-qualidade -] da tua sinalização.
E eu disse: — Puxa, foi mesmo? (participante sinaliza um sinal de surpresa) Não gostou não [Afeto Satisfação-; Apreciação Reação-qualidade -]? Por quê? (P03).*

A intérprete iniciou o relato situando onde ocorreu o conflito, em um *evento*. O *evento* é avaliado por meio de epítetos que sinalizam Apreciação de Reação por Impacto, e sugerem como a intérprete percebia o contexto em que iria atuar o caracterizando como **enorme** e o seu **primeiro**. Conforme Pöchhacker (2004), uma das dimensões da interpretação com as quais o intérprete precisa lidar são as chamadas configurações. Estas dizem respeito às características do âmbito em que a atuação se dará, impactando na carga cognitiva e emocional utilizada no processo. Eventos grandes costumam ter particularidades prototípicas como, por exemplo, o intérprete frente a uma plateia, geralmente em um palco ou sendo transmitido para um telão. Para a intérprete, estar em evidência frente a uma grande audiência sendo a primeira vez que atuaria na região parece pressupor um momento de ansiedade.

A seguir, a intérprete relatou que um surdo se aproximou no final do evento para falar sobre o que avaliou de sua tarefa de interpretação. Geralmente, essas são situações de *feedback* que podem ocorrer quando se encerra uma atribuição. O surdo usou polaridade negativa somada a um processo mental **não gostei** para marcar sua avaliação da tarefa da intérprete, expressando um Afeto de Satisfação negativa, mas também elaborando uma avaliação ligada à tarefa de interpretação, o que resultou em uma Apreciação de Reação por Qualidade. A intérprete questionou o surdo a fim de reafirmar o *feedback* dado, usando a mesma construção na interrogativa **não gostou não?** em um reforço da avaliação feita através de uma nova polaridade

negativa. Essa construção interrogativa apresenta um Afeto por Satisfação e uma Apreciação de Reação por Qualidade ambas de dimensão negativa já manifestadas pelo surdo.

— *Porque é diferente* [Apreciação Reação-qualidade-] sinais *diferentes...*
 [Apreciação Reação-qualidade -]
Eu disse:
 — *Mas qual foi o sinal tão diferente* [Apreciação Reação-qualidade -] *que eu fiz?*
 — *É o teu jeito...* [Apreciação Reação-qualidade -]
 — *Ah... o meu jeito* [Apreciação Reação-qualidade -].
Então não posso fazer nada não. [Julgamento de Estima Social por Capacidade -]
é meu jeito. [Apreciação Reação-qualidade +]. *Você quer que eu faça o quê?* (P03).

Ao ser questionado do porquê não gostou da tarefa de interpretação, o surdo realizou uma avaliação usando o epíteto **diferente** em duas ocorrências na mesma frase, ambas se referindo à intérprete. Este epíteto mantém a Apreciação de Reação por Qualidade negativa. A intérprete seguiu questionando o surdo para obter mais detalhes acerca do que poderia ter gerado insatisfação na espectação. Para isso, usou no questionamento um adjunto de intensidade somado ao epíteto **tão diferente**, intensificando a Apreciação de Reação por Qualidade, de dimensão negativa.

Na sequência, nas expressões **teu jeito**, **meu jeito**, o pronome somado ao substantivo que detém um sentido de modo realiza uma Apreciação de Reação por Qualidade. Em ambos os casos é atribuído um valor negativo à atuação da intérprete pela sua forma de ser. A reação da intérprete ao que lhe é dito pelo surdo em **não posso fazer nada não** emprega a polaridade negativa, uma locução verbal formada por dois processos materiais, o adjunto adverbial de negação seguido de uma polaridade negativa manifestando um autojulgamento de Estima social por Capacidade de dimensão negativa. A intérprete salientou com isso a impossibilidade de fazer algo em relação à insatisfação, uma vez que a reclamação vai contra sua forma de existir no mundo. Essa ideia é reforçada novamente por ela em **meu jeito**. Nesta construção lexicogramatical, através do emprego do pronome somado ao substantivo que detém um sentido de modo, se realiza uma nova Apreciação de Reação por Qualidade positiva.

Ao longo do diálogo, percebemos que o surdo não conseguiu explicar qual era exatamente o problema na tarefa de interpretação que causou a insatisfação e, por conta disso, atribui uma avaliação abstrata apontando o jeito da intérprete como o motivador do problema. De acordo com Mindess (1999) e Napier e Rohan (2007), há aspectos das relações entre surdos e intérpretes que funcionam como elementos para a construção de um relacionamento de confiança que envolvem questões bastante subjetivas. Por exemplo, o quanto o intérprete parece ser ético, o quanto o intérprete passa segurança, o quanto o intérprete é respeitoso, são algumas

questões que transitam por impressões subjetivas e delineiam esse formulário de elementos que não são mensuráveis claramente e que dependem da percepção de cada um.

Quando o surdo mencionou o jeito da intérprete, fez uma avaliação subjetiva que não permite identificar se estava se referindo a algum elemento físico ou comportamental visualmente perceptível na postura da profissional que o incomodou. Segundo o código de ética da FEBRAPILS (2014, p. 3), os princípios definidores da conduta profissional de um TILS são “confidencialidade, competência Tradutória, respeito aos envolvidos na profissão e compromisso pelo desenvolvimento profissional”. Os quatro elementos apresentados pela Federação de Intérpretes parecem ser um ponto de partida para que surdos avaliem se um intérprete está agindo ou não de acordo, ainda que para alguns a atitude pessoal também seja um fator importante para a escolha de um intérprete.

Porém, enquanto fatores como competência e respeito são mais facilmente observáveis, geralmente a construção da percepção da atitude pessoal do intérprete depende sobretudo de algum tempo de interação. Essa interação entre intérpretes e surdos normalmente não faz parte da construção prototípica de um evento, pois frequentemente têm pouco ou nenhum contato antes. Dessa forma, causa estranheza que o surdo que viu apenas uma tarefa de interpretação da intérprete faça esse tipo de avaliação. A intérprete encerrou a interação questionando o que poderia fazer em relação ao seu jeito. A não especificidade do que seria de fato o motivo do conflito não permitiu à intérprete identificar o problema, o que faz com que o *feedback* seja levado para uma avaliação que parece um ataque pessoal sem fundamento. No trecho seguinte, a intérprete apresenta escalamento da situação de conflito.

— **Não, não gostei** [Afeto Satisfação -; Apreciação Reação-qualidade -] dos seus sinais...
 — *Mas venha cá, não tá claro* [Apreciação Valoração +]? *Qual é a tua formação?*
 — *É tal...*
 — *Eu não vou discutir contigo. Tu não é linguista* [Julgamento capacidade -]. *Eu só entrava nessa discussão se tu fosse linguista* [Julgamento capacidade-] Você não gostou de mim [Afeto Satisfação -] e tá tudo bem... (P03).

O surdo, ao não conseguir especificar o que queria dizer com o não gostar do jeito da intérprete, voltou a dizer que não gostou da sinalização. Usa, para isso, as mesmas partículas de polaridade negativas somadas a um processo mental **não, não gostei**, elaborando novamente Afeto de Satisfação negativa e uma Apreciação de Reação por qualidade, uma vez que se refere à performance da intérprete. Na interrogativa **não tá claro?** a intérprete tentou compreender qual era a raiz do conflito questionando se sua sinalização não estava clara por meio da partícula de polaridade negativa, um verbo relacional e um epíteto que constroem uma Apreciação de

Valoração positiva. Através dessa avaliação subentende-se que aparentemente a realização estava compreensível em sua autopercepção.

A falta de assertividade do surdo ao dar o *feedback* vai se alternando em cada interrogação. Primeiro, a avaliação negativa foi atribuída à sinalização, depois ao jeito da intérprete e por fim o surdo mencionou a roupa. Por outro lado, a intérprete faz uma avaliação desqualificadora do surdo como resposta ao conflito instaurado através das escolhas lexicais **não é linguista**. Neste estrato lexicogramatical formado pela polaridade negativa, o processo relacional e o epíteto cria-se um Julgamento de Estima Social por Capacidade com dimensão negativa. Neste caso, a intérprete julgou a capacidade do surdo negativamente alegando que este não tem formação suficiente. Em seguida, em **se fosse linguista**, a intérprete empregou uma conjunção, um processo relacional e o epíteto para formar um Julgamento de Estima Social por Capacidade, indicando que apenas se o surdo possuísse a formação poderia dar opinião sobre. Concluindo através da construção de Afeto por Satisfação de dimensão negativa que o problema não estava na sua competência profissional, mas no fato de o surdo não teria gostado dela **não gostou de mim**. A partir do relato seguinte, a *Participante 03* explicou os desdobramentos que se seguiram ao conflito e pontuou o que pensa ser a causa.

*Às vezes é questão pessoal, não é profissional. [Apreciação Comp-complexidade -]
Nesse dia, eu perguntei para outras pessoas:
— Tu entendeu minha sinalização?
— Não, eu entendi... tava claro, sinal claro... [Apreciação Valoração +]
Aí eu fui perguntando para várias pessoas que estavam no evento, tanto surdo quanto ouvinte, como intérprete [Apreciação Comp-Equilíbrio+], porque tinha outras pessoas que estavam interpretando...
E aí eu fui entendendo [Julgamento capacidade+] que eram questões pessoais.
[Apreciação Comp-complexidade +] (P03).*

Na expressão que avalia a questão que leva ao *feedback* negativo, a intérprete usa epítetos, um processo relacional e uma partícula de polaridade negativa **é questão pessoal, não é profissional**. Elaborada através dessa construção, uma Apreciação de Composição por Complexidade, revelando através do uso de dois qualificadores de questões (pessoais e profissionais) uma relação em que as questões pessoais são mais complexas e nesse caso de mais difícil resolução e que estas não correspondem ao que deve ser avaliado. Esse entendimento não impede a intérprete de seguir se questionando se havia de fato um problema de compreensão em sua sinalização. Pelo contrário, despertou na intérprete um sentimento de dúvida quanto ao seu desempenho para realizar a tarefa de interpretação ao ponto de consultar outras pessoas presentes para avaliá-la. Podemos perceber a devolutiva de Apreciação por Valoração positiva através do epíteto **claro**, usado pelos interlocutores da intérprete.

A intérprete também informou que questionou vários tipos de pessoas, usando alguns epítetos qualificadores: **surdo, ouvinte, intérprete**. Parece construir uma Apreciação de Composição por Equilíbrio, ao indicar que dos presentes, que usualmente veriam a interpretação, foram questionados todos os tipos, o público-alvo, o público em geral e os intérpretes que atuavam com ela. As respostas positivas podem ser vistas por meio do processo mental de reflexão **fui entendendo** que evidenciou um julgamento de Estima Social por Capacidade, ou seja, reforçando a ideia que o motivo possível para o *feedback* negativo são questões pessoais e não profissionais a partir da Apreciação de Composição por Complexidade.

Este relato apresentou problemáticas interessantes. A dinâmica do conflito se manifestou a partir de um *feedback* negativo e não assertivo, em que o surdo reiteradas vezes direcionou afetos negativos à intérprete sem esclarecer qual aspecto da tarefa de interpretação não lhe satisfazia. A falta de assertividade gerou uma situação em que a intérprete se sentiu atacada pessoalmente e na qual sentiu necessidade de se defender. Por outro lado, à medida em que o conflito vai escalando, a intérprete tem uma atitude reativa ao *feedback* do surdo, e adota uma conduta opressora, ao desqualificar o surdo, dando a entender que apenas surdos com formação podem questionar a sinalização de intérpretes. Baker-Shenk e Kyle (1990) esclarecem que como intérpretes podemos inconscientemente perpetuar discursos que colocam os surdos em posição de subserviência. Essa atitude tira o poder que os surdos têm enquanto clientes de interpretação, o direito de expressar suas opiniões acerca do serviço oferecido e essa não deve ser a postura profissional de intérpretes.

A formação em áreas específicas pode ser interessante para que surdos entendam os processos envolvidos na tarefa de interpretação, porém não se pode esquecer que o importante para dar *feedback* sobre a interpretação, os surdos já possuem: a vivência da surdez – são eles que sabem quais são suas necessidades comunicativas e podem apontar o que compreenderam ou não, o que está de acordo ou não com o que necessitam, guardadas as devidas questões de ética. O direito a dar *feedback* que os clientes surdos detêm não pressupõe que suas indagações sejam sempre justas ou coerentes. Como no caso do relato acima, aparentemente o *feedback* do surdo não tinha um motivo de acordo com os pilares da ética profissional para intérpretes que justificasse sua insatisfação. Portanto, não somente os intérpretes precisam estar abertos a receber *feedbacks* e a analisar sua prática mediante essas devolutivas, como também os clientes surdos precisam aprender a dar *feedbacks* assertivos.

O contato constante entre comunidades surda e ouvinte e o consequente entrelaçamento que há entre intérpretes ouvintes e surdos pode ajudar clientes de interpretação a aprenderem a dar *feedbacks* construtivos e respeitosos em que os pontos positivos e negativos

são claramente explicitados. Assim como os intérpretes precisam pensar em protocolos culturais ao lidar com surdos, estes por outro lado precisam pensar em como darão seus *feedbacks* com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço de interpretação, detalhando aspectos específicos que os intérpretes podem aprimorar. Demers (2005) explica que somente a partir da autorreflexão dos intérpretes e dessas avaliações de surdos que de fato são específicas é que se dá a evolução dos intérpretes em sua atuação. Devolutivas claras permitem que os intérpretes entendam no que podem melhorar e no que estão indo bem. Os *feedbacks* assertivos evitam conflitos e eliminam o elemento de ataque pessoal que pode gerar problemas maiores nas relações.

No que diz respeito à Causa do Conflito, assim como vimos no relato do *Participante 01*, a *Participante 03* conclui que são questões pessoais. Novamente, essa parece ser uma causa generalista e bastante subjetiva que não auxilia a entender os gatilhos que eliciam conflitos. Este conflito que analisamos, em especial, parece manifestar algumas questões envolvendo Assimetrias de Poder entre Comunidades e Capacitismo Tóxico. Alguns surdos estereotipam os ouvintes com base nas experiências que já tiveram com outros intérpretes e quando conhecem um novo profissional têm sentimentos de desconfiança. Além disso, a percepção dos clientes surdos pode ser influenciada pelas características pessoais dos intérpretes com quem tiveram maior proximidade, como cor, religião, crenças, etc. Consequentemente, costumam esperar que os intérpretes atuem, sinalizem, se vistam e se comportem da mesma forma com a qual já estão habituados. Em alguns casos, surdos podem estar em uma relação de dependência capacitista com outros intérpretes. Alguns surdos podem não se sentir acolhidos quando novos intérpretes entram na comunidade surda com novos modelos de atuação e comportamento, gerando *feedbacks* negativos que não estão relacionados aos aspectos técnicos da interpretação.

7.4 RESUMO DAS DINÂMICAS E CAUSAS DOS CONFLITOS

A seguir, apresentamos o Quadro que resume as *Dinâmicas e Causas de Conflitos* identificadas nas análises dos três intérpretes participantes.

Quadro 18 – Resumo com Dinâmicas e Causas dos Conflitos

Participante	Relato n°	Âmbito	Dinâmica/Tipos	Causa
01	01	Faculdade	Postura e atuação opressora antiética e coercitiva	Assimetrias de Poder entre Comunidades e Atitudes Opressoras
01	02 (Parte a e b)	Evento/sala de aula	Interrupção da interpretação	Atitudes Opressoras
02	01	Sala de aula do 7º ano de um colégio religioso	Abandono do ambiente frente às negativas	Capacitismo Tóxico; Expectativas frustradas em relação aos papéis
02	02	Concurso Público	Atitude reativa a fim de obter vantagem	Capacitismo Tóxico; Expectativas frustradas em relação aos papéis
03	01	Evento	<i>Feedback</i> negativo não assertivo	Assimetrias de Poder entre as comunidades; Capacitismo Tóxico

Fonte: elaborado pela autora.

No Quadro 18 é possível perceber que as *Dinâmicas de Conflito* são diferentes para cada relato compartilhado. Porém, quando vamos ao cerne das *Causas* notamos que estas se repetem. O Capacitismo Tóxico é a categoria com maior número, 03 (três) ocorrências, seguida por Assimetrias de Poder entre comunidades, Expectativas frustradas em relação aos papéis e Atitudes Opressoras, todas com 02 (duas) ocorrências. A análise das Causas de Conflitos é necessária, mas vale salientar que geralmente essas categorias se inter-relacionam e é por isso que comumente aparecem de forma concomitante. É digno de nota perceber que intérpretes que atuam em âmbitos distintos enfrentam conflitos de causas semelhantes, ainda que estas se apresentem através de dinâmicas diversas.

7.5 RESUMO DAS OCORRÊNCIAS DE ATITUDE

Na continuação, apresentamos a Tabela 1, que sintetiza o número de ocorrências das três dimensões de Atitude (Afeto, Julgamento e Apreciação), nos relatos apresentados pelos 03 *Participantes*.

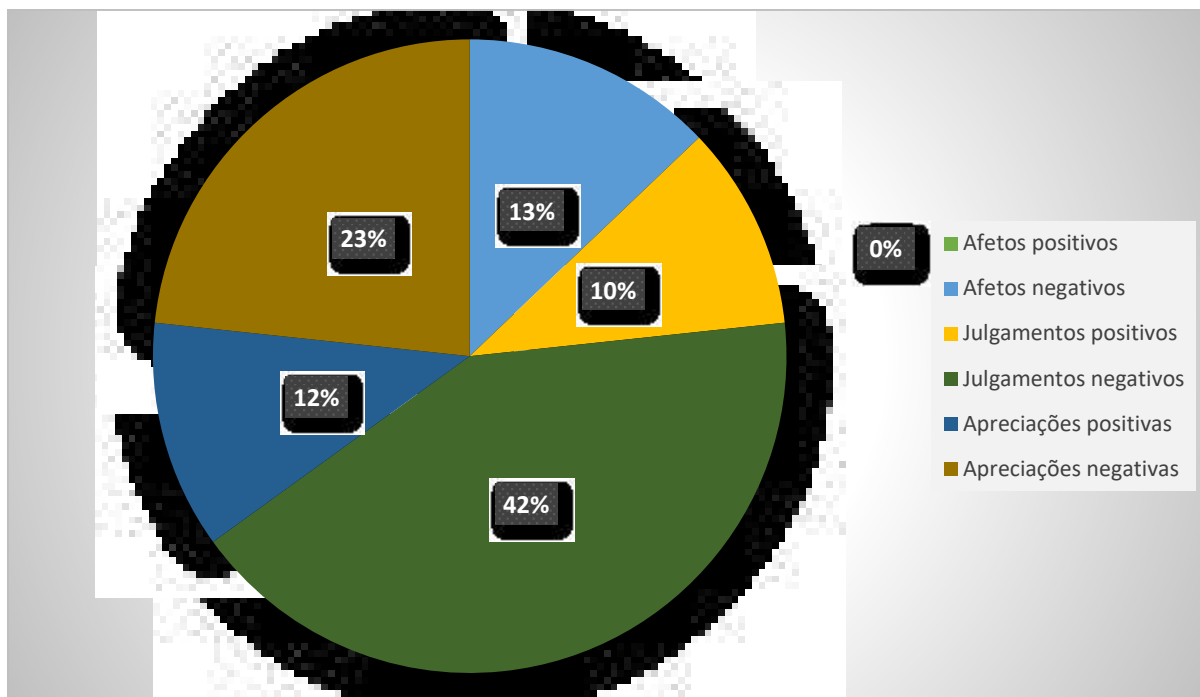
Tabela 1 – Número de Ocorrências de Atitudes

Tipos de Atitude		Nº de Ocorrências											
		Part. 01 Relato 1		Part. 01 Relato 2 parte a e b		Part. 02 Relato 1		Part. 02 Relato 2		Part. 03 Relato 1		Total por categoria	
		Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.
Afeto	Felicidade	0	2	0	3	0	3	0	1	0	0	0	9
	Segurança	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
	Satisfação	0	2	0	1	0	0	0	4	0	3	0	10
Julgamento	Normalidade	0	1	5	5	0	12	1	1	0	0	6	19
	Capacidade	0	6	1	13	2	4	3	4	1	4	7	31
	Tenacidade	0	8	1	0	1	1	2	1	0	0	4	10
	Veracidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Propriedade	0	3	0	1	1	0	0	3	0	0	0	8
Apreciação	Reação Impacto	0	4	3	4	0	1	1	2	2	0	6	11
	Reação Qualidade	0	4	5	2	0	0	0	3	1	8	6	17
	Comp. Complexidade	0	2	2	0	0	0	0	4	1	1	3	7
	Com. Equilíbrio	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
	Valoração	0	1	0	1	1	0	0	1	2	0	3	3
Total													163

Fonte: elaborado pela autora.

As 163 (cento e sessenta e três) avaliações que perfazem o total encontrado nos dados se distribuem nas categorias de Afeto, Julgamento e Apreciação em dimensões positivas e negativas de acordo com o Gráfico 2.

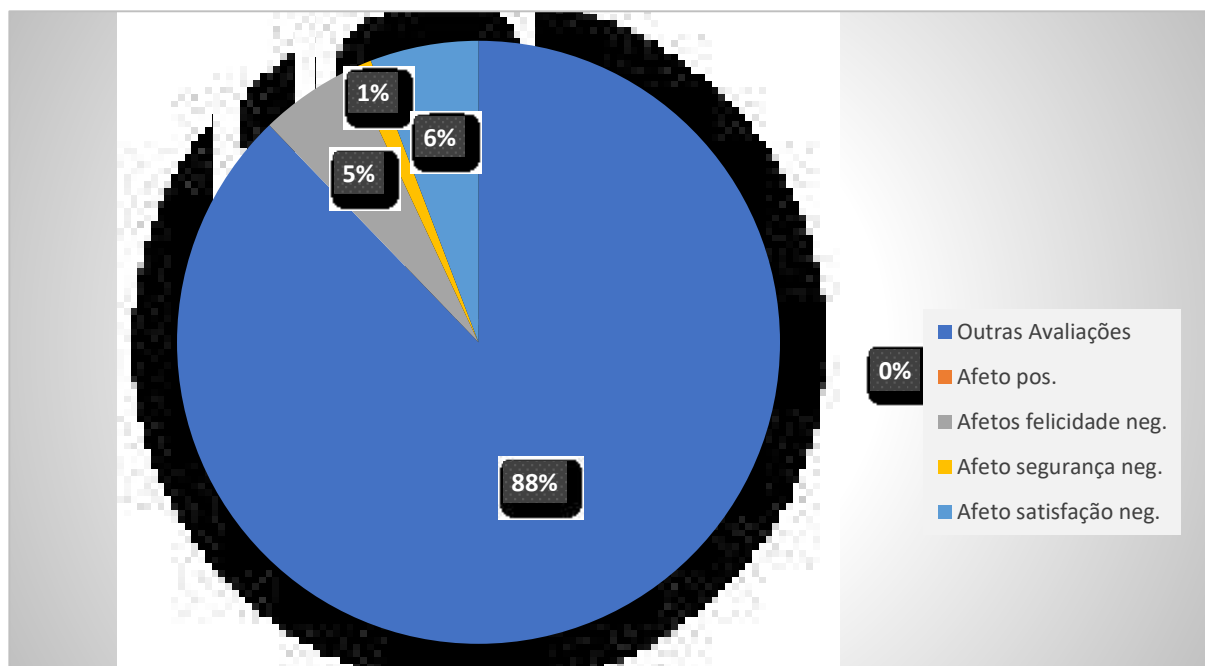
Gráfico 2 – Tipos de Avaliações



Fonte: elaborado pela autora.

É importante salientar que do total de avaliações encontradas no texto, 126 (cento e vinte e seis) são negativas marcando de forma preponderante a dimensão de atitude dos participantes envolvidos nos eventos de conflito. Quando iniciamos a pesquisa, imaginávamos que isso poderia ocorrer, uma vez que nosso recorte é especificamente das situações de conflito que geralmente envolvem mais Afetos, Julgamentos e Apreciações de cunho negativo que positivo. De fato, por esta ótica, faz sentido encontrar essas avaliações negativas em maior quantidade e as avaliações positivas em número menor ou até nulos. Vejamos o Gráfico 3 sobre avaliações de Afeto.

Gráfico 3 – Avaliações relacionadas ao Afeto



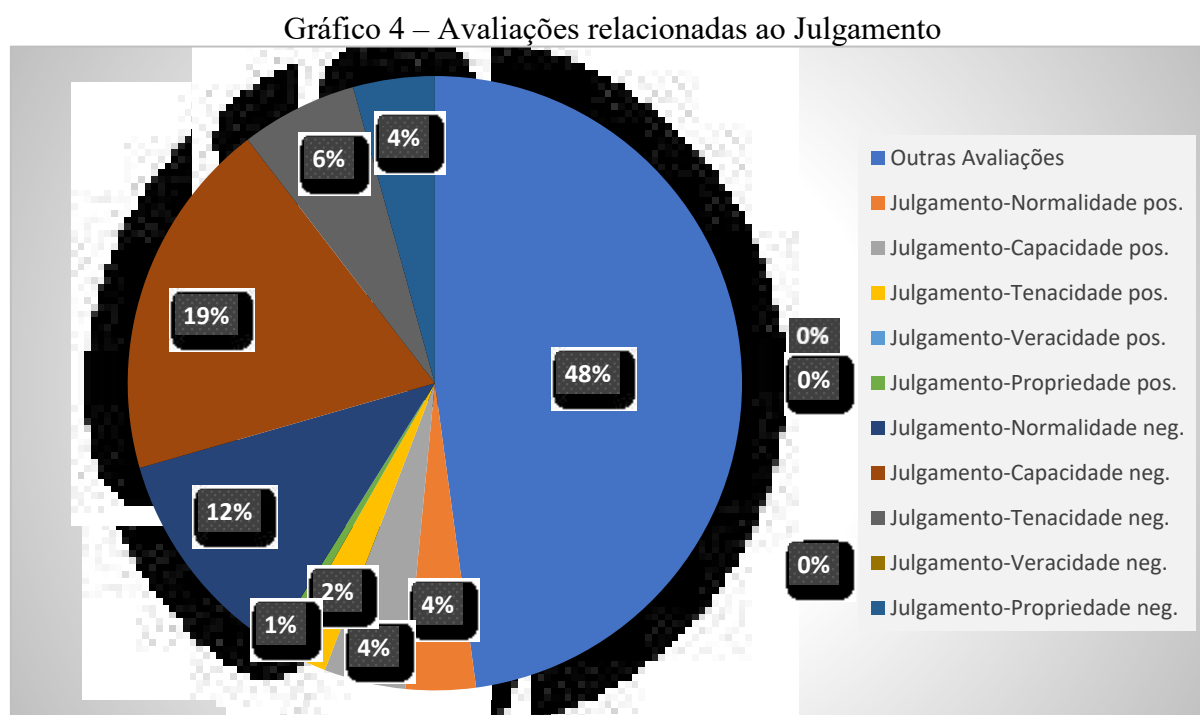
Fonte: elaborado pela autora.

Na dimensão de Afeto obtivemos 21 (vinte e uma) avaliações negativas dos interlocutores, sendo que sua maioria (10 – dez) estavam ligadas à insatisfação. Nos relatos, a insatisfação envolveu a frustração de intérpretes e surdos em vivenciar as situações de conflito, sentimento que se manifesta no choque, descontentamento e nas queixas. A infelicidade também aparece de forma marcante nas avaliações (9 – nove) e designa os sentimentos de frustração, raiva e tristeza dos participantes em presenciar ou de serem confrontados e impactados pelas atitudes de outrem. Por fim, avaliações que envolvem insegurança também se manifestam, ainda que em menor número (2 – duas), denotando a falta de bem-estar social experimentada pelos Participantes ligada à ansiedade e ausência de confiança em relação ao ambiente e às pessoas. Nos relatos, os Afetos de insegurança são experimentados por clientes surdos que vivenciaram algum tipo de opressão por parte do intérprete impactando diretamente na segurança que sentem ao interagir.

Nesta categoria de Afeto não se manifestaram avaliações positivas. A felicidade, a segurança e a satisfação certamente são incongruentes com o conflito, mas é digno de nota que tampouco aparecem depois, ao término do conflito. O que dá margem para pensarmos que, em primeiro lugar, as relações narradas se desequilibraram e enfrentaram dificuldades para o reequilíbrio e, em segundo lugar, podem indicar a necessidade de estratégias de minorização de conflitos para lograr relações profissionais com mais afetos positivos entre os envolvidos. Os dados também sugerem uma relação entre os Afetos ligados à Felicidade e à Satisfação. Quanto

mais infelizes os interactantes estão, mais insatisfeitos se mostram. Dessa forma, parece correto inferir que aumentando os níveis de felicidade nas relações, maior será também a satisfação na interação entre intérpretes e clientes surdos.

A dimensão de Julgamento, é entre todas as subcategorias de Atitude a que apresentou maior número de avaliações realizadas. Das 163 (cento e sessenta e três) avaliações, 85 (oitenta e cinco) são de Julgamento, sendo que destas 67 (sessenta e sete) estão ligadas à uma dimensão negativa e 18 (dezoito) à uma dimensão positiva. Vejamos o Gráfico 4:



Fonte: elaborado pela autora.

O Julgamento de Estima Social por Capacidade em uma dimensão negativa, detêm os maiores números de ocorrência, 31 (trinta e uma) avaliações. Isto indicou o foco aumentado que os envolvidos em conflitos parecem ter na competência, *expertise* e nos saberes que abarcam as situações de interpretação e os papéis desempenhados – tanto o de intérprete como o de cliente surdo. Indicando que em suas percepções, as situações de conflito emergem também, pela falta desses conhecimentos que permitem que os papéis sejam desempenhados de forma mais harmônica.

A segunda categoria com maior número de avaliações, é de Julgamento de Estima Social por Normalidade em uma dimensão negativa, com 19 (dezenove) avaliações. Esse tipo de avaliação sustenta que os participantes qualificam as pessoas envolvidas e as situações de conflito com características inusuais, que fogem ao esperado. Revelou adicionalmente que

intérpretes e surdos designam particularidades não habituais, ao interactante ou à situação, com o intuito de justificar as situações de conflito e as atitudes que se desdobram a partir desta. Tais avaliações vão de encontro ao estranhamento do conflito. Embora os conflitos possam gerar essa sensação, é necessário que quem atua e vive entre culturas tenha o seguinte entendimento: que os conflitos vão acontecer, são mais usuais do que imaginamos e devem ser utilizados na direção de melhorar as ofertas de serviços e das relações estabelecidas.

Com um número também considerável, está o Julgamento de Estima Social por Tenacidade, em uma dimensão negativa, com 10 (dez) avaliações. O Julgamento que envolve a Tenacidade está relacionado à avaliação se o interlocutor apresenta boas intenções e/ou atitudes que inspirem confiança. Nos relatos, clientes surdos, intérpretes e colegas de intérpretes são avaliados negativamente, indicando que, certas características presentes na forma de ser ou de agir destas pessoas implicaram em conflitos. Ocorre algo similar às avaliações relacionadas à normalidade. As posturas difíceis, e as atitudes ditas não confiáveis dos interactantes são citadas pelos interlocutores como desencadeadoras dos conflitos, ou como justificadoras das atitudes tomadas pelos próprios quando o conflito eclode.

É notável perceber que Julgamentos de Sanção Social por Veracidade não se manifestaram nas avaliações, em nenhuma dimensão. Julgamentos de Veracidade estão ligados à uma dimensão pessoal de confiabilidade, porém mais estrita e séria, porque lidam diretamente com a honestidade e a dicotomia entre o verdadeiro e o falso. Como mencionamos até aqui, embora não tenhamos feito uma coleta de dados diretamente com clientes surdos, nos relatos dos intérpretes foi possível perceber avaliações de pessoas surdas que interagiram nas situações com eles. Nessas avaliações fica evidente que surdos e intérpretes julgam uns aos outros em suas características de personalidade e no que esperam de suas atuações. Porém, analisando os relatos que obtivemos, nos parece que as avaliações estão mais ligadas a um julgamento relacionado aos arquétipos dos papéis que intérpretes e surdos “devem ter” em situações de interpretação do que propriamente à julgamentos de honestidade de caráter de cunho mais pessoal e grave. Os julgamentos mais graves que ocorreram nos relatos, estão relacionados às questões éticas, ou seja, ao julgamento das atuações, que comentaremos a seguir.

Os Julgamentos de Sanção Social por Propriedade, em uma dimensão negativa, se manifestam em 8 (sete) avaliações. Aparecem nos relatos em discursos de intérpretes e surdos relacionados à ética, nos arquétipos esperados de cada um dos interactantes diante do que se estipula nos códigos de atuação. O intérprete enquanto prestador de serviço obviamente possui documentos que regimentam seu trabalho. Porém, não há um código sobre o que se espera de um cliente surdo em uma situação de interpretação. Mas, parece haver uma ideia implícita de

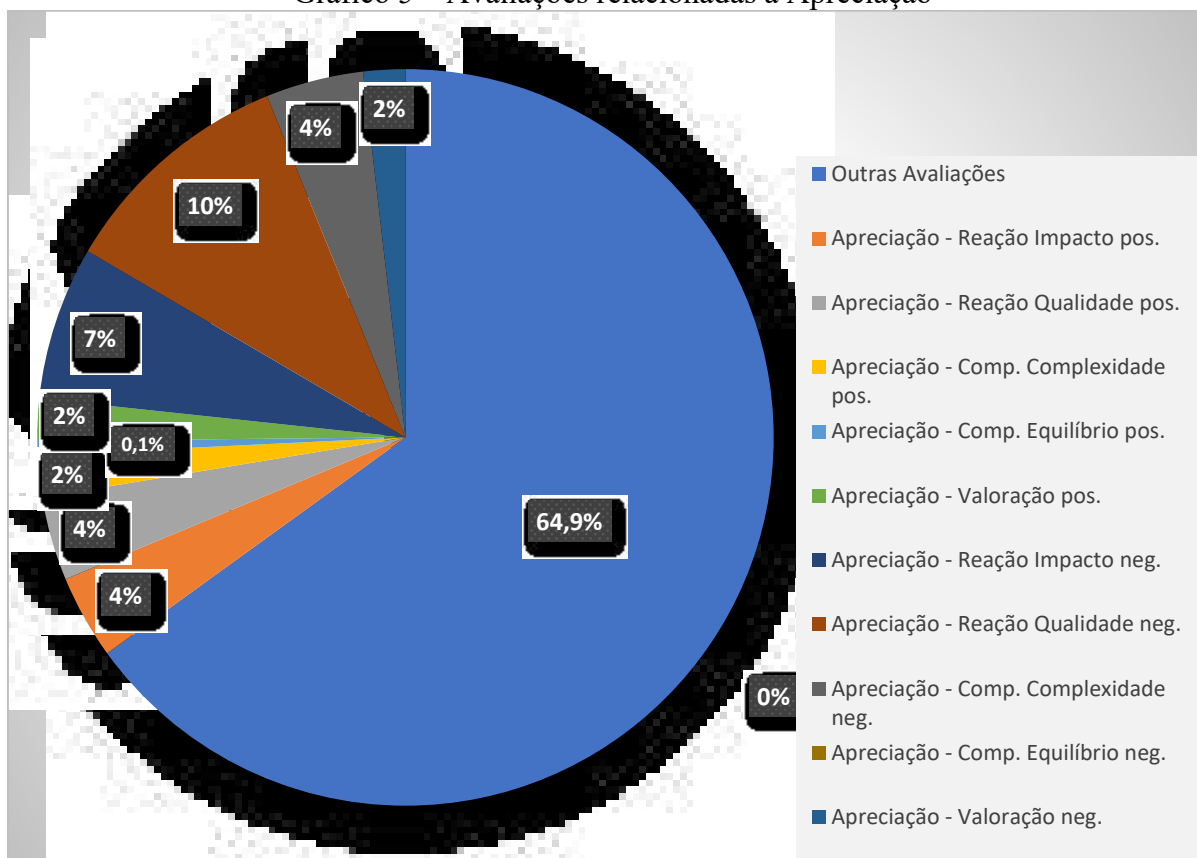
ética também para o cliente, que corresponde às ações éticas esperadas para o intérprete. É por conta disso que as expectativas por posturas éticas aparecem em ambos os discursos, e no caso dos relatos, se manifestam majoritariamente em uma dimensão negativa. Indicam que alguns intérpretes são vistos como falhos em suas atuações com respeito à ética e que alguns clientes surdos também são avaliados como antiéticos em relação ao que esperam obter de seus intérpretes.

Nas avaliações positivas relacionadas à Julgamento, se manifestaram com maior frequência o Julgamento de Estima Social por Capacidade (7 – sete avaliações) e de Estima Social por Normalidade (6 – seis avaliações). Os Julgamentos positivos ligados à Capacidade envolveram mais autojulgamentos, manifestando-se nos discursos dos intérpretes ao qualificarem sua competência ao lidar com as situações conflituosas bem como nas atitudes que intérpretes e surdos nomearam em seus relatos como desejáveis. E os Julgamentos positivos relacionados à Normalidade aparecem majoritariamente nas justificativas dos intérpretes para a falta de embasamento nas reclamações de clientes surdos indicando que sua atuação e postura estava dentro da normalidade, do usual, tornando as queixas incongruentes.

Os Julgamentos de Sanção Social por Tenacidade (4 – quatro), em uma dimensão positiva, também são majoritariamente autojulgamentos realizados por intérpretes que avaliam suas posturas, atuações antes, durante e depois do conflito como corretas. Esse tipo de avaliação se manifesta no relato apenas uma vez em um discurso surdo, quando cliente indica que a postura esperada para o intérprete seria a de que este ajudasse o surdo. Parece sugerir que alguns surdos só julgam positivamente intérpretes por tenacidade quando estes ainda estão em moldes assistencialistas. O que certamente gera um descompasso entre o ritmo que a categoria de intérpretes tem tomado rumo a caminhos cada vez mais profissionais e, clientes surdos que ainda estão presos a velhos modelos de interação.

As avaliações por Apreciação correspondem à 57 (cinquenta e sete) das 163 (cento e sessenta e três) avaliações realizadas, o que é um número bastante expressivo. Faz sentido que muitas avaliações correspondentes à Apreciação tenham sido realizadas em ambas as dimensões porque é a Apreciação que avalia os eventos e performances dos interactantes. Observemos o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Avaliações relacionadas à Apreciação



Fonte: elaborado pela autora.

As Apreciações de Reação por Qualidade e por Impacto, em dimensões negativas, apresentaram os números mais altos de ocorrência, 17 (dezessete) e 11 (onze), respectivamente. Estas avaliações tipificam como os interlocutores analisam as performances e as atuações, próprias ou uns dos outros, em termos de qualidade e em relação ao tipo de reação que estas provocaram. As ocorrências conexas à Qualidade aparecem em maior número nas avaliações dos surdos em relação aos intérpretes, em uma crítica contundente para a condição da performance deles. Já as ocorrências relativas ao Impacto manifestam uma clara demonstração de reações emocionais negativas aos conflitos, e estão ligadas aos Julgamentos de Estima Social por Normalidade, que citamos anteriormente, na medida em que os interlocutores parecem não estar emocionalmente preparados para atuar em conflitos. Os valores bastante próximos de ambas as categorias parecem supor uma relação entre elas. Quanto maior a qualidade das performances, maior será o impacto positivo que estas terão sobre os interactantes. Nos casos que analisamos, a baixa qualidade na avaliação do cliente surdo em relação à espectação, atuações ou performance se refletiu nas reações de impacto em uma dimensão negativa que estes manifestaram.

Apareceram na análise, avaliações positivas ligadas à Apreciação, também por Reação de Qualidade e Impacto, embora em menor número, (6 – seis cada uma). Ambos os tipos se manifestaram nos discursos dos intérpretes avaliando sua própria performance como de boa qualidade e de espetação confortável. É notável que nenhuma avaliação positiva por parte de clientes surdos aparece nos relatos. Embora seja vital na atuação que o intérprete possa ver seus pontos de acerto como forma de impulsionar seu desempenho, é ainda mais importante a autocrítica mediada pelos apontamentos dos clientes surdos. Nem toda crítica pode ser bem embasada, mas toda crítica, sugere reflexão.

A Apreciação de Composição por Complexidade está relacionada a quanto um evento ou performance é complexo/difícil ou simples, claro e preciso. Em uma dimensão negativa, correspondeu a 7 (sete) avaliações e se manifestou principalmente quando os intérpretes tipificaram as situações de conflito que vivenciaram bem como as relações que estabeleceram com seus interlocutores como difíceis e complicadas. A Apreciação de Composição por Complexidade aparece em sua dimensão positiva em 3 (três) avaliações, relacionada predominantemente à avaliação do grau de dificuldade que os intérpretes fizeram do tipo de interpretação que realizaram. O grau de complexidade é indicado como alto nas avaliações, porém, os discursos aparentavam uma dimensão positiva, indicando que a problemática não estava ligada ao grau de complexidade da tarefa e sim às interações estabelecidas com os clientes.

A Apreciação de Composição por Equilíbrio está ligada à harmonia, sistematização e consistência das atuações, performances e eventos. Nos discursos, não se manifestou em nenhuma avaliação com dimensão negativa, aparecendo apenas uma vez com dimensão positiva. A Apreciação de Composição por Equilíbrio foi realizada pelo intérprete através de uma autoavaliação sobre sua solicitação de *feedback* após o evento. O intérprete assinala que solicitou *feedback* não apenas a um público específico (clientes surdos) como a todos os grupos que participavam da audiência – indicando que sua forma de solicitar *feedback* apresentava uma sistematização que contemplava de forma equilibrada várias pessoas, permitindo que o retorno fosse mais preciso, assertivo e rico.

A Apreciação por Valoração, é a única categoria que se manifesta com a mesma quantidade de avaliações (3 – três) em ambas as dimensões. Está relacionada à significação social, ao valor que é dado às coisas, performances e eventos. Pode indicar a originalidade ou a insignificância de algo. Na dimensão negativa está vinculada principalmente à: avaliação de performances de intérpretes que parecem aplicar um baixo grau de significado ao que fazem e a não compreender as implicações de suas escolhas; e, às ações de clientes surdos que não estão

conscientes do impacto e valor que seus *feedbacks* podem ter sobre quem os recebe, implicando em *feedbacks* realizados de forma reacionária. Na dimensão positiva, as valorações se apresentam ligadas às avaliações que predominantemente os intérpretes realizam de suas performances. Nos relatos, os intérpretes tipificam suas atuações ao interpretar e suas intervenções em situações de conflito como bastante precisas. É notável que os dados não apresentem muitas avaliações de autocrítica, que poderiam ser muito profícuas para repensar as situações sob novos pontos de vista.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado teve como objetivo inicial construir um caminho teórico que permitisse ao leitor compreender os conflitos que se manifestam nas relações interpessoais entre intérpretes e clientes surdos em situações de interpretação. Em primeiro lugar, apresentamos a lacuna de pesquisa através de uma revisão de literatura em publicações realizadas durante uma janela temporal de cinquenta (50) anos. Pudemos perceber que, de fato, há um número maior de publicações internacionais tratando do tema de relacionamento entre surdos e intérpretes e de conflitos do que em publicações nacionais.

É interessante perceber também que a maioria das publicações trata do assunto como um tema subjacente e não como principal. Além disso, boa parte dá conta das queixas trazidas pelas pessoas surdas, enquanto apenas uma publicação tratou do assunto sob o ponto de vista dos intérpretes⁶³. Por conta disso, reforçamos a necessidade desta pesquisa, ao tratar do tema de forma direta e mais aprofundada, dando oportunidade para que os intérpretes façam os registros de suas impressões e experiências de conflito.

Os textos encontrados durante o levantamento não trouxeram informações detalhadas sobre como o conflito se desenvolveu exatamente, qual foi a dinâmica, se foi através de uma discussão, de uma discordância ou mesmo se só houve reverberações internas, como ressentimento. O foco se concentrava em discutir as causas dos conflitos, o que difere do objetivo desta pesquisa, que analisa principalmente as relações que se estabelecem com o conflito, e como desdobramentos, quais são as dinâmicas dos conflitos, as causas e os âmbitos em que mais ocorrem. Dessa forma, apresentamos não somente o tema como também justificamos a pesquisa. Em seguida, nos dedicamos a instrumentalizar o leitor com conceitos importantes para a compreensão do tema.

Para tanto, repassamos as trajetórias do Povo Surdo e da categoria profissional dos intérpretes; apresentando os conceitos basilares sobre interpretação, papéis e expectativas assumidas nesta interação; definimos o conceito de conflito com base nos estudos sociais além de compartilhar o que os autores mencionam acerca do recorte de conflito na interpretação que envolve clientes surdos; e por fim, discorremos sobre a base teórico metodológica da Linguística Sistêmico Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) e do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), instrumentalizando o leitor para compreender as análises dos dados que se seguiram.

⁶³ Cf. Turner (1995), "Rights and responsibilities: the relationship between Deaf people and interpreters".

O primeiro questionamento da pesquisa era compreender o que as escolhas semânticas feitas pelos interlocutores em termos de Metafunção Interpessoal, com base no Sistema de Avaliatividade, mais exclusivamente o Subsistema Atitude, revelavam sobre o tipo de conflitos que emergem das relações entre surdos e intérpretes de Libras-Português. Através dos dados levantados a partir dos grupos focais com intérpretes, percebemos que as principais avaliações realizadas por intérpretes e surdos são ligadas à Julgamentos de Estima Social por Capacidade e Normalidade, ambos de dimensão negativa.

As análises demonstraram que em relação aos tipos (dinâmicas) de conflitos que emergem das relações entre surdos e intérpretes de Libras-Português, as principais categorias que se manifestam são: a Postura e atuação opressora antiética e coercitiva; a Interrupção da interpretação; o Abandono do ambiente frente às negativas; Atitude reativa a fim de obter vantagem e, por fim, *Feedback* negativo não assertivo. Tais categorias apontam de forma assertiva e contundente para posturas que compõe o que delineamos no princípio desta pesquisa como vilania nas relações em situações de interpretação.

Durante a pesquisa também tínhamos como objetivo compreender como os interlocutores avaliavam as relações que estabeleciam uns com os outros em situações de interpretação. A partir da manifestação das dinâmicas de conflito nos discursos dos interlocutores foi possível perceber que algumas relações podem ser compreendidas dentro da perspectiva da LSF, principalmente da Metafunção Interpessoal, como trocas de serviços ou informações (FUZER; CABRAL, 2014). Há intérpretes e clientes surdos que já se entendem em uma relação estritamente profissional e, por isso, se sentem respaldados para exigir posturas específicas dos outros participantes da interação. Porém, há situações de interpretação que apresentam outras dinâmicas, como as dos clientes surdos que não têm claro o tipo de relação que usufruirão com o intérprete e quais os limites da interação em que participarão.

Os dados também apontaram para intérpretes que se compreendem como detentores de poder em suas relações com os surdos, expondo-os como dependentes de sua atuação, criando espaço para uma relação de submissão e dependência por abusar de sua posição. Durante os relatos percebemos que a forma como as relações são entendidas está diretamente atrelada à flutuação do poder nas interações. O que nos faz concluir que quando as assimetrias estão exageradamente presentes – nas imposições e atuações de ambos os participantes – surgem os conflitos.

No percurso do estudo, buscávamos descobrir em quais âmbitos de interpretação os conflitos manifestavam-se mais frequentemente, segundo a avaliação dos participantes. Pudemos concluir que a maioria dos conflitos que foram relatados nesta pesquisa surgiram em

contextos educacionais. E isso faz sentido, uma vez que a presença de intérpretes, atualmente, se dá majoritariamente nesses âmbitos. Ainda assim, outros contextos também despontaram, como os de Eventos e provas de Concurso Público.

Embora essa pesquisa não tenha como escolha de método de coleta de dados o Levantamento, que costuma permitir uma visão mais geral e estatística dos âmbitos em que mais emergem os conflitos, mediante os dados que coletamos, parece correto afirmar que: o grau de envolvimento, conhecimento entre as partes e tempo de interação não necessariamente aumentam as possibilidades de conflito, e o conflito pode estar mais atrelado às posturas, reações e relações de poder do que com os âmbitos em que ocorrem.

Esse entendimento dialoga com o que os interlocutores avaliam como causas dos conflitos em situações de interpretação: Assimetrias de Poder entre Comunidades; Atitudes Opressoras; Capacitismo Tóxico e Expectativas frustradas em relação aos papéis — em uma clara direção à vilania nos papéis desempenhados. É notável que em nenhum momento as configurações do âmbito em que os conflitos emergiram foi citado como fator agravante ou causa das intercorrências. Pelo contrário, como comentamos, a centralidade dos conflitos está voltada para a configuração das relações estabelecidas, mediante os papéis incorporados, às expectativas dos participantes e como estes conciliam as relações de poder que permeiam as situações de interpretação.

A pesquisa apresentou certas limitações derivadas do tipo de coleta de dados escolhida. O grupo focal reflexivo possibilita uma visão qualitativa e bastante individualizada das histórias pessoais dos participantes e, ao mesmo tempo, nos auxiliou a enxergar o que os relatos apresentaram de pontos em comum, permitindo aos participantes refletirem acerca do tema conjuntamente (RESSEL *et al.*, 2008). Porém, esta abordagem qualitativa não forneceu dados gerais massivos, quantitativos, que permitam generalizações.

Além disso, o recorte que escolhemos para este estudo estava focado nas percepções dos intérpretes e em suas avaliações sobre as questões levantadas. Embora os dados coletados apresentem indiretamente as opiniões de participantes surdos nas situações relatadas, certamente a pesquisa poderia ser aprofundada a partir das perspectivas dos clientes. A pesquisa apresentou algumas experiências individuais de intérpretes que detêm certos padrões recorrentes entre si. Porém, é prematuro afirmar que no universo das interações em situações de interpretação os conflitos têm as mesmas dinâmicas, causas, âmbitos e configurações que os apresentados nesta pesquisa. Para isso seria interessante um estudo que envolvesse outros espaços de interações e outros métodos de coleta de dados.

Embora a pesquisa realizada não seja propriamente sobre Formação de Intérpretes, entendemos que a análise realizada sugere uma direção importante nesse sentido. Para além do conflito em si, está a necessidade de pensarmos nas relações entre intérpretes e clientes surdos durante a formação básica e continuada. Essas questões precisam ser tratadas, pontuadas e conscientemente assimiladas pelos profissionais que já atuam na área e para aqueles que estão em processo de formação. Por exemplo, através da elaboração de uma disciplina que exponha essas questões com clareza, criando a consciência de sob qual terreno histórico se constroem as relações entre surdos e intérpretes.

Também sugerimos como possíveis pesquisas futuras o delineamento de protocolos e estratégias de minorização de conflitos que permitam relações mais harmônicas entre intérpretes e clientes surdos, no caminho de interações ainda mais profissionais. Ao contrário do que a história de intérpretes e surdos parece sugerir, o caminho para a profissionalização não exclui o fator humano. Como Cokely (2009) pontua em seu trabalho, nossas escolhas enquanto profissionais podem ter impacto na vida das pessoas, tendo como desdobramentos defender ou negar a dignidade de outros. Refletir acerca de nossos comportamentos interpessoais, através de um reexame de nossas crenças e valores, certamente levará a relações profissionais mais dignas e conseqüentemente mais humanas.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino. **Relações dialógicas entre professores Surdos sobre o ensino de Libras**. 2014. 305 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Educação Especial, São Carlos, 2014.
- ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR. Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira (Org.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 99-112.
- ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira; SANTOS; Leonardo Coutinho dos. O discurso do rei: o Sistema de Avaliatividade como instrumento de análise da tradução. **Belas Infieis**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2021.
- ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira; VIAN JR., Orlando. Estudos em avaliatividade no Brasil: panorama 2005-2017. **Signótica**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 273-295, 2018.
- ALVES, Anderson Rodrigues. **Experiências de interpretação de Libras-Português na área jurídica**: A busca pela profissionalização do intérprete. 2020. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Departamento de Língua de Sinais Brasileira, Florianópolis, 2020.
- AZEVEDO, Vanessa; CARVALHO, Margarida; FERNANDES-COSTA, Flávia; MESQUITA, Soraia; SOARES, Joana; TEIXEIRA, Filipa; MAIA, Ângela. Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 4, n. 14, p. 159-167, 2017.
- BACKHAUS, Peter. Multilingualism in Tokyo: A Look into the Linguistic Landscape. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 52-66, 2006.
- BAKER-SHENK, Charlotte; KYLE, J. G. Research with Deaf People: Issues and Conflicts. **Disability, Handicap & Society**, v. 5, n. 1, p. 65-75, 1990.
- BARBARA, Leila; MACÊDO, Célia Maria Macêdo de. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise de discurso: um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 89-107, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.
- BARTHOLAMEI JUNIOR, Lautenai Antonio; VASCONCELLOS, Maria Lucia. **Estudos da tradução I**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- BERCOVITCH, Jacob; KREMENYUK, Victor; ZARTMAN, I. William (Ed.). Introduction: The Nature of Conflict and Conflict Resolution. In: **The SAGE Handbook of Conflict Resolution**. Los Angeles: SAGE Publications, 2009. p. x-xix.

BEZ BATTI, Crisiane Nunes. **História dos surdos de Laguna: resgatando o passado e construindo o futuro.** 2021. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021.

BIENVENU, M. J. Process Diagnostics: The Deaf Perspective. In: WILCOX, Sherman (Ed.). NATIONAL CONFERENCE OF INTERPRETER TRAINERS, 7., New Dimensions in Interpreter Education: Evaluation and Critique, 1988. **Proceedings** [...]. USA: Conference of Interpreter Trainers. p. 99-112.

BORGES, Karina de Souza. **A vilania do intérprete de língua de sinais: conflitos entre surdos e intérpretes.** Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Tradutores, 10., e no Encontro Internacional de Tradutores, 4., 2009, Ouro Preto.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 9.198, de 12 de dezembro de 1911.** Aprova o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Rio de Janeiro: Secretaria-Geral da Mesa, 1911.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2000.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2002.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 4.673, de 15 de dezembro de 2004.** Reconhece a profissão de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=273676>. Acesso em: 4 set. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Casa Civil, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Casa Civil, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 10.185, de 20 de dezembro de 2019.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.319, de 1 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: Casa Civil, 2010.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2015.

BRASIL. **Lei n. 14.191, de 24 de novembro de 2021.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2021.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, São Paulo, 2013.

BRITO, Fábio Bezerra de. O movimento surdo no Brasil: A busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 766-769, 2016.

BRITO, Lucinda Ferreira. Necessidade psicossocial de um Bilinguismo para o surdo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 14, p. 89-100, 1989.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

BRUNSON, Julianne Gold; LAWRENCE, P. Scott. Impact of Sign Language Interpreter and Therapist Moods on Deaf Recipient Mood. **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 33, n. 6, p. 576-580, 2002.

CABRAL, Sara Regina Scotta. **A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração.** 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Santa Maria, 2007.

CABRAL, Sara Regina Scotta; BARBARA, Leila (Org.). **Estudos de transitividade em Linguística Sistêmico-funcional.** Santa Maria: Programa de Pós-graduação em Letras, 2018.

CAMPELLO, Ana Regina. Língua de sinais brasileira na trajetória do povo e comunidade surda. In: ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença (Org.). **Educação de surdos em debate.** Curitiba: EDUTFPR, 2014. p. 93-102.

CAPOVILLA, Fernando C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilingüismo. **Rev. bras. educ. espec.** [online], v. 6, n. 1, p. 99-116, 2000.

CARMO, Cláudio Márcio do. Cultura no interior da Linguística Sistêmico-Funcional: uma análise exploratória. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. esp. 2, p. 67-98, 2012.

CARNEIRO, Teresa Dias. Intérpretes de línguas orais e intérpretes de Libras. **Tradução em Revista**, v. 2022, n. 33, 2017.

CARVALHO, Márcia Monteiro. **Análise de traduções para o português escrito por pessoas surdas bilíngues e suas respectivas retextualizações por tradutores de Libras-português com base na Linguística Sistêmico-Funcional e nas modalidades de tradução**. 2020. 432f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2020a.

CARVALHO, Márcia Monteiro. A relação da Libras com a Linguística Sistêmico Funcional (LSF): análise de imagens de sinais com base em variáveis do Contexto de situação. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 9, n. 5, p. 55-73, out./dez. 2020b.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 39, p. 417-422, 2005.

COKELY, Dennis. Shifting Positionality: A Critical Examination of the Turning Point in the Relationship of Interpreters and the Deaf Community. In: MARSCHARK, Marc; PETERSON, Rico; WINSTON, Elizabeth A. (Ed.). **Sign language interpreting and interpreter education: Directions for research and practice**. New York: Oxford University Press, 2009. p. 3-28.

COLONOMOS, Betty. Sign Language Interpreters and the Quest for a Deaf Heart. **Street Leverage**, [S. l.], Feb. 26, 2013. Disponível em: <http://www.streetleverage.com/2013/02/sign-language-interpreters-and-the-quest-for-a-deaf-heart/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COUTINHO, Denise Maria Duarte; SANDER, Ricardo; PIRES, Cleidi Lovatto. O intérprete da LIBRAS: um olhar sobre a prática profissional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO INES, 5., 2000, Rio de Janeiro. **Anais do Seminário Surdez: Desafios para o Próximo Milênio**. Rio de Janeiro: INES/Divisão de Estudos e Pesquisas, 2000.

CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da. **A Avaliatividade em pareceres de revista científica de Linguística: uma perspectiva sistêmico-funcional**. 2012. 221 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

DALL'ALBA, Carilissa; SARTURI, Cláudia de. Letras/LIBRAS: Curso Superior Inédito da América Latina. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 14, p. 1-13, 2014.

DEMERS, Hubert. The Working Interpreter. In: JANZEN, Terry (Ed.). **Topics in Signed Language Interpreting: Theory and Practice**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 203-230.

DEUTSCH, Morton; COLEMAN, Peter T.; MARCUS, Eric C. (Ed.). **The Handbook of Conflict Resolution: Theory and Practice**. 2. ed. San Francisco: John Wiley & Sons, 2011.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOS SANTOS, Wharley. A avaliação por competências na certificação de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português: o caso do “Exame ProLibras”. In: VASCONCELLOS, Maria Lúcia; ARCEGO, Emily; COSTA, Mairla Pereira Pires; DOS SANTOS, Wharley (Org.). **Formação de intérpretes e tradutores: desenvolvimento de competências em situações pedagógicas específicas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. v. 1. p. 81-121.

DUARTE, Soraya Bianca Reis; CHAVEIRO, Neuma; FREITAS, Adriana Ribeiro de; BARBORA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, out./dez. 2013.

EDWARDS, Rosalind; TEMPLE, Bogusia; ALEXANDER, Claire. Users’ Experiences of Interpreters: The Critical Role of Trust. **Interpreting**, v. 7, n. 1, p. 77-96, 2005.

EGGINS, Suzanne. **Introduction to Systemic Functional Linguistics**. 2. ed. New York/London: Continuum, 2004.

EGGINS, Suzanne; SLADE, Diana. **Analysing Casual Conversation**. London: Cassell, 1997.

ESPAÑA. Ministerio de Educación y Ciencia. The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education. In: WORLD CONFERENCE ON SPECIAL NEEDS EDUCATION, 1994, Salamanca. **Programme and Meeting Document**. Paris: UNESCO, 1994. p. 1-47.

ESTANISLAO, Luciane Dornelas. **Interpretação Comunitária para Surdos: uma revisão das publicações entre 2010 a 2021**. 2021. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Departamento de Língua de Sinais Brasileira, Florianópolis, 2021.

FANT, Lou. **Silver Threads: A Personal Look at the First Twenty Five Years of the Registry of Interpreters for the Deaf**. Silver Spring, MD: RID Publications, 1990.

FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais. **Código de conduta e ética**. Febrapils, 2014. Disponível em: <https://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Codigo-de-Conduto-e-Etica.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto: curso básico, livro do estudante**. Brasília: Programa nacional de Apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP, 1997.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **A Educação que Nós Surdos Queremos**. Belo Horizonte: Grupo Feneis, 2018. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/documento_a_educacao_que_nos_surdos. Acesso em: 28 dez. 2022.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração social do surdo. **Trabalhos em linguística aplicada**, Campinas, SP, v. 7, p. 13-22, 1986.

FLOREK, Cristiane Salete; CABRAL, Sara Regina Scotta. Avaliatividade verbal e visual em textos que divulgam pesquisas de opinião pública. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 1-31, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos Barros de. Bilinguismo na formação de enquadres de conflito e de construções identitárias entre alunos surdos na sala de aula de contexto acadêmico. **Signótica**, Goiânia, v. 32, p. 1-28, 2020.

FRITZEN, Maristela Pereira. Línguas em contato/conflito: em foco uma escola rural em zona de imigração alemã no Sul do Brasil. In: FINGER, Ingrid; COLLISCHONN, Gisela (Org.). **ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL**, 8., 2008, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: EDUCAT, 2008. p. 1-9.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à Gramática Sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

GERRING, John. **Social Science Methodology: A Criterial Framework**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GERVER, David. Empirical Studies of Simultaneous Interpretation: A Review and a Model. In: BRISLIN, Richard W. (Ed.). **Translation: Applications and Research**. New York: Gardner Press, 1976. p. 165-207.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILE, Daniel. Translation Research Versus Interpreting Research: Kinship, Differences and Prospects for Partnership. In: SCHÄFFNER, Christina. **Translation Research and Interpreting Research: Traditions, Gaps and Synergies**. Clevedon: Multilingual Matters, 2004. p. 10-34.

GOMES, Ingrid Chagas. **O subsistema de Atitude no discurso de cinco professoras de Letras que atuam fora da área específica de formação em Catalão-GO**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2020.

GRIMSHAW, Allen D. Directions for Research in Sociolinguistics: Suggestions of a Nonlinguist Sociologist. In: DIL, Anwar S. (Ed.). **Language as Social Resource: Essays by Allen D. Grimshaw**. Stanford: Stanford University Press, 1981.

GROSJEAN, François. **Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

HALE, Sandra. **Community Interpreting**. London: Palgrave Macmillan, 2007.

HALE, Sandra. Controversies over the Role of the Court Interpreter. In: VALERO-GARCÉS, Carmen; MARTIN, Ann (Ed.). **Crossing Borders in Community Interpreting: Definitions and Dilemmas**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008. p. 99-121.

HALL, Wyatte. On Resolving Cultural Conflicts and the Meaning of Deaf-centered Interpreting. In: HOLCOMB, Thomas K.; SMITH, David H. (Ed.). **Deaf Eyes on Interpreting**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2018. p. 225-241.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael A. K.; HASSAN, Ruqaiya. **Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, Christian. **An Introduction to Functional Grammar**. 3. ed. London: Hodder Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, Christian. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London/New York: Routledge, 2014.

HEBERLE, Viviane M. Investigando a sala de aula de línguas estrangeiras: estudos recentes em linguística aplicada e a teoria sócio semiótica de Halliday. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 3, n. 3, p. 209-213, 2005.

HEBERLE, Viviane M. Apontamentos sobre linguística sistêmico-funcional, contexto de situação e transitividade com exemplos de livros de literatura infantil. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 81-112, 2018.

ISHAM, William P. On the Relevance of Signed Languages to Research in Interpretation. **Target**, v. 7, n. 1, p. 135-149, 1995.

GOTTLIEB, Lori. **Talvez você deva conversar com alguém**. Vestígio Editora, 2020.

JACOBSEN, Bente. The Community Interpreter: A Question of Role. **HERMES – Journal of Language and Communication in Business**, n. 42, p. 155-166, 2009.

JACQUEMET, Marco. Conflict. **Journal of Linguistic Anthropology**, v. 9, n. 1-2, p. 42-45, 1999.

JANZEN, Terry (Ed.). **Topics in Signed Language Interpreting: Theory and Practice**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

JANZEN, Terry; KORPINISKI, Donna. Ethics and Professionalism in Interpreting. In: JANZEN, Terry (Ed.). **Topics in Signed Language Interpreting**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

JUNG, Ana Paula. **Trajetórias de intérpretes de Libras-português no Brasil: alteridade constitutiva da profissão**. 2022. 132 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2022.

KALYVA, Efrosini; AGALLOTIS, Ioannis. Ways of Defining and Resolving Peer Interpersonal Conflict: Applications in General and Special Education Settings. In: COLUMBUS, Alexandra M. (Ed.). **Advances in Psychology Research**. New York: Nova Science Publishers, 2011. p. 1-26.

KENT, Stephanie Jo; POTTER, Anne. The Interpreter and Interrupting: Cultural and Group Dynamics. In: MOLE, Judith (Ed.). **International Perspectives on Interpreting: Selected proceedings from the Supporting Deaf People Online Conferences 2001-2005**. Brassington: Direct Learn, 2008. p. 42-57.

KLIMA, Edward; BELLUGI, Ursula. **The Signs of Language**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

KLIMKIEWICZ, Aurelia. Interpretação Comunitária: um Modelo de Comunicação “Triológica”. **Belas Infieis**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 1-15, 2021.

KURZ, Kim Brown; LANGER, Elizabeth Caldwell. Student Perspectives on Educational Interpreting: Twenty Deaf and Hard of Hearing Students Offer Insights and Suggestions. In: WINSTON, Elizabeth A. (Ed.). **Educational Interpreting: How It Can Succeed**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2004. p. 9-47.

KUSHALNAGAR, Poorna. Sociocognition Issues Affecting the Working Relationship between the Deaf Professional and the Interpreter. **Jadara**, v. 38, n. 3. 2019. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/jadara/vol38/iss3/4/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

LADD, Paddy. **Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood**. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LAUKKANEN, Johanna. Affective and Attitudinal Factors in Translation Processes. **Target**, v. 8, n. 2, p. 257-274, 1996.

LEANZA, Yvan. Roles of Community Interpreters in Paediatrics as seen by Interpreters, Physicians and Researchers. **Interpreting**, v. 7, n. 2, p. 167-192, 2005.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do intérprete de LIBRAS na sala de aula inclusiva**. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar de Linguística Aplicada, Rio de Janeiro, 2004.

LEMOS, Glauber de Souza. **Narrativas de conflito com alunos surdos e intérpretes de Libras nas relações com a família, escola e atividades profissionais**. 2019. 234 f. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Rio de Janeiro, 2019.

LEMOS, Glauber de Souza. O conceito de conflito nos estudos sociolinguísticos, interacionais e narrativos: Uma revisão epistemológica e teórico-analítica. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 425-440, 2021.

- LOURENÇO, Guilherme. Investigando a produção de construções de interface sintático-gestual na interpretação simultânea intermodal. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 319-353, out. 2015.
- MACÊDO, Célia Maria Macêdo de. Interatividade nas escolhas de modo. **Moara**, Belém, v. 1, n. 15, p. 133-153, 2001.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTIN, James Robert. Beyond Exchange: Appraisal System in English. In: HUNSTON, Susan; THOMPSON, Geoff. **Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MARTIN, James Robert. Blessed are the Peacemakers: Reconciliation and Evaluation. In: CANDLIN, Chris (Ed.). **Research and Practice in Professional Discourse**. Hong Kong: City University of Hong Kong Press, 2002. p. 187-227.
- MARTIN, James Robert. **Instantiating Appraisal: Key and Stance**. Paper presented at the Systemic Functional Linguistics Association Conference, 2002, Adelaide. 2003.
- MARTIN, James Robert; ROSE, David. **Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause**. London/New York: Continuum, 2003.
- MARTIN, James Robert; ROSE, David. **Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause**. 2. ed. London/New York: Continuum, 2007.
- MARTIN, James Robert; WHITE, Peter R. R. **The Language of Evaluation: Appraisal in English**. London: Palgrave Macmillan, 2005.
- MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re)criações do sujeito**. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Campinas, 2008.
- MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Posição-mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional**. 2013. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Campinas, 2013.
- MASUTTI, Mara Lúcia. **Tradução Cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes**. 2007. 165 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Literatura, Florianópolis, 2007.
- MCBURNEY, Susan Lloyd. Pronominal reference in signed and spoken language: are grammatical categories modality-dependent? In: MEIER, Richard P.; CORMIER, Kearsy; QUINTO-POZOS, David. **Modality and Structure in Signed and Spoken Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 329-369.

MCINTIRE, Marina L.; SANDERSON, Gary R. Who's in Charge Here?: Perceptions of Empowerment and Role in the Interpreting Setting. **Journal of interpretation**, v. 7, n. 1, p. 99-114, 1995.

MEIER, Richard P. Why Different, Why The Same? Explaining Effects and Non-Effects of Modality upon Linguistic Structure in Sign and Speech. In: MEIER, Richard P; CORMIER, Kearsy; QUINTO-POZOS, David. **Modality and Structure in Signed and Spoken Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 1-25.

MENEZES, Jane Eire Silva Alencar de; FEITOSA, Cléia Rocha de Sousa. **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. 2. ed. rev. Fortaleza: EdUECE, 2015.

MICKELSON, Paula Gajewski; O'HARA, Matthew. The More We Change, The More We Stay the Same: Examining Conflict in Interpreting and the Implications for Interpreter Education. In: CONFERENCE OF INTERPRETER TRAINERS, 20., 2014, Portland. **Proceedings** [...] [S. l.]: CIT, 2014. p. 80-106.

MINDESS, Anna. **Reading between the Signs: Intercultural Communication for Sign Language Interpreters**. Yarmouth, ME: Intercultural Press, 1999.

MONTANARI, Federico. Abordagem sociosemiótica de conflito e guerra. In: FULANETTI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (Org.). **Linguagem e política: princípios teórico-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 93-116.

MOSER, Peter. Expectations of Users of Conference Interpretation. **Interpreting**, v. 1, n. 2, p. 145-178, 1996.

MUMFORD, John; GRAY, David. Reconciling Conflicting Interpretations of Risk: A Case Study about the Siting of a Hazardous Plant. **Journal of Communication Management**, v. 13, n. 3, p. 233-249, 2009.

NAPIER, Jemina; BARKER, Roz. A Demographic Survey of Australian Sign Language interpreters. **Australian Journal of Education of the Deaf**, v. 9, p. 19-32, 2003.

NAPIER, Jemina; ROHAN, Meg J. An Invitation to Dance: Deaf Consumers' Perceptions of Signed Language Interpreters and Interpreting. In: METZGER, Melanie; FLEETWOOD, Earl. **Translation, Sociolinguistic, and Consumer Issues in Interpreting**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2007. v. 3. p. 159-203.

NASCIMENTO, Vinícius; BRAIT, Beth. Citação bilíngue intermodal. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 56, n. 3, p. 726-737, 2021.

NEIGRAMES, Wáquila Pereira. **Setembro Azul: análise do discurso de 9 professores surdos a partir da Linguística Sistêmico-Funcional**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2019.

OGDEN, Charles Key; RICHARDS, Ivor Armstrong. **The Meaning of Meaning**. San Diego: Harcourt, 1989.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 23, p. 135-146, 2008.

OLIVEIRA, João Lucas Campos de; MAGALHÃES, Ana Maria Müller de; MISUEMATSUDA, Laura. Métodos mistos na pesquisa em enfermagem: possibilidades de aplicação à luz de Creswell. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-8, 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas**. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 47/135, de 18 de dezembro de 1992. ONU, 1992.

ORIGUELA, Daniella Avelaneda. A atuação do intérprete comunitário junto às comunidades imigrantes no Brasil. In: LIMA, Érica; PISETTA, Lenita Rimoli; VERAS, Viviane (Org.). **E por falar em tradução**. Bauru, SP: Canal 6, 2021. p. 29-46.

PADDEN, Carol A. Simultaneous Interpreting across Modalities. **Interpreting**, v. 5, n. 2, p. 169-185, 2000.

PAGURA, Reynaldo J. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 209-236, 2003.

PASSOS, Gabriele Cristine Rech dos. **Os intérpretes de língua de sinais: atitudes frente a língua de sinais e às pessoas surdas**. 2010. 142 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Linguística, Florianópolis, 2010.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. **Cadernos de tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Testes de Proficiência Lingüística em Língua de Sinais: as possibilidades para os intérpretes de Libras**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Escola da Indústria Criativa, Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, 2008b.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Produções acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 99-117, out. 2010.

PINHEIRO, Kátia Lucy. **Políticas linguísticas e suas implementações nas Instituições do Brasil: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência**. 2020. 434 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2020.

PIRES, Cleidi Lovatto. **Questões de fidelidade na interpretação em Língua de Sinais**. 1999. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Educação, Santa Maria, 1999.

PIRES, Cleidi Lovatto; NOBRE, Maria Alzira. Uma investigação sobre o processo de interpretação em Língua de Sinais. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). **A invenção da surdez: cultura, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 160-188.

PLAZAS, M. M. R. Servicios de interpretación para personas Sordas y sordociegas. **El bilingüismo de los sordos**, Santa Fé de Bogotá, v. 1, n. 14, 2000.

PÖCHHACKER, Franz. ‘Getting Organized’: The Evolution of Community Interpreting. **Interpreting**, v. 4, n. 1, p. 125-140, 1999.

PÖCHHACKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. London: Routledge, 2004.

PÖCHHACKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. 2. ed. London: Routledge, 2016.

PÖCHHACKER, Franz. Interpreting Studies. In: GAMBIER, Yves; VAN DOORSLAER, Kurt (Ed.). **Handbook of Translation Studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010. v. 1. p. 158-172.

PÖCHHACKER, Franz; SCHLESINGER, Miriam (Ed.). **The Interpreting Studies Reader**. London: Routledge, 2002.

PÖLLABAUER, Sonja. Community Interpreting. In: CHAPELLE, Carol A. (Ed.). **Encyclopedia of Applied Linguistics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. p. 1-7.

POSNER, Rebecca. “Language Conflict in Romance: Decline, Death and Survival”. In: POSNER, Rebecca; GREEN, John N. (Org.). **Trends in Romance Linguistics and Philology**. Volume 5: Bilingualism and Linguistic Conflict in Romance. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1993. p. 41-75.

PGET – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO. **Regimento PGET 2013-2017**. Repositório Institucional UFSC. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/183013>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PROUST, Marcel. La Prisonnière, À la recherche du temps perdu (1913-27). In: SHATTUCK, Roger. **Proust**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1974.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. Ouvinte: o outro do ser surdo. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p. 166-185.

QUADROS, Ronice Müller de; SEGALA, Rimar Romano. Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em Português para a Libras oral. **Cadernos de tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 354-386, 2015.

RAMOS, Clélia Regina. **Histórico da FENEIS até 1988**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, RJ. 2004a. Disponível em: <https://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo6.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2004b. p. 1-12. Disponível em: <https://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. **História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural**. 2004. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2004.

RESSEL, Lúcia Beatriz; BECK, Carmem Lúcia Colomé; GUALDA, Dulce Maria Rosa; HOFFMANN, Izabel Cristina; SILVA, Rosângela Marion da; SEHNEM, Graciela Dutra. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 779-786, 2008.

RIZZINI, Irma; CASTRO, Monica Rabello de; SARTOR, Carla Silvana Daniel. **Pesquisando...: Guia de metodologia de pesquisa para programas sociais**. Apoio UNICEF. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1999.

ROBERTS, Roda P. Community Interpreting Today and Tomorrow. In: KRAWUTSCHKE, Peter W. (Ed.). ANNUAL CONFERENCE OF THE AMERICAN TRANSLATORS ASSOCIATION, 35., 1994, Austin. **Proceedings** [...]. Medford, NJ: Learned Information, 1994. p. 127-138.

ROBINSON, Octavian E.; SHENEMAN, Naomi; HENNER, Jonathan. Toxic Ableism among Interpreters: Impeding Deaf People's Linguistic Rights through Pathological Posturing. In: MCDERMID, Campbell; EHRLICH, Suzanne; GENTRY, Ashley (Ed.). WORLD ASSOCIATION OF SIGN LANGUAGE INTERPRETERS CONFERENCE, 5., 2019, Paris. **Honouring the Past, Treasuring the Present, Shaping the Future**. Conference Proceedings of the 2019 WASLI Conference. Geneva: WASLI, 2020. p. 14-41.

ROCHA, Solange. INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista Espaço: Edição Comemorativa 140 anos**. Belo Horizonte: Editora Littera, 1997. p. 1-32.

ROCHA, Solange. **O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. Rio de Janeiro: INES, 2007.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Efeitos de modalidade no processo de interpretação simultânea para a Língua de Sinais Brasileira. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p. 93-124, 2012.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **A interpretação para a língua de sinais brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais**. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, 2013.

RODRIGUES, Carlos Henrique. A realidade plurimultilíngue brasileira: línguas de sinais e políticas linguísticas. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 19, p. 43-69, 2014.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 57, n. 1, p. 287-318, jan./abr. 2018a.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 197-222, 2018b.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Interpretação simultânea intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, v. 1, n. 44, p. 111-129, 2018c.

RODRIGUES, Carlos Henrique; MEDEIROS, Davi Vieira. O uso de mouthing na interpretação simultânea para a Língua Brasileira de Sinais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA, 5., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. p. 1-15.

RODRIGUES, Carlos Henrique; SANTOS, Silvana Aguiar dos. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-29, 2018.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas, SP: Arara Azul, 2008. (Coleção Cultura e Diversidade)

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: EDUA, 2002.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma Viagem ao Mundo dos Surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALEVSKY, Heidemarie. The Distinctive Nature of Interpreting Studies. **Target**, v. 5, n. 2, p. 149-167, 1993.

SANDOLE, Dennis J. D.; BYRNE, Sean; SANDOLE-STAROSTE, Ingrid; SENEHI, Jessica (Ed.). **Handbook of Conflict Analysis and Resolution**. London: Routledge, 2009.

SANTOS, Ozivan Perdigão. Travessias históricas do tradutor/intérprete de Libras: de 1980 a 2010. **Artifícios**, Belém, v. 2, n. 4, p. 1-16, dez. 2012.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérprete de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades**. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2006.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Questões emergentes sobre a interpretação de Libras-Português na esfera jurídica. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 117-129, 2016.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 145-164, out. 2010.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010**. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2013.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; COSTA, Mairla Pereira Pires; GALDINO, Thuanny Sá. Nas trilhas da tradução e interpretação de português-Libras em revistas de tradução no Brasil. **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 525-545, 2016.

SANTOS, Zaira Bomfante. A linguística sistêmico-funcional: algumas considerações. **Soletras**, São Gonçalo, n. 28, p. 164-181, 2014.

SCHMITT, Deonísio. **Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2008.

SCHMITT, Deonísio. **A história da língua de sinais em Santa Catarina: contextos sócio históricos e sociolinguísticos de surdos de 1946 a 2010**. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2013.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000.

SERRA, Gláucia Cristina Maia Réga. **Análise sistêmico-funcional de gêneros argumentativos**. 2017. 226 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Brasília, 2017.

SILVA, Keli Maria de Souza Costa. **Intérprete de Língua de Sinais: um estudo sobre suas concepções de prática profissional junto a estudantes surdos**. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2013.

SILVA, Claudio Nei Nascimento da; GOMES, Karla Viviane Veloso. A relação surdo-ouvinte e seu impacto na inclusão de estudantes surdos: um estudo a partir da percepção dos

intérpretes de LIBRAS. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 60-81, 2018.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 7-32.

SPONCHIADO, Denise; TOSO, Carine. Os intérpretes de Libras: uma investigação. In: LOPES, Maura Corcini (Org.). **Cultura surda & Libras**. São Leopoldo: Unisinos, 2012. p. 55-77.

SOLER, María del Mar Haro. La competencia psicofisiológica en el grado en traducción e interpretación: agentes que influyen en su adquisición. In: PASTOR, Gloria Corpas; DOMÍNGUEZ, Míriam Seghiri; FLORIDO, Rut Gutiérrez; MENDAÑA, Míriam Urbano. **Nuevos horizontes en los Estudios de Traducción e Interpretación (Comunicaciones completas)**. Geneva: Editions Tradulex, 2015. p. 339-351.

SOUZA, Pedro Paulo Ubarana de. Educação de surdos no Brasil: uma narrativa histórica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Recife. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018.

SOUZA, Regina Maria de. O professor intérprete de língua de sinais em sala de aula: ponto de partida para se repensar a relação ensino, sujeito e linguagem. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 8, p. 154-170, 2007.

SOUZA, Adriana Alves Novais; SOUZA, Rita de Cácia Santos. Currículo, políticas de inclusão escolar e direitos linguísticos do aluno surdo: pontos e contrapontos. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, Vitória, v. 3, n. 3, p. 1-16, 2020.

STRATIY, A. Best Practices in Interpreting: A Deaf Community Perspective. JANZEN, Terry (Ed.). **Topics in Signed Language Interpreting: Theory and Practice**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 231-250.

STROBEL, Karin Lilian. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 245-254, dez. 2006.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

SUPALLA, Ted. Arqueologia das Línguas de Sinais: integrando linguística histórica com pesquisa de campo em línguas de sinais jovens. In: QUADROS, Ronice Müller de; VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de (Org.). CONGRESSO INTERNACIONAL DE ASPECTOS TEÓRICOS DAS PESQUISAS NAS LÍNGUAS DE SINAIS, 9., 2006, Florianópolis. **Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais**. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 22-29.

TARGINO, Gekbede Dantas; PESSOA, Alysson Gabriel Ferreira; FELIX, Eduardo Fernandes; SILVA, Israel Marcelino da. Terceirização: um estudo sobre trabalho e trabalhadores do IFPB, Campus João Pessoa. **Principia**, João Pessoa, n. 56, p. 94-105, dez. 2021.

TESKE, Ottmar. Surdos: um debate sobre letramento e minorias. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org.). **Letramento, Bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 25-48.

THOMPSON, Geoff. **Introducing Functional Grammar**. 3. ed. London/New York: Routledge, 2013.

TURNER, Graham H. Rights and Responsibilities: The Relationship between Deaf People and Interpreters. **Deafness**, v. 11, n. 3, p. 4-8, 1995.

TURNER, Graham H. Rights and Responsibilities: The Relationship between Deaf People and Interpreters. In: HARRINGTON, Frank J.; TURNER, Graham H. **Interpreting Interpreting: Studies and Reflections on Sign Language Interpreting**. Coleford: Douglas McLean, 2001. p. 22-33.

TUCKER, Morgan L. **Communication Considerations and Relational Dialectical Tensions Experienced by University Sign Language Interpreters**. 2015. 57 f. Thesis (Master degree in Communication and Media Technologies) – Rochester Institute of Technology, School of Communication, College of Liberal Arts, 2015.

UNESCO. Universal Declaration of Linguistic Rights. In: WORLD CONFERENCE ON LINGUISTIC RIGHTS, 1996, Barcelona. **Culture of Peace Programme**. Paris: UNESCO, 1996. Disponível em: <http://pluriling.uni-graz.at/etc/upload/linguistic.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, 3., 2019, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP: UNICAMP, 2019. p. 16-25.

VIAN JR, O. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 25, p. 99-129, 2009.

VIAN JR., Orlando. Avaliatividade, engajamento e valoração. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 105-128, 2012.

VIAN JR., Orlando; MENDES, W. V. O sistema de conjunção em textos acadêmicos: os mecanismos de sequenciamento e de explicação. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras**, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 163-186, jan./jun. 2015.

VIEIRA, Claudia R. **Bilinguismo e inclusão: problematizando a questão**. Curitiba: Appris, 2014.

VIEIRA, Mauren Elisabeth Medeiros. **A auto-representação e atuação dos “professores-intérpretes” de línguas de sinais: afinal... professor ou intérprete?** 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2007.

VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes**: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2009.

VIVAN, Élide Garcia Silva. **Principais usos de processos verbais e metáforas interpessoais em artigos de Linguística Aplicada**. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

WADENSJÖ, Cecilia. **Interpreting as Interaction**: On Dialogue Interpreting in Immigration Hearings and Medical Encounters. Linköping: Linköping University, 1992.

WADENSJÖ, Cecilia. **Interpreting as Interaction**: Language in Social Life. London: Routledge, 1998.

WADENSJÖ, Cecilia. The Double Role of a Dialogue Interpreter. In: PÖCHHACKER, Franz; SCHLESINGER, Miriam (Ed.). **The Interpreting Studies Reader**. London: Routledge, 2002. p. 355-370.

WEBSTER, J. Introduction. In: HALLIDAY, M. A.K.; WEBSTER, Jonathan J. **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, 2009.

WHITE, Peter. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 177-205, 2004a.

WHITE, Peter. The Language of Attitude, Arguability and Interpersonal Positioning. **The Appraisal Website**: Homepage. 2004b. Disponível em: <http://www.grammatics.com/appraisal/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

WITCHES, Pedro Henrique. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 41, n. 114, p. 144-152, 2021.

WITTER-MERITHEW, Anna. Claiming our Destiny – Part 1. **RID Views**, Silver Spring, Oct. 1986a.

WITTER-MERITHEW, Anna. Claiming our Destiny – Part 2. **RID Views**, Silver Spring, Dec. 1986b.

WITTER-MERITHEW, Anna. From Benevolent Care-taker to Ally: The Evolving Role of Sign Language Interpreters in the United States of America. In: LEVEN, Regina; THIES, Wiltrud. **Gebärdensprachdolmetschen**: Dokumentation der Magdeburger Fachtagung. Hamburg: Verl hörgeschädigte kinder, 1999. p. 55-64.

WITTER-MERITHEW, Anna; JOHNSON, Leilani J. **Toward Competent Practice**: Conversations with Stakeholders. Alexandria, VA: RID, 2005.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento para participação em pesquisa em conformidade com as normas estabelecidas pela resolução 510 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde para o Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).

Participante: _____

Pesquisadora: M.a: Karina Lima

Pesquisadora responsável/orientadora: Dra. Márcia Monteiro Carvalho

Título da pesquisa: Conflitos entre surdos e intérpretes: a “vilania” nos papéis em situações de interpretação.

Eu, *Karina de Souza Borges Lima*, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), venho através deste documento convidar você para participar da minha pesquisa, desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Márcia Monteiro Carvalho. Você está sendo convidado(a) para participar por ser intérprete ou cliente surdo que usa serviços de interpretação. Essa pesquisa está sendo realizada porque durante minha trajetória profissional como intérprete, bem como em contato informal com meus colegas, percebi que, algumas vezes, em situações de interpretação acontecem conflitos entre o profissional intérprete e as pessoas surdas. Tenho por objetivo entender quais são os conflitos que podem acontecer em situações de interpretação entre intérpretes e surdos usuários destes serviços. Para isso, nesse momento será utilizado como instrumento de coleta de dados uma entrevista em grupo a fim de entender que conflitos ocorreram em sua experiência e quais as possíveis causas deles. Entender quais conflitos acontecem e o porquê é o primeiro passo para pensar em estratégias que possam contribuir para a sua diminuição e para o fortalecimento da relação entre profissionais intérpretes de Libras-Português e pessoas surdas. Caso você concorde em participar, por favor assine ao final deste

documento. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Você receberá uma via deste Termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora-principal, para que possa tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Se você está sendo convidado a participar deste momento da pesquisa, significa que já participou da primeira fase respondendo o questionário. Neste segundo momento, solicito que aceite participar de uma entrevista com um grupo de pessoas que já experienciou conflitos no momento da interpretação. O objetivo da entrevista em grupo é compartilhar experiências visando minha compreensão acerca dos conflitos e dos motivos para que eles aconteçam. Além disso, desejo entender como cada participante do grupo procurou resolver o conflito ou me informar se não foi possível fazê-lo. Se você autorizar a sua participação, deverá ceder suas produções orais ou sinalizadas registradas através de vídeo para uso na pesquisa e posterior uso acadêmico. Por isso, pedirei que indique no Termo de Cessão de dados a seguir **qual exatamente é o dado que você permite que eu utilize**. É importante ressaltar que como pesquisadoras temos ciência e cumprimos com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei No 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis que serão utilizados para a execução do presente projeto de pesquisa.

Como toda ação humana, toda pesquisa tem riscos, mas a sua participação nesta pesquisa de mestrado não apresenta nenhum risco de vida nem de saúde física. Os riscos mencionados para a pesquisa consistem em “riscos mínimos”. Por exemplo, talvez ao lembrar de suas experiências com conflitos, você pode sentir algum nível de desconforto. Compartilhar suas experiências em grupo também pode lhe causar constrangimento em algum nível. Porém, é importante frisar que você pode compartilhar apenas o que desejar, e você não será obrigado a falar nada que não se sinta confortável. Além disso, as pessoas no grupo têm o mesmo perfil que o seu, ou seja, em algum momento passaram por experiências conflituosas, o que pode lhe deixar mais tranquilo(a). Todos os participantes do grupo, deverão manter a confidencialidade das histórias compartilhadas. Sua história, opiniões e as pessoas envolvidas serão registradas sob um nome fictício (essa questão é explicada melhor na continuação deste termo). Não publicarei sua imagem ou gravações em minha pesquisa, mas você deve considerar e aprovar a visualização de sua imagem em vídeo no momento da transcrição das suas falas na entrevista em grupo. Os dados da entrevista e das produções orais ou sinalizadas também poderão ser apresentados em eventos científicos e publicações (inclusive a dissertação de mestrado), caso você autorize.

É necessário considerar a quebra de sigilo, que pode acontecer sem que tenhamos tal intenção. Porém faremos todo o possível para que suas informações pessoais sejam resguardadas. Todos os materiais registrados em vídeo ficarão arquivados em um *drive*, sob a guarda da pesquisadora, e apenas serão utilizados em benefício da pesquisa acadêmica. Caso ocorra algum dano decorrente da pesquisa, as pesquisadoras se comprometem a indenizar os participantes nos termos da Lei vigente e amplamente substanciada.

O estudo realizado por essa pesquisa é importante e sua participação certamente contribuirá para uma maior compreensão acerca dos conflitos que podem acontecer no momento da interpretação. Esses dados podem ajudar a melhorar os cursos de formação de intérpretes, bem como a qualidade de vida da comunidade surda que recorre aos serviços de interpretação. Essa pesquisa não envolverá nenhum custo financeiro para você, uma vez que será realizada totalmente *on-line*. Você também não receberá nenhum pagamento por sua participação. Porém, caso haja alguma despesa envolvida para você e um possível acompanhante, você terá direito ao ressarcimento desses custos.

No Termo de Cessão de Dados você poderá sugerir um pseudônimo substituindo o seu nome e informações pessoais na identificação da gravação, independentemente de sua imagem aparecer na gravação. Outras pessoas poderão ter acesso ao material de suas gravações em vídeo para colaborar na transcrição dos dados, mas apenas mediante cadastro prévio no qual, além de detalharem seus vínculos institucionais, deverão encaminhar um termo de responsabilidade dando ciência aos critérios que devem ser observados para a utilização dos dados. Eu poderei fazer apresentações e publicações (inclusive a dissertação de mestrado) com os resultados desse estudo, mas sem apresentar as suas informações pessoais, caso você assim solicite. Suas informações pessoais, advindas dos questionários, serão resguardadas em uma pasta protegida por senha em meu computador.

Você pode desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Caso você consinta com os termos deste documento e confirme a participação neste estudo, os seus dados ficarão à minha disposição e de minha orientadora durante a pesquisa de mestrado e para futuras pesquisas após o término do mestrado, as quais poderão dar continuidade ao estudo.

Você pode entrar em contato conosco a qualquer momento em caso de dúvidas ou esclarecimentos. Estaremos disponíveis para responder a qualquer dúvida que possa surgir sobre este estudo. Se você tiver mais perguntas sobre o projeto ou se você tiver algum problema relacionado com a pesquisa, você pode entrar em contato comigo, com minha orientadora ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPSH - UFSC, cujos contatos você encontrará mais abaixo.

Karina de Souza Borges Lima (Mestranda)

E-mail: karinaborgestutoria@hotmail.com

Celular: (85) 997247068

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução / Centro de Comunicação e Expressão / UFSC

Profa. Dra. Márcia Monteiro Carvalho (Orientadora de Mestrado)

E-mail: mmcarvalho@ufpa.br

Celular: 91 - 988101008

Lotação como Servidora: Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Abaetetuba-Pa/Brasil e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET/UFSC.

ATENÇÃO: O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC) *analisou e aprovou este projeto de pesquisa*. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina
Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701, Trindade,
Florianópolis/SC, CEP 88.040-400, Contato: (48) 3721-6094
E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Termo de cessão de dados

Termo de Cessão para autorização dos dados coletados em pesquisa em conformidade com as normas estabelecidas pela resolução 510 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde para o Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).

ATENÇÃO

A sua privacidade é muito importante. Por causa disso, seus dados pessoais jamais serão veiculados nesta ou em outras pesquisas que utilizarem as suas filmagens, caso você assim determine.

Dado(s) cedido(s):

1. Entrevista realizada em português.

Sim () Não ()

2. Entrevista realizada em Libras e gravada em vídeo.

Sim () Não ()

3. Criaremos um pseudônimo para ocultar a sua identidade pessoal quando os seus dados se tornarem objeto de pesquisa. Qual nome você gostaria de usar? _____

4. Você permite que as suas filmagens sejam transcritas por colaboradores da presente pesquisa?

Sim () Não ()

5. Podemos continuar utilizando as suas filmagens para as finalidades acima indicadas após o término da pesquisa de mestrado e por tempo indefinido?

Sim () Não ()

Termo de Consentimento e de Cessão de Dados

() Concordo em participar da pesquisa.

Nome do informante

Nome do pesquisador

Assinatura do informante

Assinatura do pesquisador

Data da Assinatura

Data da Assinatura

APÊNDICE B – Transcrição dos dados

PARTICIPANTE 01:

Eu tenho uma memória muito ruim. O que me ajuda a esquecer e a perdoar essas coisas. Mas um em específico me marcou muito no começo da minha carreira na universidade federal. Quando eu entrei como intérprete tinha uma surda que não gostava de mim, por algum motivo ela tinha uma aversão, não gostava e reclamava bastante... isso durante a aula, ela fazia assim: - (participante sinaliza) eu não entendi o sinal, eu não entendi o que você sinalizou. Como se o que sinalizasse não fizesse sentido nenhum. E isso foi se tornando recorrente em sala de aula, aquela coisa assim de parar e fazer assim: (participante sinaliza) não dá para entender o intérprete. E a gente meio que... a professora contornava não sei o quê...

Aí teve um evento da Universidade, eu tava interpretando. Tinha um auditório e tinha um palanquezinho que eu ficava em cima interpretando perto daquela bancada de professores e eu logo ao lado e eu tava sinalizando assim... e aí eu vi um burburinho na plateia meio que perto de onde aquela pessoa estava sentada e aí em certo momento, o intérprete que era meio apoio, alguém cochicha no ouvido dele alguma coisa. Aí ele falou assim para mim: é... mouthing (intérprete fala sem som apenas movendo os lábios imitando o que o intérprete de apoio fez) Eu não entendi... querendo pegar o que ele queria falar para mim e ele fazia assim (intérprete fala sem som apenas movendo os lábios imitando o que o intérprete de apoio fez).

Aí eu continuei sinalizando e não peguei o que ele queria dizer para mim e ele foi agachadinho até o palanque e fez assim para mim (intérprete sinaliza tirar a aliança) tira sua aliança. Aí eu... não entendi muito bem mas eu parei a sinalização e tirei a aliança e entreguei assim, tipo: ãhn? E aí quando a gente voltou, isso era no primeiro horário da noite, quando a gente voltou para a sala, ela tinha feito de cabeça de muita gente assim: - olha não dá para entender... intérprete não pode usar aliança. Não dá para entender, tava queimando meus olhos... eu olhava para você e sua aliança...

Gente, uma aliança normal, não tem assim nem brilhante, nada. Uma aliança. E ela: - Eu não consigo olhar por que meus olhos estão assim (intérprete repete os sinais usados pela surda – olhos ofuscados pelo brilho) ofuscando...

Aí eu falei assim... ah não! Não não, não é por aí não. Aí assim, eu pedi licença à professora e aí eu falei assim: - Gente eu sou intérprete da instituição e tal não sei o quê. Eu sei que vocês têm opções e milhares de formas que podem tornar a sinalização mais confortável, a visualização, a roupa, o fundo e etc. Uma aliança não dificulta o entendimento. Quantos de

vocês surdos não estão usando acessórios, ou brinco ou anel e tal, e ninguém deixa de ser entendido por isso. Então assim, eu uso aliança, sou casado, e vocês vão se acostumar com essa aliança. E aí quem que achar ruim que não olhe para mim.

- Você se dirigiu a mais de um surdo?

- À classe. Nesse momento eu me dirigi à classe, mas misturado, entre a pessoa e a classe. Por que ela tinha um espírito assim de inflamar sabe? As pessoas... alguém chegou no assunto sabe? E ela falou assim: Não porque o xxxx estava com uma aliança e estava ofuscando a minha vista, a aliança dele tal... E eu fiquei assim: não... não é por aí gente.

- Essa primeira que você relatou, no contexto acadêmico, foi um conflito de mais de uma vez com a mesma surda, não é isso? Toda vez que ela te falava que não estava entendendo, a dinâmica do conflito era essa né? Você sinalizava, ela te interrompia e dizia que não estava entendendo. Era essa a dinâmica? Ou ela fazia expressão facial de que não gostou?
E você parava?

- As duas. Às vezes perguntava. Às vezes fazia aquela coisa de cutucar o amigo e fazer assim:
- o que ele tá falando?!

- Te tirava a concentração? Interferia no ânimo?

- Lógico. A concentração – total. Porque você está lá visualizando e interagindo com o conteúdo em tempo real e primeiro você pensa que o problema tá com você. Você pára, reflete, pede *feedback*. Pergunta se os colegas tiveram a mesma impressão que você. Aí depois de um tempo você pensa: - não... o problema não tá em mim. Não sou eu que tô fazendo uma coisa assim... Aí nesse dia da aliança, a pessoa não tinha o que reclamar, sabe? Eu tava todo de preto, no lugar adequado, com a luz na frente, não muito chapada, com luz adequada... não tinha o que falar, né?

E aí a pessoa: - não, eu não consigo olhar porque está ofuscando a minha vista por conta de uma aliança... e aí essa história, por um tempo fiquei pensativo. Depois que ela surgiu em sala de aula que eu tinha um outro intérprete em sala para que eu pudesse pedir licença em sala e falar o que eu queria falar, aí eu falei e me impus como intérprete.

- Interessante... você acha que essa situação específica que você passou, essa primeira e essa segunda que você passou com uma representante de uma instituição, elas refletem de alguma maneira uma certa dicotomia que existe entre surdos e ouvintes? Mas dentro da comunidade surda, quando essas assimetrias de poder se revertem. A gente tem surdos acadêmicos, mais politizados, e que podem impor suas opiniões e colocar os ouvintes em um outro patamar? O que você pensa a respeito disso?

- Eu penso mais que são características pessoais do que do grupo. Porque surdos são assim, ou ouvintes são assim, é meio problemático.

- Deixa eu contar uma coisa aqui. Teve uma vez que um intérprete fez uma ação que... eu não tenho muitas inimizades mas esse se tornou uma inimizade porque eu não consigo perdoar a pessoa. Foi uma situação que me marcou muito até hoje eu me lembro com bastante ressentimento, até por como se desdobrou depois.

Teve uma surda que estava fazendo faculdade e aí ela tava lendo textos acadêmicos, ela estava com esse intérprete e ela se deparou com uma palavra que era... se não for essa palavra propriamente dita mas era alguma coisa que parecia com esnobe. E ela perguntou para o intérprete o que era esnobe. Aí ele falou assim: É uma pessoa igual a você. E ela ficou assim... sem saber o que dizer porquê... você perguntou uma palavra em inglês, chinês e te dizem é alguém como você... Você não sabe se foi ofendido, você tá perguntando o que que é... e aí ela ficou meio assim... ela era uma pessoa difícil, tinha umas questões de ser muito teimosa... mas esse intérprete falou isso: - é uma pessoa que nem você.

Para evitar o conflito, ele que era concursado, pegou o crachá de dentro da mochila e colocou no pescoço. E ele disse assim: - um funcionário público sendo ofendido no exercício da sua função é um crime. Aí ele botou o crachá no pescoço e ela não perguntou o que que era esse vocabulário.

E como é que eu fiquei sabendo disso? A própria pessoa me disse. O intérprete me disse. Me disse na sala, contando vantagem e eu fiquei com tanta raiva, com tanta raiva (participante se emociona) e... até hoje eu fico chateado com essa história.

Depois de um tempo essa surda se matou e tal... e o intérprete disse assim: ah... era uma boa pessoa... e eu fiquei: - eu lembro do que você fez sabe?

(participante se emociona) Sei lá... na época eu me senti muito culpado. Será que eu deveria ter denunciado, ele contou para mim, mas foi na sala, todo mundo ouviu... fiquei muito chocado e

com muita raiva. Como é que um cara faz um negócio desse? Ele tá na profissão errada. Meu Deus do céu... e foi um dos marcos da minha vida porque existe gente ruim, ruim. Ruim, simplesmente. Tem a questão da personalidade, mas tem gente ruim. Que vai fazer e vai contar e vai dizer: - eu fiz e pronto. Foi uma das experiências que eu não vou esquecer assim...

(participante embarga a voz e se emociona)

Não foi comigo e eu não tava presente. Mas eu sei do que aconteceu e não foi fofoca, foi a própria pessoa que me disse. Essa marca pegou muito em mim. Tem gente que escolhe a profissão errada. Você tá lidando com vidas. Essa me marcou de me colocar no lugar do surdo e de saber da covardia que tem gente que faz e que vai falar dessa supostamente “coragem” e deixar a pessoa sem ter como se defender.

PARTICIPANTE 02:

Vou te dar dois exemplos de situações que ocorreram comigo de mesma classe. Uma em sala de aula e uma em concurso público. O conflito surgiu, por exemplo, na sala de aula, era uma turma de 7º ano fundamental maior em que o aluno chegou para fazer a prova. Tinha uma prova para fazer e o aluno sentou e disse assim, olhou a prova... - tô na dúvida entre essa alternativa e essa, o que tu acha? E disse: Tu estudou para a prova? – estudei... – pois é... a prova não é minha, eu não faço ideia do que tem aí. Eu vou interpretar para ti mas eu não faço ideia, tu que tens que responder essa prova. E aí ele já não gostou muito. A cada questão que foi se passando, ele insistia. E chegou um momento que ele simplesmente levantou, pegou a prova, jogou em cima da irmã e simplesmente foi embora. Saiu da sala chorando. Chorando porque ele conseguiu fazer a prova. - O que aconteceu, o que aconteceu? Me perguntou uma das irmãs que dava aula para ele no colégio. Ele queria que eu desse as respostas da prova. E eu fiz o que tinha que ser feito. E aí depois ele começou a querer se recusar a ter a minha interpretação. Na hora em que eu ia interpretar, em que era o meu momento, ele não queria, ele virava. Fazia uma outra coisa, mudava de lugar, queria fazer uma outra atividade. Isso foi muito perceptível na escola. E aí foi preciso todo um trabalho, toda uma situação porque eu acredito que foi um conflito que se gerou por uma falha anterior. De um colega do ano anterior. O colega do ano anterior ao invés de exercer a atividade como deveria exercer, era meio que um professor. E aí nessa investigação, no trabalho que a escola começou a fazer se descobriu que aquele colega era muito mais, estava ali muito mais na qualidade de um tutor dele. Como se fosse um monitor,

fazia orientação... tava fugindo da competência dentro de sala de aula. E isso gerou um problema para cá.

O intérprete anterior não entendia o papel dele. O surdo achou que o modelo era aquele ali. O que acontece, era 7º. E aqui na nossa região por via de regra, o intérprete entra a partir do 6º ano. Quando ele vem do fundamental menor e vai para o fundamental maior que tem um colega que faz esse trabalho como tutor, monitor que ia lá e dizia: - não, não é essa questão... presta atenção...

Que fugia totalmente do que ele tinha que fazer como intérprete, como tils, o surdo se perdeu e gerou essa situação comigo...ele se irritou levantou e saiu porque queria que eu desse a resposta para ele.

A outra situação foi em um concurso público. No concurso do Banco do Brasil. Já tem um tempinho isso aí. E no concurso foi interessante porque quando o candidato chegou, naquele momento foi meio delicado, quando ele chegou ele perguntou (participante sinaliza – vc é o intérprete?) aí ele disse: - ela é a fiscal? Aí eu disse: sim. – Ela sabe Libras? Eu disse: pergunta para ela. E aí ele começou a sinalizar e a moça disse: - maninho, me socorre! Aqui tem muito esse linguajar. Maninho me socorre que eu não estou entendendo nada do que ele tá dizendo. Eu comecei a interpretar e ela disse: - não eu não sei, eu não entendo nada nada. E ele virou assim: - Ah... (participante faz expressão de alívio e satisfação) tu sabe todo o sofrimento do surdo e parara parará... (participante faz um sinal de “papo furado”) e começou a vir com toda uma tese de uma vida sofrida, de opressão e discriminação, de falta de acesso à informação, - e tu sabe, os intérpretes precisam ajudar os surdos. Aí eu disse: - aqui não. O que eu respondi para ele foi: - sabia que colar, receber ajuda auxílio em prova de concurso federal é crime? Vai nós dois presos. Vão os dois presos. Você sabia disso?

Aí ele ficou assim: - Ai... (participante reproduz expressão de surpresa e desconcerto) E olha outra coisa, tu deve ter estudado para a prova, eu não. Dei a mesma resposta. Então a prova é sua. Eu vou interpretar. E aí é uma outra situação que a gente encontra aqui na realização de concursos e eu não sei como a Febrapils tem lidado com isso, mas a gente tem lidado aqui com situações de concurso em que eles contratam o intérprete, mas o intérprete chega e a interpretação tem que ser pontual. O fiscal acaba fiscalizando o intérprete. A interpretação tem que ser pontual, não pode ser a íntegra do que está lá. Essa do Banco do Brasil era toda a prova. Não tinha essa observação de restrição. E aí gerou conflito, ele ficou aborrecido e perguntou: vão ter outros intérpretes? – olha, bem que eu queria... infelizmente vai ser só eu. Ele já queria

trocar o intérprete. E aí ele ficou... assim... foi muito chata a prova, o trabalho não a prova em si. O trabalho foi muito chato porque eu interpretava a questão e aí ele dizia: - tem uma parte aí que tu fez que eu não entendi direito. Ele descrevia o que eu tinha falado e dizia: - eu não entendi, repete. – Sim senhor... e eu repetia, repetia. E ele ficou fazendo isso assim como que – eu vou dar uma canseira nele, eu canso, ele se chateia e como se ele me forçasse a dar a resposta...mas a gente conseguir lidar. Eu tive assim esses dois conflitos em situações de exames um em uma prova e uma em um concurso.

- Tu acreditas que a causa desses conflitos está vinculada ao que?

- Ao assistencialismo. De pessoas que estão na área, mas que ainda tem uma carga de paternalismo. Existe uma história muito grande desse movimento e inclusive a gente sempre discute. Existem vários momentos de discussão no combate ao paternalismo. Por exemplo, aqui no estado do Pará, os intérpretes não estavam organizados e aí por não estarem organizados, os surdos elegiam aquela pessoa, que tinham mais proximidade e aí acabava criando essa relação muito próxima. Havia essa proximidade muito grande e isso veio gerando essa situação de paternalismo até que a categoria conseguisse se organizar, até que a categoria fizesse essas discussões e esses esclarecimentos e a própria comunidade surda começasse a entender levou um tempo e a gente ainda tem resquício disso ainda. Essas situações já aconteceram há 5,6,7 anos. Mas se a gente for observar hoje, elas ainda são recorrentes. Hoje eu estou atuando em uma central de Libras, aqui no município, recém-criada. A central foi criada recente, e a gente encontra muito disso... de assistencialismo, de paternalismo porque os intérpretes, vejo como consequência, e aí respondendo a tua pergunta, o que seria motivador disso, um dos fatores, não seria o único, mas um dos fatores, para mim, principal, seria esse, desse histórico que a gente tem e a falta de formação dos profissionais... Os profissionais vieram atuando no dia a dia em convivência com a comunidade surda e acabaram se tornando intérpretes, alguns não porque buscaram, mas porque por acidente chegaram à interpretação no percurso da sua história, essas formações foram acontecendo... Então para mim é muito disso, como consequência dessas duas situações, o paternalismo. Situações que os surdos foram vivenciando, como: - como é que o surdo chegou em tal série? Ele tem o conhecimento para chegar lá ou foi como outras pessoas com deficiência que vão acabando passando de série em série porque a visão é equivocada do processo... eu acho que é por aí.

PARTICIPANTE 03:

– Em um evento enorme no final, foi o primeiro evento que eu estava aqui como intérprete...E nesse dia todo mundo soube quem era eu porque foi um evento. No final o surdo chegou para mim e disse: - Não gostei da tua sinalização. E eu disse: - Puxa, foi mesmo? (participante

sinaliza um sinal de surpresa) Não gostou não? Por quê?

- Porque é diferente, sinais diferentes... não sei o quê, não sei o quê.

Eu disse: - mas qual foi o sinal tão diferente que eu fiz?

- É o teu jeito...

- Ah... o meu jeito. Então não posso fazer nada não. É meu jeito. Você quer que eu faça o quê?

- Não, não gostei dos seus sinais...

- Mas venha cá, não tá claro?

Aí já foram outras coisas... aí eu:

- Vem cá... qual é a tua formação?

- É tal...

- Eu não vou discutir contigo. Tu não é linguista. Eu só entrava nessa discussão se tu fosse linguista. Você não gostou de mim, tá tudo bem...

Às vezes é questão pessoal, não é profissional.

Nesse dia, eu perguntei para outras pessoas: - tu entendeu minha sinalização? – não, eu entendi... tava claro, sinal claro...

Aí eu fui perguntando para várias pessoas que estavam no evento, tanto surdo, quanto ouvinte, como intérprete, porque tinha outras pessoas que estavam interpretando...

E aí eu fui entendendo que eram questões pessoais.

APÊNDICE C – Questionário



Título da pesquisa: Conflitos entre intérpretes e surdos: A “vilania” nos papéis em situações de interpretação

Olá, sou Karina Borges, acadêmica do curso de Mestrado no Programa de Pós - Graduação em Estudos da Tradução (PGET), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para o Mestrado, estou pesquisando sobre conflitos entre intérpretes e surdos (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética/CAAE: 3 56239322.2.0000.0121) junto com minha orientadora Dra. Márcia M. Carvalho (PGET/UFSC; UFPA), criei um formulário com algumas perguntas para a área perfil pessoal. Se vocês, pessoas surdas ou intérpretes de Libras-português puderem responder, vão me ajudar bastante. Muito obrigada!

Orientações

Nosso objetivo é entender quais são os conflitos que podem acontecer entre intérpretes e surdos em situações de interpretação. Para isso, nesse primeiro momento será utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário a seguir para saber se você já experienciou conflitos no momento da interpretação. No segundo momento serão selecionados participantes que possam colaborar com a etapa seguinte da pesquisa - entrevistas em grupo. As entrevistas com surdos usuários de serviços de interpretação serão em Libras. **Em cada questão assinale com um “x” a opção desejada.**

1. Você é:

- Surdo (a)
- Intérprete ouvinte

2. Com qual gênero você se identifica:

- Masculino
- Feminino
- Outro

3. Faixa etária:

- Até 20 anos
- De 21 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- De 51 a 60 anos
- Acima de 60 anos

4. Grau de instrução:

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-Graduação completa ou em andamento.
- Outro

5. Se você é intérprete, que tipo de formação profissional na área você possui?

- Curso de nível médio em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais.
- Curso de Graduação em Letras Libras modalidade Bacharelado.
- Curso de Pós-Graduação em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais.
- Minha formação não é específica em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais. Aprendi a profissão atuando empiricamente.
- Curso de formação em Associações de Surdos ou de Tradutores/Intérpretes de Libras
- Sou surdo e não sou intérprete de língua de sinais.

6. Você já vivenciou algum tipo de conflito, problema ou animosidade em situações de interpretação (entre surdo e intérprete ou entre intérprete e surdo)?

- Sim
- Não

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A vilania do intérprete? Conflitos entre surdos e intérpretes

Pesquisador: MARCIA MONTEIRO CARVALHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56239322.2.0000.0121

Instituição Proponente: Centro de comunicação e expressão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.425.323

Apresentação do Projeto:

Projeto de mestrado de Karina de Souza Borges Lima, orientada por Marcia Monteiro Carvalho no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da UFSC.

O estudo visa a descrever os tipos de conflitos que podem ocorrer entre intérpretes e surdos no momento da interpretação simultânea.

A pesquisa é de abordagem quantitativa e qualitativa e contará com 30 participantes: 15 intérpretes formados e 15 surdos usuários do serviço de interpretação.

Como recurso metodológico será aplicado um questionário aberto e fechado e uma entrevista semi-estruturada.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Descrever quais conflitos podem ocorrer entre surdos e intérpretes no momento da interpretação simultânea.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 5.425.323

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Já avaliados nos pareceres anteriores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de mestrado

Pesquisa de natureza qualitativa

N = 30

Previsão de entrevistas após aprovação do Comitê: 1/02/2023 a 28/02/2023

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram resolvidas adequadamente. Não há impedimentos éticos para a realização da pesquisa.

Lembramos que a presente aprovação refere-se apenas aos aspectos éticos do projeto. Qualquer alteração nos documentos aprovados deve ser encaminhada para avaliação do CEP/SH. Informamos que, obrigatoriamente, a versão do TCLE a ser utilizada deverá corresponder na íntegra à versão vigente aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1900260.pdf	02/05/2022 16:08:10		Aceito
Outros	carta_resposta2.pdf	02/05/2022 16:06:12	KARINA DE SOUZA BORGES LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_questionario_novo2.pdf	02/05/2022 16:05:35	KARINA DE SOUZA BORGES LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_entrevista_novo2.pdf	02/05/2022 16:05:12	KARINA DE SOUZA BORGES LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	19/02/2022 12:03:44	KARINA DE SOUZA BORGES LIMA	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701

Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400

UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 5.425.323

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	17/02/2022 11:56:05	KARINA DE SOUZA BORGES LIMA	Aceito
Outros	Roteiro_questionario.docx	17/02/2022 11:48:57	KARINA DE SOUZA BORGES LIMA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.docx	17/02/2022 11:48:37	KARINA DE SOUZA BORGES LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 23 de Maio de 2022

Assinado por:
Nelson Canzian da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br